

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI

Alteração de nome aprovado através da Portaria 91/04 de 16/06/2004
Autorizada a funcionar pelo Parecer CEE 1583/87 de 23/10/1987
Rua: Antonio Simões, 04 - Fone/Fax (18) 3649.2200 - CEP 16.200-027 - Birigui - SP



<http://www.fateb.br/fateb.cientifica/>

VOLUME 01 – NÚMERO 1 – JULHO/DEZEMBRO/2017
ISSN 2594-9438

fateb.científica

Revista da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB)

fateb.scientific

Journal of the School of Sciences and Technology of Birigui

Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB)

Direção: Profa. Dr^a. Renata F. Góis (renata@fateb.br)

Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB)

Secretária Geral: Prof^a. Celina Gonçalves de Melo (secretaria@fateb.br)

Editor / Editor

Professor Dr. Sandro A. Teixeira de Mendonça (satmendonca@gmail.com)

Comissão Editorial / Editorial Board

Professora Dr^a. Aurea Esteves Serra (prof.aureafateb@gmail.com)

Professora Dr^a. Lucy Valentim (lucy_valentim@yahoo.com.br)

Professora Dr^a. Renata F. Góis (renata@fateb.br)

Professor Dr. Sandro A. Teixeira de Mendonça (satmendonca@gmail.com)

Coordenador da Comissão Editorial / Coordinator of the Editorial Committee

Professor Dr. Sandro A. Teixeira de Mendonça (satmendonca@gmail.com)

Secretaria de Edições / Editions Office

Conselho Editorial / Editorial Board

Professora Dr^a. Aurea Esteves Serra (prof.aureafateb@gmail.com)

Professora Dr^a. Lucy Valentim (lucy_valentim@yahoo.com.br)

Professora Dr^a. Renata F. Góis (renata@fateb.br)

Professor Dr. Sandro A. Teixeira de Mendonça (satmendonca@gmail.com)

Revista financiada com recursos do Departamento de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação da FATEB.



fateb.científica					
Revista da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB)					
fateb.científica	Birigui, SP	v.01	n.1	316p.	jul./dez. 2017
					ISSN 2594-9438

fateb.científica, v.01, n.01, 316p., jul./dez. 2017.

A Revista **fateb.científica** é uma publicação científica que objetiva disseminar ideias, promover discussões e divulgar resultados de pesquisas dos alunos da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB) relacionadas aos eixos temáticos de Administração, Ciências Contábeis, Design, Informática e Pedagogia e respectivas áreas a fins. A revista publica trabalhos inéditos de caráter científico resultantes de pesquisa de caráter teórico ou empírico e revisões de literatura na seção Artigos, tendo como público-alvo estudantes, professores e pesquisadores de IES que atuem nas áreas relacionadas aos eixos temáticos supracitados.

fateb.científica. Birigui, SP. FATEB, 2017.

Anual
Publicação da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB)
Início da Revista da FATEB
ISSN 2594-9438
ISSN-L 2594-9438
1 Administração
2 Ciências Contábeis
3 Design
4 Informática
5 Pedagogia

Indexada em / Indexed in: ISSN-L 2594-9438

E-mail: fateb.cientifica@fateb.br

SUMÁRIO

Título do artigo / Autores	Páginas
Editorial	
FATEB: 30 anos transformando pessoas Sandro Augusto Teixeira de MENDONÇA	06
Artigos - Eixo Temático: ADMINISTRAÇÃO	10
Qualidade de vida no trabalho: Um estudo sobre o ambiente organizacional moderno Autores: Ana Paula de Souza BARREN; Izamara Cristina JACOB; Sandro Augusto Teixeira de MENDONÇA	11
Planejamento estratégico: Desafios e sobrevivência das micro e pequenas empresas Autores: Vanessa Scardovelli Guimarães dos SANTOS; Rafael da Silva SOLERO; Fabio Alves MENDES; Sandro Augusto Teixeira de MENDONÇA	41
As estratégias de <i>marketing</i> de serviços e a prática dos 4 P^s Autores: Jean Silva PRADO; Juliana SCHUINDT; Naiara Fernanda Nunes Moura da SILVA; Sandro Augusto Teixeira de MENDONÇA	68
A gestão do capital de giro das micro e pequenas empresas Autores: José de Arimatéia SOBRAL; Rosane Carvalho CARDOSO; Grazielle Aline Feitosa SANCHES	95
O fluxo de caixa e suas informações: Um estudo da gestão financeira das micro e pequenas empresas Autores: Matheus P. TAICICO; Natã A. BARBOSA; Rodrigo GALLO; Alexandre V. GARCIA	127
Os impactos do regime de tributação ambiental nas empresas brasileiras: Um estudo sobre a extra fiscalidade Autores: Gisele Cavaca PRADO; Sandro Augusto Teixeira de MENDONÇA.	153

Artigos - Eixo Temático: PEDAGOGIA	183
O papel da leitura no primeiro ciclo do Ensino Fundamental: Um estudo sobre a formação de leitores Autores: Karoline Gonçalves BERLOTTI; Isabella Vieira ROSA; Viviane Nardin SILVA; Amanda Pamela de OLIVEIRA; Jaciane Silva de AQUINO; Sandro Augusto Teixeira de MENDONÇA	184
O brinquedo como recurso didático Autores: Thais Aparecida LUZ; Rosalina Nogueira LOPES; Jennifer Constantino de Almeida RODRIGUES; Lucy Mary Soares VALENTIM	211
A organização do espaço para o brincar na educação infantil numa perspectiva histórico-cultural Autora: Vanessa Cristiane de Freitas Fernandes SANTOS	233
Céris Spínola, de aluna a professora: a docência na educação básica Autores: Bruna Nogueira THOMAZIN; Marcio José Rigueiro MATOS; Áurea Esteves SERRA	255
A proletarização e precarização do trabalho docente Autor: Cláudio Braz de FIGUEIREDO	277
Memórias educacionais: Espaço formativo, memória e narrativas Autores: Eliane Cristina BUENO; Letícia Pereira GONÇALVES; Caroline de Souza Rosa PEREIRA; Áurea Esteves SERRA	297

EDITORIAL

FATEB: 30 anos transformando pessoas

Boaventura (2003) nos conta que todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum. Diz ele que a Ciência Moderna nos ensina pouco sobre a nossa maneira de estar no mundo, pois a ciência construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso. Ele critica o senso comum afirmando que ele é conservador e pode legitimar prepotências, mas alerta que se interpenetrado pelo conhecimento científico pode originar uma nova racionalidade. Portanto, o embate entre Ciência e Senso Comum incomoda, mas é necessário. A evolução humana depende disso.

Boaventura defende uma posição epistemológica antipositivista do conhecimento científico, afirmando que ele é socialmente construído, que o seu rigor tem limites e que sua objetividade não implica a sua neutralidade.

No processo de produção de conhecimento considera-se que o conhecimento científico é particular e restrito a pequena amostra da realidade e o senso comum orienta toda a experiência cotidiana e comum das pessoas. O mais importante deste processo é perceber que no conhecimento científico são descobertas relações universais entre os fenômenos, o que permite (supostamente?) prever acontecimentos e agir sobre a natureza de forma segura. E no senso comum, o conhecimento nasce de modo espontâneo diante da tentativa do homem resolver os problemas da sua vida diária gerando sentido a vida.

As ideias de Boaventura permitem uma reflexão acerca dos 30 anos da FATEB. Ao longo desse tempo, precisamente os quase vinte anos de magistério que tenho na FATEB, observando atentamente a interação entre os alunos e os professores, identifico com clareza o esforço de se produzir conhecimento pautado pela ciência e alimentado pelo senso comum. É isso que tem gerado sentido ao processo de produção de conhecimento a partir da comunidade acadêmica da FATEB. A revista **fateb.científica** é o resultado desse processo.

Na seleção dos artigos que compõem este primeiro número da Revista **fateb.científica**, considerou-se o esforço de se produzir conhecimento integrando o vivido e o teorizado, entre o concreto e o abstrato.

Os dois eixos temáticos da primeira edição da Revista **fateb.científica** apresentam doze textos, sendo seis da Administração e seis da Pedagogia.

Os seis artigos do eixo temático Administração dissertam sobre o ambiente organizacional moderno. Neste ambiente, a qualidade de vida no trabalho é uma característica preponderante e o planejamento estratégico é o pressuposto da sobrevivência das empresas. Além disso, no ambiente organizacional moderno, as estratégias de marketing, a gestão do capital de giro, o ponderamento do fluxo de caixa das empresas e a mensuração dos impactos da tributação ambiental nas organizações são elementos determinantes para a manutenção e eficiência deste ambiente.

Os artigos do eixo Pedagogia dissertam sobre o papel da leitura e da brincadeira como recursos didáticos determinantes na formação discente. Além disso, o conteúdo deste eixo privilegia a formação docente na educação básica utilizando-se, inclusive, de narrativas de alunos para contar a sua travessia dos processos formativos, da sua vida pregressa até a sua formação docente. Entretanto, o conteúdo alerta para a proletarização e precarização do trabalho

docente apontando como os professores são afetados pelas condições de trabalho e pelas novas formas de lidar como o cotidiano escolar.

Tenhamos consideração aos alunos, aos professores, a seus modos de pensar, sentir e agir, e pela produção de artigos que expressam seus esforços acadêmicos. Tomara que consigamos transcender e refletir o senso comum através da ciência. Consideramos a lição de Boaventura: O rigor científico tem limites e sua objetividade não é neutra, e o conhecimento é útil quando é dotado de ética. Boa leitura a todos!

Sandro Augusto Teixeira de Mendonça¹
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB)
Editor da fateb.científica
Contato: satmendonca@gmail.com

REFERÊNCIA

SANTOS, Boaventura de S. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª Edição. SP: Cortez. 2003. 92p.

¹ - Possui graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (1995), graduação em Estudos Sociais pelo Centro de Ensino Superior de São Carlos (ASSER) (1991), mestrado em Conservação e Manejo de Recursos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (2000) e doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP) (2006). Atualmente é professor III (doutor) e coordenador de Ensino, de Extensão e de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB). Tem experiência interdisciplinar em Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas e Filosofia, com ênfase em Sociologia, Sociologia da Educação e Organizacional, Sociologia Rural, Gestão da Qualidade, Gestão Ambiental e Governança Corporativa, Filosofia e Filosofia da Educação, Metodologia Científica. Principais temas: Condições de vida e trabalho, políticas públicas, pesca profissional artesanal, rio São Francisco.



Artigos / Articles



Artigos - Eixo Temático: ADMINISTRAÇÃO

Qualidade de vida no trabalho:
Um estudo sobre o ambiente organizacional moderno²

Autores:
Ana Paula de Souza BARREN³
Izamara Cristina JACOB⁴
Sandro Augusto Teixeira de MENDONÇA⁵

Data de submissão e aprovação do artigo: 01/10/2017

² - Este artigo foi escrito para cumprimento das exigências e requisito para aprovação da disciplina TCC II. A orientação da produção do artigo ficou sob-responsabilidade do Professor Dr. Sandro Augusto Teixeira de Mendonça.

³ - Aluna do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde 2014-2017.

⁴ - Aluna do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde 2014-2017.

⁵ - Possui graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (1995), graduação em Estudos Sociais pelo Centro de Ensino Superior de São Carlos (ASSER) (1991), mestrado em Conservação e Manejo de Recursos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (2000) e doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP) (2006). Atualmente é professor III (doutor) e coordenador de Ensino, de Extensão e de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB). Tem experiência interdisciplinar em Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas e Filosofia, com ênfase em Sociologia, Sociologia da Educação e Organizacional, Sociologia Rural, Gestão da Qualidade, Gestão Ambiental e Governança Corporativa, Filosofia e Filosofia da Educação, Metodologia Científica. Principais temas: Condições de vida e trabalho, políticas públicas, pesca profissional artesanal, rio São Francisco.

**Qualidade de vida no trabalho:
Um estudo sobre o ambiente organizacional moderno**

RESUMO

A temática da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) está relacionada com as estratégias corporativas pautadas pela qualidade e produtividade. Ela é o movimento de reação ao rigor dos métodos tayloristas e um instrumento que objetiva gerar uma maior humanização do trabalho, uma maior participação dos trabalhadores nas decisões e problemas organizacionais e o aumento do bem-estar destes. A presente pesquisa objetivou entender a QVT e sua contribuição para o crescimento do colaborador e da empresa. O ambiente de trabalho é o local onde as pessoas passam a maior parte do dia e o que acontece nesse ambiente reflete de forma positiva ou negativa na saúde física, mental e social dos colaboradores. Por meio da Pesquisa Bibliográfica verificou-se que a QVT gera satisfação para os colaboradores e produtividade para empresa, em função da dignidade humana gerada. Portanto, os programas de QVT adequados promovem a satisfação de trabalhar e a saúde do trabalhador reverbera na qualidade e produtividade do trabalho.

Palavras-chave: 1 Bem-estar de colaboradores, 2 Produtividade da empresa, 3 Dignidade humana.

ABSTRACT

**Quality of life at work:
A study of the modern organizational environment**

The Quality of Life at Work (QLW) theme is related to corporate strategies based on quality and productivity. It is the reaction movement to the rigor of Taylorist methods and an instrument that aims to generate a greater humanization of work, a greater participation of workers in organizational decisions and problems, and an increase in their welfare. The present research aimed to understand the QLW and its contribution to the growth of the employee and the company. The workplace is where people spend most of the day and what happens in this environment reflects positively or negatively on the physical, mental and social health of employees. Through the Bibliographic Survey it was verified that the QLW generates satisfaction for the employees and productivity for the company, in function of the human dignity generated. Therefore, adequate QLW programs promote the satisfaction of working and the health of the worker reverberates on the quality and productivity of the work.

Key words: 1 Well-being of employees, 2 Productivity of the company, 3 Human dignity.

APRESENTAÇÃO

Considera-se que as transformações e adaptações organizacionais são necessárias para o desenvolvimento das empresas, tendo a Gestão de Pessoas um papel fundamental nesse processo.

A Gestão de Pessoas tem a função de gerenciar o comportamento dos indivíduos que fazem parte da organização, utilizando-se de recursos que buscam valorizá-los perante a empresa.

As organizações modernas estão investindo em Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Elas querem com isso se destacarem e a preocupação com o bem-estar pessoal e profissional tem aumentado em decorrência das constantes mudanças globais. Em virtude disso, a QVT torna-se uma ferramenta importante para a organização a fim de proporcionar aspectos positivos para o colaborador e para a empresa.

A partir da década de 1960, cientistas, gestores e sindicatos notaram a importância da QVT no âmbito organizacional, os estimulando buscar formas de organizar o trabalho com o objetivo de reduzir os impactos negativos na saúde dos colaboradores. Diante disso, a temática QVT vem conquistando espaço no mundo empresarial, pois, tornou-se um diferencial entre as empresas, gera benefícios para as mesmas e aos colaboradores deixando-os motivados e comprometidos com a empresa.

A QVT é um tema relevante e benéfico aos colaboradores e empresa; porém, é necessário o uso de programas adequados para a obtenção da satisfação das pessoas. Manter um clima amistoso no ambiente corporativo é essencial para a qualidade de vida, uma vez que, a maior parte do tempo as pessoas passam nas instituições de trabalho.

Os acontecimentos do ambiente de trabalho influenciam no comportamento e rendimento das pessoas impactando a saúde do colaborador. É dever da empresa criar estratégias que transforme o ambiente corporativo em um ambiente de qualidade, com segurança, e que gere motivação e desenvolvimento para todos dentro da organização.

Com a relevância desse assunto, o presente trabalho tem como intenção explicitar a problemática: Como os programas de QVT podem gerar bem-estar e satisfação aos colaboradores e também produtividade para a empresa?

Para comprovação da problemática apontada, a presente pesquisa teve como objetivo estudar os principais conceitos de QVT e como eles podem contribuir para motivação dos colaboradores e, por conseguinte, para a evolução da empresa.

Através de Pesquisa Bibliográfica verificou-se que QVT traz benefícios para a empresa e seus colaboradores tais como: desenvolvimento da autoestima, empatia, motivação, diminuição de acidentes e doenças ocupacionais, maior produtividade, melhora a imagem da empresa junto aos colaboradores e sociedade, e com este desenvolvimento é possível reverter ou amenizar desgastes físicos e emocionais gerando satisfação no ambiente de trabalho em função da dignidade humana gerada.

DESENVOLVIMENTO

Em decorrência das transformações organizacionais, as empresas são desafiadas constantemente, exigindo de seus gestores comprometimento e atenção com as análises dos ambientes organizacionais e estratégias na busca pela sua sobrevivência, impulsionando seu crescimento (GULINI, 2005).

Para Maximiano (2012, p.4), as organizações são agrupamentos orientados por objetivos: “as organizações são grupos sociais deliberadamente orientados para a realização de objetivos”. Já Latorre (2015, p.21) define organização como uma unidade planejada e coordenada por sujeitos formais “planejadas intencionalmente construídas e reconstruídas a fim de atingir objetivos específicos em um conjunto de atividades e forças coordenadas conscientemente por duas ou mais pessoas”.

Segundo Silva (1986), a origem das organizações se deu da evolução do sistema de cooperação, onde acontece a alienação do trabalhador por conta do domínio do capital, criando-se, assim, uma hierarquia burocrática que divide o trabalho do artesão, em partes seguindo uma linha de produção, onde cada um passa a realizar uma função e suas habilidades são transferidas por máquinas, e o trabalho complexo passa ser simples e repetitivo.

Deste modo, considera-se que há uma correlação entre organização e burocracia; porém, em tal reflexão e de acordo com Thompson (1967⁶ apud MATOS e LIMA, 2007. p.7), existe um “crescente desequilíbrio entre os direitos de posições de autoridade, de um lado, e as capacidades e habilidades exigidas na era tecnológica, do outro, o que gera tensões e inseguranças no sistema de autoridade”. Neste sentido, como forma de defesa da maioria dos funcionários surge a

⁶ - THOMPSON, V. A. Moderna organização. Rio de Janeiro: Centro de Publicações Técnicas da Aliança para o Progresso Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil – USAID, 1967.

organização informal (MATOS e LIMA, 2007).

Levando em consideração o fato de se ter atribuições específicas na organização, a Gestão de Pessoas entra em ação para liderar os processos organizacionais com o intuito de superar os desafios competitivos em relação as mudanças globais (GIL, 2007).

Portanto, o contexto de Gestão de Pessoas agora também denominado gestão de talentos humanos é constituído por pessoas e organizações, no qual, ambas dependem uma da outra para atingirem seus objetivos. “A moderna Gestão de Pessoas (GP) consiste em várias atividades interativas entre si no sentido de obter efeitos sinérgicos e multiplicadores, tanto para as organizações como para as pessoas que nelas trabalham” (CHIAVENATO, 2008. p.14).

Deste modo, verificou-se que para a organização alcançar seus objetivos com êxito é preciso saber centralizar os esforços das pessoas para que estas também atinjam seus objetivos individuais e que ambas as partes saiam ganhando; portanto, há a necessidade de tornar as organizações mais conscientes e atentas quanto aos seus colaboradores, o que é compromisso da Gestão de Pessoas de administrar esses processos (GIL, 2007).

A Gestão de Pessoas busca aprimorar seus procedimentos com a implantação da QVT dentro das organizações, mostrando para os colaboradores a importância deles para a empresa, gerando motivação dos mesmos, e ao mesmo tempo aumentando a produtividade da empresa (CARVALHO, 2014).

Diante do exposto, as organizações passaram por inúmeras transformações e buscam crescer e se destacar no mundo empresarial. Um dos fatores que influenciaram essas mudanças foi a globalização, o qual proporcionou uma visão global do negócio, fazendo com que os gestores fossem em busca de novas estratégias para reestruturar os processos organizacionais (MENEGHELLI, 2017).

Guidi (2014) destaca que no início do século XX as organizações adotavam o modelo mecanicista. Ele valorizava a linha de trabalho pautada no aumento do

capital em função da extração da mais valia. Nesse sistema os proprietários dos meios de produção que faziam parte das grandes potências da época exploravam a força de trabalho em troca de um pequeno salário, mas, com o aumento das multinacionais essa concepção foi evoluindo passando a valorizar seus empregados e oferecendo benefícios com o intuito de obter lucro e desenvolver a vontade de trabalhar, garantindo, assim, que as organizações atingissem seus objetivos à contento.

Afirma Juchem (2011) que a globalização fez com que as empresas se modernizassem em meio ao cenário competitivo e econômico, passando por diversas mudanças como: terceirização das tarefas operacionais, delegar tarefas táticas aos gerentes de linha, buscar consultoria interna de Recursos Humanos que atuam para facilitar os processos das atividades estratégicas, orientando pessoas com o propósito de gerar benefícios aos colaboradores e empresa.

Diante disso, Buccelli (2017) relata que para a sobrevivência das organizações se faz necessário aprender, inovar e definir novas estratégias e ações que visam minimizar o impacto das mudanças impostas ao ambiente organizacional e, assim, conseguir agregar valores para a organização como um todo.

Uma das características adotada pelas empresas que buscam manter-se em equilíbrio no mercado é a admissão de uma gestão mais flexível que facilita a forma de estruturá-la, analisar cenários alternativos e investir em novos desenvolvimentos. Para tanto, é essencial a adequação e adaptação das organizações frente às modernizações (WEG, 2009).

Considerando que a produtividade das organizações não dependem apenas de fatores econômicos, mas também da conduta social, as empresas buscam apoio juntamente ao departamento de Gestão de Pessoas para a implantação da QVT com o objetivo de otimizar o potencial humano, gerando dignidade humana. Portanto, fica evidente que a qualidade de vida proporcionada as pessoas é essencial para o desenvolvimento da organização (BARBOSA e SILVA, 2002).

A qualidade de vida é um termo utilizado por diversas áreas de estudo e,

mesmo com tanta relevância na literatura brasileira, ainda não existe um consenso conceitual que de fato a defina. Porém, há coerência na definição entre diversos pesquisadores pelo fato de estarem relacionadas aos fatores de saúde e aos elementos como trabalho, relacionamento social e outras circunstâncias do cotidiano que são cruciais para a vida das pessoas (PEREIRA et al., 2012; DANTAS et al., 2003).

Na lógica da QVT, para muitas pessoas o trabalho é definido como estrutura de tempo: dia, meses e anos; definido como divisor de atividades e até legitimado socialmente as fases da vida como: estudo, trabalho e aposentadoria. Por outro lado, no sentido avaliativo, alguns veem o trabalho como forma de aplicação de capacidade em que se tornarão responsáveis pela própria condição humana (BASTOS et al., 1995).

Chiavenato (2004, p.61) define trabalho como sendo todas atividades praticadas pelos seres humanos que propiciam a transformação do sistema produtivo. Para o autor “Trabalho é toda atividade humana voltada para a transformação da natureza, no sentido de satisfazer uma necessidade. Trata-se de um dos fatores de produção para os economistas, juntamente com a natureza e o capital”.

Desse modo, considerando as atividades de desenvolvimento humano, o trabalho exerce grande influência sobre a motivação, satisfação e produtividade dos colaboradores. Vale destacar que os problemas de desempenho são visíveis em muitas organizações e inclusive se tornou um dos fatores de maior preocupação por parte dos gestores (MORIN, 2001).

Almeida et al. (2012) ressaltam que a QVT depende das ações de cada indivíduo dentro das organizações, independentemente do nível hierárquico que fazem parte. O autor contribui ainda dizendo que com possíveis mudanças de hábito, o grau de melhoria e satisfação de todos os envolvidos na organização pode se expandir.

Com o advento das mudanças globais a partir de meados do século XX, as

organizações sentiram a necessidade de se adaptarem aos novos cenários. Concomitante a tais mudanças, a QVT passou por várias mudanças conceituais abarcando a valorização dos comportamentos e atitudes pessoais, reestruturação do trabalho, a inovação e a melhoria do ambiente organizacional, a fim de proporcionar condições de trabalho que gerasse motivação, recompensas, comunicação, oportunidades, realização pessoal e profissional para o trabalhador (HONÓRIO e MARQUES, 2001).

Existem diversas abordagens conceituais sobre a QVT. Rodrigues (1994) afirma que a QVT tem sido preocupação para o homem e sempre esteve direcionada para facilitar e trazer a dignidade humana ao trabalhador.

França (1997) corrobora dizendo que a QVT é um agrupamento de processos que busca melhorias no âmbito organizacional para contribuir com o crescimento de todos os envolvidos.

Segundo Moreira (2006), a QV tem relação expressa com os elementos subjetivos e elementos objetivos. Para o autor “a qualidade de vida possui uma relação direta tanto com os elementos subjetivos (que são geradores singulares de bem-estar), quanto com os elementos objetivos (bens materiais e serviços, indispensáveis para o alcance e manutenção da dignidade humana)”. Dessa forma, a QVT engloba o gerenciamento dos riscos das necessidades humanas visando evitar que a empresa empregadora não respeite a dignidade do colaborador (FERREIRA, 2010).

A QVT auxilia as organizações à terem melhor desempenho na modificação do comportamento organizacional, pois antes de tudo, os trabalhadores são seres humanos que enfrentam eventualidades internas e externas. Estes estão sujeitos a vários problemas que quando subestimados ou negligenciados pelos gestores, podem acarretar comportamentos que poderão interferir no clima organizacional e, conseqüentemente, afetar a competitividade da empresa no mercado. Vale mencionar que o comportamento e as necessidades de cada pessoa são específicas, por este motivo, deve-se atentar a esses aspectos não utilizando de

ações padronizadas para solucionar uma diversidade de situações (REZENDE e ARAUJO, 2011).

Os programas de QVT são ações que as organizações praticam para proporcionar bem estar aos colaboradores. Também se caracteriza por desenvolver e manter o comprometimento e a motivação do trabalhador, contribuindo com inúmeros benefícios (ALVES, 2011).

As organizações modernas estão aderindo os programas de QVT a fim de proporcionar e contribuir para uma vida saudável e de qualidade aos colaboradores, de modo que eles exerçam seu papel na sociedade com eficácia. Posto isto, as experiências positivas relacionadas à saúde e bem estar dos colaboradores são fenômenos essenciais para o desempenho adequado e competitivo das organizações. Quanto mais satisfeitos e felizes estiverem os colaboradores, mais produtivos serão. (FERNANDES, 1996).

Gil (2001), afirma que os programas de QVT tem o propósito de criar uma organização humanizada por meio da responsabilidade, autonomia no trabalho, recebimento de *feedback* de desempenho, diversidade e adequação de tarefas, e desenvolvimento do potencial humano dos trabalhadores.

Segundo Santos (2010), com a implantação dos programas de QVT as organizações adquirem melhores resultados organizacionais, tais como: redução das reclamações, menor rotatividade de pessoal, menor índice de absenteísmo, isto é ausência no processo de trabalho, menor incidência de doença; redução de custos com contratações e assistência médica; conflitos interpessoais; aumento da produtividade; estímulo aos funcionários pela busca de aperfeiçoamento profissional; aumento do sentimento de confiança e credibilidade do colaborador com a empresa; entre outros.

Vasconcelos (2001) salienta que os programas de QVT proporcionam maior resistência ao estresse, estabilidade emocional, motivação e eficiência no trabalho, beneficia as empresas com uma força de trabalho favorável, bem como com a redução da rotatividade e incidência de acidentes, gerando produtividade e um

ambiente de trabalho saudável.

Na busca pela excelência e atendimento das necessidades humanas, no que se refere a implantação dos programas de QVT, algumas etapas e critérios devem ser seguidos. A princípio não se deve dispensar o apoio teórico na prática técnica, mesmo que os programas já estejam sendo executados. As fases para implantação se aplicam a todas organizações, sendo elas: Sensibilização, preparação, diagnóstico, concepção e implantação do projeto (GONÇALVES et al., 2013).

Alves (2011) aponta algumas ações de promoção e programas de QVT. Destaca-se que a ginástica laboral são séries de exercícios físicos e de relaxamentos praticados e orientados no ambiente de trabalho e, que proporciona melhores condições físicas e mental para os colaboradores. Reduz afastamento por motivos de saúde, lesões causadas por postura inadequada e movimentos repetitivos; reduz sedentarismo, melhora o ritmo; aumenta a resistência; coordenação; proporciona bem estar; autoestima; disposição para o trabalho; melhora a interação entre os colaboradores e aumenta a produtividade devido a realização de pausas estimular a concentração das pessoas nas atividades, as tornando mais comprometidas com a produção.

O treinamento e desenvolvimento são processos para mudanças de comportamento, comunicação, liderança, motivação e habilidades. É considerado uma ferramenta que garante a competitividade no mercado, ajuda capacitar e reter o pessoal, alinham as atividades com o propósito das pessoas e organização. Sua prática resulta em melhor relacionamento em equipe, aumento da capacidade intelectual, aperfeiçoamento das atividades, aumento da produtividade, satisfação profissional, e entre outros (Idem).

As ações de estudo de cargos e salários são mecanismo que estabelecem a remuneração paga aos colaboradores, a fim de tornar condizente o salário com o cargo e função exercida e, contribuem para o aumento da motivação, satisfação e produtividade das pessoas e organização (Idem).

Os benefícios são vantagens e facilidades oferecidas aos funcionários, pode

ser monetária ou não monetária. É também conhecido como remuneração indireta, isto é, parte do salário convertido em serviços, tais como: planos de assistência médica, assistência odontológica, vale-alimentação ou cesta básica, vale-transporte, gratificações. Quaisquer que sejam a espécie dos benefícios, deixam os colaboradores mais motivados ao cumprimento de suas funções, aumenta a satisfação das necessidades pessoais, contribui para o aumento da produtividade e lucro da empresa (Idem).

As campanhas preventivas são conjunto de medidas de prevenção de doenças e acidentes que educa, estimula e capacita as pessoas se auto cuidar e auto tratar. As campanhas contribuem para a redução de afastamentos e faltas por motivos de doenças ocupacionais e, lesões por esforço repetitivo. A realização das mesmas pode ser feita com palestras educativas com ações individuais e corretas (Idem).

As orientações nutricionais referem-se ao acompanhamento periódico para reeducação alimentar que visa oferecer melhor qualidade de vida e hábitos saudáveis. As orientações nutricionais ajuda reduzir o índice de obesidade, aumenta a disposição e desempenho e, por conseguinte, aumento da produtividade (Idem).

A Avaliação de desempenho são processos que permite a empresa medir e avaliar o desempenho e comportamento de cada colaborador na organização. Os resultados da avaliação possibilita a empresa tomar decisões a respeito de salários, bonificações, treinamento, promoções, proporcionar crescimento e desenvolvimento dos colaboradores (Idem).

A Higiene e Segurança do Trabalho são normas e procedimentos que objetiva proteger a integridade física e mental dos colaboradores, buscando preservá-los dos riscos de saúde provenientes do ambiente, tais como: umidade, iluminação inadequada, temperatura e ruídos. A Segurança do Trabalho são medidas adotadas a fim de minimizar os acidentes com o uso de equipamentos adequados que evitem lesões. A adequação de seus fatores, gera um ambiente de trabalho saudável e produtivo. Locais para descanso e alimentação adequados também são

considerados fatores de Higiene e Segurança do Trabalho (Idem).

Diante disso, verifica-se que as organizações que implantam os programas de qualidade sem fazer uma análise do ambiente organizacional e um planejamento estratégico, possivelmente terão resultados contrários ao desejado, pois cada organização possui qualidade própria não se encaixando ao perfil de quaisquer programas padronizados (ALVES, 2011).

Coutinho et al. (2010) reiteram que a quantidade e diversidade de ações de QVT implantadas nas organizações reforçam a necessidade das práticas de gestão do programas de QVT, capazes de colaborar na implantação, manutenção e mensuração dos resultados.

Não obstante, os modelos de gestão e organização do sistema produtivo passam por alterações, em decorrências de mudanças tecnológicas, transformações conceituais da filosofia e sistemas de gestão de Recursos Humanos, que são considerados uma das fontes primordiais para a vantagem competitiva das organizações (ROTH, 2011).

Diante disso, a adequação às mudança é importante para que a produtividade da empresa seja mais um fator competitivo, pois contribui positivamente ou negativamente para o crescimento econômico da empresa e do país. Além de ser um fator de influência interna e externa da organização, a produtividade também é influenciada pelo custo do trabalho, pelo volume do investimento no negócio pela gestão e métodos de trabalhos, pela quantidade dos produtos e pelo uso da tecnologia (NIGRO, 2005).

A produtividade e seus indicadores sempre foram utilizados pelas pessoas, organizações e nações com a finalidade de medir e acompanhar o desenvolvimento de suas atividades. Durante muito tempo as organizações mediram o nível de produtividade por meio da comparação entre os resultados produtivos e a quantidade de empregados, focados na expansão de seu negócio em decorrência do aumento da produção. Com o tempo, as formas de medir foram se modificando e passou a relacionar os resultados da produção com outros recursos como: matéria

prima, insumos e energia (KING, et al., 2011).

Segundo Nigro (2005), existem duas formas de conceituar produtividade: parcial e total. A primeira deve ser utilizada para determinar seu índice, ou melhor, indicar a quantidade de horas de trabalho por unidade produzida, ou seja, produtividade parcial é a relação entre o produzido e os recursos consumidos, são os elementos essenciais da produção de produtos ou serviços. Já a produtividade total representa a melhora do produto por conta do aperfeiçoamento da produção com o uso das novas tecnológicas e avanço da gestão de qualidade.

Várias organizações têm buscado revisar as suas estratégias com o intuito de criar vantagens competitivas permanentes. O crescente aumento dos fatores de competitividade, pressões trabalhistas, distribuição de ganhos e preservação do meio ambiente, faz com que as empresas obtenha uma gestão de produtividade integrada. No entanto, para determinar a produtividade nas organizações é necessário criar um modelo de gestão integrado e coerente a estrutura da empresa, e assim contribuir para o crescimento da empresa. (KING, et al., 2011).

Segundo Martin (2004), a falta de um sistema que ofereça proteção social adequados, bem como condições para a realização das necessidades humanas descritas por Maslow, são os aspectos e fatores que representam os motivos das falhas e problemas das organizações, e que dificultam a QVT.

Figura 1 Pirâmide de Maslow



Fonte: Ramos e Ferreira (2010, p.77).

As necessidades apresentadas na pirâmide de Maslow representam os desejos das pessoas em relação a si próprias, ao trabalho e a sociedade. Como visto, a hierarquia de Maslow é definida em uma série de cinco necessidades (RAMOS e FERREIRA, 2010).

As necessidades fisiológicas representam as necessidades fundamentais para a sobrevivência, tais como: a alimentação, sono, satisfação sexual, proteção e etc. As necessidades de segurança estão vinculadas com as necessidades de se sentir seguro e protegido. Elas surgem quando as necessidades fisiológicas são realizadas. As necessidades sociais são necessidades de conviver com as pessoas, se sentir parte de um grupo, ter amigos, receber carinho, afeto entre outros. Já as necessidades de autoestima e de auto realização incluem a realização própria, reconhecimento do potencial de si mesmo, autoconfiança, prestígio profissional e a realização de todas as outras necessidades, representa a realização pessoal e a capacidade de desenvolver suas potencialidades, respectivamente (Idem).

Segundo Gonçalves et al. (2013), a falta de motivação dos colaboradores para realização de um bom trabalho, muitas vezes é decorrente da falta de preocupação das organizações ao proporcionar qualidade de vida aos mesmos. Portanto, a solução é as organizações se conscientizarem sobre o fato de que ter maior produtividade e desempenho do negócio é imprescindível gerar qualidade de vida aos colaboradores, pois qualidade de vida deveria ser um direito do trabalhador.

Com a busca por diferencial e vantagem competitiva no mercado, muitas organizações percebem a necessidade da valorização do colaborador; portanto, nota-se que a QVT e a produtividade são componentes intrínsecos para a progressão do ser humano e da organização (SILVA e MATOS, 2017).

Uma das preocupações e propósito das organizações é diminuir os conflitos no ambiente de trabalho, bem como os resultados negativos das organizações provindos dos fatores citados anteriormente, sendo essas algumas das condições que influenciam na sobrevivência da organização. A fim de reverter esse quadro muitas utilizam como estratégias os programas de QVT, que são fontes que geram

motivação aos funcionários e aumento na produtividade (RIBEIRO e SANTANA, 2015).

Gonçalves et al. (2013) reforçam que a QVT deveria ser um direito do trabalhador e estabelece profundo respeito pelas pessoas e auxilia as organizações a terem colaboradores motivados e que trabalhem ativamente nas atividades elevando os níveis de qualidade, produtividade e adequando as formas de recompensa. Por meio da QVT as organizações têm grandes chances de dispor de um ambiente de trabalho salubre para todos, criando oportunidades para a geração de novas ideias para os processos organizacionais.

A princípio, as barreiras para a implantação dos programas de QVT estão relacionadas a cultura das organizações, área de Recursos Humanos e a relação da empresa com o funcionário. As mudanças desses processos podem ocasionar a aversão das pessoas, gerando resistências intencionais e não intencionais que impactam na implantação dos programas de forma positiva ou negativa (GOMES et al., 2017).

Timossi et al. (2006) afirmam que a cultura organizacional é um dificultador inicial na implantação da QVT, pois empecilhos são gerados ao se cogitar possíveis mudanças de princípios, crenças e valores que terão de ser executadas; porém, quando entendido o conceito de QVT, a organização passa a auxiliar e valorizar os programas.

Apesar da tendência nos modelos atualizados de Gestão de Pessoas, a dificuldade de alguns líderes compreenderem como incorporar os programas de QVT às estratégias da organização ainda é uma característica existente no ambiente organizacional. O custo é uma preocupação, pois algumas organizações não se sentem asseguradas quanto ao retorno que terão as suas finanças e à melhoria da produtividade (OGATA e SIMURRO, 2009).

A busca por melhorias por meio da QVT não pode ser encarada como custo no planejamento, visto que, levando em conta os custos gerados com ações trabalhistas e afastamentos são superiores aos das medidas preventivas. Sendo

assim, a organização deve ter práticas preventivas o que tornará as atividades mais humanizadas; portanto, cada organização deve mudar sua cultura de práticas de saúde e redução de riscos no âmbito de trabalho (ALVES, 2011).

Existe considerável dificuldade por parte dos profissionais que trabalham com os programas de QVT em esclarecer aos líderes quais investimentos serão essenciais e quais as vantagens concebidas para a empresa. Assim sendo, a organização deve identificar através de um questionário em que fase a mesma se encontra para melhor se preparar e implantar dos programas e ações de QVT (OGATA e SIMURRO, 2009).

Dessa forma, a falta de consciência da gerência e do departamento de Recursos Humanos quanto ao bem-estar dos funcionários, provocará impacto a prática de QVT devido à inexistência de ações preventivas e programas de QVT que minimize os problemas do dia a dia nas atividades, desgastes físicos e emocionais dos colaboradores (RIBEIRO e SANTANA, 2015).

Outro fator é a inadequada coordenação, pois a pessoa encarregada de coordenar a implantação dos programas deve dispor de características tais como: ser organizada, apresentar habilidade interpessoal, ter espírito de liderança; e não ser uma pessoa persistente, com ideias fixas que por vezes pode incomodar ou aborrecer os outros. Dispor de uma boa coordenação pode garantir uma implantação eficaz e com bom funcionamento ao longo do tempo (FILHO, 2010).

Todavia, vale destacar que a QVT não pode ser confundida com benefícios nem atividades festivas, mesmo que essas sejam importantes (ALVES, 2011). É necessário que a alta administração da organização tenha essa consciência e procure detectar as necessidades das equipes para pôr em prática estratégias de melhorias que visem solucionar e prevenir contextos relativos a motivação e satisfação dos colaboradores (RIBEIRO e SANTANA, 2015).

Na medida em que as organizações se modernizam e buscam competitividade, ter uma equipe preparada para encarar os desafios cotidianos é imprescindível para alcance dos objetivos. Diante da competitividade e da

globalização as empresas precisam de profissionais com novas competências e que contribuem para evolução da equipe, por meio da interação e troca de informações (MELLO, 2010).

No ambiente laboral, a formação acadêmica e especialização são fundamentais, sendo que as habilidades e qualidades dos trabalhadores fazem toda diferença para que consigam atender às exigências das atividades. Dentre várias características destaca-se o trabalhador dotado de “iniciativa, criatividade, liderança, aprendizagem contínua, boa comunicação, habilidade para trabalhar em equipe e capacidade de planejamento da carreira” (IBE-FGV, 2013. s/n).

Diante do contexto supracitado é importante que as organizações implementem ações e estratégias que preserve a dignidade humana dos colaboradores.

Verifica-se que a função da dignidade humana é garantir aos trabalhadores, por meio de leis constitucionais, proteção de direitos que satisfaça suas necessidades biológicas; que sejam respeitados individualmente, notados no meio social e sejam valorizados. Vale ressaltar que os seres humanos concretizam suas realizações quando o ambiente em que estão inseridos apresenta as seguintes dimensões: “a ética, a política, a religião, a ciência, a economia e a arte, de maneira harmônica, interativa e interdisciplinar. Por vez, a dignidade humana tem valor único e individual e jamais poderá ser sacrificada por quaisquer interesses coletivos” (SANTOS, 2012. s/n).

É crescente o número de pessoas que buscam trabalho em empresas que ofereçam benefícios aos colaboradores e que valorizem seu potencial. O interesse das pessoas passa a ser ainda maior quando a organização disponibiliza plano de carreira para seus empregados, estimulando, assim, o crescimento pessoal e profissional do indivíduo dentro da organização (SOUZA, 2016).

RESULTADOS

A QVT tem contribuído sobremaneira para o crescimento do colaborador e da empresa. Ela pressupõe a implementação de programas específicos que favorecem tanto o trabalhador quanto a empresa. Esse método busca atender as necessidades humanas pautado na humanização e responsabilidade social da empresa reduzindo efeitos negativos do trabalho em relação a saúde física e psíquica dos colaboradores.

Considerada como um movimento de resposta contrária aos métodos tayloristas, o referencial teórico e conceitual da QVT passou por uma evolução gerada em decorrência da globalização. Considerando que seu foco é tornar as organizações mais humanizadas, a abordagem humanista passou a ser vista como um conjunto de processos criados a partir das demandas das empresas e das pessoas ao identificar falhas, fazer planejamento, avaliar e transformar o local de trabalho em um ambiente agradável, entre outros.

Os processos da QVT passam por eventualidades, de acordo com a realidade e contexto de cada empresa. Ela é importante para o alinhamento dos objetivos da organização e dos colaboradores. A QVT serve para identificar as necessidades das pessoas e das empresas, considerando a situação do ambiente corporativo, sua cultura, crenças e valores, o que legitima as ações pertinentes para cada caso e, desta forma, contribuí para a realização de todos.

O contexto de programa de QVT é amplo e envolve diversos conteúdos que oportuniza melhorias e possui um leque de opções de ferramentas para aplicação de atividades e projetos. No entanto, existe necessidade do constante estudo de suas variáveis, isto é: da cultura, comportamento organizacional, clima organizacional, estágio de prontidão que a empresa se encontra e que apresenta a capacidade de receber ou não as mudanças, pois o que pode ser relevante para uma organização

ou grupo pode não ser para outros.

Sabe-se que não é aconselhável implantar quaisquer programas desenvolvidos sem análise e planejamento, pois, o que determina quais programas e ações que serão capazes de sanar as carências e deficiências do ambiente organizacional de cada empresa é a própria estrutura organizacional. Portanto, é preciso fazer uso correto das fontes de informações disponíveis.

Os programas e ações comuns e mais usados pela maioria das empresas e, que geram resultados satisfatórios são: ginástica laboral, treinamento e desenvolvimento, estudo de cargos e salários, benefícios, campanhas preventivas, orientações nutricionais, avaliação de desempenho e, higiene e segurança do trabalho.

Os programas e ações de QVT funcionam como uma espécie de instrumento de atração, no qual concilia os interesses dos trabalhadores e organização, estimulando o desenvolvimento pessoal e profissional, em razão de que o objetivo principal dos programas de QVT é formar uma organização mais humanizada, onde as pessoas sintam-se motivadas a interagir socialmente, buscar novos conhecimentos, aderir novos hábitos, conquistar novas habilidades e aumentar o seu bem estar físico e mental.

É perceptível os resultados positivos dos programas e ações de QVT nas empresas que aderem os processos de melhoria realizados e seguidos corretamente quando todos são implantados. Para isso, as organizações devem realizar processos de preparação e sensibilização, diagnóstico, concepção e implantação de projetos de QVT, pois são fatores determinantes para que não ocorra ou ao menos minimize as chances de resistências dos colaboradores.

Os resultados e conquistas das empresas estão relacionados com a qualidade de vida proporcionada aos trabalhadores. Empresas que tem como um de seus principais objetivos promover o bem-estar, desenvolver um ambiente de trabalho satisfatório e humanizado, terão colaboradores mais motivados e produtivos.

O desempenho e a força das empresas dependem das pessoas que nelas trabalham. Por isso, a ausência da QVT afeta significativamente o comportamento e

desempenho dos colaboradores que, por conseguinte, afetam a competitividade no mercado e sobrevivência da organização.

Considerando que as pessoas passam a maior parte do dia no local de trabalho, as pressões cotidianas podem causar conflitos e estresse. Sendo assim, pode-se afirmar que uma empresa de qualidade não necessariamente é aquela que paga melhor, mas sim a que desenvolve estratégias com o objetivo de construir um ambiente descontraído, que promove motivação aos colaboradores, por meio da realização de suas necessidades básicas e profissionais.

Se preocupar com o funcionário é a chave para a redução de custos com tributos gerados pelo afastamento por motivos de saúde, absenteísmo, rotatividade e segurança, visto que, esses fatores estão relacionados com as condições sociais que a empresa oferece. Portanto, a produtividade e qualidade dos produtos e serviços só são alcançadas com a prática diária das ações de QVT nas relações com todos envolvidos na empresa.

A QVT possibilita melhor convívio do colaborador com a organização, os tornando mais confiantes e satisfeitos com o local de trabalho. Assim, ao serem motivados buscam novos conhecimentos e aperfeiçoamento profissional, estreitam o relacionamento interpessoal e o contato com familiares se torna mais saudável devido a redução do nível de estresse. É sabido que as pessoas menos estressadas e tristes aproveitam mais o tempo no trabalho e são mais produtivas, bem como em outras áreas da vida, em razão do equilíbrio psíquico que aprendem a ter por meio das ações e programas de QVT.

As melhores condições de vida no ambiente de trabalho refletem diretamente na produtividade dos colaboradores e das empresas, pois pessoas que se sentem valorizadas e motivadas trabalham com mais empenho, dedicação e comprometimento, dando o melhor de si no alcance dos objetivos e êxito da empresa.

O investimento em equipamentos sofisticados, adesão de tecnologia avançada, melhoria nas instalações físicas são apenas alguns fatores que geram produtividade e qualidade de vida para o trabalhador. No entanto, não é o suficiente para que

a organização e as pessoas tenham melhor desenvolvimento. É fundamental que os gestores e líderes tenham atenção e cuidado com as situações que rodeiam cada indivíduo.

Verificou-se que a qualidade de vida do trabalhador e a produtividade são fatores indistintos. Desta forma, ficou evidente que o investimento em QVT é importante não só para os colaboradores, mas para a empresa como um todo, sendo que sua ausência pode gerar transtornos significativos para a organização e para o profissional acarretando perda de produtividade.

Mudar as rotinas e as práticas organizacionais de uma empresa não é uma tarefa simples. Muitas delas enfrentam obstáculos na implantação da QVT devido à falta de comprometimento de toda a organização. Este fator é fundamental para concretização dos processos de implantação das estratégias de melhorias.

Os entraves da implantação da QVT dizem respeito a diversos outros fatores e variam de acordo com o contexto organizacional de cada empresa. Uma das dificuldades que as empresas lidam é com a resistência das pessoas às mudanças, que decorre da falta de comunicação, adesão de programas padronizados e pessoas despreparadas para administrar os processos. Outros entraves, correspondem a falta de esclarecimento dos investimentos necessários e das vantagens concebidas para a organização e colaboradores, o qual gera dúvidas sobre implantar ou não os programas e ações de QVT. Há também a falta de suporte, de recursos financeiros, entre outros.

Diante dos fatos, para que consigam proceder com as mudanças e minimizar os impactos nas etapas de implantação, as organizações devem ter consciência que a QVT é um investimento que gera qualidade de vida aos colaboradores e leva a melhorar a produtividade.

Desta forma, os cuidados devem ser redobrados principalmente com os tipos de programas e ações a serem colocados em prática, com a comunicação, o tipo de abordagem e o momento ideal para sua realização. Deve ficar evidente o motivo

das mudanças, bem como os benefícios e vantagens que serão gerados para as pessoas e empresa.

Os profissionais de Recursos Humanos, gestores e líderes são encarregados de realizar tarefas relativas a QVT; portanto, os mesmos devem estar capacitados, preparados e comprometidos com os objetivos e metas das organizações para logo, gerenciar a mudança de forma transparente, conduzir e participar dos processos de gestão com eficácia. Não deve haver qualquer tipo de preconceito e discriminação e a partir daí consigam envolver todos nas etapas de implantação e controle da QVT.

A postura e atitude correta dos coordenadores da QVT contribui para a identificação de comportamentos negativos e positivos, análise do grau de realização das expectativas dos colaboradores e empresa e, ajuda no fornecimento e recebimento de *feedback*.

Deste modo, ficou evidente que mesmo diante das dificuldades as empresas precisam alinhar suas estratégias rapidamente à fim de proporcionar melhores condições de vida aos colaboradores que, por conseguinte, proporcionará melhor funcionamento da organização, compreensão e comprometimento de todos, maior produtividade e, vantagem competitiva no mercado.



CONCLUSÃO

A qualidade de vida se tornou condição de sobrevivência das empresas e de desenvolvimento do ser humano. Em virtude disso, as organizações devem enfrentar as constantes transformações do mercado, fazer uso de suas competências internas e aderir um modelo de gestão que se ajuste ao seu contexto organizacional para criar e implantar técnicas mais ágeis e eficazes nos processos de configuração do âmbito empresarial, a fim de satisfazer as necessidades dela e de seus colaboradores.

A QVT contribui para o crescimento do colaborador e da empresa. Os programas e ações de QVT adequados geram uma organização mais humanizada e possibilita aos colaboradores vislumbrarem maior dignidade humana. A QVT permite alinhar os interesses dos *stakeholders* com as estratégias da empresa e auxilia no atendimento das necessidades funcionais e psicológicas.

A predisposição dos colaboradores está relacionada com as condições sociais que lhe são oferecidas. Portanto, as condições adequadas de um ambiente de trabalho resultam na melhoria da saúde física e psíquica das pessoas, no bem-estar e na auto realização de seus desejos e, conseqüentemente na melhoria da produtividade.

Considerando que a qualidade de vida no trabalho gera satisfação para os colaboradores e produtividade para a empresa verificou-se que a qualidade de vida no trabalho é um método que busca atender as necessidades humanas pautado na humanização e responsabilidade social da empresa. Ela leva a maior satisfação entre os colaboradores provocando maior produtividade para a empresa em função da dignidade humana gerada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L.; MARQUES, R. **Qualidade de vida**. São Paulo, 2012. 142p. Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP. Disponível em: < http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/qualidade_vida.pdf>. Acessado em: 24 de março de 2017.
- ALVES, E. F. **Programas e ações em qualidade de vida no trabalho**: possibilid e limites das organizações. Revista Eletrônica Fafit/facic, v.2, n.1, jan./jun. 2011. p.14-25.
- BARBOSA, S. L.; SILVA, C. L. M. Estratégia, Fatores de Competitividade e Contexto de Referência das Organizações. **Uma Análise Arquetípica**, v.6, p.7-32, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v6n3/v6n3a02.pdf>>. Acessado em: 18 de março de 2017.
- BASTOS, A. V. B.; PINHO, A. P. M.; COSTA, C. A. **Significado do trabalho**: um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. RAE - Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 6, p.20-29, nov/dez. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n6/a04v35n6.pdf>>. Acessado em: 24 de março de 2017.
- BRASIL. Constituição (2012). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf>. Acessado em: 28 de abril de 2017.
- BUCELLI, D. O. **Aprendizado e cultura da inovação no ambiente organizacional**. São Paulo, 2007. 31p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Disponível em: < <http://www.uniemp.org.br/livros/educacao-para-inovacao/h-Dalton.pdf>>. Acessado em: 18 de março de 2017.
- CARVALHO, M. F. S. Gestão de Pessoas: **Implantando qualidade de vida no trabalho sustentável nas organizações**. Revista Científica do ITPAC, Araguaína, v.7, n.1, Pub.6, Jan 2014.
- CARVALHO, F. J.; MARTINS, T. P. E.; PAPANDRÉA, J. P. **Qualidade de vida no trabalho e fatores motivacionais dos colaboradores nas organizações**. Edição em foco, edição n.7, p. 21-31, 2013.
- CHIAVENATO, I. Administração Científica. In: **Introdução à teoria geral da administração**. 3ª Edição. RJ. Elsevier, 2004. p.41-62.
- CHIAVENATO, I. Introdução a Moderna Gestão de Pessoas. In: **Gestão de pessoas**. 3ª Edição. SP: Elsevier, 2008. p.3-32.

- COUTINHO, M. L. G.; MAXIMIANO, A. C. A.; LIMONGI-FRANÇA. A. C.
Implementação de Programas de Qualidade de Vida no Trabalho com o Modelo de Gestão de Projetos. Revista de Gestão de Projetos – GeP. São Paulo, v 1, p. 172-89, 2010.
- FERNANDES, E. C. **Qualidade de vida no trabalho:** como medir para melhorar. Salvador BA: Casa da Qualidade, 1996. 128p.
- FERREIRA, R. R.; FERREIRA, M. C.; ANTOGLA, C. S.; BERGAMASCHI, V.
Concepção e implantação de um programa de qualidade de vida no trabalho no setor público: o papel estratégico dos gestores, R.Adm, São Paulo, v.44, n.2, p.147-57, Abr/Jun 2009.
- FERREIRA, T. K. M.; TODESCAT, M.; WEINZIERL, G. **Qualidade de Vida no Trabalho:** um desafio a ser perseguido. Congresso Virtual Brasileiro – Administração, v.1, p. 1355-75, 2010.
- FERREIRA, T. M. (2010). **O valor das pessoas e da inovação nas empresas modernas.** Disponível em: <
<https://www.infoq.com/br/news/2010/03/inovacaoempresas-modernas>>. Acessado em: 19 de março de 2017.
- FILHO, H. R. P. (2010). **Os entraves na implantação de programas de qualidade de vida.** Disponível em:< <https://qualidadeonline.wordpress.com/2010/08/25/os-entraves-na-implementacaode-programas-de-qualidade/>>Acessado em: 21/11/2016.
- FRANÇA, A. C. L. **Indicadores empresariais de Qualidade de Vida no Trabalho:** esforço empresarial e satisfação dos empregados no ambiente de manufatura com certificação ISSO 9000. São Paulo, 1996. 226p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo. Disponível em:
<http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Stress_qualidade_de_vida/008%20-%20Indicadores%20empresariais%20de%20QVT.pdf>. Acessado em 19 de abril de 2017.
- FRANÇA, A. C. L. **Qualidade de vida no trabalho:** conceitos, abordagens, inovações e desafios nas empresas brasileiras. Revista brasileira de medicina psicossomática, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 79-
- GIL, A. C. **Gestão de Pessoas.** Enfoque nos Papéis Profissionais. São Paulo, Atlas, 2001.
- GIL, A. C. **Gestão de Pessoas.** Enfoque nos Papéis Profissionais. 1ª ed. São Paulo, Atlas, 2007. Disponível em: <
<https://pt.slideshare.net/maiaracfds/antoniocarlos-gil-gesto-de-pessoas-enfoque-nos-papis-profissionais>>. Acessado em: 11 de março de 2017.

GOMES, R. K.; CLAUMANN, P. D. C.; CARRERA, L. C. M.; ZANARDI, E. Os benefícios e dificuldades na gestão da qualidade de vida no trabalho. Revista Administração de empresas, v.13, n.14. 2014. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/1030/717>>. Acessado em 16 de abril de 2017.

GUIDI, M. F. (2014). **Ambiente de trabalho flexível contribui para aumento da produtividade, dizem especialistas**. Disponível em: <<http://www.amcham.com.br/gestao-empresarial/noticias/ambiente-de-trabalhoflexivel-contribui-para-aumento-da-produtividade-dizem-especialistas-8102.html>>. Acessado em: 19 de março de 2017.

GULINI, P. L. **Ambiente organizacional, comportamento estratégico e desempenho empresarial**. Biguaçu, 2005, 150p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI.

HONÓRIO, C. L.; MARQUES, L. A. **Reforma estrutural das telecomunicações no Brasil**: um estudo sobre a qualidade de vida no trabalho em uma empresa de telefonia celular. Revista de Administração, São Paulo v.36, n.2, p.57-66, abr/jun 2001.

IBE-FGV. (2013). **Mercado de Trabalho: especialistas apontam o perfil do novo trabalhador**. Disponível em: <http://www.ibe.edu.br/mercado-de-trabalhoespecialistas-apontam-o-perfil-do-novo-trabalhador/>>. Acessado em: 26 de abril de 2017.

JUCHEM, D. M.; ROSSATI, R. W.; GOMES, B. N. **GESTÃO DE PESSOAS: O perfil das boas organizações para se trabalhar**. Revista ADMpg Gestão Estratégica, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p.131-138, 2011.

KING, N. C. O.; LIMA, E. P.; COSTA, S. E. G. (2011). **Produtividade Sistêmica: conceitos e aplicações**. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/prod/2013nahead/aop_T6_0007_0812.pdf>. Acessado em: 13 de abril de 2017.

LATORRE, S. Z. **Mas afinal, o que é essa tal de organização**. In: **Organizações: definição, tipologias e abordagens**. SP: Senac, 2015. p.19-42.

MACEDO, M. M. **Gestão da Produtividade nas empresas**. Revista Organização Sistêmica, vol.1, n.1, jan/jun. 2012.

MARTIN, A. M. T. **Produtividade versus Qualidade de Vida no Trabalho**: uma análise dos aspectos que afetam o desempenho, criatividade, relacionamento e auto-estima dos funcionários no ambiente de trabalho. Niterói – RJ, 2004. 118p. Monografia (pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos) – Universidade Candido Mendes.

MATOS, F. R. N.; LIMA, A. C. **Organizações modernas e a burocracia: uma afinidade eletiva**". RAE-eletrônica, v. 6, n. 2, p. 1-11, 2007. Disponível em: http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S1676-56482007000200007.pdf>. Acessado em: 18 de março de 2017.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**. Da revolução humana a revolução digital. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2012. 504p.

MELLO, F. B. (2010). **Quais são as características que as empresas esperam de um profissional?**. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/quais-sao-as-caracteristicas-que-as-empresas-esperam-de-um-profissional/30327/>>. Acessado em: 25 de abril de 2017.

MENEGHELLI, L. **O ambiente das organizações na era da globalização**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev01-03.pdf>>. Acesso em 19 de março de 2017.

MOREIRA, M. M. S. **Qualidade de vida: expressões subjetivas e Histórico-sociais**. Serviço Social em Revista, Londrina, v.9, n.1, jul/dez 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v9n1.htm>>. Acessado em: 10 de abril de 2017.

MORIN, E. M. Recursos humanos: **Os sentidos do trabalho**. RAE - Revista de Administração de Empresas, v. 41, n. 3, p.8-19, Jul./Set. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v41n3/v41n3a02.pdf>>. Acessado em: 24 de março de 2017.

NIGRO, I. S. C. (2005). **Refletindo sobre Produtividade**. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows/Downloads/Nigro_ISC_Refletindo%20sobre%20a%20produtividade%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows/Downloads/Nigro_ISC_Refletindo%20sobre%20a%20produtividade%20(1).pdf)>. Acessado em 14 de abril de 2017.

OGATA, A.; SIMURRO, S. Guia prático de Qualidade de Vida - Como planejar e gerenciar o melhor programa para sua empresa. In: **Metodologia para Implementação de Programas de Bem-estar e Qualidade de Vida**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2009. p.41-6.

PEREIRA, E. F.; TEIXEIRA, C. S.; SANTOS, A. **Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliações**. Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.26, n.2, p.24150, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/07.pdf>>. Acessado em: 24 de março de 2017.

RAMOS, D. S.; FERREIRA, C. L. **O aumento da produtividade através da valorização dos colaboradores: uma estratégia para a conquista de mercado**. Revista de Engenharia e Tecnologia, v.2, n.2, ago. 2010.

REZENDE, D. O.; ARAUJO, M. P. **Qualidade de vida no trabalho**. São Paulo,

2011. 66p. Dissertação (Bacharel em administração) – Universidade Nove de Julho, UNINOVE.

REZENDE, F. P.; FREITAS, F. O.; SILVA, E. A. T. O. **Cultura Organizacional e Resistência a Mudança**. VIII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 16p. 2011. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/30514808.pdf>>. Acessado em 22 de abril de 2017.

RIBEIRO, L. A.; SANTANA, L. C. **Qualidade de vida no trabalho: fator decisivo para o sucesso organizacional**. Revista de Iniciação Científica – RIC Cairu. v.2, n.2, p. 75-96, jun. 2015.

RODRIGUES, M. V. C. **Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial**. RJ: Editora Vozes, 1994. 206p.

ROTH, C. W. (2011). **Qualidade e Produtividade**. Disponível em: <http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_automacao/quarta_etapa/qualidade_produtividade_2012.pdf>. Acessado em: 13 de abril de 2017.

SANTOS, A. **A importância da qualidade de vida no trabalho nas organizações**, 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importanciadaqualidade-de-vida-no-trabalho-nas-organizacoes/45111/#ixzz4QfvwdOKR>>. Acessado em: 21 de novembro de 2016.

SANTOS, M. C. A aplicabilidade do princípio da dignidade da pessoa humana na relação de emprego. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 98, fev. 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11169>. Acessado em 28 de abril de 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo. Cortez, 2000.

SILVA, F. L. G. As origens das organizações modernas: **Uma perspectiva histórica (burocracia fabril)**. Revista, Adm. Emp.; Rio de Janeiro 26(4), p. 41-44, out/nov. 1986.

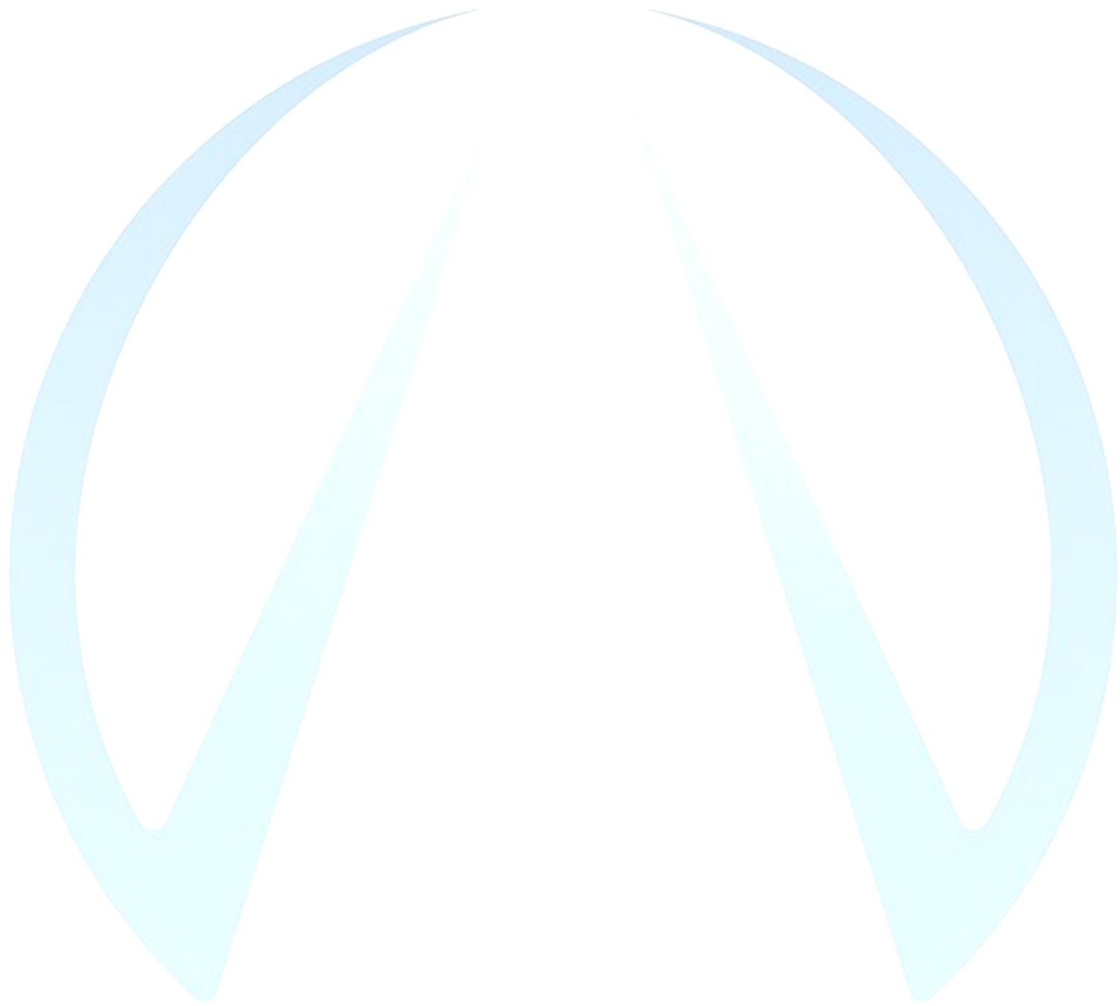
SILVA, J. M.; MATOS, F. R. N. (2017). **Qualidade de Vida no Trabalho e Produtividade na Indústria da Castanha**. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2003/COR/2003_COR2009.pdf>. Acessado em 11 de abril de 2017.

TIMOSSI, L. S.; FRANCISCO, A. C.; MICHALOSKI, A. O. **As dificuldades e os fatores culturais no processo de implementação de um programa ergonômico e ginástica laboral em um órgão público federal: um estudo e caso**. XXVI ENEGEP - Fortaleza, CE, Brasil, Outubro de 2006. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_TR500332_7499.pdf>.

Acessado em 12 de abril de 2017.

VASCONCELOS, F. A. **Qualidade de Vida no Trabalho: ORIGEM, EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS.** Caderno de pesquisas em Administração, São Paulo, v. 08, n 1, jan/março 2001.

WEG. (2009). **Flexibilidade para se moldar ao mercado.** Disponível em: <<http://old.weg.net/files/weg-em-revista/WR-57.pdf>>. Acessado em: 17 de março de 2017.



**Planejamento estratégico:
Desafios e sobrevivência das micro e pequenas empresas⁷**

Autores:

Vanessa Scardovelli Guimarães dos SANTOS⁸

Rafael da Silva SOLERO⁹

Fabio Alves MENDES¹⁰

Sandro Augusto Teixeira de MENDONÇA¹¹

Data de submissão e aprovação do artigo: 01/10/2017

⁷ - Este artigo foi escrito para cumprimento das exigências e requisito para aprovação da disciplina TCC II. A orientação da produção do artigo ficou sob-responsabilidade do Professor Dr. Sandro Augusto Teixeira de Mendonça.

⁸ - Aluna do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde 2014-2017.

⁹ - Aluno do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde 2014-2017.

¹⁰ - Aluno do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde 2014-2017.

¹¹ - Possui graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (1995), graduação em Estudos Sociais pelo Centro de Ensino Superior de São Carlos (ASSER) (1991), mestrado em Conservação e Manejo de Recursos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (2000) e doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP) (2006). Atualmente é professor III (doutor) e coordenador de Ensino, de Extensão e de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB). Tem experiência interdisciplinar em Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas e Filosofia, com ênfase em Sociologia, Sociologia da Educação e Organizacional, Sociologia Rural, Gestão da Qualidade, Gestão Ambiental e Governança Corporativa, Filosofia e Filosofia da Educação, Metodologia Científica. Principais temas: Condições de vida e trabalho, políticas públicas, pesca profissional artesanal, rio São Francisco.

Planejamento estratégico:

Desafios e sobrevivência das micro e pequenas empresas

RESUMO

As micro e pequenas empresas (MPE's) precisam superar diversas dificuldades e desafios apresentados pelo mercado competitivo em que estão inseridas para manter sua sobrevivência. Mediante esta situação, cada vez mais se torna necessário a utilização do planejamento estratégico como base para uma sustentação metodológica que proporciona as MPE's a melhor direção a ser seguida, permeando fatores como a construção das estratégias para o alcance dos objetivos, recursos necessários para tal e um plano mestre estabelecendo diretrizes, políticas e ações que corrobora para uma interação com o ambiente de forma inovadora e diferenciada, proporcionando uma margem sustentável sobre seus concorrentes e a competitividade no mercado que atua. Através de Pesquisa Bibliográfica, a presente pesquisa buscou identificar a importância do planejamento estratégico para a sobrevivência das MPE's no Brasil. Verificou-se que a utilização do planejamento estratégico pelas MPE's a capacita a traçar objetivos e definir suas estratégias empresariais possibilitando superar seus desafios e a manutenção de sua sobrevivência.

Palavras-chave: 1 Cenário econômico brasileiro; 2 Benefícios das micro e pequenas empresas; 3 Dificuldades enfrentadas pelas micro e pequenas empresas.

ABSTRACT

Strategic planning:

Challenges and survival of the Small Business

The Small Business (SMEs) need to overcome various difficulties and challenges presented by the competitive market in which they are inserted to maintain their survival. Through this situation, it is increasingly necessary to use strategic planning as a basis for a methodological support that provides the MPE's the best direction to be followed, permeating factors such as the construction of strategies to achieve the objectives, resources needed to do so a master plan that establishes guidelines, policies and actions that corroborates to an interaction with the environment in an innovative and differentiated way, providing a sustainable margin over its competitors and the competitiveness in the market that operates. Through Bibliographic Research, the present research sought to identify the importance of strategic planning for the survival of MPE's in Brazil. It was verified that the use of strategic planning by MPE's enables them to set goals and define their business strategies, enabling them to overcome their challenges and maintain their survival.

Key words: 1 Brazilian economic scenario; 2 Benefits of micro and small enterprises; 3 Difficulties faced by micro and small enterprises.

APRESENTAÇÃO

As micro e pequenas empresas (MPE's) precisam superar dificuldades e desafios para se manterem no mercado competitivo. Dentre eles destacam-se o posicionamento em um mercado com grandes fornecedores, concorrentes e clientes, as dificuldades de acesso ao crédito financeiro devido a elevada taxa de juros, a falta de clientes, a gestão institucional e a falta de um planejamento prévio para suas atividades que proporcionam uma melhor tomada de decisão.

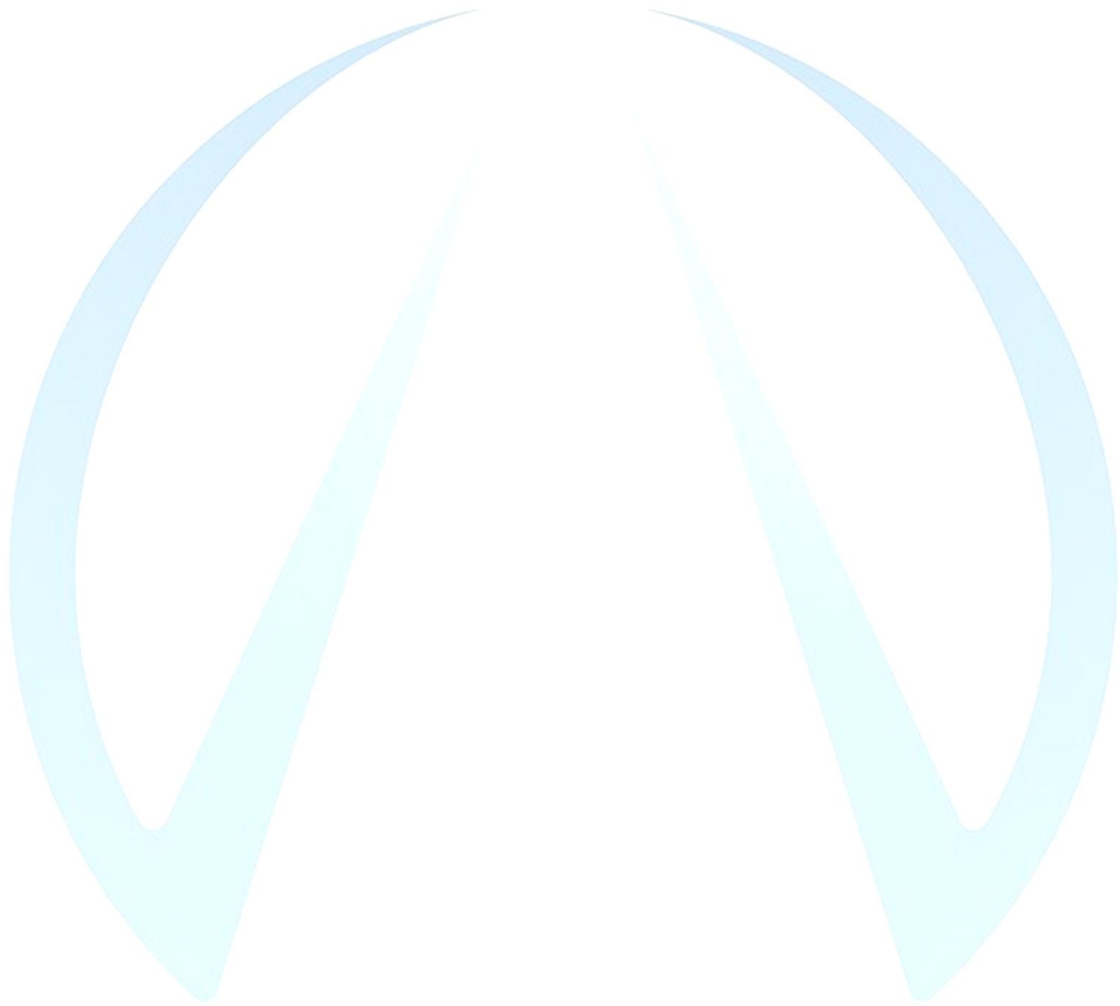
Mediante as dificuldades e desafios que as MPE's enfrentam em seu dia a dia, objetivou-se no presente artigo demonstrar como o planejamento estratégico impacta de forma direta na sobrevivência dessas empresas.

O planejamento estratégico se faz necessário para as MPE's analisarem o ambiente em que estão inseridas, destacando onde a empresa pretende chegar e, por conseguinte, traçar suas estratégias com intuito de atingir os resultados almejados. Através do planejamento estratégico, as MPE's terão sustentação metodológica para se estabelecerem e seguirem a melhor direção gerando interação com o ambiente de forma inovadora, diferenciada e competitiva.

Com isso, o planejamento estratégico se torna o plano mestre que estabelece as diretrizes, políticas, recursos e sequências de ações para atingir o que foi objetivado. Ele capacita as MPE's a ganharem, de maneira eficiente, uma margem sustentável sobre seus concorrentes e a manter a competitividade no mercado em que atua.

Neste contexto, esta pesquisa se justifica pela importância da prática do planejamento estratégico nas MPE's, no qual se define as estratégias, focando no futuro almejado, buscando caminhos que auxiliarão no alcance dos objetivos e impactando de forma positiva em sua sobrevivência.

Através de Pesquisa Bibliográfica verificou-se que as MPE's devem utilizar o planejamento estratégico para traçar seus objetivos e definir suas estratégias empresariais e, assim, maximizar seus resultados e minimizar suas dificuldades, superando os desafios favoráveis a sua sobrevivência.



DESENVOLVIMENTO

No Brasil, as pequenas empresas surgiram como atividade produtiva colonial, ou seja, antes mesmo da sua afirmação como nação. As pequenas empresas surgiram no setor agrícola e a sua origem deriva de índios que viviam da agricultura de subsistência que passaram a fornecer alimentos para centros urbanos em baixa escala. Desde então, as pequenas empresas participavam diretamente da atividade econômica principal, tendo grande importância para a economia brasileira. Além do ramo agrícola as pequenas empresas atuavam no ramo de serviços, manufatura, comércio e transporte (SOUZA et al., 2007).

Estudos indicam o litoral do estado de São Paulo como o local onde surgiram as pequenas empresas pelo fato de que a agricultura teve início nesta região (Idem).

Em 2006 foi criada a Lei Geral, conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, estabelecida pela Lei Complementar Federal 123/2006, que uniformizou o conceito de micro e pequena empresa enquadrando-as com base em sua receita bruta anual, optante pelo simples nacional da seguinte forma: Microempreendedor individual (MEI) como a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário com receita bruta anual de até R\$ 60.000,00; a Microempresa (ME) é a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário devidamente registrado nos órgãos competentes que tenham um faturamento anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00. Já as empresas de pequeno porte (EPP) são aquelas que possuem receita bruta superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.00,00, podendo obter adicionais de receitas de exportação que não ultrapasse esse limite (SEBRAE, 2016).

Classificam MPE`s de acordo com o número de pessoas que exercem atividades remuneradas na empresa. Neste caso a MEI é aquela que possui no máximo

1 funcionário que recebe até um salário mínimo ou piso da categoria. As micro empresas (ME's) são as que possuem até 9 funcionários no setor de serviços e comércio, e 19 funcionários no setor industrial. Já as empresas de pequeno porte (EPP's) são definidas como sendo aquelas que possuem entre 10 e 49 funcionários no setor de comércio e serviços e entre 20 e 99 funcionários no setor industrial (SEBRAE, 2013).

Com a criação de instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), as MPE's ganharam um grande aliado pois, os empresários passaram a ter a sua disposição consultorias diversas em questões como abertura de empresas, formação de preço de venda, administração financeira, recursos humanos, além de consultorias voltadas para resolução de problemas para negócios já existentes (FERREIRA et al., 2012).

As MPE's são responsáveis por 52% dos postos de trabalho do setor privado. Levando em consideração 6,1 milhões de MPE's existentes no país, a região Sudeste se destaca com uma concentração de 50,8% destas empresas, seguida pela região Sul com 23,3%, região Nordeste com 15,5%, Centro-oeste com 7,4% e na região Norte encontram-se 3,5% destas empresas (Idem).

Os objetivos das MPE's buscam atender as necessidades e expectativas dos clientes ou consumidores da sociedade no qual estão inseridas corroborando para a objetivação do lucro. Elas subdividem os seus objetivos em diretos e indiretos. Os objetivos diretos caracterizam-se como a prestação de serviço ou a produção de produtos e os objetivos indiretos aqueles que norteiam o melhor rendimento comparado ao que se gasta com a venda ou a produção dos mesmos. Portanto, a importância das MPE's no cenário econômico brasileiro está associada a sua capacidade de gerar riqueza (CHIAVENATO, 2012).

As MPE's impactam de forma direta na sociedade brasileira devida sua representatividade no total de empresas do país e por sua capacidade de gerar novos empregos oferecendo ações positivas para a sociedade e economia (TREIN et al., 2012).

Ao longo dos últimos 30 anos as MPE's vêm crescendo e tem um papel fundamental no desempenho socioeconômico no Brasil. Segundo dados apresentados pelo IBGE, em 1985 a participação das MPE's no PIB brasileiro era de 21%. Segundo pesquisas realizadas pela Fundação Getúlio Vargas, com a mesma metodologia utilizada naquela época pelo IBGE, esse percentual aumentou para 23,2% em 2001 e chegou em 27% em 2011 (SEBRAE, 2014).

A produção estabelecida pelas MPE's vem apresentando um aumento significativo ao longo dos anos. Comparativos de um período de 10 anos demonstraram que esta produção quadruplicou, saltando de R\$ 144 bilhões em 2001 para R\$ 599 bilhões em 2011 (Idem).

Em 2012, existiam 6 milhões de MPE's, as quais tinham uma participação consistente na economia brasileira, somando em média 99% das empresas, com participação de 20% no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Estas são responsáveis por 52% dos postos de trabalho do setor privado (FERREIRA et al., 2012).

As MPE's representam 53,4% do PIB do setor de comércio, sendo elas a maior fonte geradora de riquezas do setor. No setor da indústria, esse percentual é de 22,5%, bem próximo ao das empresas de médio porte que correspondem a 24,5%. E no setor de serviço a participação das MPE's chega a 36,3% (SEBRAE, 2014).

No ano 2000 identificou-se que 16 mil empresas exportaram e dessas 50% eram MPE's. Esse percentual se deu pelo intercâmbio com países do Mercosul que obteve representatividade de 80%. Comparado com o valor exportado, as MPE's representaram apenas 10% do montante (AMARO et al., 2002).

As MPE's representaram 2,4% do total de exportações, diante disto, o governo federal tem implementado ações a fim de que auxilie e facilite a entrada das MPE's no mercado internacional com a criação dos órgãos de Agência de Promoção e Exportação (Apex Brasil) e os consórcios de exportação (ESTEVES et al., 2011).

Com o suporte oferecido pela Apex Brasil, as MPE's conseguiram exportar mais e aumentar sua representatividade no comércio exterior. Ao longo de dois anos, a exportação das MPE's saltou de U\$\$ 1.370.000.000,00 em 2013 para U\$\$ 1.890.000.000,00 em 2015 e passou a contar com a inserção de 142 novas empresas, totalizando 2.036 MPE's exportadoras. Além do suporte da Apex Brasil, outro fator condicionante que favoreceu ao incremento desses percentuais foi a desvalorização do real como quesito cambial e a preparação das MPE's para atuação no mercado internacional (BRASIL, 2015).

O nível de produtividade das MPE's e a sua capacidade de gerar emprego e renda podem indicar os fatores que impactam a sua sobrevivência. Tais fatores estão associados ao tipo de gestão que é praticada pelas MPE's.

As MPE's representam uma grande parcela das empresas no Brasil e sua atuação no mercado é importante para o desenvolvimento econômico e social, proporcionando a geração de empregos, alavancando a economia brasileira. Porém, as MPE's precisam se atentar a alta taxa de mortalidade, pois a maioria dos empreendimentos não completam os primeiros dois anos de atividade. Entre os fatores que impactam na sobrevivência das MPE's e, por conseguinte, geram desafios, estão: a falta de clientes, a falta de capital de giro e a carga tributária elevada (JUNIOR, 2010).

Dornelas (2005) contribui dizendo que os principais fatores que influenciam no fracasso das empresas e também perfaz desafios são a falta de gestão institucional, bem como a conjuntura econômica.

SEBRAE (2010) evidencia quatro causas que podem ser consideradas de cunho estratégico como principais razões para mortalidade das MPE's e, ainda determinam desafios, quais sejam: a falta de comportamento empreendedor, ausência de um planejamento estratégico prévio, insuficiência de políticas de apoio para micro e pequenas empresas e conjuntura econômica desfavorável ao negócio.

Dados de uma pesquisa realizada nos anos de 2003 a 2007 pelo SEBRAE apontam os motivos para o fechamento precoce das MPE's pela perspectiva dos

próprios responsáveis como sendo: falta de clientes, falta de capital, problemas de planejamento, perda do cliente único, problemas com sócios, mudança de atividade, custos elevados, problemas particulares, falta de lucro, entre outros (FERREIRA et al., 2012).

Segundo Borges (2014), o gerenciamento estratégico é apontado como um dos fatores condicionantes para a sobrevivência e mortalidade das MPE's. Salienta ainda a importância do empreendedor conhecer as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades do seu negócio contribuindo para a gestão.

Por serem empresas pequenas, as MPE's apresentam menor volume de documentos ao fisco provenientes de suas atividades, de forma simples, o que se torna um fator relevante para sua sobrevivência (CHIAVENATO, 2012). E esse é um dos desafios enfrentados pelas MPE's.

Os principais desafios enfrentados pelas MPE's são aqueles relativos às dificuldades de acesso ao crédito junto às instituições financeiras devido a elevada taxa de juros, carga tributária elevada, falta de mão de obra especializada, instabilidade econômica, entre outros (LACERDA, 2003).

Outro desafio é o posicionamento das MPE's em um mercado com grandes fornecedores e grandes clientes. Os grandes fornecedores determinam o custo dos produtos e os grandes clientes o preço de venda, deixando as MPE's com pouco espaço para negociação, sem muitas alternativas, tornando-se reféns da situação (Idem).

Daher et al. (2012) contribuem dizendo que um dos desafios que as MPE's enfrentam é o da competitividade, que deve ser vista como oportunidade de crescimento, ampliando a participação no mercado com uma boa estratégia, dando as MPE's característica competitiva, dinâmica transparente e humana, além de visar a melhoria contínua na qualidade.

Outro desafio enfrentado pelas MPE's é o de manter uma organização sustentável. Elas devem se preocupar com os impactos negativos causados ao meio

ambiente devido as suas atividades e precisam diminuir as agressões ambientais, transformando o desafio em benefícios social e financeiro (Idem). Pra que isso aconteça, as empresas devem se mobilizar a favor do planejamento estratégico.

As empresas de modo geral se defrontam com diversas situações, tanto do ambiente externo quanto interno. São situações improváveis e desafios que fazem com que as empresas tenham necessidade de serem administradas com maior eficiência. Para tanto, o planejamento estratégico oferece uma série de vantagens que proporciona as empresas alcançarem seus resultados (CHIAVENATO, 2010).

O planejamento estratégico é um processo de formulação e execução de estratégias organizacionais. Ele busca direcionar a organização no ambiente em que atua pautado pelos valores de sua missão (CHIAVENATO, 2009).

Para Oliveira (2010), o planejamento estratégico é um processo administrativo que possibilita à empresa uma sustentação metodológica para que consiga estabelecer a melhor direção, visando um grau de interação com o ambiente externo de forma competitiva, suprimindo as demandas de outras empresas.

Através do planejamento estratégico, a empresa espera destacar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, efetivando um plano de trabalho a fim de estabelecer as premissas básicas que fazem parte do processo, expectativas almeçadas pela empresa e a alocação de recursos necessários para tal (Idem).

Maximiano (2002) contribui dizendo que o processo de planejamento estratégico compreende a tomada de decisão com relação a fatores que afetam a empresa ao longo prazo, especialmente com relação a produtos e serviços que ela pretende oferecer, e aos mercados e clientes que pretende atender. Destaca ainda que toda empresa pratica o planejamento estratégico de forma explícita ou implícita, com maior ou menor graus de formalidade. O autor destaca que é difícil encontrar empresas que possuem planejamento estratégico de modo formal e explícito que permita a empresa planejar o futuro a partir do que se observa no presente.

O planejamento estratégico é um processo voltado para o futuro, pois

constitui uma tentativa constante de ajustar-se a um ambiente complexo e competitivo abarcando todos os recursos estratégicos para atender a necessidade da organização (CHIAVENATO, 2010).

Conforme Mosinann e Fish (1999), o planejamento estratégico envolve projeção de cenários, definição de objetivos a serem seguidos, avaliação das ameaças e oportunidades, identificação dos pontos fortes e fracos da empresa, formulação e avaliação de planos alternativos. Portanto, planejar é condição básica para se obter desempenho satisfatório em qualquer atividade; mas para isso, é preciso identificar as melhores estratégias para alcançar os resultados almejados.

Chiavenato (2009) corrobora dizendo que o planejamento estratégico está diretamente relacionado com os objetivos organizacionais que afetam a viabilidade e o crescimento da empresa. Aplicado isoladamente, ele será insuficiente, pois não se trabalha apenas com ações imediatas e operacionais, sendo necessário no processo de planejamento pensar de maneira integrada com os planos táticos e operacionais de cunho sistêmicos.

Para Almeida (2001), as técnicas do planejamento estratégico devem mostrar como estruturar as ações para que as empresas sejam dirigidas rumo ao alcance dos resultados, auxiliando o administrador a ajustar suas ideias e redirecionar suas atividades.

As MPE's que utilizam o planejamento estratégico proporcionam aos gestores maior visão sistêmica para prever problemas e resolver os já existentes através de uma análise do ambiente em que se encontram inseridos (TEIXEIRA et al., 2014).

O planejamento estratégico defronta-se com empresários de MPE's que resistem em não aceitá-lo em sua organização, questionando sua aplicabilidade e eficiência. Mas, verifica-se também, a falta de recursos necessários para contratação de profissionais capacitados para a prática do planejamento estratégico. Observa-se ainda a falta de conhecimento por parte do assunto, acarretando, assim, a incidência de mortalidade das MPE's (PINTO et al., 2012).

Todavia, o gestor da MPE que utiliza o planejamento estratégico adquire uma maior eficácia nos resultados, conseguindo aproveitar as possibilidades de negócio que o mercado propõe, reduzindo os custos, entre outras vantagens independentes de outros predicados (Idem).

As MPE's possuem um papel fundamental para a economia Brasileira; porém, muitas encerram suas atividades por falta de planejamento estratégico. As MPE's precisam adotar estratégias mais agressivas e coerentes para competir em um mercado de constantes mudanças e superar possíveis alterações econômicas que o país possa sofrer (PINTO et al., 2012).

O planejamento estratégico das MPE's deve ser coerente com a realidade da organização, objetivando com clareza o papel que a empresa quer assumir no mercado (SEBRAE, 2016).

O planejamento estratégico nas MPE's nem sempre é levado em consideração, muitas empresas até dizem fazer um planejamento, mas passam longe disso. O ideal é que o planejamento estratégico seja elaborado de modo formal, observando todos os pontos importantes e analisando todas as variáveis que possam afetar a empresa, para assim obter uma ferramenta eficaz que proporcione aos gestores das MPE's informações necessárias para aproveitar as melhores oportunidades do mercado (PINTO et al., 2012).

Terence et al. (2017) acrescentam que dentre os problemas enfrentados pelas MPE's, 80% são de cunho estratégico e 20% relativos a insuficiência de recursos. Salientam ainda que as MPE's são eficientes no seu dia-a-dia, mas ineficazes nas suas decisões estratégicas, tornando-se necessário a utilização do planejamento estratégico para proporcionar uma avaliação mais precisa quanto ao futuro do mercado em que atuam e direcioná-las nas decisões, afim de que se tornem competitivas.

O processo de planejamento estratégico nas MPE's deve ser simplificado, pois geralmente os empresários não possuem tempo nem formação necessária para realizar um planejamento estratégico complexo, além da necessidade de obter um

rápido resultado de seus esforços (Idem).

As MPE's tendem a não considerar os benefícios oriundos do planejamento estratégico. Elas julgam-se incapazes de incorporar esse processo em seu cotidiano, pois identificam a falta de profissionais capacitados para gerir os pequenos negócios pautados pelo planejamento estratégico (SILVA, 2012).

O planejamento estratégico, quando realizado nas MPE's é geralmente informal, pois nada é escrito e não se compartilha os objetivos com os demais envolvidos dentro da empresa. Desta forma, o que deveria nortear uma direção para as MPE's acaba por não trazer os benefícios esperados em razão da falta de comunicação, o que dificulta acesso às informações referentes as metas da empresa (TERENCE, 2002).

O autor supracitado destaca que as informações pertinentes ao planejamento estratégico de uma empresa devem ser compartilhadas com todos, deixando claro qual a sua missão e seus objetivos adotados para que as metas sejam alcançadas.

A implementação do planejamento estratégico nas MPE's requer atenção, e deve-se levar em consideração suas características para, assim alcançar o sucesso. O processo de planejamento estratégico deve ser realizado em três etapas, sendo elas: examinar as características básicas da empresa, mensurar como essas características inibem o processo de planejamento estratégico e, por fim, encontrar métodos para que se consiga extinguir ou, pelo menos, minimizar esses obstáculos (TERENCE et al., 2017).

Portanto, o planejamento estratégico nas MPE's perfaz um mecanismo de gestão que corrobora para eficácia da melhoria contínua do desempenho, as MPE's, as quais passariam a direcionar seus esforços em recursos e ações necessárias para o alcance de suas metas e objetivos, promovendo benefícios e vantagem competitiva perante aos concorrentes (BOECHAT, 2008).

As MPE's tendem a praticar o planejamento estratégico como pressuposto

para auxiliar seu processo de gestão, tornando-o uma ferramenta administrativa que proporciona o preparo necessário para superar turbulências e incertezas no mercado econômico. Este preparo é proveniente da prática do planejamento estratégico que contribui para o desenvolvimento de pilares que nortearão o futuro da empresa e seu fortalecimento perante os concorrentes e ao mercado (FERREIRA et al., 2005).

Os autores supracitados destacam ainda que o planejamento estratégico corrobora para a melhoria contínua dos processos e recursos, eliminando o tempo perdido em ações desnecessárias que não fazem parte dos objetivos almejados pela organização. A aplicação do planejamento estratégico deverá envolver todos os membros da empresa, estreitando a interação entre os seus departamentos a fim de proporcionar maior desempenho e eficácia em suas operações. Desta forma, as MPE's adquirem um diferencial competitivo favorável para lidar com os concorrentes e com os possíveis percalços da legislação.

Uma das finalidades do planejamento estratégico é o fornecimento das informações necessárias para todas as partes envolvidas a fim de que auxilie na tomada de decisão, permitindo as MPE's se antecipar das possíveis mudanças que o mercado apresenta (ANDION et al., 2002).

O planejamento estratégico aplicado de forma eficiente nas MPE's resulta em melhoria da comunicação entre os gestores e a equipe, e promove a gestão empresarial competitiva (Idem).

A execução do planejamento estratégico nas MPE's de forma estruturada pode impactar de maneira direta na prosperidade de seu modelo de negócio, dado que sua aplicabilidade resulta em maior desempenho da organização, gera novos negócios e aumenta a competitividade em seu segmento (BOECHAT, 2008).

Rocha et al., (2012) destacam que as MPE's que exercem o planejamento estratégico conseguem aumentar seu faturamento e seu crescimento em 50% perante aos seus concorrentes que não praticam o planejamento estratégico.

As MPE's que elaboram um planejamento estratégico de forma ativa,

contínua e criativa se tornam empresas que visam o futuro, aproveitando oportunidades e prevenindo as ameaças, perpetuando-se como uma organização dinâmica e próspera em um mercado cada vez mais globalizado e mutável. Portanto, o planejamento estratégico nas MPE's indica a direção correta que a empresa deve seguir pautada em objetivos ao longo prazo (TERENCE, 2002).

O planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão fundamental para a eficiência das MPE's, dando direcionamento para os gestores nas tomadas de decisões, possibilitando uma melhor visão dos recursos e ações para atingir os resultados (TEIXEIRA et al., 2014).

As MPE'S que praticam o planejamento estratégico fornecem aos gestores direções para prever problemas e resolvê-los, através das análises dos ambientes internos e externos, levando os administradores a pensar em termos relevantes para o desenvolvimento das MPE's (JUNIOR et al., 2011).

Através do planejamento estratégico, as MPE's conseguem colocar em prática as estratégias para o alcance dos objetivos organizacionais, driblando as turbulências do mercado (TEIXEIRA et al., 2006).

A prática do planejamento estratégico nas MPE's proporciona a elas uma visão de futuro, possibilitando o melhor aproveitamento das oportunidades e dos recursos disponíveis. Desta forma, o planejamento estratégico para MPE's se torna uma ferramenta importante que viabiliza a melhoria da competitividade e aumento da produtividade (BRASIL et al., 2015).

Portanto, o planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão importante para todos os tipos de empresas, sejam elas de pequeno, médio ou grande porte. No caso das MPE's, o planejamento estratégico é ainda mais importante visto que as empresas não conseguem competir em várias frentes, sendo fundamental a avaliação e seleção de suas ações por não possuírem reservas financeiras para sobreviverem aos erros. O planejamento estratégico viabiliza o desenvolvimento das MPE's, pois proporciona a elas a capacidade de conduzir suas ações de maneira eficiente com um controle mais racional (BITTENCOUT, 2012).

As MPE's, através do planejamento estratégico, passam por um processo de aprendizagem contínuo, pois, através dele, as pessoas envolvidas com este processo aprenderão cada vez mais sobre as capacidades e limitações da empresa, e sobre as ameaças e oportunidades do ambiente em que estão inseridas, e até mesmo do próprio processo (TERENCE, 2002).

Com o planejamento estratégico, as MPE's encontram uma opção para sanar suas deficiências e, por conseguinte, podem obter vantagem competitiva, proporcionando a elas maiores chances de sobreviverem as adversidades (Idem).

A exatidão na aplicabilidade do planejamento estratégico nas MPE's defronta-se com as dificuldades para elaborá-lo. Destaca-se como uma dessas dificuldades a falta de comprometimento por parte dos empresários das MPE's, pois cabe a ele ter o comprometimento de seguir todas as etapas e processos para elaborar seu planejamento estratégico e, conseqüentemente, a conduta e o resultado da equipe. Assim, toda a organização refletirá sob as atitudes e posicionamento de seu líder (BOECHAT, 2008).

O autor supracitado corrobora para a identificação de outra dificuldade que é a falta de recursos financeiros para elaborar o planejamento estratégico, que por sua vez impactará em toda a estrutura, hábito e gestão da empresa, necessitando assim de dinheiro para elaborar e implantar de maneira eficiente o planejamento estratégico nas MPE's.

Para Pereira et al. (2009), outra dificuldade que as MPE's enfrentam na elaboração do planejamento estratégico consiste na passagem do terreno das ideias para a ação concreta. A execução do planejamento se torna algo supérfluo devido a presença inconstante dos objetivos organizacionais. Desta forma, o que seria uma estrutura de referência para as atividades de planejar, acaba por desestabilizar o processo de planejamento e, muitas vezes, levam a direções opostas, não proporcionando o desempenho esperado pela empresa.

Para Benze et al., (2003), o fato de que as metodologias relacionadas ao planejamento estratégico serem desenvolvidas para as empresas de grande porte

dificulta a sua aplicação nas MPE's. Salientam que a elaboração do planejamento estratégico nas MPE's deve ser menos formal, adaptada as suas peculiaridades, desta forma tornando-se efetivo o planejamento estratégico nas MPE's proporcionando resultados esperados.

Terence (2002) destaca como sendo dificuldades encontradas pelas MPE's na elaboração do planejamento estratégico e, por conseguinte, razões para o fracasso deste processo: Ausência de visão ao longo prazo; Desqualificação para definição de metas e objetivos claros; Falta de compreensão das necessidades dos clientes; Visão subestimada da concorrência; Planejamento financeiro inadequado; Incapacidade de mudar; Incapacidade de comunicar os planos aos demais membros da empresa.

Uma das dificuldades encontradas pelas MPE's na elaboração do planejamento estratégico é quando o empresário ou pessoas envolvidas não tem capacidade intelectual para inovações e funcionários com resistências a mudanças, o que ocasionam conflitos internos na organização. Portanto, o planejamento estratégico dependendo dos meios que serão utilizados requer custos altos e a empresa encontra dificuldade em custear esses gastos ou solicitar crédito perante uma financiadora, por questões burocráticas que cabem muitas vezes as grandes empresas e as MPE's não conseguem atender (OLIVEIRA et al., 2016).

Muitas MPE's não possuem visão e objetivos definidos, o que dificulta a elaboração do planejamento estratégico, pois não encontram parâmetros para um plano de ação (MACHADO et al., 2014).

Portanto, para assegurar o sucesso do planejamento estratégico nas MPE's é necessário atentar-se as características que envolvem o processo na pequena empresa. Destacam-se algumas etapas para o planejamento nas MPE's: examinar as características básicas da empresa; analisar a forma pela qual essas características inibem o processo de planejamento; e estudar alguns métodos de eliminar ou ao menos reduzir os obstáculos para a realização do planejamento (TERENCE et al.,2017).

RESULTADOS

No Brasil as MPE's surgiram no período colonial no setor de agricultura mais precisamente na região sudeste do país. Neste período as MPE's trabalhavam como fornecedoras de alimento em baixa escala para os grandes centros. Com o tempo passaram a atuar no ramo de manufaturas, serviços, comércio e transportes.

As MPE's tem um papel importante para a economia brasileira. Elas representam em média 99% das empresas brasileiras e são responsáveis por mais de 50% dos postos de trabalhos existentes no país, além de representarem mais de 20% do PIB nacional.

Uma das características das MPE's são seus objetivos diretos e indiretos. Eles permeiam a produção de produtos ou prestação de serviços bem como o melhor rendimento comparado ao que se gasta com a venda ou produção dos mesmos. Desta forma, propicia o lucro e atende todas as expectativas e necessidades dos clientes.

Desde sua afirmação como nação e até os dias atuais, as MPE's exercem suas atividades no ramo agrícola, de serviços, manufatura, comércio, transporte e a partir de 2006 está embasada pela Lei Geral conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Além da representatividade no cenário econômico brasileiro, as MPE's participam do mercado internacional. Elas exportam com o número de 2.036 MPE's atuantes neste segmento.

Com tudo, faz se necessário manter essas empresas economicamente ativas para que continuem impulsionando a economia nacional e contribuindo com a geração de novos empregos no país.

A maioria dos empreendimentos de pequeno porte no Brasil não completam

os dois primeiros anos de atividade por falta de comportamento empreendedor de empresários e gestores, a falta de clientes, a falta de capital de giro e o fato de os grandes fornecedores determinarem o custo dos produtos, e os grandes clientes o preço de venda, deixando as MPE's reféns dessa situação.

As MPE's deparam-se com vários desafios. Para manterem-se estáveis no mercado competitivo, devem ponderar a conjuntura econômica que corrobora para alta carga tributária, as dificuldades ao acesso de crédito perante as instituições financeiras com alta taxa de juros, a falta de gestão institucional, bem como de um planejamento estratégico prévio.

Por isto, há necessidade de implantar o planejamento estratégico adequando as necessidades das MPE's, adquirindo um diferencial competitivo no ambiente organizacional que, por sua vez conduzirá o gestor a pensar de maneira integrada, corroborando para melhor tomada de decisão e a manutenção da sobrevivência da organização perante o mercado organizacional e seus concorrentes.

O planejamento estratégico é um processo de formulação de estratégias organizacionais. Ele possibilita as empresas, que o utiliza, uma sustentação metodológica que contribui para a projeção da melhor direção em busca dos melhores resultados, visando um grau de interação com o ambiente externo tornando-as competitivas e suprimindo as demandas de outras empresas.

Essa ferramenta compreende a tomada de decisão com relação a fatores que afetam as empresas ao longo prazo, pois constitui uma tentativa constante de ajustar-se a um ambiente complexo e em constantes mudanças abrangendo todos os recursos estratégicos para atender as necessidades das empresas.

O planejamento estratégico envolve projeções de cenários, definições de objetivos, avaliação das ameaças e oportunidades, identificação de pontos fortes e fracos das empresas e formulação e avaliação de planos alternativos. Ele está diretamente relacionado com os objetivos organizacionais que afetam a viabilidade e crescimento da empresa.

O planejamento estratégico, quando aplicado isoladamente torna-se insuficiente pois, no processo de planejamento é necessário pensar de maneira integrada com os planos táticos e operacionais de cunho sistêmico.

Desta forma, o planejamento estratégico se torna uma ferramenta imprescindível para todas as empresas independente de seu porte, permitindo aos gestores maior eficiência nas tomadas de decisões e automaticamente melhores resultados perante seus objetivos.

Muitas MPE's encerram suas atividades por falta de planejamento estratégico. É fundamental que essas empresas adotem estratégias mais agressivas e coerentes para competir diante de seus concorrentes.

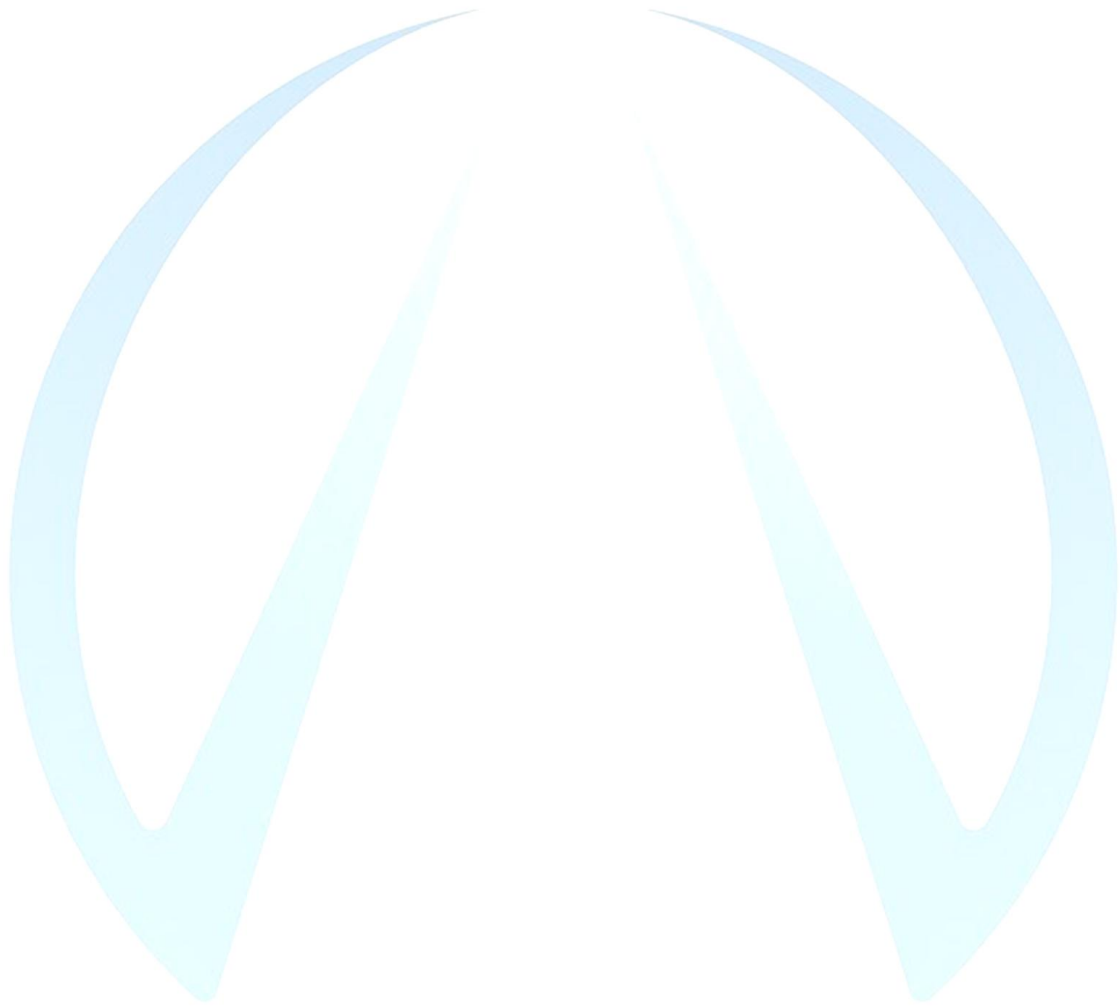
O planejamento estratégico nas MPE's deve ser coerente com a realidade da organização, objetivando com clareza o papel que as empresas pretendem assumir perante o mercado. As MPE's tendem a não considerar os benefícios proporcionados pelo planejamento estratégico. O processo de planejamento deve ser simplificado, pois geralmente os empresários das MPE's não possuem tempo nem formação necessária para realizar seu planejamento estratégico.

A implementação do planejamento estratégico nas MPE's requer atenção, deve-se levar em consideração suas características básicas mensurando como essas características inibem o processo de planejamento estratégico e, por fim, encontrar métodos para extinguir ou minimizar esses obstáculos.

Muitas vezes, as MPE's possuem uma inconstância de objetivos. Elas não possuem clareza de onde pretendem chegar, o que dificulta a elaboração de um planejamento estratégico, pois, não encontra-se parâmetros para um plano de ação.

As MPE's que exercem o planejamento estratégico conseguem aumentar seu faturamento e seu crescimento em até 50% perante seus concorrentes que não utilizam esta ferramenta de gestão.

Portanto, o planejamento estratégico nas MPE's perfaz um mecanismo de gestão que corrobora para a eficácia da melhoria contínua do desempenho das MPE's as quais passariam a direcionar seus esforços em recursos e ações necessárias para o alcance de suas metas e objetivos promovendo uma vantagem competitiva perante a seus concorrentes.



CONCLUSÃO

São vários os motivos que levam as MPE's a terem altas taxas de mortalidade precoce. Dentre elas observa-se a falta de planejamento estratégico, a falta de comportamento empreendedor de gestores, a falta de capital de giro, altas taxas tributárias entre outros.

O planejamento estratégico é um processo de formulação de estratégias organizacionais. Ele possibilita as empresas, que o utiliza, uma sustentação metodológica que contribui para a projeção da melhor direção em busca dos melhores resultados, visando um grau de interação com o ambiente externo tornando-as competitivas e suprindo as demandas de outras empresas.

Aplicado de maneira eficiente e levando em consideração as peculiaridades das MPE's, conduz os gestores a pensarem de maneira integrada corroborando para tomada de decisões pautadas em análises do ambiente interno e externo.

Com o planejamento estratégico, as MPE's conseguem traçar estratégias para o alcance sustentável de seus objetivos, além de estarem sempre preparadas para possíveis desafios proporcionados pelo ambiente organizacional e econômico complexo e instável em que estão inseridas.

Com isso, verificou-se que faz-se necessário a utilização do planejamento estratégico nestas empresas para que possam traçar seus objetivos, definir suas estratégias e assim alcançarem seus objetivos.

Através do planejamento estratégico as MPE's conseguem maximizar seus resultados e minimizar suas dificuldades, superando os desafios favoráveis à sua sobrevivência. Desta forma, a hipótese sugerida na presente pesquisa comprovou-se verdadeira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. **Manual do planejamento estratégico**. São Paulo: Atlas, 2001.
- AMARO, M. N.; PAIVA, S.M.C. (2002). **Situação das micro e pequenas empresas**. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/152>>. Acessado em: Março de 2017.
- ANDION, M. C.; FAVA R. **Planejamento estratégico**. Coleção Gestão Empresarial, v. 2, n. 3, p. 27-38, 2002. Disponível em: <http://evoluirgestaoempresarial.com.br/documents/administra%C3%A7%C3%A3oestrategi_3.pdf>. Acessado em: Abril de 2017.
- BENZE, R. P; ESCRIVÃO FILHO, E. **Elaboração do Planejamento Estratégico na pequena empresa**: relato de uma experiência de consultoria de um “grupo de pesquisa acadêmico” em um supermercado de bairro. In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 3., 2003, Brasília. **Anais...** Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 962-979.
- BITTENCOUT, B. A. (2012). **A implementação do planejamento estratégico: um estudo em pequena empresas do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/73003>>. Acessado em: Maio de 2017.
- BOECHAT, M. N. **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: APLICAÇÃO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**. Rio de Janeiro, 2008. 122p. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) – Fundação Getúlio Vargas Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas.
- BORGES, R. P.; OLIVEIRA, D. M.; **Sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas: estudo dos fatores determinantes e condicionantes**. Enciclopédia Biosfera – Centro Científico Conhecer, v.10, n.19; p.506, 2014.
- BRASIL, A.S; FOGAGNOLI, G. M; ANDRADE, J. S; LIMA, K. M. A. **Planejamento Estratégico e sua importância na microempresa**. Rev. Conexão Eletrônica – Três Lagoas, MS – Volume 12 – Número 1 – Ano 2015.
- BRASIL, P. **Exportações de pequenas e médias empresas crescem 13,4% e alcançam U\$\$ 1,9 bi**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/10/empresas-pequenas-e-medias-exportaram-us-1-9-bi-ate-agosto-diz-apex-brasil>>. Acessado em Abril de 2017.
- CHIAVIANATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHIAVIANATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 4ª edição. Barueri: Manole, 2012.

DAHER, D. M.; MINEIRO. A. A. C.; DAMASO. J.; BOAS, A. A. V. (2012). **As micro e pequenas empresas e a responsabilidade social: uma conexão a ser consolidada**. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/54716865.pdf>>. Acessado em: Abril de 2017

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ESTEVES, G.; NOHARA, J. J. **Fatores críticos à estabilidade das alianças estratégicas das micro e pequenas empresas**. Revista de Administração e Inovação, São Paulo, v. 8, n. 3, p.182-204, jul./set. 2011.

FERREIRA, L. F. F.; OLIVA, F. L.; SANTOS, S. A. dos.; GRISI, C. C. H. e.; LIMA, A. C. **Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo**. Gest. Prod., São Carlos, v. 19, n. 4, p. 811-823, 2012.

FERREIRA M. A. D.; SILVA M. E.; SOUZA R.; RIGUEIRO V.; MIRANDA I. T. P. A **Importância do planejamento estratégico para o crescimento das empresas**. Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais, v. 2, n.1, p.34-39, jan./jun. 2005. Disponível em: < http://evoluirgestaoempresarial.com.br/documents/administra%C3%A7%C3%A3oestrate_3.pdf>. Acessado em: Abril de 2017.

JUNIOR A. N.; RAMOS L. A.; JUNIOR B. S.; EVANGELISTA A. A. **A importância do planejamento estratégico para as pequenas empresas**. Disponível em: www.ingepro.com.br/publ_2011/julh/457%20pg%2036%20-%2045.pdf>. Acessado em: Abril de 2017.

JUNIOR, R. L. (2010). **Os principais fatores causadores da mortalidade precoce das micro e pequenas empresas**. Disponível em:<<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/principais-fatores-causadores-da-mortalidade-precoce-das-micro-e-pequenas-no-brasil/47484/>>. Acessado em: Março de 2017.

LACERDA, J. B. (2003). **A contabilidade como ferramenta gerencial na gestão financeira das micro, pequenas e médias empresas (MPMES): necessidade e aplicabilidade**. Disponível em: <http://arquivos.suporte.ueg.br/moodlebetinha/moodledata/204/moddata/forum/700/8356/A_CONTABILIDADE_COMO_FERRAMENTA_GERENCIAL.pdf>. Acessado em: Abril de 2017.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração**. 2ª Edição.

São Paulo: Atlas, 2002.

MOSINANN, Clara Pellegrinello; FISH, Sílvio. **Controladoria, Seu Papel na Administração de Empresas**. 2ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

MACHADO, R. C. M., PEDROZA, D. **Planejamento estratégico como ferramenta de gestão: Um estudo de múltiplos casos em micro e pequenas empresas de Aracaju – SE**. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:c-82mcuSIVYJ:periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/download/21102/16041+&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acessado em; Maio de 2017.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebolças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 27ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, A. D. N.; RIBEIRO, R. L.; JUNKES, B. M.; SATO, S. A. S.; ALEIXO, D. A. **Micro e pequenas empresas: desafios, oportunidades e mecanismos de sobrevivência**. Disponível em:<www.admpg.com.br/2016/down.php?id=2159&q=1>. Acessado em: maio de 2017.

PEREIRA, M. F; GRAPEGGIA, M; EMMENDOERFER, M. L; TRÊS, D. L. (2009). **Fatores de inovação para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil**. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/rai/article/viewFile/79129/83201>>. Acessado em: Abril de 2017.

PINTO, C. E.; PINTO, A. D. L. **Planejamento estratégico para micro e pequenas empresas**. Revista Ampla de Gestão Empresarial, Ano 1, N° 1, art. 4, p 43-59, out 2012. Disponível em: < http://revistareage.com.br/artigos/primeira_edicao/04_planejamnto_estrategico_para_micro_e_pequenas_empresas.pdf>. Acessado em: Abril de 2017.

ROCHA, D. P. M; MIGUEL, J. H. S; OLIVEIRA JR., R. **Planejamento estratégico nas pequenas empresas: Estudo quantitativo em empresas do ramo de materiais elétricos**. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?q=planejamento+estrategico+nas+micro+e+pequenas+empresas+%22scielo%22&hl=pt-br&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart&sa=x&ved=0ahukewibs8ewoa_tahvldjakheejbaiqqmirtaa>. Acessado em: Abril de 2017.

SEBRAE. (2013). **Anuário do trabalho 2013 na micro e pequena empresa**. Disponível em:<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf> acessado em> Março de 2107.

SEBRAE (2010). **Doze anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas**. Disponível em:<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Na_exos/mortalidade_12_anos.pdf>. Acessado em: Março de 2017.

SEBRAE. (2016). **Entenda as diferenças entre microempresa, pequena empresa e MEI.** Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>> acessado em: Março de 2017.

SEBRAE (2014). **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil.** Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acessado em: Março de 2017.

SEBRAE (2014). **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira.** Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acessado em: Março de 2017.

SEBRAE (2016). **Planejamento estratégico aplicado aos pequenos negócios.** Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/planejamento-estrategico-aplicado-aos-pequenos-negocios,d2cb26ad18353410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acessado em: Abril de 2017.

SEVERINO, A J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, T. B; ALVES, J. N. (2012). **O planejamento estratégico como ferramenta na pequena empresa: uma revisão de literatura.** Disponível em: <<https://www.uni-cruz.edu.br/seminario/downloads/anais/ccsa/o%20planejamento%20estrategico%20como%20ferramenta%20na%20pequena%20empresa%20uma%20revisao%20de%20literatura.pdf>>. Acessado em: Abril de 2017.

SOUZA, H.J.; MACHADO, C.L.; OLIVEIRA, S.A.C. **As origens da pequena empresa no Brasil.** Revista da Micro e Pequena Empresa, Campo Limpo Paulista, v.1, n.1, p.53-65, 2007.

TEIXEIRA, C. A. C.; ALONSO, V. L. C; **A Importância do Planejamento Estratégico para as Pequenas Empresas.** XI Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/132020.pdf>>. Acessado em: Abril de 2017.

TEIXEIRA C. A. C.; DANTAS T. G. G.; BARRETO A. C. **A importância do planejamento estratégico para as pequenas empresas.** Disponível em: <http://www.faesb.com.br/revista/wp-content/uploads/2015/05/artigo_giane_2015.pdf> Acessado em: Abril de 2017.

TERENCE, A. C. F. **Planejamento estratégico como ferramenta de competitividade na pequena empresa: Desenvolvimento e avaliação de um roteiro**

prático para o processo de elaboração do planejamento. São Carlos, 2002. 238p.
Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade de São Carlos.

TERENCE, A.C.F.; ESCRIVÃO FILHO, E. **Planejamento estratégico na pequena empresa:** As particularidades das pequenas empresas no processo estratégico. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2001_TR72_0908.pdf>. Acessado em: Abril de 2017.

TREIN, K. R.; REZENDE A. C. (2012) **Fomento às microempresas e empresas de pequeno porte e as repercussões no cenário socioeconômico brasileiro.** VII CONNEPI-Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. Disponível em: <<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/view/5537>>. Acessado em: Março de 2017.

As estratégias de *marketing* de serviços e a prática dos 4 P^{S12}

Autores:

Jean Silva PRADO¹³

Juliana SCHUINDT¹⁴

Naiara Fernanda Nunes Moura da SILVA¹⁵

Sandro Augusto Teixeira de MENDONÇA¹⁶

Data de submissão e aprovação do artigo: 01/10/2017

¹² - Este artigo foi escrito para cumprimento das exigências e requisito para aprovação da disciplina TCC II. A orientação da produção do artigo ficou sob-responsabilidade do Professor Dr. Sandro Augusto Teixeira de Mendonça.

¹³ - Aluno do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde 2014-2017.

¹⁴ - Aluna do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde 2014-2017.

¹⁵ - Aluna do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde 2014-2017.

¹⁶ - Possui graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (1995), graduação em Estudos Sociais pelo Centro de Ensino Superior de São Carlos (ASSER) (1991), mestrado em Conservação e Manejo de Recursos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (2000) e doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP) (2006). Atualmente é professor III (doutor) e coordenador de Ensino, de Extensão e de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB). Tem experiência interdisciplinar em Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas e Filosofia, com ênfase em Sociologia, Sociologia da Educação e Organizacional, Sociologia Rural, Gestão da Qualidade, Gestão Ambiental e Governança Corporativa, Filosofia e Filosofia da Educação, Metodologia Científica. Principais temas: Condições de vida e trabalho, políticas públicas, pesca profissional artesanal, rio São Francisco.

As estratégias de *marketing* de serviços e a prática dos 4 Os

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal estudar os conceitos de estratégias de *marketing* ou 4 Ps de *marketing* e sua contribuição para conquistar e fidelizar clientes. *Marketing* de serviços é definido como a soma de atividades que tem por objetivo a análise, o planejamento, a implementação e o controle de ações propostas com base na demanda por serviços, de forma apropriada, satisfazendo à desejos e necessidades dos consumidores por qualidade e lucratividade. Para ter vantagens competitivas no mercado sobre seus concorrentes, existe um desafio para as organizações do setor de serviços relativo a necessidade de determinar as estratégias das organizações. O mix de *marketing* de serviços é uma estratégia usada sendo composta por recursos, instrumentos e técnicas controláveis que podem ser utilizados para estabelecer estratégias. Para o sucesso de uma organização é preciso planejar, desenvolver seus objetivos e metas a serem cumpridas, e traçar estratégias para alcançá-los. Através de Pesquisa Bibliográfica avaliou-se que um plano de *marketing* de serviços é fundamental para a organização obter resultados positivos, pois pode ser considerado como um guia para conhecer seu público alvo e traçar estratégias para conquistar e manter seu nicho de mercado, a partir dos 4 Ps de *marketing*: produto, preço, promoção e praça. Para conquistar e fidelizar clientes é preciso utilizar de estratégia de *marketing*, como principal estratégia os 4 Ps de *marketing* vem para auxiliar a organização na análise de mercado buscando possíveis dificuldades ou / e oportunidades.

Palavras-chave: 1 Setor de serviços, 2 Dificuldades de *marketing*, 3 Dificuldades de prestação de serviço, 4 Conquista de novos clientes, 5 Fidelização de clientes.

ABSTRACT

The marketing strategies of services and the practice of the 4 P^s

This work had as main objective to study the concepts of marketing strategies or 4 Ps of marketing and its contribution to win and loyal customers. Service marketing is defined as the sum of activities that aims to analyze, plan, implement and control proposed actions based on demand for services, in an appropriate manner, satisfying the desires and needs of consumers for quality and profitability . To have competitive advantages in the market over its competitors, there is a challenge for service sector organizations regarding the need to determine the organizations' strategies. The service marketing mix is a strategy used being composed of controllable resources, tools and techniques that can be used to establish strategies. For the success of an organization it is necessary to plan, develop its goals and goals to be fulfilled, and strategize to reach them. Through Bibliographic Research it has been evaluated that a service marketing plan is fundamental for the organization to obtain positive results, since it can be considered as a guide to know its target public and to outline strategies to conquer and maintain its niche market, from the 4 Ps of marketing: product, price, promotion and square. In order to win and retain clients, it is necessary to use a marketing strategy, as the main strategy the 4 Ps of marketing comes to help the organization in the market analysis seeking possible difficulties and / or opportunities.

Key words: 1. Service sector, 2. Marketing difficulties, 3. Difficulties of service delivery, 4. Conquest of new customers, 5. Loyalty of customers.

APRESENTAÇÃO

Marketing de serviços teve como propósito ajudar a organização a atingir seus objetivos, buscando despertar o desejo de compras por parte de seu público alvo, atendendo suas necessidades e sua total satisfação de maneira mais eficiente do que os concorrentes. Dentro do *marketing* de serviços existe o composto de *Marketing* ou 4Ps de *marketing* – produto, preço, praça e promoção, que são as estratégias a serem utilizadas desde a concepção do produto ou serviços que atenda as necessidades e desejos dos clientes até a colocação deste produto ou serviço a disposição do consumidor final.

A partir dos 4 Ps de *marketing*, a organização passa a utilizar um conjunto de ferramentas para atingir seus objetivos na oferta e na troca tanto de produtos quanto de serviços, de forma adequada com lucratividade e qualidade, para conquistar novos clientes e fideliza-los.

Neste contexto, a gestão de *marketing* no setor de serviços se torna uma ferramenta importante, no qual inclui atividades como analisar, planejar, implementar e controlar estratégias para atender as necessidades do consumidor com qualidade e lucratividade. *Marketing* de serviços é um conjunto de esforços e ações que aperfeiçoam uma venda com o objetivo de encantar o cliente, diferenciando a organização de seus concorrentes.

O *marketing* de serviços é visto nas organizações como uma ferramenta capaz de interagir com todas as áreas da organização, de forma que seus resultados possam ser mensurados de forma financeira ou mesmo através do fortalecimento da imagem da organização perante seus clientes.

Desta forma, a temática deste estudo justificou-se pela importância de mostrar que, para o sucesso de uma organização é preciso planejar, desenvolver seus objetivos e metas, e traçar estratégias de *marketing* ou 4 Ps de *marketing* para

o alcance destes objetivos. Um plano de *marketing* de serviços é fundamental para a organização obter resultados positivos, pois pode ser considerado como um guia para conhecer seu público alvo e traçar estratégias para conquistar e manter seu nicho de mercado onde deseja atuar, atendendo suas necessidades e desejos. Desta forma, indagou-se como os 4 Ps de *marketing* levam a melhoria de resultados na conquista e fidelização de clientes?

Através de Pesquisa Bibliográfica verificou-se a importância das estratégias de *marketing* ou 4 Ps de *marketing*, sua contribuição para conquistar e fidelizar clientes, e como estas estratégias estão sendo utilizadas pelo setor de serviços, de forma a obter crescimento no setor e consequentemente credibilidade de clientes.

As estratégias de *marketing* de serviços podem contribuir com a melhoria na oferta dos serviços ao consumidor. Em contraste aos bens tangíveis, os serviços tem dominância intangível e, portanto, não possuem propriedades físicas que podem ser avaliadas pelos clientes antes da compra. Portanto, o setor de serviços, está cada vez mais se utilizando de estratégias de *marketing* (4 Ps) diferenciadas para fidelizar o consumidor, percebe-se a necessidade crescente de se ter estratégias bem definidas para que possa atender com eficácia as necessidades e desejos do público alvo e fidelizá-lo.

DESENVOLVIMENTO

O setor de serviços brasileiro surgiu a partir da década de 1970, expandindo-se em função do crescimento da industrialização do país. Por causa da intensificação e difusão da atividade industrial, aumentaram as demandas por diversos serviços: “Sabe-se que, quanto mais avançada a nação, maior a importância do setor de serviços na economia de um país” (LAS CASAS, 2007. p.13).

O serviço por ser intangível faz com que os clientes procurem algo tangível que possa ser indicador de qualidade. Nota-se que com isso os prestadores de serviços podem adicionar detalhes para melhor satisfazer o cliente (GOSLING et al., 2006).

Os clientes são os principais influenciadores no setor de serviços, não só isso influencia também outros clientes, não apenas com o *marketing* boca a boca, mas com a vivência e a experiência de um mesmo serviço. Exemplo disso é uma sala de cinema, como se comportam e reagem ao filme exibido influência diretamente como as pessoas ao redor também reagem ao filme (Idem).

Segundo Gosling et al. (2006), os serviços estão em todos os lugares, na maioria das atividades do dia a dia, sem que as pessoas tenham consciência disso. Exemplo: assistir televisão, ir ao médico, usar a internet entre outros demonstram o consumo de serviços pelas pessoas.

Os clientes normalmente estão presentes na produção do serviço, pois, são produzidos e consumidos simultaneamente, assim interagem e fazem parte do processo (Idem).

Dettmer et al. (2002) relatam que no início do surgimento do setor de serviços, os pesquisadores se concentravam para diferenciar serviço de bens, concentrando - se em diferenças genéricas como intangibilidade, heterogeneidade (ou variabilidade), perecibilidade do resultado e simultaneidade de produção e

consumo. Neste sentido, as diferenças básicas nas tarefas entre *marketing* de serviços e bens específicos mais comuns perpassam os interesses de clientes, as características dos produtos e serviços, na entrega etc: Os clientes não têm propriedade sobre os serviços; Os produtos dos serviços são realizações intangíveis; Há maior envolvimento dos clientes no processo de produção; Outras pessoas podem fazer parte do produto; Há maior variabilidade nos insumos e produtos operacionais; Muitos serviços são de difícil avaliação pelos clientes; Normalmente há uma ausência de estoques; O fator tempo é relativamente mais importante; Os sistemas de entrega podem envolver canais eletrônicos e físicos.

Las Casas (2007) relata que no Brasil o setor de serviços cresce a cada dia, sendo muito importante o domínio que este setor exerce no desenvolvimento de negócios, pois os serviços se tornaram parte importante da economia global, principalmente dos países industrializados.

Segundo IBGE (2017), em 2014 identificou-se 1.332.260 organizações que pertenciam ao setor de serviços, com o passar do tempo obteve um grande crescimento, ampliando cada vez mais sua participação na economia em relação aos demais setores. Apresentando também um aumento de produtividade para todos os segmentos que o compõe. O setor de serviços está em expansão e representa parcela significativa do produto interno bruto de países.

Segundo Simões (2014), para ter sucesso no setor de serviços é preciso buscar informações necessárias para informar os clientes sobre os serviços, garantindo confiança e satisfação deles. Mas para isso organizações devem contar com profissionais capacitados, com as devidas informações de cada tipo de serviço, com o foco na satisfação de clientes.

Para o setor de serviços ser competitivo no atual cenário mundial é necessário aplicar práticas de *marketing* de serviços adequadas para as organizações conseguirem alcançar seus clientes.

Marketing de serviços é o conjunto de atividades que envolvem o processo de criação, planejamento e desenvolvimento de produtos ou serviços que satisfaçam

as necessidades do consumidor, estratégias de comunicação e vendas que superem a concorrência: “[...] *marketing* é também um processo social, no qual indivíduos ou grupos obtêm o que necessitam e desejam através da criação, oferta e troca de produtos de valor com os outros” (KOTLER e KELLER, 2006. p.56).

Salienta-se que *marketing* de serviços pode ser conceituado, como um ato, uma ação, um esforço, um desempenho, que tem por finalidade encantar o cliente, na sua busca de satisfação de seus desejos por algo que pode comprar, mas que é intangível (RIBEIRO, 2006).

Cobra (2008) relata que o *marketing* de serviços busca a identificação e o atendimento das necessidades humanas e sociais, de maneira lucrativa. Aponta como tarefa importante, criar estratégias criativas de relações públicas e fornecimento de serviços de alta qualidade, na busca da fidelidade de longo prazo de clientes. O papel do *marketing* de serviços é responsável por elevar o indivíduo a um padrão de vida, no qual pessoas e grupos conquistam o que necessitam e o que desejam, através da criação, oferta e livre negociação de serviços.

Quando se usa uma definição gerencial, o *marketing* de serviços é frequentemente descrito como a arte de vender serviços. Mas as pessoas se surpreendem quando ouvem que o mais importante não é vender. Vender é apenas um elemento do *marketing* de serviços. Para organização vender seu serviço, ela deverá forjar características convergentes à demanda do consumidor (Idem).

O cliente é o principal foco de *marketing* de serviços, pois todos os *stakeholders*, isto é, todos aqueles envolvidos ou afetados pelo serviço/organização, mesmo não tendo investimento financeiro. Eles devem agir de modo alinhado, em busca da satisfação do cliente, oferecendo a solução para atender suas necessidades, de maneiras diferentes de acordo com as mudanças do mercado (UBINHA et al., 2008).

Para Kotler e Keller (2006), o foco de *marketing* de serviços é a qualidade da prestação de serviço que é atingida quando satisfaz as necessidades do cliente, principalmente quando se identifica o que o cliente espera, superando as suas

expectativas, não só com o serviço oferecido, mas com todo o processo, antes e durante a prestação. Existem organizações que não analisam a qualidade em todo o seu processo, acreditando que não é um meio de gerar competitividade, mas um fim.

O cliente está se informando como também está mais exigente não só na qualidade dos produtos, mas principalmente na prestação de serviço, no atendimento ao cliente, fazendo com que muitas organizações analisem seus conceitos, processos, satisfação e desenvolvimento no mercado. Por isso, nunca se falou tanto em qualidade total na prestação de serviço, como nos dias atuais (Idem).

Cobra (2008) destaca a dificuldade em definir serviços, pois são produtos intangíveis, e sua avaliação depende da sua concretude, isto é, sua finalização. A combinação de serviços com produtos gera confusão na identificação desses itens. A distinção dos termos tangíveis tudo aquilo que se pode tocar e intangíveis o cliente não consegue sentir ou tocar é essencial para compreensão dos serviços.

Outros aspectos apontam a necessidade de identificação do mercado alvo, para entender fatores que possam afetar a análise de mercado, prevendo o comportamento de compra de cada tipo de cliente, a partir de padrões de compra, para determinar o que irá satisfazer as necessidades de clientes (SIMÕES, 2014).

Dessa forma, avalia-se onde trabalhar os pontos fortes para cada serviço e como conquistar novos clientes e fidelizá-los. Analisar cada fator é essencial para segurança dos investimentos, pois além de saber o que o consumidor espera, faz-se necessário saber onde encontrar o público e saber por onde começar, onde há espaço para o serviço, sua necessidade e seu atrativo ao consumidor. Além disso, deve-se ressaltar que é necessário ter um serviço compatível com a exigência de mercado, para que se possa sobreviver no segmento como também ter forças para obter a preferência do consumidor (RIBEIRO, 2006).

Assim, o *marketing* de serviços auxilia no intuito de indicar algumas ações que possibilitem o aumento do número de clientes, onde o mais importante é trabalhar a percepção do consumidor com relação a sua marca e trabalhar o seu posicionamento tentando atender as suas demandas e necessidades (Idem).

Existem fatores de *marketing* que devem ser estudados para posicionar uma organização no mercado e a partir deles conhecer e analisar os fundamentos do *marketing*, isto é, os 4 Ps: produto, preço, praça e promoção onde formam estratégias de venda, e abrangem o conjunto de tarefas que os administradores de *marketing* devem desenvolver (Idem).

Para a organização aplicar o *marketing* de serviços é necessário estabelecer quais estratégias serão utilizadas. Identificando aquelas que melhor se encaixam no perfil da organização a partir de análises internas e externas. O *marketing* de serviços é basicamente o conjunto de estratégias de *marketing* focado nos clientes.

As estratégias de *marketing* apresentam-se como meio de sobrevivência e crescimento para as organizações modernas, que tem cada vez mais a necessidade de repensar continuamente suas formas de atuação no mercado e pensar em *marketing* de serviços como um ganho financeiro e de imagem através de um bom desempenho (LAS CASAS, 2007).

Neste sentido, as estratégias de *marketing* são um conjunto de variáveis controláveis, que podem ser utilizadas para influenciar na forma como os consumidores respondem ao mercado. O composto de *marketing* é planejado para satisfazer as necessidades de cada mercado-alvo no qual a organização busca alcançar, além de auxiliá-la a desenvolver uma estratégia de posicionamento (RIBEIRO, 2006).

Para obter as estratégias de *marketing*, as organizações devem pensar em como o mercado deverá ser abordado e uma forma de alcançar o seu crescimento e como satisfazer novos clientes (SIMÕES, 2014).

Kotler e Keller (2006) destaca que a maior parte do mercado é grande demais para que uma organização possa fornecer todos os produtos e serviços necessários à todos os compradores naquele mercado. Precisa-se de alguma delimitação de recursos sendo assim selecionando mercado-alvos, onde é aquele para qual a organização irá direcionar seus investimentos e focar sua estratégia.

Uma estratégia que pode ser usada é a de se diferenciar podendo melhorar ou inovar. Apesar do serviço ser intangível em sua essência existem aspectos que fazem parte do processo, porém, não são restritamente serviço em si e podem ser explorados como a marca, instalações, equipamentos, funcionários qualificados, garantias, podem ser reforçados e usados como diferencial (PRIDE e FERREL, 2001).

Já Churchill e Peter (2005) defendem que as organizações devem usar estratégias de *marketing* voltadas para o valor do serviço para o cliente.

Segundo os autores supracitados, todos os tipos de estratégias de *marketing* delimitam-se através dos conteúdos dos 4 Ps.

O composto de *Marketing* é conhecido como os 4 Ps do *Marketing*. Por esse motivo, diversos países trataram de traduzir para o seu idioma, os 4 grupos em palavras que mantivessem a grafia iniciada por P. Dessa forma, no Brasil as atividades passaram a ser: Produto, Preço, Promoção e Praça ou Ponto de venda (RIBEIRO, 2006. p.8): “*Marketing* é uma função organizacional e um conjunto de processos para criar, comunicar e entregar valor aos consumidores, bem como gerir as relações entre empresa e cliente, a fim de beneficiar a organização e os constituintes da relação”.

Salienta-se que cada ferramenta do composto de *marketing* tem como objetivo facilitar o planejamento, determinando as melhores estratégias a serem adotadas e avaliando melhor o produto a ser oferecido ao mercado não permitindo que a venda se torne supérflua. A organização deve determinar não apenas quais necessidades servir, mas também as necessidades à quem servir (KOTLER e KELLER, 2006).

Para Mccarthy (1975), a organização precisa conquistar ofícios de *marketing* planejando a obtenção e metas da organização. Da mesma forma, os 4 Ps de *marketing* caracterizam um conjunto de princípios de explicação do *marketing*, objetivando uma preservação dos produtos ou serviços no mercado.

Cobra (2008) destaca que os 4 Ps de *marketing* formam o alicerce responsável pela otimização nas vendas, uma vez que possibilitam a conquista de novos mercados através de uma abordagem estrategicamente elaborada, na qual se busca o equilíbrio entre as variáveis de produto. Dentro da organização, para cada grupo de consumidores que ela possui teria que ter uma estratégia de *marketing* diferente. A partir dessa visão serão elaborados cada um dos elementos ou variáveis que compõe o 4 Ps de *marketing*, quais sejam:

- Produto: Produtos e serviços têm a mesma finalidade, satisfazem um desejo ou necessidade dos consumidores, gerando satisfação e valor. Na prestação de serviço, o produto é considerado um componente intangível;
- Preço: São grandes as diferenças de preço entre produtos e serviços. Em serviços existe uma incidência maior de custos fixos do que de custos variáveis. Grande parte dos serviços possui custos invisíveis para o cliente. A grande diferença está no poder de comparação, onde um produto pode ser facilmente comparado a outro, enquanto que um serviço precisa ser analisado com maiores detalhes;
- Praça: A distribuição de serviços implica, quase sempre, a distribuição de custos fixos. Distribuir serviços requer a disponibilidade dos mesmos no momento em que o cliente precisa, visto que eles não são estocáveis, e por isso exigem um planejamento mais apurado;
- Promoção: As comunicações em serviços costumam ser pessoais e interativas, com o alto predomínio da indicação, do boca a boca e da venda pessoal. Mesmo nos casos de comunicação de massa, tem uma forte presença de pessoas e é por isso que se diz que a comunicação tem o papel de tornar os serviços intangíveis.

Las casas (2007) afirma que além dos 4 Ps tradicionais, o *marketing* de serviços possui outras referências importantes:

- Pessoas: Refere-se a todos aqueles envolvidos, diretamente ou indiretamente, na prestação do serviço em si. No caso dos serviços, diferentemente dos produtos, a mão-de-obra é a matéria-prima para a prestação dos serviços,

portanto a preocupação com as pessoas envolvidas é de fundamental importância. É preciso treinar e capacitar os colaboradores, criando neles a ideia de que os clientes precisam ser bem tratados, sendo o foco do atendimento;

- **Processos:** Este item é muito importante e representa todos os fluxos de trabalho, procedimentos e metodologias utilizadas na prestação de um serviço. O gestor precisa entender os seus processos e aperfeiçoa-los para garantir o sucesso da prestação do serviço, e a fidelização de clientes;
- **Procedimentos:** A produtividade e qualidade são fatores de sucesso em qualquer organização. Por isso, é necessário ter atenção especial a estes aspectos no *marketing* de serviços. É preciso assegurar a produtividade dos colaboradores e manter a qualidade na prestação do serviço, desde seu planejamento até o momento da entrega ao cliente;
- **Perfil:** Sendo no local onde o serviço é prestado são as evidências físicas da prestação de serviço, como: layout do escritório, atendimento, cartão de visitas, equipamentos, instalações e entre outros. É preciso pensar onde e como os serviços são prestados e como isto pode ser maximizado para que a experiência de consumo do cliente possa ser a melhor possível.

Os 4 Ps de *marketing* tem o objetivo de equilibrar e ampliar o mercado de trabalho, pois utiliza ferramentas importantes voltadas para mostrar melhor o produto ou serviço, para encantar o cliente e trazer informações necessárias para efetuar uma boa compra, com isso a organização consegue atingir os resultados esperados (SIMÕES, 2014).

A partir do uso dos 4 Ps de *marketing* e da sua análise obtém-se informações que auxiliam a organização a verificar as dificuldades que possam surgir dentro do setor de serviços.

Uma das maiores dificuldades de *marketing* é mostrar para o mercado que o seu setor não é somente fazer a propaganda. Nesse caso, o *marketing* sofre com a crítica, a desconfiança e a dúvida sobre a validade ética e moral de seus princípios e práticas no mercado de trabalho (LAS CASAS, 2007).

O autor supracitado contribui dizendo que outros fatores relevantes são a falta de estrutura das organizações e investimentos para tornar o setor de *marketing* mais atraente, a falta de planejamento e a falta de contratação de profissionais especializados para que possam expandir os negócios (Idem).

Kotler e Keller (2006) destaca que os clientes estão mais exigentes, apesar disso muitos não percebem as diferenças entre os produtos oferecidos e cada vez mais demonstram menos fidelidade a marca. Por esse motivo, o *marketing* encontra certa dificuldade em mostrar para os clientes as diferenças que existem no mercado.

Salienta-se que outra dificuldade no mercado é agradar os clientes. Pois, estão cada vez mais exigentes quanto aos produtos e serviços que consomem, estão mais atentos, preocupados com o preço e o mercado está cada mais vez disputados por muitos concorrentes iguais e até melhores (KOTLER, 2000).

Alterações no ambiente organizacional são a cada dia mais comuns, porém, para a organização é difícil responder tão rápido a essas alterações, quanto mais elas acontecem fica mais difícil alcançar novamente a posição no mercado. Com as inovações tecnológicas e novos métodos as organizações precisam atualizar-se, porém, isso exige investimento tanto financeiro quanto em tempo e a maioria das organizações não realizam esses tipos de recursos, por desconhecem, a necessidade de se tornar competitiva e lutar por um espaço no mercado (Idem).

Pesquisas sobre a satisfação de cliente foram sistematizadas através de diferentes abordagens metodológicas, identificando-se dificuldades na hora de avaliar e mensurar a satisfação do cliente. No *marketing* de serviços é necessário definir esses parâmetros metodológicos para partir deles começar o processo de *marketing* (PETERSON e WILSON, 1992).

Além das dificuldades encontradas no *marketing* de serviços, que é mostrar que não existe somente a propaganda, existem também dificuldades na prestação de serviços por não existir um produto.

O setor de serviços percebe a importância da qualidade no atendimento ao

cliente e busca obter e manter níveis que satisfaçam o consumidor, um dos motivos é porque: “É comum encontrarmos resistências, pois os empresários do setor são mais voltados ao serviço. Acham que conhecem o ramo por dominarem a técnica da prestação de serviço e nada mais é necessário” (LAS CASAS, 2007. p.203).

Para Kotler e Keller (2006), o setor de serviços vem perdendo muito de seu aspecto no mercado, pois o serviço é moderno com informações e conhecimentos, de modo que em muitos setores de serviço a capacidade de padronização e operacionalização é muito difícil.

A dificuldade mais comum à muitos prestadores de serviço é o valor que se deve cobrar. Essa dificuldade aumenta por causa das características que são encontradas nos serviços como a intangibilidade (Idem).

Salienta-se que existe uma dificuldade de definição e medição do setor. A dificuldade da definição está vinculada à composição do setor que se conhece como serviços e suas constantes mudanças estruturais que só aprofundam sua heterogeneidade aquilo que não possui uniformidade. Muitas dificuldades de classificação e definição das atividades de serviço estão acompanhadas com a dificuldade em mensurá-las (RIBEIRO, 2006).

A dificuldade de mensuração do setor de serviços acaba por subestimar a produtividade do setor, dando a ele um caráter de baixa produtividade. Porém, o que acontece é que parte da produtividade do setor industrial se deve aos setores de serviço como as consultorias, os transportes e a comunicação (Idem).

Crocco (2010) relata que o setor de serviços é um reflexo do comportamento da indústria e um setor de extrema importância na economia mundial atual, pois serve de facilitador das transações econômicas, agindo como integrador das diversas atividades da economia.

A organização não pode deixar essas dificuldades atrapalhar seu envolvimento com os clientes. Para conquistar novos clientes é necessário utilizar as estratégias de *marketing*.

Os clientes são as principais razões de existência de qualquer organização e satisfazê-los deve ser o principal foco delas. Mostrando que as estratégias de *marketing* contribuem para a captação e a manutenção de clientes, a utilização das estratégias pode ajudar a analisar índices de satisfação em um escopo que envolve desde o atendimento até a disponibilidade do serviço (CROCCO, 2010).

Para Kotler e Keller (2006), o valor percebido pelo cliente baseia-se nas diferenças entre o que ele obtém e o que ele dará pelas diferentes opções possíveis. Em qualquer das hipóteses o cliente desfrutará dos benefícios e assumirá os custos, mas para que as organizações possam satisfazê-los, dependerá do uso das estratégias de *marketing*, abordando desde a qualidade dos serviços até o bom atendimento ao cliente, sendo ferramentas fundamentais.

Na conquista de novos clientes a organização volta-se aos clientes buscando o que irá agradá-los e o que eles precisam, com uma meta em oferecer valor a longo prazo, para que sempre estejam satisfeitos com o que a organização tem a oferecer (SIMÕES, 2014).

Reitera-se que o cliente fiel é aquele que está satisfeito com os serviços oferecidos pela organização, com isso, sempre será feita a busca de novos clientes. Para que isso aconteça, a organização deverá sempre gerar valor e satisfação para o novo cliente, sem abandonar os clientes que já possui (Idem).

Segundo Dias (2003), os níveis de *marketing* refletem o que a organização busca quando decide atrair novos clientes, incluindo técnicas customizadas de relacionamentos.

Mckenna (1999) contribui dizendo que é essencial para a organização conquistar no mercado a aceitação por parte dos clientes de seus produtos e serviços do *marketing*.

A organização deve se preocupar e também determinar a maneira pela qual é vista pelo mercado, a imagem que é transmitida, como seus clientes veem o seus produtos e serviços, porém, não só a visão dos clientes importa também as dos

fornecedores, distribuidores, funcionários, governo sociedade entre outras. Com uma boa imagem a organização ganha credibilidade o que ajuda na conquista de novos clientes. Para isso é possível fazer um planejamento de longo prazo forjando uma imagem da organização (Idem).

Ainda para Mckenna (1999), não é apenas os *slogans* que conquistam os clientes, ao contrário a conquista está muito mais associada a experiências positivas e *feedback*, gerando confiança, mantendo relações. Complementando Seybold (2002) afirma que a marca e a experiência que são os fundamentos para a organização conquistar o sucesso dos produtos e serviços.

Segundo Kotler (1999), toda a organização deve conquistar novos clientes, com isso todos os departamentos também. É possível extrair de clientes informações que podem ser aproveitadas inclusive, eles estão dispostos a fornecer essas informações se a organização for atrás das mesmas. Dessa forma, a organização conseguirá mecanismos para fidelizar seus clientes.

As organizações buscam ferramentas importantes, com o propósito de que os clientes possam ser capazes de perceber algum valor que as coloquem em uma posição diferenciada em relação aos seus concorrentes; pois, além de estarem bem informados, os clientes conseguem avaliar qual organização possui o melhor serviço e valor agregado: “Os clientes procuram maximizar o valor, dentro dos limites impostos pelos custos envolvidos na procura e pelas limitações de conhecimento, mobilidade e renda” (KOTLER e KELLER, 2006. p.139).

Para Cobra (2008), as estratégias de *marketing* são importantes para fidelização de clientes, pois sua utilização mostra o que leva um cliente a tomar a decisão de compra. As estratégias de *marketing* e os 4Ps, podem contribuir para o desempenho de mercado das organizações, com isso, auxilia a organização a lidar com os clientes de forma diferenciada, identificando suas necessidades e desejos, oferecendo benefícios.

As organizações se preocupam em fidelizar clientes, pois, precisam de dedicação e compromisso em oferecer serviços de qualidade, mas isso requer

entregar alto valor para o cliente, superando suas expectativas, traçando planos de melhorias constantemente, usando as estratégias de *marketing*, pois se sabe que o mercado está sempre mudando (Idem).

Caso as organizações não planejem e não implementarem estratégias de *marketing*, a probabilidade de atendimento ao mercado fica mais difícil já que não conseguirão perceber as necessidades de seu público alvo e fidelizá-los. Para as organizações, a satisfação do cliente é uma meta a ser atingida, para isso é necessário a utilização eficaz das estratégias de *marketing*, pois, perder clientes lucrativos pode afetar os lucros de uma organização. Estima-se que o custo envolvido na atração de um novo cliente é cinco vezes maior que o custo de mantê-lo satisfeito (CROCCO, 2010).

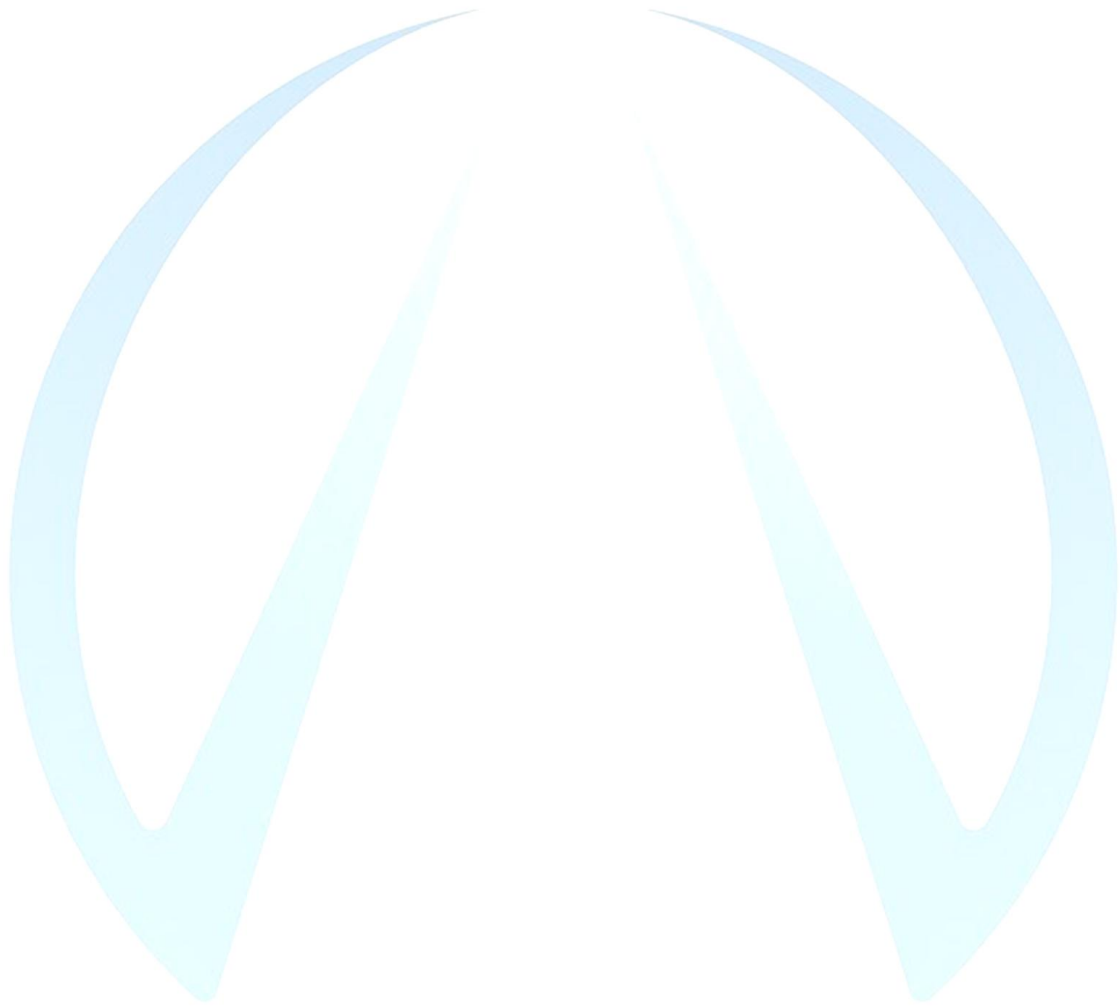
Ribeiro (2006) relata que a qualidade do serviço afeta a capacidade da organização em satisfazer as necessidades de clientes, para que a organização possa fazer a fidelização de clientes é preciso se adequar à utilização das estratégias de *marketing* e os 4 Ps, para que assim possam se voltar para os clientes.

Toda organização deveria conseguir detectar as necessidades e desejos de seus clientes. O comportamento do cliente direciona a percepção pela organização do processo de compra e o relacionamento com produtos e serviços. Inclusive, as estratégias de longo prazo em um relacionamento com os clientes exigem que todas as ações sejam favoráveis tanto para a organização quanto para o cliente (NICKELS e WOOD, 1999).

De acordo com Crocco et al. (2006), o cliente é fiel à organização quando tem os hábitos constante de comprar em determinado local ou marca. O cliente é fiel em função do seu relacionamento com a organização, especialmente quando ele pondera a qualidade do atendimento.

Kotler (1999) afirma que as estratégias de fidelização devem sempre ser atualizadas e aperfeiçoadas, conforme as mudanças acontecem. Organizações com estratégias bem estabelecidas veem seus clientes sendo mais que compradores,

pois, quando a organização se preocupa com o cliente e seu crescimento, ele se torna mais fiel.



RESULTADOS

As estratégias de *marketing* de serviços capacitam as organizações a otimizar seus resultados e a fidelizar seus clientes.

Os 4 Ps de *marketing* são considerados principais mecanismos que as organizações utilizam para alcançar seus objetivos e manter seu posicionamento no mercado.

As organizações tendem utilizar as estratégias de *marketing* para conquistar novos clientes e fidelizar aqueles que pertencem a sua carteira de clientes. Entretanto, existem algumas dificuldades que a organização tem que enfrentar para conseguir novos clientes e sua fidelização, dado que os clientes estão cada vez mais exigentes.

As organizações devem estabelecer estratégias de *marketing* bem definidas, analisando o mercado, que determinará quais são as melhores ações a curto, médio e longo prazo para se manter e se destacar ou até mesmo iniciar novas oportunidades. As organizações devem encontrar quais aquelas estratégias que melhor se adequam a sua realidade.

Ao se falar em estratégias de *marketing*, a primeira estratégia que é encontrada é o composto de *marketing* ou 4 Ps de *marketing*. Entretanto, existem outros tipos de estratégias que podem ser usadas, quais sejam: As estratégias de *marketing* que capacitam as organizações à conquistar e fidelizar clientes são: análise de mercado, estratégia de posicionamento, abordagem de mercado, delimitação de mercado, competir por alcance, competir por geografia, competir por participação, estratégia de diferenciação.

Faz-se importante considerar que a estratégia de *marketing* é a composição da imagem da organização. Ela delimita como a organização é vista por seus clientes, mas não apenas esses, como é vista pela comunidade, pelo governo, pelos

fornecedores, pelos concorrentes, enfim como é vista por todos. Essa imagem é extremamente importante, pois a organização é reconhecida, a imagem refletirá a qualidade, atendimento e responsabilidade. A imagem deve ser pensada e em casos de uma má reputação a organização deve estabelecer ações para então melhorá-la.

As estratégias de *marketing* delimitam o posicionamento da organização, isto é, determinam como ela posicionará frente ao mercado, ou seja, como o mercado deve ser abordado. Vem junto com a imagem, pois as escolhas de abordagem irão refletir na imagem da organização.

É provável que uma organização sozinha não consiga abranger todas as necessidades de seu público alvo, por isso é necessário delimitar quais serão as necessidades atendidas, levando em consideração os recursos da organização e satisfazer o consumidor.

Existem também três estratégias de *marketing* de serviços: competir por alcance, competir por geografia e competir por participação. A estratégia de competir por alcance significa que a organização vai até o consumidor, e quanto mais eficiente mais competitiva ela se torna. Competir por geografia, a organização se diferencia. É uma rápida expansão geográfica para várias localizações, diferentes cidades ou estados, ampliando sua atuação de mercado. E competir por participação, a organização quer como estratégia aumentar sua participação no mercado, aumento seu portfólio ou expandindo seu público alvo, assim aumentando sua fatia de mercado.

A estratégia de diferenciar-se no mercado é pautada pela competitividade gerada para a procura de consumidores por algo inovador, conseguindo alcançar o status de que seus serviços são por algum motivo, diferentes e atrativos tornando-a competitiva no mercado.

A estratégia que abrange todas as outras é a de conquistar e fidelizar clientes, pois, todas as estratégias têm como objetivo ou conquistar novos ou manter os existentes. Para isso é necessário satisfazer os clientes, usando de variáveis controláveis para influenciar os consumidores, o que nos leva aos 4 Ps.

As organizações precisam atentar as mudanças que ocorrem no mercado, pois, a todo tempo as pessoas buscam aquilo que possam satisfazê-las, de modo que a partir da compra de um produto ou serviço elas percebam que a organização consegue suprir suas necessidades. Mas para isso, a melhor ferramenta para utilizar são os 4 Ps de *marketing*, pois, dessa maneira as organizações conseguem buscar melhorias de resultados na conquista e fidelização de clientes.

Através da utilização dos 4 Ps de *marketing* a organização consegue alcançar um planejamento, que disponibiliza uma maneira melhor de analisar o serviço a ser oferecido no mercado, assim, auxiliando a ter uma otimização nas vendas, gerando um detalhamento de compra ao cliente, o que torna possível atrair e fidelizar novos clientes.

Neste contexto, a utilização dos 4 Ps de *marketing* determinam que o produto e serviços tenham a mesma finalidade, com o objetivo em satisfazer a necessidade de clientes. Já o preço busca adequar uma forma em que ele não seja acima do valor que o serviço possa oferecer. No caso da praça, ela auxilia a organização buscar maneiras de distribuir os serviços no momento em que o cliente necessita. E a promoção tem o objetivo de oferecer algum serviço com o intuito de gerar credibilidade a ele, com isso atrair novos clientes.

É possível oferecer além dos 4 Ps tradicionais outras referências, quais sejam: as pessoas, os processos, os procedimentos e perfil. As pessoas estão envolvidas diretamente na prestação de serviço. Os processos são todos os procedimentos e metodologias utilizados na prestação de serviço, de forma a conquistar e fidelizar os clientes. Os procedimentos são uma forma de planejar e proporcionar satisfação aos clientes. E o perfil indica o local onde o serviço é prestado, sendo as evidências físicas da prestação de serviço.

No mercado de trabalho o mais importante é conquistar os clientes fixos e fidelizar os novos clientes. Os 4 Ps de *marketing* auxiliam a organização a traçar novas estratégias identificando novos clientes utilizando cada tipo de estratégia para cada público de mercado, pois, existem diferentes tipos de clientes. Eles auxiliam

também a organização conseguir utilizar as estratégias para encantar sempre os clientes fixos sem se esquecer de suprir suas necessidades por causa dos concorrentes.

A organização que utiliza os 4 Ps de *marketing* consegue alcançar o objetivo de encantar o cliente e mostrar a ele como essa ferramenta pode trazer informações necessárias que auxiliam na compra do serviço. Portanto, para alcançar melhores resultados os 4 Ps são uma ferramenta fundamental para a organização.

A fidelização de clientes é um tema recorrente na discussão relativa à manutenção das organizações em ambientes competitivos. A cada dia que passa fica mais difícil de manter clientes, pois, a concorrência vem aumentando em diferentes aspectos, com isso, a organização precisa melhorar e atender as necessidades de clientes e fazer com que tenham resultados favoráveis.

Sua imagem é construída pelos participantes da organização, isto é, seus clientes e seus funcionários. A visão dos clientes importa, como, também as dos fornecedores, distribuidores, funcionários, entre outros. Com uma boa visão a organização conquista confiabilidade o que ajuda na obtenção de novos clientes.

A maioria das organizações quando conseguem efeitos atrativos no serviço, auxilia a ter um cliente fiel, atraindo novos clientes, reverberando nos lucros. Portanto, para a organização é fundamental ter clientes fiéis, sendo um ponto positivo e trazendo benefícios na conquista de clientes.

Além de conquistar novos clientes, a organização precisa de mecanismos para fideliza-los. Assim, o principal foco de uma organização é conquistar clientes, oferecendo serviços que possam satisfazer suas necessidades e oferecer aquilo que eles desejam. Para que a organização consiga sua fidelização é preciso utilizar as estratégias de *marketing*.

As dificuldades encontradas no setor de serviços são aquelas intangíveis, isto é, sua modernização, precificação, sua padronização, entre outras.

O setor de serviços tem uma grande dificuldade em acompanhar o avanço das tecnologias, isso pode acarretar na diminuição ou perda de clientes. A concorrência nesse setor é competitiva obrigando as organizações estarem atualizadas.

O serviço intangível pode gerar dificuldades, pois, a padronização do processo e do resultado final, causa impacto na maneira em que o cliente recebe o serviço. Outra dificuldade encontrada a partir dessa característica é o valor a ser cobrado, por causa da inexistência de um produto mensurável, no qual possa se definir o valor.

Embora a mensuração desse setor seja um tanto limitada, ele é importante na economia mundial, pois, é a base de toda a indústria, com consultoria, transporte, comunicação, entre outras, pois, ele integra todas as diversas atividades da economia.

CONCLUSÃO

Para que as organizações obtenham os seus resultados com relação aos clientes é importante utilizar as estratégias de *marketing*, pois, elas auxiliam a oferecer serviços que possam satisfazer as necessidades de clientes, oferecendo aquilo que ele deseja.

A principal estratégia a ser utilizada são os 4 Ps de *marketing*, que tem o objetivo em oferecer a organização meios em destacar no serviço aquilo que falta, para que ele seja atrativo no mercado.

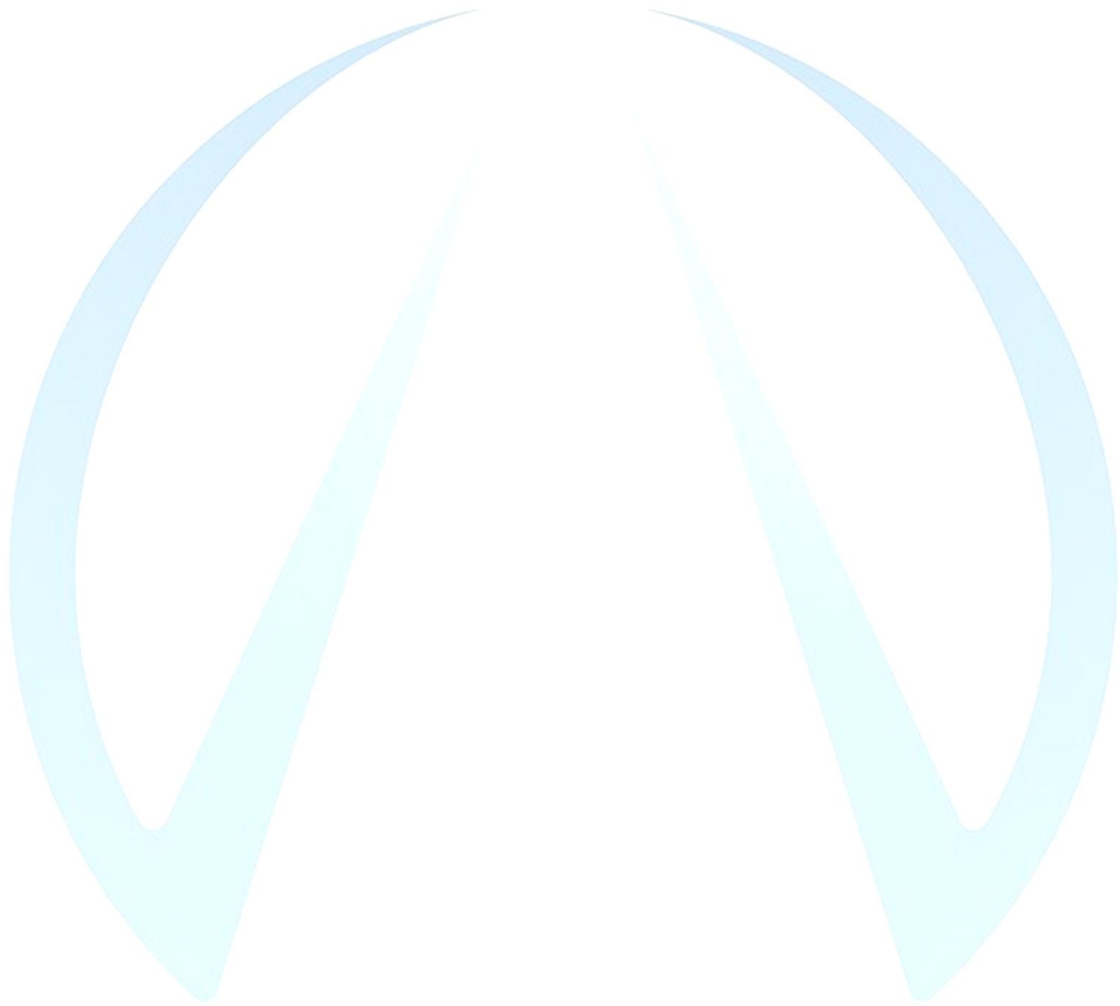
A utilização dos 4 Ps de *marketing* auxiliam a organização a identificar meios em conquistar e fidelizar clientes, para que os serviços oferecidos possam ser mais atraentes do que os concorrentes.

Os 4 Ps de *marketing* auxiliam a organização a ter uma otimização nas vendas, podendo, assim, conquistar novos mercados. Essa ferramenta possibilita que a organização possa verificar as dificuldades encontradas no setor de serviços e auxilia na busca de um planejamento para que se possa encontrar métodos para suprir as dificuldades.

Considerando-se que os 4 Ps de *marketing* levam a melhoria de resultados na conquista e fidelização de clientes, verificou-se que os clientes são as principais razões de existência de uma organização, e o principal foco é satisfazer-los e suprir suas necessidades buscando sua fidelização e novos clientes.

As organizações passaram a utilizar os 4 Ps de *marketing* para a conquista e fidelização de clientes levando a melhoria de resultados, se destacando entre os seus concorrentes, oferecendo serviços atraentes aos olhares de seus clientes. Desta forma a hipótese sugerida na presente pesquisa comprovou-se verdadeira.

Conclui-se que para a organização conseguir manter e fidelizar seus clientes é preciso utilizar os 4 Ps de *marketing*, pois, a informação gerada através dessa estratégia e seu nível de detalhamento atrai e fideliza novos clientes. Com isso, as organizações utilizam essa estratégia oferecendo ao mercado, serviços com atributos que os clientes necessitam despertando assim o desejo de compra.



REFERÊNCIAS

- COBRA, M. **Administração de marketing no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2008.
- CHURCHILL, Gilbert A.; PETER, J. Paul. **Marketing: criando valor para os clientes**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- CROCCO, Luciano et al. **Marketing: perspectivas e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CROCCO, L. **Fundamentos do marketing – conceitos básicos**. Saraiva, São Paulo, 2010.
- DETTMER, B.; Socorro, C.; KATON, H. T. **Marketing de serviços – análise da percepção da qualidade de serviços através da ferramenta servqual em uma instituição de ensino superior**. Santa Catarina: Revista de Ciências da Administração – v.4, n.08, jul/dez 2002.
- DIAS, Sergio Roberto (coord.). **Gestão de Marketing**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- GOSLING, M.; SOUZA, B. B. P.; ARAUJO, G. C. D. **Dimensões da Qualidade de Serviços, Satisfação e Lealdade: um Modelo Teórico**. XXVI ENEGEP – Fortaleza, 2006.
- IBGE (2017). **Serviços**. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/servicos.html>>. Acessado em: Março de 2017.
- KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados**. São Paulo: Futura, 1999.
- KOTLER, Philip – **Administração de Marketing – 10ª Edição, 7ª reimpressão – Tradução Bazán Tecnologia e Lingüística; revisão técnica Arão Sapiro**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- KOTLER P.; KELLER K. **Administração de marketing**, 12. ed. São Paulo, 2006.
- LAS CASAS, A. M. **Marketing de serviços**. 5ª Ed. editora atlas; São Paulo, 2007.
- MCCARTHY, E. **Basic marketing: a managerial approach**. R.D. Irwin. Homewood, IL, USA. 1975.
- MCKENNA, Regis. **Marketing de relacionamento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- NICKELS, W. G.; WOOD, Marian Burk. **Marketing: relacionamentos, qualidade e valor**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

PETERSON, R. A., WILSON, W. R. Measuring customer satisfaction: fact and artifact. *Journal of the Academy of Marketing Science*, v. 20, n. 1, p. 61-71, 1992.

PRIDE, W. M.; FERREL, O. C. **Marketing**: conceitos e estratégias. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

RIBEIRO A. **Marketing e serviços**: Que ainda fazem a diferença. São Paulo: Saraiva, 2006.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SEYBOLD, Patrícia B. **A revolução do cliente**. São Paulo: Makron, 2002.

SIMÕES, G. **Marketing de Serviços**: A Satisfação de clientes voltada para a prestação de serviços de uma contabilidade. Pará de Minas, 2014.

UBINHA, A. R.; PEDROSO, A.; CASSIANO, C. M. **Marketing de serviços e as estratégias utilizadas pelo Cmte. Rolim¹**. Natal: RN, 2008.

A gestão do capital de giro das micro e pequenas empresas¹⁷

Autores:

José de Arimatéia SOBRAL¹⁸

Rosane Carvalho CARDOSO¹⁹

Graziele Aline Feitosa SANCHES²⁰

Data de submissão e aprovação do artigo: 01/10/2017

¹⁷ - Este artigo foi escrito para cumprimento das exigências e requisito para aprovação da disciplina TCC II. A orientação da produção do artigo ficou sob-responsabilidade da Professora Esp. Grazielle Aline Feitosa Sanches.

¹⁸ - Aluno do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde 2014-2017.

¹⁹ - Aluna do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde 2014-2017.

²⁰ - Possui graduação em Bacharelado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB) (2004) e Especialização em Gerência Contábil Financeira e Auditoria pelo Centro Universitário Católico Salesiano (UNISALESIANO) (2006). Atualmente é professora da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui e contadora do Escritório Sanches de Contabilidade.

A gestão do capital de giro das micro e pequenas empresas

RESUMO

As micro e pequenas empresas têm sido tema de vários estudos acadêmicos. Através destes estudos observou-se que grande parte da economia brasileira e dos empregos são oriundos das micro e pequenas empresas, mas, apesar disto a sua mortalidade tem sido muito grande, tanto que algumas micro e pequenas empresas não tem conseguido sobreviver ao seu primeiro ano de vida. Através de pesquisa Bibliográfica, detectou-se que um dos fatores que levam as micro e pequenas empresas a morte precoce é a falta de capital de giro e a má formulação de capital de giro que a empresa irá necessitar. Com o objetivo de identificar e descrever a gestão do capital de giro dentro das micro e pequenas empresas verificou-se que a administração do capital de giro pode suprir as deficiências financeiras das empresas e levá-las ao equilíbrio financeiro.

Palavras-chave: 1 Necessidade de capital de giro, 2 estabilidade financeira, 3 índice de mortalidade e crescimento.

ABSTRACT

Working capital management of The Small Business

The Small Business have been the subject of several academic studies. Through these studies it was observed that a large part of the Brazilian economy and jobs come from micro and small companies, but despite this their mortality has been very great, so much so that some micro and small companies have not managed to survive their first year of life. Through Bibliographic research, it was detected that one of the factors that lead micro and small businesses to early death is the lack of working capital and the bad working capital formulation that the company will need. In order to identify and describe the management of working capital within micro and small enterprises, it was found that the management of working capital can overcome the financial deficiencies of companies and bring them to financial equilibrium.

Key words: 1 Need for working capital, 2 financial stability, 3 mortality rate and growth.

APRESENTAÇÃO

A gestão financeira vigente em todas as empresas tem por objetivo buscar a estabilidade econômica e a sua permanência competitiva no mercado. Através dos processos de obtenção de recursos financeiros a empresa consegue atingir e manter seu nível de atividade. Ela é composta pelas bases da administração, planejamento, análise e controle, e através disso busca-se melhorar os resultados econômicos, capitalizar a empresa e aumentar seu patrimônio, sempre analisando sua situação atual através do planejamento de médio e longo prazo.

Dentro da gestão financeira existem várias formas de capitalizar uma empresa. Dentre elas esta o capital de giro, que é uma ferramenta indispensável para as decisões que serão executadas dentro da empresa. O capital de giro nada mais é do que os recursos necessários para custear as operações da empresa como vendas a prazo, compra de matérias primas de fornecedores, estoques, pagamento de salários e suas despesas operacionais.

O termo giro tem ligação com o processo de circulação e geração de lucro, que começa na aquisição de bens ou matérias primas para produção e irá terminar com o recebimento da venda de seus produtos ou serviços, gerando o retorno dos seus investimentos.

Nota-se a importância quanto às decisões financeiras que são realizadas diariamente pelas micro e pequenas empresas. Principalmente na busca de uma melhor gestão para o seu capital de giro. Assim identificou-se que as fontes de financiamento de capital de giro têm grande importância no sucesso das empresas, pois fornece meios de se estabelecer um equilíbrio financeiro, evitando assim possíveis problemas de insolvência e que a empresa não necessite buscar formas de se capitalizar que sejam caras e prejudiquem seus resultados.

Com o propósito de comprovar como as micro e pequenas empresas podem

se beneficiar da gestão de capital de giro, o presente artigo objetivou descrever as ferramentas a serem utilizadas na gestão de capital de giro. Identificou-se os seus benefícios e como o mesmo vêm sendo adotado pelas micro e pequenas empresas.

Através de pesquisa bibliográfica verificou-se que a administração de capital de giro pode suprir a deficiência das micro e pequenas empresas e auxiliá-las quanto ao seu equilíbrio financeiro. A administração de capital de giro vem para suprir possível deficiência das empresas e auxiliá-las quanto à melhor forma de se financiarem e conseqüentemente estabelecer um equilíbrio financeiro.



DESENVOLVIMENTO

Apesar de não se ter uma data exata de quando as micro e pequenas empresas passaram a existir no Brasil, os fatos que até aqui foram estudados apontam que sua existência esta ligada aos setores da agricultura, transporte, manufatura, comércio e serviços (SOUZA et al., 2007).

Ainda segundo os autores supracitados, ao se basear em documentos e relatos, pode-se dizer que a micro e pequena empresa surgiu no litoral do estado de São Paulo, nas cidades de São Vicente e Santos e por isso não devemos separar a história das micro e pequenas empresas da história do Brasil.

A regularização das micro e pequenas empresas acontece no dia 14 de dezembro de 2006, com a Lei complementar 123 que institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte, onde estabelece que elas terão um tratamento diferente das demais empresas em relação aos impostos, leis trabalhistas e ao acesso de credito e de mercado entre outros (LEI COMPLEMENTAR 123, 2006).

Para se definir o tamanho de uma empresa, ou seja, se ela é micro ou pequena empresa é através de sua receita bruta e de seu faturamento. Existem duas definições para o tamanho de uma empresa: a federal e a estadual. Segundo a definição da Lei Geral da micro e pequena empresa (Lei Nº 123/2006 alterada pela LC nº 155/2016) será considerada micro empresa a organização que possuir receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais), já pequena empresa será considerada aquela que tiver seu faturamento superior a R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais) e inferior a R\$ 4.800.000,00 (Quatro milhões e oitocentos mil reais) (Idem).

Outro critério que pode ser usado para se definir o porte da empresa é o

número de funcionários que ela possui. Nas indústrias, as microempresas vão ter até 20 colaboradores e as pequenas empresas chegam a 99 colaboradores, já no serviço e no comércio esse numero varia, pois será considerada microempresa aquela que tiver até 9 colaboradores e pequena empresa será aquela que tiver de 9 a 49 colaboradores (DOLABELA, 2002).

Segundo o Dieese (2009), no final da primeira década do século XXI existia no Brasil cerca de 6,4 milhões de estabelecimentos e desse total 99% são micro e pequenas empresas, o que as tornam responsáveis por gerar 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado, ou seja, mais da metade dos empregos formais no Brasil são gerados pelas micro e pequenas empresas.

No ano de 2000, as micro e pequenas empresas centralizavam 4.117.602 (quatro milhões, seiscentos e dezessete mil e seiscentos e dois) estabelecimentos empresariais, aumentando no ano de 2004 para 5.028.318 (cinco milhões e vinte e oito mil, trezentos e dezoito) estabelecimentos, ou seja, este segmento cresceu cerca de 21%. Se formos comparar com o crescimento das médias e grandes empresas, no mesmo período de 2000 a 2004 seu crescimento foi de 19,5%, o que mostra o grande potencial de crescimento das micro e pequenas empresas que cresceram quase 3% a mais que as médias e grandes empresas (SEBRAE, 2006).

É importante destacar também a pesquisa realizada trimestralmente pelo ICPN (Índice de confiança nos pequenos negócios) que relata que junho/2016 é o quarto mês seguido em que as micro e pequenas empresas alcançam o melhor índice de confiança, o que indica que além dos pequenos negócios serem responsáveis por 52% dos empregos no país, seu grau de confiança tem aumentado cada vez mais (Idem).

As micro e pequenas empresas se tornaram também as principais geradoras de riqueza no país e são responsáveis por 53,4% do PIB no comércio, 22,5% na indústria e no setor de serviços chega a 36,3%. Esses dados demonstram que já não se pode pensar no desenvolvimento do Brasil sem as micro e pequenas empresas e que é de grande necessidade e importância que se apóie, incentive e

qualifique as empresas de pequeno porte, pois elas juntas representam muito e se tornam decisivas para a economia do Brasil (SEBRAE, 2014).

Mas apesar de todo este cenário positivo que as micro e pequenas empresas têm destaca-se seu principal problema que é o seu curto tempo de vida. Um levantamento feito pelo SEBRAE entre os anos de 2000 e 2002 aponta que 50% das micro e pequenas empresas têm fechado as portas com menos de dois anos de vida. A mesma instituição ainda levantou os principais motivos do curto tempo de vida das empresas que seriam a falta de capital de giro apontado como o principal problema por 24,1% dos entrevistados, os impostos elevados (16%), a falta de clientes (8%) e a concorrência (7%) (Idem).

Apontado como um dos principais responsáveis pela mortalidade das micro e pequenas empresas, existem vários conceitos e interpretações para capital de giro, segundo Di Augustini (1999) há uma conformidade de que o capital de giro esta agregado aos itens circulantes do balanço patrimonial e retrata a fração do capital aplicada no ciclo operacional empresarial.

Para Fleuriet et. al.(1980), capital de giro é um conceito econômico-financeiro e não uma definição legal. Ele é uma fonte perene que a empresa utiliza com o objetivo de financiar sua necessidade de capital de giro e uma de suas particularidades é que ele se mantém constante a maior parte do tempo. Este conceito utilizado pelo autor supracitado compõe o Modelo de Fleuriet (Modelo Dinâmico) que afirma que o capital de giro deve ser calculado através da diferença entre o passivo não circulante com o ativo não circulante, já que o capital de giro deve ser calculado a longo prazo e não pelas contas de curto prazo como nos orienta o modelo americano.

Já para Chiavenato (2005, p. 223) o capital de giro é apontado como a “(...) quantidade de dinheiro que a empresa utiliza para movimentar seus negócios. Envolve estoque, dinheiro em caixa e em bancos, financiamentos a clientes por meios de contas a receber, encargos e salários, aluguel, contas de luz, água, telefone, etc.”.

Para o Sebrae (2016), o capital de giro ou ativo circulante é um recurso de rápida renovação como dinheiro, créditos e estoques e mostra a liquidez disponível para a empresa. É fundamental no auxílio das decisões tomadas dentro da empresa, pois diz respeito ao seu ciclo operacional, abrangendo desde a compra da matéria prima até a venda dos produtos.

Gitman (2001, p.459) fala que “os ativos circulantes, comumente chamados de capital de giro ou capital circulante representa a porção de investimento que circula de uma forma para a outra na condução normal dos negócios”.

Segundo FESS (1966), o capital de giro de uma empresa ira necessitar de acompanhamento permanente por parte de seus gestores, já que ira sofrer continuamente impactos devido a varias mudanças enfrentados pela empresa. Algumas das mudanças e até problemas enfrentados pelo capital de giro se deve a diminuição das vendas da empresa, causando ao administrador financeiro o problema de continuar mantendo o capital de giro controlado mesmo com as vendas da empresa estando em baixa.

Neste contexto, segundo Santos (2001), devido às incertezas que regem uma empresa como diminuição nas vendas, ou insolvência de pagamentos por parte de clientes terem forte impacto no capital de giro é aconselhável que toda empresa possua uma reserva financeira que seja capaz de suprir estes eventuais problemas. Quanto maior for o valor desta reserva financeira que a empresa dispor, menor será a possibilidade de a empresa passar por crises financeiras e ter problemas com as liquidações de suas dividas. Portanto, é suposto que a empresa buque pela gestão do capital de giro.

Segundo Braga (1995), a gestão do capital de giro é um processo continuo e de decisões tomadas para que se preserve a liquidez da empresa, podendo afetar também a sua rentabilidade.

Já Assaf Neto e Silva (1995) dizem que a gestão do capital de giro esta relacionada com as decisões financeiras de curto prazo das empresas, junto com a administração do ativo e passivo circulante. O autor ainda diz que uma empresa ira

possuir uma administração eficaz do capital de giro quando houver um alto giro do seu circulante, o que proporciona que seu fluxo de operações esteja sempre em movimento.

Destaca-se que a gestão do capital de giro de uma empresa deve ser realizada diariamente, para se controlar e garantir que a empresa tenha os recursos necessários para manter suas operações e assim evitar que aconteçam interrupções e que estas sejam muito caras para a empresa (ROSS et al., 1998).

Conforme Tófoli (2008), a gestão do capital de giro é a forma como se administra os passivos e ativos da empresa, pois quando o ativo circulante for maior que o passivo circulante, a empresa irá possuir capital de giro líquido positivo, e quando o passivo circulante for maior que o ativo circulante, seu resultado será negativo.

Como os componentes do capital de giro são aqueles que se encontram no ativo e passivo circulante, pode se dizer que o maior desafio do gestor financeiro será a administração dos pagamentos e recebimentos da empresa, de modo a estarem sempre em total sincronia (ASSAF NETO e SILVA, 2013).

Para Gitman (1987) a gestão do capital de giro é uma das áreas mais importantes da administração financeira, pois os ativos circulantes de uma empresa representam cerca de mais da metade do valor do ativo total e uma parte dos financiamentos que fazem parte do passivo circulante.

A gestão do capital de giro é vista como um índice de liquidez e tem uma boa participação no desempenho da empresa e é por isso que a comparação de capital de giro de uma empresa com a rotação de um motor de um carro, pois quanto mais giro tem o motor do carro maior será a sua potência e quanto menos giros, menor a sua potência, ou seja, quanto mais capital (dinheiro) estiver girando dentro da empresa, maior será sua potência e quanto menos capital, menor será sua potência (ADEMPE, 1997).

Gitman (2004) ainda diz que o principal objetivo da administração financeira

de curto prazo, ou seja, da gestão do capital de giro é conduzir os seus ativos circulantes (caixa, estoque, contas a receber e investimentos a curto prazo) e também os passivos circulantes (contas a pagar, despesas a pagar, instituições financeiras a pagar a curto prazo) de forma que se consiga alcançar um equilíbrio entre lucratividade e risco e que esse equilíbrio contribua para o crescimento da empresa. Desta forma, a estratégia de gestão do capital de giro pressupõe indicadores de atividades, que legitimam a boa prática da gestão.

Através da gestão do capital de giro é possível também apurar em quanto tempo, em média, a empresa está recebendo suas vendas a prazo, quitando seus fornecedores e renovando seu estoque, este tempo entre a compra de matéria prima e o pagamento aos fornecedores, as vendas de mercadorias a prazo e o recebimento e o período de renovação de estoque é de grande importância para a gestão do capital de giro, e por isso recebem o nome de prazo médio de recebimento (PMR), prazo médio de renovação de estoque (PMRE) e prazo médio de pagamento (PMP) (MATARAZZO,1998).

É por meio dos índices de recebimento, pagamento e renovação de estoque que se forma o Ciclo Operacional e o Ciclo Financeiro ou Ciclo de Caixa, que são fundamentais na formulação da estratégia e avaliação da empresa, pois a má gestão dos prazos médios afeta inteiramente a liquidez e o resultado da empresa (TÓFOLI, 1945).

Segundo Aranha (2011) na gestão de estoque deve ser analisado o custo de capital, de instalação, de serviço e o risco de estocagem, e o gestor financeiro deve saber calcular cada um deles e interpretá-los para saber qual o impacto que estes índices terão na rentabilidade e liquidez da empresa, ele deve compreender que o prazo médio de renovação de estoque mostrará a quantidade de dias que os estoques da empresa serão vendidos, renovados e que permanecerão estocados, para que através deste índice se torne possível identificar quais os custos que esta ação trará para a empresa, por isso, quanto menos tempo e maior o giro de estoques, melhor para a empresa.

Ainda segundo o autor supracitado, este índice é calculado da seguinte maneira:

$$\text{PMRE} = \frac{\text{ESTOQUE} \times \text{DP}}{\text{CMV}}$$

Onde: Estoque = Estoque médio (estoque inicial - estoque final /2)

CMV = Custo das mercadorias vendidas

DP = Dias do período considerado (360 dias)

Ainda de acordo com o autor supracitado o prazo médio de recebimento de venda irá mostrar em quanto tempo a empresa demora em receber pelos seus produtos vendidos, destacando que o melhor é receber no menor tempo, e se possível antes do pagamento de suas contas.

O autor ainda salienta que a conta duplicatas a receber, é de grande importância no ativo circulante, pois é nele que irá constar o custo oriundo da produção e da venda dos produtos, impostos cobrados sobre as vendas e ainda o lucro bruto.

O índice do prazo médio de recebimento de vendas é obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{PMR} = \frac{\text{DUPLICATAS A RECEBER} \times \text{DP}}{\text{VENDAS}}$$

Onde DP= Dias do período considerado (360)

O prazo médio de pagamentos, nada mais é que o tempo, em média, que a empresa irá demorar para pagar aos seus fornecedores a matéria prima e insumos que foram adquiridos para sua produção e quanto maior este tempo de pagamento, melhor para a empresa (IDEM).

A fórmula para o cálculo deste índice é a seguinte:

$$\text{PMP} = \frac{\text{FORNECEDORES} \times \text{DP}}{\text{VENDAS}}$$

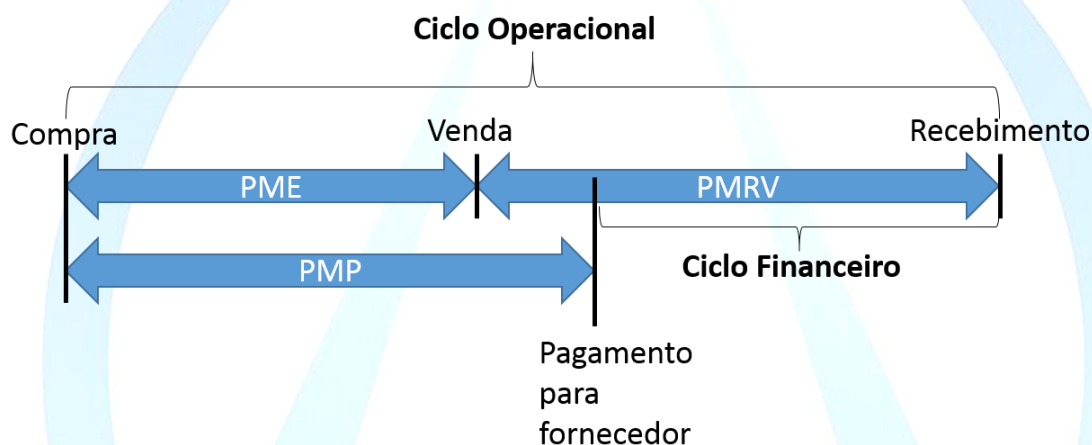
CMV

Onde: CMV = Custo das mercadorias vendidas

DP= Dias do período considerado (360)

Ainda de acordo com o autor supracitado, o ciclo financeiro irá indicar o tempo em que a empresa irá demorar em pagar seus fornecedores pela compra de matéria prima, até o momento que ela irá receber pelas suas vendas, o que irá indicar se a empresa necessitará de investimento (capital de giro) extra ou não (Figura 1).

Figura 1. Ciclo operacional



Aranha (2011) ainda diz que o ciclo operacional se refere ao tempo, em média, que os recursos estarão investidos nas operações da empresa sem que o recebimento tenha entrado em caixa, pois uma boa parte deste capital é financiado pelos investidores que concedem prazo de pagamento a empresa, pela compra de matéria prima para sua produção.

Segundo Martins et. al., (2014), as empresas irão enfrentar alguns desafios durante a sua existência e um deles é conseguir manter um equilíbrio financeiro, para que as suas responsabilidades, seja com fornecedores, clientes ou colaboradores, se cumpram causando o menor impacto possível na sua rentabilidade, e para isso existem três índices indispensáveis: o capital circulante líquido (CCL), a necessidade de capital de giro (NCG) e o saldo em tesouraria (ST).

O Modelo de Fleuriet (Modelo Dinâmico) criado Fleuriet et. al (1980) também ressalta a importância da análise dos índices de CCL, NCG e ST, para que a empresa possa identificar qual a sua real necessidade de capital de giro e adequá-la ao seu equilíbrio financeiro. Para isso é necessário reorganizar o Balanço Patrimonial de forma “gerencial” e classificá-lo novamente em Ativo e Passivo Cíclico (Operacional), Ativo e Passivo Erráticos (Financeira) e Ativo e Passivo Permanente (Estratégica). É através desta nova classificação que iremos chegar a três novas variáveis, NCG (Necessidade de capital de giro), a CDG (Capital de giro) e T (Saldo de Tesouraria). É por intermédio destas variáveis que teremos as informações quanto à falta de entrada e saídas de caixa, a necessidade de capital de giro e suas fontes de cobertura (VIEIRA, 2008).

Para o autor supracitado, capital circulante líquido não representa somente a folga financeira de uma empresa, mas tem o objetivo de captar fundos para capacitar a necessidade de capital de giro.

Já Assaf Neto (2010, p. 159) define o capital circulante como sendo “(...) o conceito básico de equilíbrio financeiro fica evidenciado ao ser demonstrado que toda aplicação de recurso no ativo deve ser financiada com fundos levantados a um prazo de recuperação proporcional á aplicação efetuada”.

Ou seja, o autor supracitado diz que as fontes de curto prazo (passivo circulante) devem financiar os investimentos em curto prazo (ativo circulante) e por isso o conceito de capital circulante líquido é definido como a diferença do ativo circulante com o passivo circulante, ou ainda a soma do passivo não circulante com o patrimônio líquido subtraindo o ativo não circulante (MARTINS, et. al., 2014).

Quando o resultado do capital circulante líquido for positivo significa que a empresa possui mais aplicações do que fontes de financiamento a curto prazo, ou seja, o passivo circulante esta financiando somente uma parte do ativo circulante, a outra parte esta sendo financiada por passivos de longo prazo ou pelo patrimônio líquido, mas vale lembrar que esta análise deve ser feita junto com a análise do ciclo operacional financeiro da empresa (Idem).

De acordo com Martins et. al., (2014), a necessidade de capital de giro é demonstrada pela parte do ativo operacional que é financiada pelos passivos financeiros de curto prazo ou pelos passivos não circulantes, ou seja, a necessidade de capital de giro é definida pela subtração do ativo circulante com o passivo circulante.

Já Santi Filho e Olinquevith (2009, p18) dizem que a necessidade do capital de giro “constitui a principal determinante da situação financeira das empresas. Seu valor revela o nível de recursos necessários para manter o giro dos negócios”, desse modo pode-se definir a necessidade de capital de giro como a diferença entre o ativo cíclico do passivo cíclico e esta necessidade irá ocorrer sempre que as contas do ativo cíclico forem maiores que as contas do passivo cíclico.

E segundo Matarazzo (1995), além da necessidade de capital de giro ser fundamental para a análise da empresa, ela também será de grande importância quanto às decisões a serem tomadas sobre financiamento, crescimento e lucratividade da empresa. Ainda segundo o autor, “a necessidade de capital de giro é a chave para a administração financeira de uma empresa.”

E de acordo com o autor supracitado, pode-se definir a necessidade de capital de giro da seguinte forma:

ACO<PCO: É a situação normal na maioria das empresas. Há uma NCG para qual a empresa deve encontrar formas adequadas de financiamento;
 ACO=PCO: Neste caso a NCG é igual a zero e, portanto a empresa não tem necessidade de financiamento para giro;
 ACO>PCO: A empresa tem mais financiamentos operacionais do que investimentos operacionais. Sobram recursos das atividades operacionais, os quais poderão ser usados para aplicação no mercado financeiro ou para expansão de planta fixa.
 (MATARAZZO.1998, P. 344)

Matarazzo (1998) ainda diz que existem três formas de se financiar a necessidade de capital de giro, que é o capital circulante próprio, empréstimos e financiamentos de longo ou de curto prazo com bancos e desconto de duplicatas.

Para se identificar qual o valor da necessidade de capital de giro podemos utilizar o método de Fleuriet et. al (2003), que utiliza da seguinte fórmula para se obter o valor necessário para que a empresa possa financiar sua necessidade em

capital de giro:

NCG = ATIVO CÍCLICO – PASSIVO CÍCLICO

Vieira (1999) orienta que antes de realizar o cálculo para identificar qual a necessidade de capital de giro a empresa deverá reorganizar seu balanço patrimonial no grupo circulante, de maneira que se transforme em financeiro (errático) e operacional (cíclico).

O Ativo Circulante delimita-se pelas contas financeiras (erráticas): disponível; aplicações financeiras; adiantamentos a fornecedores e investimentos temporários. E pelas contas operacionais (cíclicas): contas a receber de clientes; estoques; despesas antecipadas; e adiantamentos a empregados. Já o Passivo Circulante delimita-se pelas Contas Financeiras (erráticas): duplicatas descontadas; empréstimos e financiamentos; dividendos a pagar; IR e Cont. Social a pagar; e debêntures. E as Contas Operacionais (Cíclicas): fornecedores; contas a pagar; salários e encargos sociais a pagar; e obrigações fiscais (Idem).

Portanto, observa-se que o ativo e passivo circulante receberam uma nova divisão, em contas financeiras (erráticas) que não possuem nenhum vínculo com o ciclo operacional e em contas operacionais (cíclicas), que se relaciona com as atividades operacionais da empresa (Idem).

É por este motivo que Assaf Neto e Silva (2000) afirmam que a necessidade de capital de giro esta ligada ao ciclo financeiro das empresas e, que quando este for curto, a necessidade da empresa também será pequena.

Para Fleuriet (1980) existem duas definições para saldo de tesouraria, uma definição por dentro diz que ele é encontrado através da diferença entre ativo circulante financeiro (errático) e passivo circulante financeiro (errático) que quando positivo ira demonstrar que a empresa possui recursos suficientes para suprir suas necessidades de curto prazo e, a definição de saldo de tesouraria por fora que diz que além dele ser a diferença entre passivo e ativo errático ele é também a diferença entre capital de giro e necessidade de capital de giro, o que torna possível visualizar

as mudanças a partir do CDG e da NCG.

De acordo com Marques e Braga (1995), se obtêm o saldo de tesouraria através da diferença entre o ativo financeiro com o passivo financeiro, demonstrando a política financeira da empresa, quando este saldo é positivo significa que a empresa conseguirá arcar com sua liquidez de curtíssimo prazo e se negativo, demonstrará que a empresa poderá enfrentar dificuldades financeiras.

O saldo de tesouraria é considerado igual ao capital circulante líquido deduzido da necessidade de capital de giro, como mostra a figura abaixo, que também ilustra a composição da necessidade de capital de giro, capital circulante líquido e saldo de tesouraria, e a relação entre elas (Idem).

É correto afirmar que as variações na composição do capital circulante líquido, necessidade de capital de giro e saldo em tesouraria podem determinar a estrutura financeira da empresa em determinado período de tempo (Idem).

O capital de giro é definido por alguns autores como os recursos necessários para custear as operações da empresa como vendas a prazo, compra de matéria prima de fornecedores, estoques, pagamento de salários e suas despesas operacionais (ASSAF NETO e SILVA, 2002), ou ainda como a quantia de dinheiro que a empresa tem para suprir o seu negócio (CHIAVENATO, 2005).

A gestão do capital de giro é um processo contínuo de decisões a serem tomadas para que se preserve a liquidez da empresa, podendo afetar também a sua rentabilidade (BRAGA, 1995). Segundo Ross et al. (1998), a gestão do capital de giro de uma empresa deve ser realizada diariamente, para se controlar e garantir que a empresa tenha os recursos necessários para manter suas operações e assim evitar que aconteçam interrupções e que estas sejam muito caras para a empresa.

É a partir destes conceitos e gestão capital de giro que podemos ressaltar os benefícios que as micro e pequenas empresas têm através de sua correta gestão, pois a gestão do capital de giro irá assessorar a empresa através de uma técnica sólida e eficaz, para que a empresa possa investir seus recursos em outros

investimentos ou até em outras áreas da própria empresa (FERREIRA, et al., 2011).

Alguns dos benefícios que a gestão do capital de giro pode gerar para a empresa estão relacionados com o controle dos custos financeiros, a diminuição do volume de depósitos e a diminuição dos custos de quebra, pois podemos definir o capital de giro como um investimento que a empresa faz na incapacidade dos seus processos e procedimentos (CHING, 2010).

Um dos benefícios competitivos gerado pela gestão do capital de giro esta relacionado às políticas de investimento que a empresa ira adotar, pois investimento pode ser definido como os métodos para a criação de riqueza das empresas, tendo em vista que seu retorno seja lucrativo e rentável (MARQUEZAM e BRONDANI, 2006).

De acordo com Amaral et. al (2001) para se existir investimentos inteligentes e benéficos as empresas precisam gerar orçamento de capital e assim diagnosticar os projetos mais vantajosos, mas sempre analisando seus riscos e retornos. Ainda segundo o autor supracitado a incumbência de um bom investimento é gerar valor superior ao seu custo.

Além da necessidade de capital de giro ser considerado o fundamento da gestão financeira de uma empresa, ele é também o principal instrumento de estudo das técnicas de financiamento da empresa, envolvendo seus benefícios, crescimento e lucratividade (XAVIER, et al., 2008).

Para isso Schrickel (1997) e Assaf Neto e Martins (1993) dizem que a verificação de crédito envolve a maestria de se tomar uma decisão em uma situação de dúvidas e constantes mudanças e de notícias cada vez mais rápidas.

Esta maestria depende da eficiência de se verificar de maneira lógica sua integração para se chegar a uma conclusão objetiva e fácil de ser implantada, consentindo assim que se invista em capital de giro de maneira segura, apesar dos riscos que a empresa está sujeita, pretendendo fazer com que o retorno dos ativos correntes estejam sempre acima dos custos de seu financiamento e sabendo que

estes são de grande importância, principalmente em sua teoria, para que as decisões relacionadas a investimentos em capital de giro sejam apropriadas para a atual situação da empresa (SOUZA e MENEZES, 1997).

Oliveira (1985) diz que o planejamento é de suma importância quando relacionado ao controle, seja de estoque, de caixa ou dos ciclos operacionais da empresa, pois necessita de uma elaboração correta e uma impecável sincronia entre as contas da empresa, deixando seus ciclos mais ágeis e uma excelente gestão dos recursos da empresa, proporcionando assim tomadas de decisões assertivas quando aparecerem oportunidades já prognosticadas e articuladas, fazendo com que a necessidade de capital de giro de terceiros diminua cada vez mais.

O gestor deverá dedicar grande parte de seu tempo na gerência das atividades da empresa, do capital de giro e também nas tomadas de decisões que serão necessárias no seu dia a dia (GIRALDI, 2008).

O capital de giro se baseia no fluxo de caixa das empresas e quando este fato passa despercebido o número de mortalidade das micro e pequenas empresas tende a aumentar, pois os gestores passam a se preocupar em entender apenas das funções técnicas e acabam esquecendo-se da importância da gestão e das decisões que são tomadas dentro da empresa (RIBEIRO, 1996).

É devido ao número crescente de mortalidade das micro e pequenas empresas que Vieira (2008) diz que é de grande importância que os gestores saibam o quanto à empresa necessitará financiar de capital de giro, se ela também irá precisar de recursos bancários de curto prazo ou se vai optar por estabelecer uma folga financeira, para que esta decisão possa gerar lucro para os proprietários, pois as decisões de investimento em capital de giro estão entre as mais difíceis dentro do cenário empresarial.

É responsabilidade dos gestores, independente da função ou nível que ele ocupa dentro da empresa, preservar um conjunto lógico de decisões com suas finalidades bem especificadas, para que a empresa cresça e gere lucro (Idem).

Segundo o SEBRAE (2014) quando sabemos quais são as deficiências e riscos que podem ocorrer no dia a dia e durante a existência de uma empresa é possível se planejar melhor, averiguar sua disponibilidade econômica e ter mais cuidado ao tomar decisões que envolvam a empresa.

De acordo com a revista Exame (2013) as cinco principais deficiências das micros e pequenas empresas estão relacionadas com a falta de planejamento, o privilégio concedido a parentes, a mistura das finanças da empresa com finanças particulares dos donos, a falta de experiência e ao mau atendimento.

Outra deficiência que as micro e pequenas empresas enfrentam esta relacionada à falta de experiência no ramo de negócio escolhido, o que pode levá-las ao fracasso, muitas vezes até antes do tempo (CHER, 1991).

Os fatores internos e externos fazem parte das deficiências enfrentadas pelas micro e pequenas empresas e são definidos da seguinte forma:

Os motivos externos dizem respeito ao que ocorre no meio ambiente da empresa, que está fora do seu controle e que lhe dificulta a sobrevivência. Os motivos internos dizem respeito aos pontos fracos das pequenas empresas que também contribuem para reduzir sua sobrevivência (MATTAR, 1988. s/n).

Dentre os motivos externos destacados pelo autor supracitado, o que tem maior ênfase, segundo o próprio autor, é o “efeito sanduíche”, onde as micro e pequenas empresas têm de comprar sua matéria prima de grandes fornecedores, que impõe o preço dos seus produtos e o fato de se vender o que foi produzido para clientes de grande porte, que também definem o valor que querem pagar por estes produtos.

Existem também várias deficiências que nem sempre são discernidas pelos gestores, como: baixa qualidade dos produtos, uma quantidade muito alta de reclamações feitas pelos clientes, custo elevado, atrasos nas entregas dos produtos e colaboradores insatisfeitos (CAMPOS, 1992).

Já Salomon (1986) destaca que existem três deficiências que os pequenos empresários enfrentam, além da inexistência da economia de escala, que são:

análise mal feita da escolha do ramo em que a empresa ira atuar, recursos insuficientes para manter as operações da empresa e gestores com muito pouca capacitação para gerir a empresa. O autor supracitado ainda diz que grande parte dos pequenos empresários escolhe o ramo de atuação de seus negócios pela facilidade que determinados setores oferecem, e não pela oportunidade de obter grandes lucros.

Para Resnik (1990) a boa gestão e eficiência de entender, administrar e controlar a empresa tem como base a cautela e precaução do gestor nos fatores decisivos para o sucesso e sobrevivência da empresa, pois uma gestão eficaz deve ser realizada antes que a empresa cometa erros que levem a sua mortalidade.

Segundo Lakatos (1997) as pequenas empresas tem uma grande contribuição no desenvolvimento global do produto nacional; com alta absorção de mão-de-obra a baixo custo, atuação complementar aos empreendimentos de grande porte, e atuando de maneira muito estratégica no comércio exterior, possibilitando a diversificação na pauta de exportações e tornando a economia menos suscetível às variações que ocorrem na conjuntura comercial a nível mundial, gerando assim uma classe empresarial genuinamente nacional aumentando assim a participação da economia privada na economia do país.

Porter (1999) contribui com a ideia complementar de que as pequenas empresas buscam equilíbrio quando conseguem ser diferentes, de modo que os seus consumidores percebam suas ações como algo diferenciado. Seu planejamento estratégico deve buscar por meio de planos de ações contemplarem valores que possam tornar essa empresa diferenciada dos seus concorrentes, criando assim uma vantagem competitiva.

Segundo Prahalad (1998), para pequena empresa a sua competitividade está no curto prazo relacionada a seus atributos de preços, e seu desempenho em produtos existentes, mas, o longo prazo, a competitividade deriva da capacidade de formar a custos baixo e tempo mínimo, competências que possam gerar as micros e pequenas empresas condições de criarem produtos inovadores e que não possam

ser copiados facilmente pelos concorrentes.

Para Meirelles et al. (2000), aquela mística de que apenas boas ideias seriam o suficiente para garantir e assegurar o sucesso das organizações não vem se confirmando como verdadeira por alguns motivos. O primeiro é causado pelas incertezas dos empresários na hora de tomar algumas decisões baseadas muitas das vezes em algumas projeções não fundamentadas nos ideias em que acreditam, a segunda é provocada pelo fato das mudanças ambientais serem tantas que os recursos disponibilizados pelas organizações muitas vezes se revelam insuficientes para adequar a empresa à nova realidade.

Para Cassaroto Filho e Pires (1998), a grande dificuldade das micros e pequenas empresas está na falta de competência para lidar com as etapas que envolvem sua cadeia de valores, além da própria capacidade de gestão de todas suas etapas, conseqüentemente é muito improvável que economicamente essa organização consiga dominar todas as funções da cadeia produtiva, tal situação acaba por prejudicar o desenvolvimento estratégico da empresa.

Contudo, Gimenes et al. (1999) abrem o diálogo sobre a utilização das estratégias que as pequenas empresas vem praticando, e faz uma alerta para o fato de que tanto as grandes empresas como também as pequenas vem se baseando em uma literatura muito fragmentada do processo de formação de estratégias, sendo que, na maioria dos casos as empresas utilizam conceitos poucos abrangentes no estudo do conteúdo das estratégias que irão praticar na busca por competitividade frente aos seu concorrentes.

Minzberg (2001) define as pequenas empresas que não possuem um pessoal de staff e onde as decisões estratégicas estão centralizadas no executivo principal ou proprietário como “organizações empreendedoras”. Tais empresas possuem estruturas muito simples o que permite as pessoas terem acesso direto ao chefe ou líder uma vez que pelo fato dos empreendedores serem na maioria das vezes os fundadores de suas empresas tendem a dominar todas as etapas decisórias da organização influenciando o processo de formação das estratégias nas

micro e pequenas empresas.



RESULTADOS

O surgimento das micro e pequenas empresas no Brasil não tem uma data definida, mas esta ligada ao surgimento da agricultura, transporte, manufatura e comércio. Acredita-se que elas surgiram no interior de São Paulo.

A regularização das micro e pequenas empresas aconteceu no dia 14 de dezembro de 2006 através da Lei Complementar 123, que dita às normas e regras que regem as micro empresas e empresas de pequeno porte e estabelece a apuração e recolhimento de impostos, mediante regime único de arrecadação, ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias, ao acesso a crédito e ao mercado e cadastro nacional único especificando o tratamento diferenciado a favor do seu cumprimento.

A definição de tamanho, ou seja, do porte de uma empresa é feita através de seu faturamento e da quantidade de funcionários que ela possui. Segundo a Lei complementar 155/2016, é considerado micro empresa aquela que possuir faturamento igual ou inferior a R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais) e que tenha até 20 funcionários no setor industriário e até 09 funcionários no comércio e no serviço. A pequena empresa é aquela que tiver seu faturamento maior que R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais) e menor que R\$ 4.800.00,00 (Quatro milhões e oitocentos mil reais) e até 99 colaboradores no setor industriário e de 09 a 49 funcionários no comércio e no serviço.

Verificou-se que das 6,4 milhões de empresas existentes no Brasil, 99% delas são micro e pequenas empresas, gerando assim 52% dos empregos com carteira assinada. As micro e pequenas empresas são responsáveis por 53,4% do PIB (Produto Interno Bruto) no comércio, 22,5% na indústria e 36,3% no setor de serviços, o que faz delas as grandes geradoras de desenvolvimento para o país e as principais geradoras de riqueza.

Uma das preocupações relativas as micro e pequenas empresas quanto é que seu índice de mortalidade é muito elevado, pois dentro de dois anos de vida metade das micro e pequenas empresas que iniciaram suas atividades fecham as portas.

Os principais motivos apontados como os responsáveis por esta taxa de mortalidade é a falta de capital de giro, os altos impostos, a falta de clientes e a concorrência.

Sabe-se que a gestão do capital de giro é a administração dos ativos e passivos de uma empresa, e que quando seu ativo circulante for maior que o passivo circulante seu capital de giro será positivo. A gestão do capital de giro de uma empresa deve ser um processo contínuo de decisões para se preservar a sua liquidez e não afetar sua rentabilidade.

Um dos principais objetivos da gestão do capital de giro é fazer com que o ativo e passivo circulante consigam estabelecer um equilíbrio entre sua lucratividade e o risco e, ainda contribuir para seu crescimento. E, por ser visto como um índice de liquidez, a gestão do capital de giro tem uma boa participação no desempenho da empresa.

É através da gestão capital de giro que as empresas devem buscar alcançar seus objetivos como o equilíbrio financeiro, uma boa administração de seus recursos de curto e longo prazo e da sua necessidade de capital de giro.

Sabe-se que um dos principais motivos do alto índice de mortalidade das micro e pequenas empresas está ligado a má gestão do capital de giro, pois as empresas não possuem o conhecimento necessário para administrar e identificar seus recursos e a falta dele, isto é, a necessidade de capital de giro.

A gestão do capital de giro é algo que deve ser realizada diariamente, para que se consiga controlar e garantir que a empresa tenha os recursos necessários para manter suas atividades, evitando assim a paralisação de seu processo produtivo.

Outro fator importante para a gestão do capital de giro é que a empresa saiba identificar qual é o seu prazo médio de pagamento (PMP), seu prazo médio de recebimento (PMR) e qual o seu prazo médio de renovação de estoque (PMRE), pois é por meio destes índices que se forma o ciclo operacional e financeiro denominado Ciclo de caixa, que são importantes na formulação da estratégia e avaliação da empresa, já que a sua má gestão irá afetar a liquidez e os resultados da empresa.

As micro e pequenas empresas estão cientes de que enfrentarão alguns desafios durante a sua existência, como o equilíbrio financeiro. Para isso, elas podem contar com o novo conceito, o *Modelo Fleuriet* que tem um olhar diferente sobre as demonstrações financeiras de uma empresa. Este modelo é uma abordagem não só da análise do desempenho econômico-financeiro da empresa, mas também uma forma inteligente de administrar uma empresa com foco na sustentabilidade financeira e econômica de curto e longo prazo. É através da análise do capital circulante líquido que se verifica a necessidade de capital de giro e o saldo em tesouraria.

O capital circulante líquido, além de mostrar qual a folga financeira que determinada empresa possui, também irá conseguir recursos para financiar sua necessidade de capital. Seu valor é encontrado através da diferença entre ativo circulante e passivo circulante.

Através do *Método Fleuriet* verifica-se a necessidade de capital de giro das empresas. Antes de se calcular qual a necessidade de capital de giro é necessário que se reorganize o balanço patrimonial da empresa em financeiro (errático) e operacional (Cíclico) e então subtrair o ativo cíclico do passivo cíclico para encontrar o valor da necessidade de capital de giro da empresa.

Já o saldo de tesouraria será obtido através da diferença entre ativo financeiro e passivo financeiro, quando o seu resultado for positivo a empresa em questão conseguira arcar com sua liquidez em curto prazo, e se negativo, a empresa poderá ter dificuldades financeiras.

São as variações nos índices de capital circulante líquido, necessidade de capital de giro e saldo em tesouraria que poderão determinar a estrutura financeira

das empresas em certo período de tempo e, por isso, a importância de que as micro e pequenas empresas saibam como identificar e tenham recursos que as possibilitem controlar diariamente estes índices para preservar a sua saúde financeira e aumentar seu tempo de vida.

Quando uma empresa é capaz de identificar quais são as dificuldades, deficiências e riscos que podem acontecer durante a sua existência, esta empresa conseguira planejar melhor e se estruturar de forma que quando os problemas e dificuldades apareçam, ela seja capaz de resolvê-los de maneira a causar o mínimo de impacto negativo possível.

O objetivo de se identificar as discrepâncias das micro e pequenas empresas está relacionado ao fato de que estas possam conhecer melhor o funcionamento de suas empresas, que consigam pensar em soluções rápidas para suprir suas deficiências, uma vez que já se conhece de onde surgem os problemas, ficando mais fácil elaborar soluções para que eles se resolvam.

Algumas das principais dificuldades sofridas pelas micro e pequenas empresas é a falta de planejamento, o privilégio que dado à parentes, misturar as finanças da empresa com as dos donos, a falta de experiência e o mau atendimento a seus clientes.

É importante que os gestores saibam também que existem fatores internos e externos que influenciam no bom funcionamento da empresa. Os fatores internos ligados aos pontos fracos das empresas como má administração, falta de comunicação e falta de profissionais capacitados entre outros precisam ser melhorados logo que identificados e, os fatores externos é tudo o que vai acontecer fora da empresa e que esta fora de seu controle, mas que também irá causar impactos em sua estrutura, como a economia e política de seu país, as leis e o pagamento de impostos entre outras dificuldades.

Uma gestão eficaz é aquela que identifica as possíveis discrepâncias que podem surgir no decorrer de sua existência e resolve-las antes que estas a levem a sua mortalidade. É também através da maestria e da capacidade do gestor em

tomar decisões referentes ao capital de giro e, em situações de dúvidas e de constantes mudanças que acontecem em seu ambiente organizacional, que empresas conseguem se firmar no mercado, ganhando cada vez mais espaço em seu ramo de atuação e se estabelecendo como uma empresa de confiança, passando credibilidade para seus clientes e possíveis investidores.

É importante também que os gestores estejam preparados e que dediquem parte de seu tempo na gerencia das atividades da empresa, na administração do capital de giro e nas tomadas de decisões que serão necessárias no dia a dia da empresa.

As decisões de investimentos de capital de giro estão entre as mais difíceis de serem tomadas e por isso os gestores devem estar preparados e cientes do valor necessário para financiar o capital de giro de sua empresa, se ela necessitara de investimentos bancários ou se optará por ter uma folga financeira.

Um dos recursos que pode ser usado pelo gestor e que irá auxiliá-lo quanto às tomadas de decisões é o planejamento, pois, este é de suma importância para o controle de estoque, de caixa e dos ciclos operacionais da empresa.

Vale lembrar que o planejamento deverá ser feito de forma correta e será necessário que este esteja em total sincronia com as contas da empresa, proporcionando assim que as tomadas de decisões sejam assertivas e que o gestor aproveite as oportunidades já pré-estabelecidas, como por exemplo, decisões de financiamentos, novos investimentos para a empresa ou aquisição de bens que contribuirão para que a necessidade de capital de giro diminua.

Vale lembrar também que é responsabilidade do gestor, independente da sua função ou do nível que ele ocupa na empresa preservar um conjunto lógico de tomada de decisões e que suas finalidades estejam sempre especificadas, levando a empresa a crescer e que gerar lucro.

CONCLUSÃO

Com o intuito de identificar como as micro e pequenas empresas podem se beneficiar da gestão do capital de giro e como uma boa administração dos seus recursos pode auxiliar nas tomadas de decisões fazendo com que ela consiga alcançar um equilíbrio financeiro, identificou-se que tais benefícios pressupõem que seus gestores estejam preparados e saibam identificar qual a sua real necessidade de capital de giro e as melhores formas de se capitalizar, de modo a causar o mínimo de impacto em suas finanças.

Desse modo, se conclui que administração do capital de giro pode suprir a deficiência das micro e pequenas empresas e auxiliá-las quanto ao seu equilíbrio financeiro, o que confirma a hipótese do trabalho. Porém, para que as micro e pequenas empresas consigam colocar em prática a gestão do capital de giro, elas necessitam de profissionais capacitados, de uma rigorosa atenção e controle dos seus recursos e de tecnologias que contribuam para o controle diário das ações realizadas pela empresa.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Administração de Capital de Giro**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSAF NETO, Alexandre & MARTIN E. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1993.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico – financeiro**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ADEMPE (Associação dos empresários da pequena e média empresa do Brasil). **Socorro: tenho uma Empresa! – Como Organizar e Dirigir Uma Empresa**. São Paulo, 1997.

BRAGA, R. **Análise avançada do capital de giro**. Caderno de estudos FIPECAFI, n.3, set/1991.

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR nº123 de 14 de dezembro de 2006.

BRASIL. LEI nº 123/2006 alterada pela 147 de 07 de agosto de 2014.

CAMPOS, Vicente Falconi. **TQC – Controle da Qualidade Total**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1992.

CASSAROTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e o desenvolvimento local**. São Paulo: Atlas, 1998.

CHÉR, Rogério. **A gerência das pequenas e médias empresas: o que saber para administrá-las**. São Paulo: Maltese, 1991.

CHING, Hong Yug. **Gestão de caixa e de capital de giro**. Curitiba: Jurua, 2010.

DI AGUSTINI, C. A. **Capital de giro: análise das alternativas e fontes de financiamento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**, 2009. Disponível em http://www.dieese.org.br/xserve/sebrae/Texto_Descriptivo_Anuario_2009.pdf, Acessado em 28/11/2016.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura editores associados, 2002.

EXAME. **Cinco principais erros das empresas familiares**, 2013. Disponível em:

<http://exame.abril.com.br/pme/5-principais-erros-das-pequenas-empresas-familiares> > acessado em 16/04/2017.

Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2001

FESS, P. E. **The Capital Concept**. In: **The Accounting Review**, April, 1966, pp.226-70.

FLEURIET, Michel; KEHDY, Ricardo; BLANC, Georges. **A dinâmica Financeira das empresas Brasileiras: um novo método de análise, orçamento e planejamento financeiro**. Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 1978, 2º Ed. 1980.

GIMENEZ, F. A. P.; PELISSON, C.; HAYASHI JR., P.; KRÜGER, E. **Estratégia em pequenas empresas: uma aplicação do modelo de Miles e Snow**. Revista de Administração Contemporânea, v. 3, n. 2, p. 53-74, mai./ago. 1999.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Harbra, 1997.

LAKATOS, E. M. **Sociologia da Administração**. São Paulo: Atlas, Cap. 8, 1997.

MARQUEZAN, Luiz Henrique Figueira; BRONDANI, Gilberto. Análise de investimentos. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, Curso de Ciências Contábeis UFSM, São Leopoldo, v. 3, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/contabilidade/article/view/21>>. Acesso em: 09/04/17.

MATTAR, Fauze Najib. **Os motivos que levam as pequenas empresas a morte**. Disponível em: < <http://www.fauze.com.br/htm/Artigos.aspx?ano=1988>>. Acesso em 09/04/17.

MARTINS, Eliseu (org); ASSAF NETO, A. **Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias**. São Paulo: Atlas, 1986.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MATARAZZO, Dante Carmini - **Análise Financeira de Balanços - 5.ed.-São Paulo: Atlas, 1998.**

MINTZBERG, H. **A organização empreendedora**. In: MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. O processo da estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MONTGOMERY, C. A. **Estratégia: a busca da vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

OLIVEIRA, Ernâni Tadeu. **Crescer em Equilíbrio: Alguns Efeitos a Serem Considerados Para os Índices de Crescimento e Endividamento**, Revista de

Administração, Volume 20, Jan/Mar, 1985.

PORTER, M. E. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PRAHALAD, C. K. **A competência essencial da corporação**. In: MEIRELLES, A. de M. et al. Uma abordagem para estratégia utilizando analogias. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24., Florianópolis, 2000. Anais. Florianópolis: ANPAD, 2000.

RESNIK, P. **A bíblia da pequena empresa: como iniciar com segurança sua empresa e ser muito bem sucedido**. Makroon books, SP, 1990.

RIBEIRO, Karen Cristina de Sousa. **A administração do ativo circulante – um estudo descritivo em empresas do ramo da construção civil da cidade de Uberlândia-MG**, 1996. Dissertação (Mestrado)-Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: FEA-USP, 1996.

SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração financeira da pequena e média empresa**. São Paulo : Atlas, 2001.

SCHRICKEL, W. K. **Análise de Crédito - Concessão e Gerência de Empréstimos**. 3ª Edição, São Paulo: Atlas, 1997.

SEBRAE. **O que é e como funciona o capital de giro**, 2016. Disponível em <https://www.sebrae.com.br/sites/portalsebrae/artigos/o-que-e-e-como-frunciona-o-capital-de-giro,a4c8e8da69133410VgnVCM1000003b74010aRCRD>, Acessado em 10/11/2016.

SEBRAE. **Porque as empresas fracassam?**, 2014. Disponível em: <http://blog.pr.sebrae.com.br/empreendedorismo/por-que-as-empresas-fracassam>, acessado em 16/04/2017.

SEVERINO, A J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOLOMON, Steven. **A grande importância da pequena empresa: a pequena empresa nos Estados Unidos, no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.

SOUZA, Jose Henrique; MACHADO, Lindinalva Candida; OLIVEIRA, Cilene A. Silva. **As origens da pequena empresa no Brasil**. Revista da micro e pequena empresa, Campo Limpo Paulista: Volume 1. Número 5, 2007.

TÓFOLI, Irso. **Administração Financeira empresarial: uma tratativa prática**. 1 ed. Campinas: Arte Brasil Editora/Unisaesiano – Centro Universitário Católico Auxilium, 2008.

VIEIRA, Marcos Villela. **Administração estratégica do capital de giro**. São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA, Délio Vargas. **Análise gerencial das demonstrações financeiras**. Caderno de estudos – Pós graduação em controladoria com ênfase nas áreas tributárias e de custos. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 1999.

XAVIER, Joel et al. Capital de giro: interpretando as dificuldades enfrentadas pelos empreendedores frente ao mito empresarial. **Revistas Eletrônicas da Toledo Presidente Prudente**, Presidente Prudente, SP, v. 3, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Negocios/article/view/864>>. Acesso em: 9/04/17.



O fluxo de caixa e suas informações:
Um estudo da gestão financeira das micro e pequenas empresas²¹

Autores:
Matheus P. TAICICO²²
Natã A. BARBOSA²³
Rodrigo GALLO²⁴
Alexandre V. GARCIA²⁵

Data de submissão e aprovação do artigo: 01/10/2017

²¹ - Este artigo foi escrito para cumprimento das exigências e requisito para aprovação da disciplina TCC II. A orientação da produção do artigo ficou sob-responsabilidade do Professor Esp. Alexandre V. Garcia.

²² - Aluno do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde 2014-2017.

²³ - Aluno do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde 2014-2017.

²⁴ - Aluno do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde 2014-2017.

²⁵ - Graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM na cidade de Araçatuba - SP (2007) e pós graduando na especialização de GERÊNCIA CONTÁBIL, FINANCEIRA E AUDITORIA na mesma IES - Instituição de Ensino Superior conveniada com INBRAPE - INSTITUTO GLOBAL DE ESTUDOS AVANÇADOS na cidade de Londrina-PR com conclusão para (2009) e LICENCIATURA PLENA em CONTABILIDADE pelo Programa de formação de Professores do Estado de São Paulo ? Fatec Rio Preto (2010). Atualmente professor dos cursos técnicos nos componentes de Contabilidade, Administração e TCC na Etec Doutor Renato Cordeiro ? Centro Paula Souza e professor dos componentes das graduações de Contabilidade e Administração na faculdade FATEB - Faculdade de Tecnologia de Birigui.

O fluxo de caixa e suas informações:

Um estudo da gestão financeira das micro e pequenas empresas

RESUMO

O fluxo de caixa é muito importante para o planejamento das micros e pequenas empresas, para ter um alto controle de tudo que existe em uma organização. Considerando o fluxo de caixa uma ferramenta da estrutura financeira essencial. Para que uma empresa possa acontecer tudo de forma positiva, a estrutura das funções financeiras tem grande importância. O objetivo geral desta pesquisa teve a finalidade de demonstrar a importância do fluxo de caixa dentre as empresas e como o mesmo pode ser entendido e auxiliado dentre as tomadas de decisões na gestão financeira da organização. Uma ferramenta que tem auxiliado muito na utilização do fluxo de caixa dentro das micro e pequenas empresas é o capital de giro. Essa ferramenta vem auxiliando os administradores a tomarem decisões voltadas principalmente na preservação da liquidez das empresas, onde também afetam sua rentabilidade, dessa maneira o fluxo de caixa vem contribuindo para as empresas em suas gestões financeira contribuindo com a sobrevivência das organizações.

Palavras-chave: 1 Micro e Pequenas empresas histórico / perfil; 2 Gestão financeira ; 3 Tomada de decisões das Micro e Pequenas empresas; 4 Informações essenciais e necessárias para tomada de decisões,;5 Fluxo de caixa.

ABSTRACT

The cash flow and its information:

A study of the financial management of micro and small companies

Cash flow is very important for planning small and micro businesses, to have a high control of everything that exists in an organization. Considering cash flow a tool of the essential financial structure. For the in a company everything can happen in a positive way, the structure of financial functions is of great importance. The overall objective of this research has to demonstrate the importance of cash flow among companies and how it can be understood and aided by decision making in the financial management of the organization. One tool that has helped a lot in the use of cash flow within micro and small businesses is working capital. This tool has helped managers to make decisions mainly focused on preserving the liquidity of companies, where they also affect their profitability, in this way the cash flow has contributed to the companies in their financial management contributing to the survival of the organizations.

Key words: 1 Micro and Small Business history / profile; 2 Financial management; 3 Micro and Small Business decision making; 4 Essential and necessary information for decision making; 5 Cash flow.

INTRODUÇÃO

Gestão financeira compreende um conjunto de ações e procedimentos administrativos, que envolve desde o planejamento, a análise e controle das atividades financeiras da empresa. Visa maximizar os resultados esperados, tanto econômicos como financeiros que são decorrentes das atividades operacionais. As análises, decisões e atuações relacionadas aos meios financeiros, são necessárias para as atividades da empresa.

Neste contexto, o fluxo de caixa é uma ferramenta de gestão que apresenta as informações financeiras atuais da empresa, portanto, evidencia de forma transparente e verdadeira a situação financeira da empresa e é indispensável que o administrador financeiro esteja preparado para os novos desafios. Ele é uma ferramenta utilizada pelos administradores financeiros para: planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros de sua empresa em determinados períodos. Hoje, é preciso gerenciar com competência todos os recursos financeiros disponíveis em relação a empresa, e o fluxo de caixa é uma ferramenta indispensável para a boa gestão das organizações. Esta função integra todas as tarefas ligadas à obtenção, utilização e controle de recursos financeiros. São determinadas as necessidades de recursos financeiros para planejamentos que possa suprir as necessidades, relação e previsão de recursos e cálculos.

Neste âmbito, a adoção de práticas de fluxo de caixa proporciona uma análise mais realística da situação financeira da empresa, contribuindo para que os gestores possam tomar decisões mais claras e planejadas, além de obter uma estatística no qual possa se basear.

Desta forma, pode-se destacar como relevância do tema abordado, que o fluxo de caixa, pode contribuir para o planejamento financeiro da empresa e conseqüentemente trazerem benefícios importantes para sua sobrevivência possibilitando o encaminhamento dos seus recursos para a melhoria de seus pontos

fracos onde deixa a empresa impotente. Neste contexto, a presente pesquisa verificou como a prática do fluxo de caixa pode fornecer informações essenciais para tomadas de decisões na manutenção e sobrevivência das micro e pequenas empresas.

Tendo como os objetivos refletir sobre a importância do fluxo de caixa para a gestão financeira das micro e pequenas empresas, mostrando sua contribuição para auxiliar no controle, captação e investimento financeiro, bem como o seu uso pode impactar de forma positiva para sobrevivência da empresa.

Através de Pesquisa Bibliográfica verificou-se que o uso das ferramentas de controle do fluxo de caixa na gestão financeira das micro e pequenas empresas podem fornecer para os gestores informações necessários para tomadas de decisões fazendo com que as chances de erros sejam minimizadas. A organização que faz o uso desta ferramenta tem uma vida útil prolongada, pois suas decisões são planejadas contribuindo para o cumprimento de suas obrigações.

Assim pode-se afirmar que a sobrevivência da empresa é resultado de um planejamento financeiro, com a utilização adequada da prática do fluxo de caixa.

Com a prática do fluxo de caixa pode fornecer informações essenciais para tomadas de decisões na manutenção e sobrevivência das empresas, mostrando sua contribuição para auxiliar no controle, captação e investimento financeiro, podendo impactar de forma positiva para sobrevivência da empresa.

Portanto, espera-se a conscientização dos gestores da importância do fluxo de caixa nas organizações, fazendo com que eles trabalhem em prol da melhoria de um todo, tendo como arranque para os objetivos o fluxo de caixa.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil colônia, os portugueses trocavam produtos que eram consumidos por eles na Europa e negociavam com os indígenas por alimentos que os consumiam. Um exemplo desse negócio era substituir a farinha de trigo, pela farinha de mandioca. Também trouxeram animais e variedades de vegetais sendo: sorgo, inhame, cará; banana, manga, arroz e o coqueiro. Os principais responsáveis pelo cultivo desses gêneros eram os pequenos agricultores que produziam para o abastecimento das cidades coloniais como Recife, Salvador, Sabará, Mariana e Rio de Janeiro. Ocupavam-se também de abastecer as frotas de navios que chegavam aos portos brasileiros, (SOUZA et al; 2007).

Desde então, no Brasil começou ter os pequenos negócios entre colônias, e países. De tal modo, o Brasil antes mesmo de afirmar sua independência como uma nação independente já se encontrava os primeiros surgimentos de micro e pequenas empresas. Essas empresas atuavam na área de produção agrícola, manufaturas, serviços e no comércio. Desse modo, é impossível separar a história do Brasil da história das pequenas empresas (FERREIRA et al. 2012).

As MPEs podem ser definidas em duas formas, são elas: Por números de pessoas ocupadas na empresa – desta forma podem ser classificadas como micro empresas as que em suas atividades necessitem de até 9 pessoas, as pequenas empresas são definidas aquelas que tenham entre 10 e 49 pessoas para a execução de suas atividades, nesse modo na atividade industrial, são consideradas micro empresas aquelas que tenham até 19 pessoas, e pequenas empresas as que tenham entre 20 e 99 pessoas. Essas informações foram classificadas conforme a organização das estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pela receita auferida – nesta outra forma são classificados micro e pequeno porte dês que tenham receita de até R\$ 3.6000.000,00 anuais. Nessa classificação foi dada como impossibilidade de se obter segundo o “IBGE”, considerando a opção de

utilizar a classificação de porte de empresas por números de pessoas ocupadas, (PEREIRA et al; 2009).

Dessa forma, segundo o SEBRAE (2014), o empreendedorismo vem se destacando no Brasil nos últimos anos e teve um crescimento inesperado não apenas no número de empresas, mas também na participação delas na economia brasileira. Recentemente, são cerca de 9 milhões de Micro e Pequenas Empresas no País, o que representa mais da metade dos empregos formais, mas se encontra a necessidade de ter conhecimento no quanto elas contribuem para o Produto Interno brasileiro.

Em 1985, o IBGE calculou em 21% a participação dos pequenos negócios no PIB. Como não era atualizado esse indicador contratou a Fundação Getúlio Vargas para, utilizar a mesma metodologia e avaliar a evolução deste mesmo indicador. O resultado obtido já era o esperado: em 2001 o percentual cresceu para 23,2% atingindo 27% em 2011, ou seja, mais de um quarto do Produto Interior Bruto brasileiro é originado pelas micro e pequenas empresas (Idem).

No Brasil, as micro e pequenas empresas vêm sendo as principais fontes geradoras de riqueza, sendo que no comércio se constata com 53,4% do PIB deste setor. No PIB da indústria, a participação das micro e pequenas empresas são de 22,5% já se aproximando dos 24,5% das médias empresas. Já no setor de serviços, mais de um terço das produções nacionais tem 36,3% de suas origens dos pequenos negócios (Idem).

O SEBRAE (2015) destaca a importância de qualificar e incentivar os empreendimentos das micro e pequenas empresas e destacar para os empreendedores que uma empresa sozinha é pouco e fraca, mas unidas elas são fortes e decisivas para a economia onde são indispensáveis no desenvolvimento do Brasil.

As micro e pequenas empresas ganham e se destacam das grandes empresas, pois querem crescer no mercado que atuam e com isso buscam novas tecnologias e procuram produzir com a qualidade o que os clientes desejam, já as

grandes empresas deixam a desejar por estar em um grau de maturidade. Uma prova disso é que a maioria dos prêmios de qualidade inclusive no Brasil possui uma categoria para as micro e pequenas empresas. Esse fator leva algumas empresas de grande porte a declínio de mercado até mesmo ocasionando sua falência (Idem).

O maior índice de taxa de mortalidade de uma empresa concentra-se no primeiro e segundo ano, já a partir do terceiro ano com sua atuação no mercado, essas empresas correm menos riscos de fechar como ocorria nos primeiros. Empresas constituídas em 2005 teve uma taxa de sobrevivência de 71,9% para empresas de até 2 anos de mercado, já para o próximo ano sendo ele 2006, a taxa de sobrevivência foi maior, chegando aos 73,1% de empresas que superaram os 2 primeiros anos de mercado, ou seja, os 2 primeiros anos a empresa está em uma fase de investimento onde não está gerando lucros, seus faturamentos em muitas das empresas é o suficiente apenas para pagar suas despesas e investimentos (SEBRAE, 2011).

Com todas essas dificuldades que foram surgindo no princípio do século XX surgiu Frederick Wilson Taylor, que deparou com a necessidade de melhorar o processo de manufatura das organizações, onde se nomeou o termo administração, sendo o pioneiro em estudá-la como ciência. Para complementar a realização de Taylor, Jules Henrique Fayol concluiu que para ter uma administração mais aperfeiçoada ela iria precisava conter departamentos onde se designou as divisões sendo uma delas a contabilidade, a segurança, o comercial e a então administração financeira que também é reconhecida por gestão financeira (Idem).

A administração financeira como um campo separado para Paiva (2011) surgiu por cerca de 1900, onde visava orientar e legalizar empresas que começavam no mercado, e tinha como objetivo, através de títulos de vários tipos, apanhar capital. Com a reconhecida crise de 29, que durou pela década seguinte, a administração financeira voltou-se para concordatas e a reorganização, liquidez das empresas e regulamentar o mercado de títulos.

Ainda segundo o autor, nas décadas de 1940 e 1950 as disciplinas de

administração de finanças nas Universidades, seguiram como disciplinas de matérias descritivas e institucionais, mas somente para estudantes. Já na década de 50, isso influenciou nas empresas que começaram a elevar seus lucros ao máximo, e a melhorara utilização de seu capital de giro. Surgindo então maiores riscos, sendo que as empresas elevando seus lucros precisariam tomar decisões sobre empréstimos, financiamentos e investimentos (Idem).

Algumas atitudes atuais mostram que os administradores visando melhorias, investem em tecnologias e processos produtivos, que acabam reduzindo os lucros momentaneamente. Toda essa mudança de visão administrativa proporciona muitas vezes resultados positivos, que trazem estabilidade à empresa, melhorando sua atuação em todos os departamentos, inclusive na gestão financeira da empresa (NETO, 2010).

Gestão financeira para o SEBRAE (2009) é um conjunto de ações e procedimentos administrativos que envolvem o planejamento, a análise e o controle das atividades financeiras da empresa. Prontamente o termo finanças é comparado e definido como a arte e a ciência de administrar o dinheiro. Todas as pessoas físicas e jurídicas ganham, gastam ou investem o seu dinheiro, desta forma, gestão financeira diz a respeito às ações para análise e controle dos recursos pessoais ou empresariais em determinado período.

Neste contexto, as instituições precisam realizar todos os meios que lhe são viáveis para que os resultados e decisões obtidos sejam satisfatórios, envolvendo desde a economia do mercado até os investimentos e operações efetuados no mesmo (Idem).

Analisando de modo diferente Gitman (2010) conceitua finanças como a ciência do gerenciamento de fundos, lidando com todos os instrumentos envolvidos na transferência de dinheiro entre indivíduos, negócios e governos. São determinadas as responsabilidades de recursos financeiros desde seus projetos propostos a relações e previsões de recursos, cálculos de precisões, entre outros. Tende a trabalhar na obtenção de financiamentos vantajosos, a curto e longo prazo,

levando-se em conta os custos, prazos e demais condições previstas no contrato.

Contribuindo ainda Hoji (2012) esclarece que ao realizar as junções das análises das atividades financeiras da empresa, as operações são decorrentes do objetivo social da empresa, ou seja, da finalidade para a qual ela foi criada e existem dessa maneira essas atividades de operações existem para a função do negócio da empresa e a sua condução é de responsabilidade do executivo, ou dono do negócio, que pode ser representado pelo diretor ou presidente, pelo conselho de administração, os diretores ou então pelo próprio dono da firma individual.

O gestor financeiro ou o administrador financeiro tem seu papel fundamental em uma organização, independentemente de seu porte, pois é a pessoa que irá planejar e controlar os recursos financeiros e orientar quando, como e quanto é ou será a melhor forma de conduzir as atividades operacionais a curto e a longo prazo, com base em conhecimentos técnicos e visão futura do negócio. Sendo assim, todas as atividades empresarias envolvem recursos devem ser conduzidas para a geração de lucros (Idem).

Para Dacorso (2000), a tomada de decisão é um elemento que todos os seres humanos devem tomar antes de realizar qualquer atividade, desde a mais simples até chegar as demais complexidade como a decisão de uma organização. Quanto mais elevado o números de alternativas for, mais complexa será a tomada de decisão, afinal em uma dificuldade de decisão, seleciona-se inúmeras alternativas de ação com o objetivo de conseguir resultados ao menos tão satisfatórios quanto aquele que teria com qualquer outra opção disponível.

A tomada de decisão incide na escolha de uma alternativa ou mais de uma já existente ou que será decidido ainda pela diretoria das micro e pequenas empresa, dessa maneira terá que seguir etapas previamente estabelecidas a fim de culminar em uma solução em que venha resolver o problema ou não da instituição, é através de suas inúmeras tomadas de decisão e de suas respectivas ações que um executivo líder conduz a empresa em perfeito andamento (ZAMARIOLI et al; 2003).

Segundo Paiva (2002), todo o processo administrativo abrange quatro tipos

principais para tomar decisão, que também são chamados de processos ou funções, sendo eles: planejamento consiste em tomar decisões sobre os objetivos e os recursos necessários para o realizarem; organização consiste em tomar as decisões sobre a divisão das responsabilidades e autoridades entre pessoas e sobre a divisão dos recursos para realizar as tarefas e objetivos; direção para compreender as decisões que acionam os recursos, especialmente as pessoas, para que elas realizem as tarefas para que possam alcançar os objetivos; Controle que consiste em tomar decisões e agir para assegurar a realização dos respectivos objetivos.

Para Freitas e Kladis (1995), as decisões devem ser classificadas de acordo com o contexto onde ocorrem os diferentes níveis administrativos: Estratégico onde as decisões englobam a definição de objetivos, políticas e critérios gerais para planejar o curso da organização; Tático pois as decisões são normalmente relacionadas com o controle administrativo e utilizar para decidir sobre operações de controle, formulação de novas regras de decisão que irão ser aplicadas por partes do pessoal da operação; Operacional é a decisão de um processo no qual se assegura que as atividades operacionais sejam bem desenvolvidas, utilizando procedimentos e regras de decisões preestabelecidas.

Schermerhorn Júnior (1999) aponta três métodos que podem ocorrer dentro das micro e pequenas empresas em relação das decisões que são tomadas: Decisões individuais pressupõem que o tomador de informação e conhecimento suficientes para tomar uma boa decisão; Decisões consultivas, o tomador de decisões busca informações e conselhos com outras pessoas sobre o problema, e com base nas informações colhidas e em sua interpretação, escolhe a alternativa que julga ser a melhor; Decisão em Grupo, o tomador pede ao grupo que tomem ou ajudem a tomar a decisão final para a solução de um determinado problema.

Migliori (2006) afirma que independentemente das fases do processo decisório, a administração de qualquer micro e pequena empresa, principalmente as de pequeno porte, está diretamente relacionada à habilidades e a capacidades de seus tomadores de decisão. O deslocamento de uma empresa só é possível graças as inúmeras decisões tomadas por profissionais dentre as micro e pequenas

empresas, que geralmente são os próprios donos, e em muitas vezes assessorados por familiares ou em alguns acontecimentos por amigos que geralmente são os próprios sócios.

Para Choo (2003), procedimento decisório compreende o aproveitamento de diferentes modelos de tomada de decisão, entre eles, destacam-se como principais os modelos racional, processual, anárquico e político. São utilizados como referências teóricas os conceitos por se tratar de uma das fundamentais obras a respeito do tema e, dessa forma, analisa-se cada um dos modelos propostos pelo autor.

O modelo de tomada de decisão racional é o mais complexo e estruturado entre todos, pois implica regras e procedimentos pré definidos, que podem ser seguidos para que se possa chegar a um bom resultado. Neste tipo de modelo, prevalece em sistemas fechados, no qual a estrutura organizacional é altamente burocrática e as metas da organização são realizadas através de regras formais. Trata-se de um ato dirigido para se atingir os objetivos, assim solucionando os problemas, ou seja, é um procedimento regulado por normas e rotinas, de forma que a organização possa operar de uma maneira intencionalmente racional. March (1994) explica que este modelo foi inicialmente desenvolvido por March e Simon (1975), ajustado por Cyert e March (1992) e novamente ajustado por (MARCH, 1994).

No processo decisório, para se fazer uma escolha totalmente racional, o indivíduo teria que identificar todas as alternativas existentes, prever as consequências de cada alternativa e avaliá-las de acordo com os objetivos e preferências (CHOO, 2003).

Nesse contexto, Robbins (2005, p. 114) define 'racionalidade limitada' como a "construção de exemplos simplificados que atraem os aspectos essenciais dos problemas, sem capturar toda a sua complexidade"; isso porque a pessoa não tem conhecimento para se apropriar de todas as informações que lhe são oferecidas e, nesse caso, somente o que julga importante é assimilado. Trata-se de minimizar o

problema, dar aspecto e importância aos aspectos mais acentuados ou mais visíveis.

Essa situação acontece porque o indivíduo desfavorece informações que contradizem a decisão tomada, assim, o indivíduo pretende rejeitá-la ao invés de analisá-la; de outra forma, as informações que confirmam a decisão são ainda mais valorizadas. No processo de tomada de decisão, o método mais fácil para se obter um resultado aceitável refere-se a analisar os dados que contestam a decisão escolhida, pois, através dessa análise, é possível encontrar seus pontos fracos, assim, qual é a probabilidade da decisão falhar ou de não se alcançar o resultado esperado. Já as dados que apoiam as decisões são comprometidas, principalmente, pelo indivíduo que tende a sentir-se confiante com a decisão tomada (Idem).

O modelo processual auxilia as atividades decisórias, visivelmente complexas e dinâmicas. Foi desenvolvido, inicialmente, por (MINTZBERG, et al. 1976).

As questões-chave deste modelo são: quais são as organizações que atuam nesse tipo de circunstância; quais são as rotinas e procedimentos utilizados usualmente; quais são as informações disponíveis; e quais são os procedimentos padrões utilizados nesses casos? Este modelo concentra-se nas fases, nas atividades e na dinâmica dos comportamentos decisórios (CHOO, 2003).

Outro modelo seria o Anárquico, tanto os objetivos quanto os procedimentos são duvidosos. Não há clareza em relação aos problemas e às decisões; é também conhecido como modelo lata de lixo. Foi primeiramente desenvolvido por (COHEN, et al.1972).

Neste modelo, as organizações não apresentam coerência em relação às situações vivenciadas, visto que os problemas e as soluções são jogados pelas decisões e as decisões resultam do encontro de correntes independentes de problemas, soluções, participantes e situações de escolha (Idem).

Observa-se que se trata de um modelo que não segue nenhum tipo de estrutura ou sequência, uma vez que é regido pelo acaso e pela sorte. No modelo

anárquico, as decisões são tomadas de três maneiras (CHOO, 2003):

- a) Resolução: é a tomada de decisão que ocorre depois de se pensar sobre o problema, por determinado tempo;
- b) Inadvertência: uma escolha é adotada rápida e incidentalmente, para outras escolhas serem feitas;
- c) Fuga: ocorre quando os problemas abandonam a escolha, quando não há resolução do problema.

Os métodos usados na tomada de decisão são mal definidos e contraditórios, não são sistematizados como no modelo racional e processual.

O número é crescente de empreendedores que depois da criação de suas empresas passam a desempenhar a gestão do negócio, e que muitas vezes, possuem um conhecimento técnico, mas não uma experiência que permita exercer esse papel, causando assim o esquecimento da visão e dos objetivos da empresa, isso ocorre por que passam a dedicar seu tempo à solução de problemas rotineiros. (GAZZONI, 2003).

Um gestor deve seguir o desempenho do planejamento financeiro, informando aos interessados o que já foi alcançado e quanto falta para atingir. O controle diário diminui a margem de erro e permite tomar medidas corretivas antes de ocasionais falhas (Idem).

O fluxo de caixa mostra como a ferramenta financeira apropriada, pois é muito fácil e útil, sendo realmente um objeto que controla, auxilia na visualização e na compreensão das circulações financeiras num período determinado, permitindo, em alguns casos, a visualização de sobras ou faltas de caixa antes que aconteçam (Idem).

Albino (2003) afirma que a definição de caixa pode, a princípio, parecer fácil e simples, mas devido essa mesma facilidade se torna algo trabalhoso difícil de fazer. Pois caixa é caixa, que no sentido clássico é representado como objetivo final dos investidores, como fonte de alocação de recursos.

Consideram-se entradas, por exemplo, um empréstimo obtido em dinheiro que entra no caixa, já as saídas referem-se às parcelas pagas posteriormente pela aquisição de empréstimos acumulados de juros. O contrário ocorre com as aplicações financeiras em que as saídas de caixa representam o capital investido e as entradas o reembolso acumulado de juros, quando essas entradas e saídas são associadas, em um determinado período, chamamos o produto final desta operação de fluxo de caixa realizado (Idem).

LUZ (2004), o fluxo de caixa planejado identifica os motivos das variações ocorridas, se o problema no caixa acontece por uma falha na gestão ou de projeções. Ele pode ser projetado por um período de curto ou longo prazo. No curto prazo ele identifica excesso de caixa ou escassez dentro daquele período, e o longo prazo identifica o excesso ou escassez de recursos como também qual o capital de giro daquele período e qual a capacidade que a empresa tem em gerar recursos.

Para sua elaboração é necessário obter informações dos demais departamentos da organização como também todas as vendas: entradas e todos os gastos e saídas, ele é utilizado para planejar as entradas e saídas de dinheiro de acordo com o tempo que a empresa deseja (Idem).

Nessas entradas podem ser lançadas todos os recebimentos da empresa, sejam de vendas de ativo, vendas de produção, ou recebimentos diversos. Já nas saídas os lançamentos são feitos como despesas, pagamentos de fornecedores e outras saídas. As despesas podem ser classificadas como administrativas de papelaria, correios, telefones, internet, salários, ou financeiras pagas em juros e impostos. Outras saídas ficam como amortização de empréstimos e tributos (Idem).

O objetivo principal do fluxo de caixa é oferecer meios para análise dos excedentes de caixa, ainda para projetar movimentos futuros, verificar a capacidade da empresa em quitar seus objetivos sendo pagamentos de fornecedores, dividendos e outros, (Idem).

Segundo Ludícibus e Marion (2009), o fluxo de caixa pelo método direto relata as entradas e saídas de caixa de principais elementos das atividades operacionais,

permitindo uma melhor visualização, análise e interpretação dos resultados obtidos. O modelo direto revela, de uma forma simples de entender, quanto entrou no caixa: origem e o montante que saiu: reduzindo o caixa, destacando as principais entradas e saídas de recursos.

Esse demonstrativo facilita os gestores financeiros das empresas visto que permite gerar informações com base em critérios técnicos, com ele o gestor consegue saber a origem de seus problemas financeiros, se está no operacional, em financiamentos, investimentos entre outros (Idem).

As receitas e as despesas representam aumentos e reduções dos recursos de caixa. Determinadas despesas como a depreciação, não afetam o caixa.

É importante frisar as vantagens e desvantagens desse método. As vantagens são: Cria condições favoráveis para que a classificação dos recebimentos e pagamentos sigam critérios técnicos e não fiscais; Permite que a cultura de administrar pelo caixa seja introduzida mais rapidamente nas empresas; e as informações de caixa podem estar disponíveis diariamente. As Desvantagens são: O custo adicional para classificar os recebimentos e pagamentos; a falta de experiência dos profissionais da área financeira em usar as partidas dobradas para classificar os recebimentos e pagamentos.

Padoveze (2000), O fluxo de caixa pelo método indireto se inicia com o lucro líquido, após a realização da DRE, mais as variações das contas de ativo, passivo e patrimônio líquido. As receitas e as despesas representam as variações entre aumento e diminuição de caixa.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo através de mudanças ocorridas nas contas operacionais a receber e a pagar em determinado período, de itens que não afetam o caixa como depreciação, provisões, impostos diferidos (não pagos), variações cambiais não realizadas e todo item que surte efeito sobre o caixa, como por exemplo, atividades de investimentos e financiamentos (Idem).

Para se conseguir resultados mais precisos, os recursos de caixa operacionais líquidos, as despesas e receitas não operacionais são feitas separadamente. O relatório de fluxo de caixa deve ser preparado através de uma planilha para possíveis comparações, fornecendo assim ajustes em relação a planilhas anteriores (Idem).

No método indireto, podemos apresentar o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais mostrando as receitas e despesas líquidas aparentes na DRE, nas mudanças ocorridas no período e nas contas operacionais a receber e a pagar (Idem).

Neste método podemos destacar as vantagens e desvantagens. As vantagens são: focar na diferença entre o lucro e o caixa líquido resultante das operações; Fornecer ótima análise dos fluxos de caixa, demonstração de resultado abrangente e demonstração da posição financeira. As desvantagens são: Formato não amigável; Não permite gerenciar o movimento do dia a dia da empresa, devido a sua base de formatação.

De acordo com Braga (1989), uma ferramenta que tem auxiliado muito na utilização do fluxo de caixa dentro das micro e pequenas empresas é o capital de giro. A administração do capital de giro é uma ferramenta que preserva a empresa, pois envolve um processo contínuo de tomada de decisões voltadas principalmente para a preservação da liquidez da empresa, mas que também afetam sua rentabilidade. Ou seja, esta ferramenta auxilia em termos de fornecimento de dados numéricos: dinheiro, para que assim facilite todos os procedimentos necessários para ter um resultado simplificado das condições financeiras da empresa.

Capital de giro são os recursos aplicados no ativo circulante, formado basicamente pelos estoques, contas a receber e disponibilidades. Assim, as políticas internas na administração do capital de giro irão definir o funcionamento interno da empresa, pois estão relacionadas com a gestão dos ativos e passivos circulantes (Idem).

Conforme Neto (2010), o capital de giro corresponde ao ativo circulante de

uma empresa, ou seja, o ativo circulante são os recursos que irão financiar o ciclo operacional que vai desde a compra das matérias-primas até a venda e o recebimento destas.

O capital de giro também é conhecido como capital circulante líquido: CCL e vem a cobrir o descompasso entre os fluxos de pagamentos e recebimentos, sendo que quanto maior for o CCL menor será o risco de insolvência da empresa, desenvolvendo com eficácia o controle financeiro. Também não podemos dizer que se o CCL for alto a liquidez é boa, pois se este for constituído por estoques antigos e de difícil venda, por exemplo, a liquidez boa seria ilusória. Da mesma forma, um CCL baixo nem sempre representa uma situação difícil (Idem).

Para Braga (1989), o prazo compreendido entre o intervalo de tempo da compra das mercadorias e o recebimento da venda é conhecido como ciclo operacional, ou seja, esse período a empresa investe em suas operações com o financiamento por parte dos fornecedores. Já o prazo existente entre os pagamentos dos fornecedores e o recebimento das vendas é conhecido como ciclo financeiro que, muitas vezes deve ser financiado com o próprio dinheiro da empresa ou pela busca de recursos de terceiros. Esse fluxo financeiro muitas vezes pode ser reduzido por políticas internas que afetem a administração do capital de giro.

Não se pode falar apenas das entradas, pois o fluxo de caixa também envolve as saídas numéricas: dinheiro das micro e pequenas empresas, partindo desse ponto de vista, é praticamente óbvia a consideração dos investimentos e gastos dessas empresas no controle do fluxo de caixa, pois havia dinheiro em caixa e foi necessária a retirada para eventuais ações segundo decisões dos gestores da organização. Com isso é usado a parte do capital de giro no qual é chamado de CGL: Capital De Giro Líquido onde tem por finalidade diminuir as obrigações: contas a pagar da importância presente em caixa, para fazer pagamentos de fornecedores, investimentos, água, luz, telefone entre outros (Idem).

O Capital De Giro Líquido depois de sua conclusão orçamentária, faz com que, desde então, o fluxo de caixa finalize sua análise com resultados significantes

ou prejudiciais para a organização, onde mostra a real posição financeira em que a empresa se encontra, para que a partir daí seja tomada decisões se houver a necessidade e possibilidade de novos investimentos ou novos financiamentos se for o caso, ou até mesmo manter o padrão de movimento financeiro, desde que seja de forma consciente para que não haja descontrole do mesmo, prejudicando imediatamente a organização sem conseguir uma ação imediata para o reparo (Idem).

Para que as operações internas da empresa sejam feitas da maneira correta e para o bom andamento das atividades, faz-se necessário que os controles internos sejam eficientes para acompanhar todo o processo operacional, cada um em seu departamento (ATTIE, 1992).

Diz também que o controle interno é parte integrante de cada segmento da organização e cada procedimento corresponde a uma parte do conjunto do controle interno. Isso significa que cada departamento irá possuir seus controles internos, visando sempre à eficiência máxima do setor, evitando erros e possíveis fraudes que possam ocorrer. Esses controles servirão para levantar informações precisas em cada área da empresa, no auxílio para a tomada de decisões (Idem).

Segundo Hoji (2001), os principais controles internos que podem existir na tesouraria são: fluxo de caixa, disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, contas a receber, contas a pagar, talões de cheques, cheques cancelados, cheques devolvidos, tarifas bancárias, fundos fixos de caixa, cheques emitidos e não retirados.

RESULTADOS

O fluxo de caixa é uma ferramenta importante para o processo financeiro das organizações, quando uma empresa utiliza desta ferramenta ele sabe avaliar em quais dias terá mais dinheiro em seu caixa, sendo assim consegue programar a melhor data para fazer pagamentos e recebimentos. Desenvolver essa ferramenta é saber organizar seu sistema financeiro referente à movimentação diária e sua influência no sistema organizacional.

Não se pode confundir o fluxo de caixa com os orçamentos, que é um instrumento para controlar as metas elaboradas e vinculadas para a projeção de resultados, a demonstração do fluxo de caixa tem como sua característica fornecer resultados durante um determinado período, essas demonstrações também é conhecida como demonstração de fontes e uso, ou seja, fornece uma visão à empresa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos.

O fluxo de caixa é uma ferramenta que possui muita utilidade e importância para a tomada de decisões no processo financeiro, é um dos principais instrumentos de avaliação de capacidade de gerir recursos para uma organização.

Desta formas, as micro e pequenas empresas de hoje estão cada vez mais focadas na melhor forma de gerir seus negócios, de acordo com a lei complementar 123/2006, também conhecida como lei geral das micro e pequenas empresas: MPE, institui um tratamento simplificado, diferenciados e favorecido para as MPE, e o poder público municipal tem um papel crucial, como agente de promoção de um ambiente favorável para fomentar o fortalecimento e a competitividade dos pequenos negócios.

As micro e pequenas empresas são mais delimitadas conforme a sua participação na economia nacional, sendo elas: a sociedade empresária, simples, indivi-

dual de responsabilidades limitadas e para o empresário, desde que sejam registrados nos órgãos responsáveis pelo registros dessas empresas.

Geralmente uma MPE pertence a um único proprietário ou está dividida entre poucas pessoas que são geralmente da mesma família, sendo assim se a empresa não tiver uma boa gestão financeira, seja ela do próprio dono ou de alguém contratado para esse serviço, o negócio pode ir a falência precocemente.

Sendo assim os instrumentos da gestão financeira são fundamentais para o acompanhamento das entradas e saídas dos recursos financeiros e análise do saldo de caixa da empresa, seja ela de micro, médio ou pequeno porte. São eles: controle bancário, controle diário de caixa, controle diário de vendas, controle de contas a receber, controle de contas a pagar, controle de estoque, controle analítico de clientes, controle mensal de despesas, entre outros.

Nas micro e pequenas empresas muitas vezes é centralizada as atividades para apenas um setor da área financeira e ele fica responsável por todo o processo ou parte dele quando a organização possui a ajuda de terceiros na área contábil.

Portanto o setor financeiro é chamando popularmente de coração das empresas, pois todos os outros setores precisam ter uma ligação com ele e entender como funciona alguns de seus procedimentos, e ele que é responsável por fazer todas as análises de créditos e custos, quando um desses setores precisa comprar ou vender algo ou ainda fazer alguma negociação que envolve custos.

CONCLUSÃO

O principal motivo que leva tantas empresas a falência e o despreparo dos empreendedores, tanto na parte de conhecimento quanto na prática do processo de tomada de decisão sendo assim, não basta a empresa possuir os melhores sistemas informativos se os mesmos não sabem utilizá-lo da maneira correta. Desta forma o trabalho apresentou a teoria da ferramenta do fluxo de caixa para a tomada de decisões, a sua importância para o planejamento financeiro e o controle diário de movimentações diárias do caixa.

Tomar decisões no momento adequado não é uma tarefa fácil, ela deve ser analisada criteriosamente através de dados e planejamentos, no qual o Fluxo de Caixa oferece suporte ao gestor. O gestor precisa utilizar ferramentas confiáveis e seguras quando se trata de assuntos financeiros da empresa. Ele deverá ser cauteloso na utilização destas ferramentas, pois qualquer erro poderá colocar a empresa em uma situação de risco. É nesse sentido que os estudos voltados ao crescimento da empresa e suas ferramentas administrativas auxiliam de forma direta nos processos de tomada de decisão.

O Fluxo de Caixa é uma excelente ferramenta utilizada na área financeira, simples e de fácil acesso, que pode ser usada pelos gestores das micro e pequenas empresas, controlando e organizando com maior eficiência seus fundos financeiros. Além de que se o gestor utilizar essa ferramenta de forma adequada será uma alavanca para um melhor resultado da empresa, tornando-a desejada e visada pelo mercado financeiro, pois através dela o gestor saberá definir em que momento poderá investir ou captar fundos para honrar suas dívidas.

Conclui-se então que o gestor que utilizar a ferramenta apresentada terá informações essenciais para as tomadas de decisões dentro da empresa com um gerenciamento de sucesso e contribuirá para o crescimento das empresas através

das tomadas de decisões, com eficácia e clareza.



REFERÊNCIAS

- ALBINO, Marcelo Rodrigues. **O uso do fluxo de caixa como ferramenta estratégica nas micro e pequenas empresas**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Área de Concentração Controle de Gestão. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003. Disponível em:< <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEPS3873.pdf>> acesso: 04 de Março de 2017.
- ALLISON, G. T. **Essence of decision: explaining the Cuban missile crisis**. Boston: Harper Collins, 1971.
- ATTIE, W. **Auditoria interna**. São Paulo: Atlas, 1992.
- . **Auditoria interna**. São Paulo: Atlas, 1995.
- BISPO, C. A. F. (1998). **Uma análise da nova geração de sistema de apoio à decisão**. 160 p. Dissertação (mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. 1998.
- BRAGA, R. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1989.
- CAVALCANTE, José Carlos. Saiba Mais- **Fluxo de caixa**. Desenvolvimento: U.O. Orientação Empresarial do Sebrae. São Paulo. Disponível em: <http://www.sebraemg.com.br/arquivos/parasuaempresa/saibamais/fluxo_caixa_sp.pdf>, acesso:11 de Fevereiro de 2017.
- CHOO, C. W. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: SENAC, 2003.
- COHEN, M. D.; MARCH, J. G.; OLSEN. **A garbage can model of organizational choice**. Administrative Science Quarterly, Ithaca (NY), v. 17, n. 1, p. 1-25, 1972.
- CYERT, R. M.; MARCH, J. G. **Behavioral theory of the firm**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1992.
- DACORSO, A.L.R. (2000). **Tomada de decisão e risco: a administração da inovação em pequenas indústrias químicas**. 236 p. Dissertação (mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. 2000.
- FERREIRA, L. F. F.; OLIVA, F. L.; SANTOS, S. A.; GRISI, C. C. H.; LIMA, A. C. (2012). **Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas**

empresas da cidade de São Paulo. *Gest. Prod.*, São Carlos, v. 19, n. 4, p. 14, 2012.

FERREIRA, Neide de Souza. **A importância da gestão do fluxo de caixa no processo decisório das empresas.** Monografia apresentada ao I Curso de Especialização em Controladoria. Departamento de Finanças e Controladoria. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2003. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E5D4B978975DD98A03256FAC00740E9E/\\$File/NT000A45B6.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E5D4B978975DD98A03256FAC00740E9E/$File/NT000A45B6.pdf)>. acesso 25 de novembro de 2016.

FREITAS, H.; KLADIS, C. M. (1995). O processo decisório: modelos e dificuldades. **Revista Decidir**, n. 8, mar.

GAZZONI, Elizabeth Inez. **Fluxo de caixa - Ferramenta de controle financeiro para pequenas empresas.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PEPS3578.pdf>>. acesso: 09 de abril de 2017.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira.** 12. Ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

HOJI, Masakaku. **Administração Financeira: uma abordagem prática.** 2ª.ed. São Paulo : Atlas, 2001.

----- **Administração financeira na pratica: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal / Masakazu; Hoji. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.**

----- **Administração financeira: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Curso de contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LUZ (2004). **Planilhas empresariais.** Disponível em: <https://blog.luz.vc/o-que-e/o-que-e-o-fluxo-de-caixa-projetado/>, acessado em: 19 de setembro de 2017.

MARCH, J. G. **A primer on decision making: how decisions happen.** New York: Free Press, 1994. 290p.

MARCH, J. G.; SIMON, H. A. **Limites cognitivos da racionalidade.** In: Teoria das organizações. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

MELTSNER, A. J. **Policy analysts in the bureaucracy.** Berkeley: University of California Press, 1976. p. 77-79. Apud. CHOO, C. W. A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado,

construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2003.

MIGLIORI, A. M. (2006). **Tomada de decisão na pequena empresa**: Estudo multi caso sobre a utilização de ferramentas informatizadas de apoio à decisão. 107 p. Dissertação (mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. 2006.

MINTZBERG, H.; RAISINGHANI, D.; THÉORËT, A. **The structure of "unstructured" decision processes**. Administrative Science Quarterly, Ithaca (NY), v. 21, n. 2, p. 246-274, 1976.

NETO, A. A.; SILVA, C. A. T. **Administração do capital de giro**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 1997.

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NIOCHE, J. P. et al. **Strategor**. strategie, structure, décision, identité: politique générale d'enterpisa. Paris: Inter Editions, 1993.

PADOVEZE, Clóvis L.: **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 3º edição, São Paulo, Atlas , 2000.

PAIVA, W. P. (2002) **Avaliação de habilidades para a tomada de decisão em administração de empresas**: um estudo descritivo com alunos de graduação de FEA-USP. 115 p. Dissertação (mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

PAIVA Tiago. (2011) **Nascimento e evolução da Administração Financeira**. Disponível em:<http://admdefinancas.blogspot.com.br/2011_08_01_archive.html>, acesso: 02 de novembro de 2016.

PEREIRA, M. F.; GRAPEGGIA, M.; EMMENDOERFER, M. L.; DOUGLAS, L.T. (2009). **Fatores de inovação para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil**. RAI - Revista de Administração e Inovação, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 16, 2009.

QUELOPANA, E. M. (2003). **Conhecimento e decisão**: um estudo sobre a relação entre o conhecimento e a qualidade de decisão. 141 p. Dissertação (mestrado). Faculdade de Economia, Administração e contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. 11.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 536p.

SÁ, Carlos Alexandre. **Fluxo de caixa** – A visão da Tesouraria e da Controladoria. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHERMERHORN JÚNIOR, J. R. (1999). **Administração**. Rio de Janeiro: LTC.

SEBRAE (2011). **Taxa de sobrevivência das empresas no Brasil.** Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia_das_empresas_no_Brasil_2011.pdf>, extraído em 19 de novembro de 2016.

----- (2009). **Entenda as diferenças entre microempresa, pequena empresa e MEI.** Disponível em: <<http://www2.rj.sebrae.com.br/boletim/a-importancia-da-administracao-financeira-da-empresa/>>, acesso: 02 de novembro de 2016.

----- (2014). **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira.** Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>, acesso: 19 de novembro de 2016.

----- (2015). **Sebrae lança ação para incentivar consumo de pequenas empresas.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2015/08/sebrae-lanca-acao-para-incentivar-consumo-de-pequenas-empresas.html>>, acesso: 22 de novembro de 2016.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, J.H.; MACHADO, L.C.; OLIVEIRA, C. A. S. (2007). **As origens da pequena empresa no Brasil.** Revista da micro e pequena empresa, Campo Limpo Paulista, V.1, n. 1, p.13, 2007.

STONER, L. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração.** 5.ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1992.

TEODÓSIO, A. S.; SILVA, E. E.; RODRIGUES, F. R. G. **Discutindo o processo decisório:** a contribuição dos principais modelos de análise. Disponível em: Acesso em: 11 dez. 2009.

ZAMARIOLI, R.; BENZER, R. P.; ESCRIVÃO FILHO, E. (2003). **Participação e tomada de decisão na pequena empresa:** estudo multi- caso em três empresas industriais do ramo metalúrgico de Ribeirão Preto-SP. In: Simpósio internacional de administração do bolsão sul- mato-grossense e noroeste paulista, 2. 203, Três Lagoas **Anuais...** Três Lagoas, FIRB/UFMS/FAISA/FIU. 1CD-ROM.

ZDANOWICZ, J. E. **Fluxo de caixa:** uma decisão de planejamento e controle financeiros. 10. ed. Porto Alegre: Sagra, 2004.

Os impactos do regime de tributação ambiental nas empresas brasileiras: Um estudo sobre a extra fiscalidade²⁶

Autores:
Gisele Cavaca PRADO²⁷
Sandro Augusto Teixeira de MENDONÇA²⁸

Data de recebimento do artigo: 30.10.2017

²⁶ - Este artigo foi escrito para cumprimento das exigências e requisito para aprovação da disciplina TCC II. A orientação da produção do artigo ficou sob-responsabilidade do Professor Dr. Sandro Augusto Teixeira de Mendonça.

²⁷ - Aluna do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde 2014-2017.

²⁸ - Possui graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (1995), graduação em Estudos Sociais pelo Centro de Ensino Superior de São Carlos (ASSER) (1991), mestrado em Conservação e Manejo de Recursos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (2000) e doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP) (2006). Atualmente é professor III (doutor) e coordenador de Ensino, de Extensão e de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB). Tem experiência interdisciplinar em Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas e Filosofia, com ênfase em Sociologia, Sociologia da Educação e Organizacional, Sociologia Rural, Gestão da Qualidade, Gestão Ambiental e Governança Corporativa, Filosofia e Filosofia da Educação, Metodologia Científica. Principais temas: Condições de vida e trabalho, políticas públicas, pesca profissional artesanal, rio São Francisco.

**Os impactos do regime de tributação ambiental nas empresas brasileiras:
Um estudo sobre a extra fiscalidade**

RESUMO

Diante das questões de tributação fiscal, as empresas sofrem efeitos positivos e negativos de acordo com as ações que afetam ou não o ambiente. O presente artigo teve como objetivo estudar os impactos da tributação fiscal ambiental nas empresas mencionando riscos às organizações que não seguem as normas impostas pela tributação fiscal sendo penalizadas através do princípio do poluidor pagador. Através da pesquisa bibliográfica e descritiva verificou-se que o princípio da extra fiscalidade ao poluidor pagador é o que mais impacta na gestão ambiental das empresas, pois, se trata de uma ferramenta que objetiva a não degradação do meio, através de concessão de diminuição da base de cálculo de impostos para o empreendedor que não polui, multas através de impostos e tratamentos ou recuperação da agressão causada ao ambiente.

Palavras-chave: 1 Espécies tributárias, 2 Gestão ambiental, 3 Tributação Fiscal.

ABSTRACT

**The impacts of the taxation regime in brazilian companies:
A study on environmental taxation**

Faced with fiscal taxation issues, companies suffer positive and negative effects according to actions that affect the environment or not. The objective of this article was to study the impacts of environmental taxation on companies by mentioning risks to organizations that do not follow the rules imposed by taxation and are penalized through the polluter pays principle. Through the bibliographical and descriptive research it was verified that the principle of extra taxation to the polluter paying is the one that impacts the most in the environmental management of the companies, because, it is a tool that aims at not degradation of the environment, by granting a reduction of tax base for the entrepreneur that does not pollute, fines through taxes and treatments or recovery of the aggression caused to the environment.

Key words: 1 Tax species, 2 Environmental management, 3 Taxation.

APRESENTAÇÃO

Muitas empresas passaram a se preocupar com a agressão que elas causam ao meio ambiente. Destacam-se ações favoráveis à gestão ambiental que busquem na prática da extra fiscalidade a concessão de diminuição da base de cálculo de impostos para quem não polui, entre outras. Diferente do passado, quando os poluentes e resíduos jogados ao relento não eram considerados e não havia leis a respeito e nem sanções.

O presente artigo objetivou descrever os impactos positivos e negativos ao meio ambiente reverberados da tributação fiscal ambiental ocorrida nas empresas brasileiras, o detalhamento do regime de tributação fiscal brasileiro, as descrições das espécies tributárias nacionais e tributação ambiental, a competência residual da União para instituir novos impostos ou utilizar os existentes a favor da preservação do ambiente.

Os riscos e benefícios que as empresas se propõem por meio de suas ações, ou seja, se ela polui o meio ambiente ou não estão sujeitos à autuação por tal ato ou se utiliza técnicas de prevenção e tratamento para os resíduos poluentes, inclusive podendo receber incentivos ou isenções fiscais.

Portanto, cada vez mais a sociedade se propõe a cuidar do ambiente para ter maior qualidade de vida, assim melhorando os métodos de produção para que as emissões de poluentes diminuam e os impactos sejam minimizados quando não cessados.

Através de estudo bibliográfico e descritivo discorreu-se a respeito da tributação ambiental e seus recursos para custear serviços públicos das áreas ambientais, os quais orientam as ações da sociedade a favor da preservação do meio ambiente.

Considerou-se que a tributação fiscal é composta por arrecadação de fundos para atender necessidades públicas na qual a preservação do ambiente esta inserida. E que é de competência residual da União instituir novos impostos sendo os já existentes utilizados através dos tributos fiscais e suas espécies tributárias através da extra fiscalidade ao poluidor pagador.



DESENVOLVIMENTO

Ao longo de cinco séculos o Brasil sofre com os descasos ambientais, porém, as organizações vêm adotando uma postura ambiental responsável (BERTOLI e RIBEIRO, 2004).

A recente tributação ambiental brasileira ganhou força com a Constituição Federal em 1988, que tornou a preservação na natureza como princípio de direito econômico, ou seja, a compatibilização entre o direito tributário, econômico e ambiental visando à preservação do meio ambiente (MAGANHINI, 2016).

A Constituição Federal artigo 255 prevê que a gestão ambiental é atribuída pela União, os Estados e Municípios. O propósito da gestão ambiental é conciliar estratégia de desenvolvimento econômico com o uso racional dos recursos naturais protegendo a natureza em decorrência das atividades econômicas evitando danos ao meio ambiente (RIBEIRO e FERREIRA, 2011).

A tributação ambiental é o emprego de instrumentos tributários que tem finalidades de gerar recursos para o custeio de serviços públicos de natureza ambiental e orientar o comportamento da sociedade para preservar o ambiente (Idem).

O ambiente é um bem comum a todos além de ser público, ou seja, todos têm livre acesso. A sociedade também tem um papel democrático importante na prevenção e minimização dos riscos ambientais (LEITE, 2015).

Partindo-se do princípio de que o desenvolvimento industrial e tecnológico dependem na intervenção humana sobre os recursos naturais, o Estado por meio da extra fiscalidade pode desestimular a prática de atividades que afetam o meio ambiente já que a extra fiscalidade permite regular e fiscalizar determinada atividade, impondo tributos e a taxa de controle e fiscalização ambiental (Idem).

A tributação ambiental é um instrumento na qual o Estado pode intervir para a construção da sustentabilidade por meio da conscientização da população sobre a importância da preservação do meio ambiente (BARICHELLO e ARAUJO, 2007).

Leite (2015) afirma que a Lei nº 6.938/198 trata de tributar empresas exploradoras de atividades poluidoras visando o exercício do princípio da precaução, da prevenção e do poluidor pagador. Já para empresas que contribuem e cooperam para a não agressão ao ambiente existe a isenção da tributação do Imposto Territorial Rural e do Imposto sobre Circulação de Mercadoria ou Serviços.

A instituição de tributos relacionados à produção nociva ao ambiente não pode inibir a atividade econômica. O objetivo é direcionar o agente para o desenvolvimento responsável no que diz respeito a preservação do meio ambiente (ANTONIO, 2009).

O Estado pode cobrar do poluidor devido às ações agressivas ao ambiente por meio de tributos e pode estimular com incentivos ou isenções visando a não degradação do ambiente (BARICHELLO e ARAUJO, 2007).

Costa (2011) argumenta que a eficácia do princípio poluidor pagador está associada ao fato do Estado assegurar que acidentes ambientais não ocorram ou que ações mitigadoras sejam cumpridas.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente é responsável pela fiscalização e controle de atividades poluentes e provindas de recursos naturais através da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (COSTA, 2011).

Os princípios norteadores para a proteção ambiental são a prevenção e a precaução, pois todos devem preservar e defender para a boa qualidade de vida. A tributação ambiental permite ainda que os poluidores sejam tributados de acordo com as degradações causadas ao ambiente (SPAGOLLA, 2008).

A competência residual exige lei complementar direcionada apenas aos impostos e a criação dos impostos é atribuída à União (Idem).

As agressões ao meio ambiente são mensuradas através de mecanismos que indicam condutas que minimizam danos ambientais gerados por determinadas atividades (BLANCHET e OLIVEIRA, 2014).

O tributo ambiental é a intervenção na atividade econômica na qual o Estado pode fazer uso para a construção da sustentabilidade, através da conscientização das empresas sobre a necessidade da preservação do meio ambiente (BARICHELLO e ARAUJO, 2007).

Os impostos e as taxas podem ser utilizados como instrumentos da tributação ambiental através de isenções e restituições através de estímulos a atividades não poluidoras (Idem).

O poder público possui amplas alternativas para instituir tributos de proteção ecológica, seja através da criação de novos tributos ou através de espécies tributárias já existente como o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) ecológico, o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural) (RODRIGUES, 2013).

A tributação ambiental não implica necessariamente à criação de novos tributos. As adaptações são feitas em tributos já existentes como o ICMS ecológico que consiste no repasse de uma porcentagem do valor arrecadado ao investimento com conservação e preservação de áreas verdes e mananciais, assim como o IPTU e o ITR que têm suas alíquotas alteradas em virtude da forma de utilização do imóvel (RIVA et al., 2007).

O primeiro tributo utilizado para fins ambientais no Brasil foi o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza que consistiu no abatimento ou desconto nas declarações de rendimento dos empregados em florestamento e reflorestamento (RODRIGUES, 2013).

Considerando que o tributo cobrado pelo poder de polícia não gera resultados expressivos, visto que depois de causado o dano ambiental muitas vezes é irreparável transferindo o ônus de menor qualidade de vida para a população, faz-se

necessário a busca de solução através da tributação ambiental. Ela é fundamentada na mudança de comportamentos através da conscientização ambiental da coletividade objetivando tributar as atividades nocivas ao ambiente e reduzi-las (JUSTIANO, 2010).

No Brasil, a tributação ambiental se efetua sem a criação de um novo tributo, ou seja, a tributação é através de remanejamento de receitas já existentes na qual parte da arrecadação é usada no desenvolvimento sustentável como áreas de preservação e unidades de conservação (Idem).

A tributação ambiental incide somente em fatos lícitos, no incentivo de comportamentos e desestímulo de atividades poluidoras, ou seja, é utilizada de modo passivo já que não é tributando que se preserva. A preservação é feita através de incentivos para que as empresas não poluam (MAGANHINI, 2007).

A gestão ambiental começou a ser praticada nas empresas brasileiras a partir da década de 1990, tornando-se uma estratégia competitiva principalmente na reputação que as empresas sempre buscam e tornam-se atrativas para investidores (SOUZA, 2002).

Os principais fatores da implementação de programas relacionados à gestão ambiental nas empresas estão ligados às regulamentações ambientais, reputação da organização, redução de custos, diferenciação do produto ou serviço, a demanda dos consumidores e a responsabilidade social que influencia a redução de risco financeiro das organizações, reduzindo multas e custos (Idem).

A gestão ambiental proporciona credibilidade, responsabilidade, competitividade e confiabilidade, por meio de prevenções e correções em seus processos produtivos transmitindo segurança e seriedade à população, eliminando ou reduzindo processos e resíduos poluidores (Idem).

Segundo Sanches (2000) a tecnologia é grande aliada à proteção ambiental tendo três ferramentas importantes, sendo:

- Tecnologias de controle de poluição que objetivam combater resíduos indesejáveis do processo produtivo através de controle de emissões e efluentes com purificadores, incineradores entre outros;
- Tecnologias de prevenção da poluição tornando eficiente o processo produtivo aumentando a taxa de utilização dos insumos como o reaproveitamento de materiais obsoletos, reduzindo, reutilizando e reciclando resíduos e poluentes;
- Tecnologias de produtos e processos que englobam a conservação de matéria prima, a eliminação de insumos tóxicos diminuindo a quantidade das emissões supracitadas, englobando a menor quantidade de resíduos no meio ambiente, menor utilização de energia e materiais no produto final, impactando na diminuição dos custos, a criação de novos produtos para novos mercados com a utilização de resíduos e a maior segurança pública e melhores relações com órgãos governamentais, comunidade, clientes, fornecedores e negociadores (Idem).

Para Duran e Puglia (2007) os custos ambientais são classificados em custos de prevenção, de avaliação, de falhas internas e externas, quais sejam:

- Os custos ambientais de prevenção estão relacionados na implementação, manutenção, medições e monitorações do sistema de proteção ambiental;
- Os custos ambientais de avaliação que não se adequam ao nível de eficiência e de eficácia com processos, tratamento de resíduos poluentes e devolução de produtos;
- Os custos ambientais das falhas internas são custos para correção de algumas conformidades ambientais antes de ter contato com a sociedade;
- Os custos ambientais das falhas externas são custos da qualidade ambiental insatisfatória fora do alcance da empresa como queixas ambientais de consumidores, fornecedores, negociadores provocando despesas com correção e recuperação de áreas degradadas através do pagamento de multa.

O sistema de gestão ambiental é uma estrutura usada para prevenir e controlar impactos, gerenciar riscos e melhorar continuamente o desempenho ambiental e a produtividade no auxílio as organizações (OLIVEIRA e PINHEIRO, 2010). Entretanto, a gestão ambiental é pressionada por regulamentações, busca de

reputação, acionistas, investidores, bancos e consumidores (SOUZA, 2002).

De acordo com a ISO 14001 (2015) os princípios básicos do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) auxiliam as organizações em suas buscas de melhoria contínua através das ferramentas:

- Planejar (*plan*): estabelecer objetivos e processos necessários para atingir os resultados, com base na política da organização;
- Executar (*do*): implementar o que foi planejado;
- Verificar (*check*): monitorar e medir os processos em conformidade com a política, incluindo objetivos, metas, requisitos legais e compromissos assumidos pela organização;
- Agir (*action*): implementar ações necessárias para melhorar continuamente o desempenho do sistema de gestão, podendo atuar sobre o planejamento e, em consequência, sobre outros passos do ciclo.

A ação ambiental integra várias funções administrativas que envolvem fatores econômicos, produção, marketing, vendas, qualidade, finanças, e desenvolvimento de produtos (SOUZA, 2002).

Portanto, a gestão ambiental inclui planejamentos, práticas e processos para o desenvolvimento e prática da política ambiental, diminuindo ou eliminando efeitos nocivos provocados por atividades das empresas ao ambiente. Quando a empresa polui, ela é obrigada a corrigir ou recuperar os danos causados ao meio ambiente tornando-se o poluidor pagador (TINOCO e ROBLES, 2006).

O artigo 154 da CF/88 trata da competência residual para instituir tributos, inclusive os não cumulativos e a tributação ocorrerá sobre um novo tributo criado, como por exemplo o princípio do poluidor pagador (HUPFFER et al; 2011).

O princípio do poluidor pagador ou da responsabilização refere-se a obrigação de corrigir ou recuperar o ambiente através de encargos e indenizações ao Poder Público por causar danos ao ambiente (RIBEIRO E FERREIRA, 2011). Seu objetivo é fazer com que os custos finais de produtos e serviços reflitam nos seus custos

finais assegurando medidas de proteção ao meio ambiente e fazendo com que as atividades poluidoras sofram impactos negativos em suas práticas, ou seja, fazendo com que os agentes poluidores assumam os custos impostos a outros agentes, sendo então o primeiro pagador integrando os custos ambientais em seu processo de produção (Idem).

Desta forma, o princípio do poluidor pagador impõe o dever de arcar com as despesas de prevenção e reparação dos danos causados à natureza. O objetivo de tal princípio é a prevenção do dano ambiental através da preservação e conservação de recursos naturais, ou seja, o princípio tem o papel de evitar o dano ambiental (BENJAMIN, 1993).

Ao poluir o ambiente as empresas pagam a sociedade pelo ato de poluição através do princípio do poluidor pagador ou assumem os custos para implantar medidas de controle ambiental. Existe uma contra partida na quais empreendedores recebem subsídios para adotarem procedimentos eficientes e sustentáveis que não poluam o ambiente originando o princípio beneficiário pagador (NETO e PETER, 2005).

Portanto, o princípio do poluidor pagador é fazer com que os custos das medidas de proteção do meio ambiente e as agressões ambientais repercutam nos custos finais de produtos e serviços cuja produção esteja na origem da atividade poluidora. O intuito é fazer com que os agentes que originaram as externalidades assumam os custos impostos a outros agentes, produtores e consumidores, ou seja, transferem-se os custos para o causador empreendedor de determinada atividade, desonerando a sociedade de um ônus que não é seu (HUPFFER et al; 2011).

Outro objetivo da lei complementar do artigo 154 supracitado é a ação através da coerção para que o poluidor evite a degradação ou indenize a degradação causada (HUPFFER et al; 2011).

Os tributos não visam apenas uma finalidade arrecadatória, mas, também, desestimular comportamentos contrários a situações socialmente desejáveis (Idem).

O tributo de cunho ambiental é de participação obrigatória do indivíduo, da instituição e empresa para a manutenção e prestação de serviços públicos (GRZYBOVSKI e HAHN, 2006).

Diante da busca de recursos fiscais existem dois fenômenos sociais: a evasão fiscal na qual o objetivo é sempre pagar menos impostos, ou seja, para fugir dos tributos o contribuinte escolhe meios ilícitos para impedir, reduzir ou retardar o recolhimento do imposto devido; e a elisão fiscal que é o retardo, a redução ou descaracterização do fato gerador ao pagamento do tributo sem a violação da lei o que caracteriza o planejamento fiscal (Idem).

São tributos fundamentais a igualdade, a legalidade, a liberdade e a anterioridade, sendo subdivididos por gêneros, tais como: impostos, taxas e contribuições, tendo como fatos geradores tributários a renda, o patrimônio e atividade econômica e a arrecadação tributária é composta pela União, Estados e Municípios (BARAU, 2016).

O sistema tributário tem como finalidade a descentralização e garantia de autonomia financeira aos Estados e Municípios, justiça fiscal e proteção ao contribuinte, progressividade do imposto sobre a renda e maior seletividade no imposto sobre produtos industriais, porém a centralização ainda existe (LANARI, 2005).

Verifica-se que os reflexos na área fiscal é o fato das pequenas e médias empresas estimuladas pela fiscalização atuarem na maior parte das vezes a margem do sistema através da grande evasão fiscal, assim como a base arrecadatória apresenta retração suportando poucos contribuintes e uma elevada carga tributária. Esse distúrbio é compensado com alíquotas e alargamento das bases de contribuições sociais o que enfraquece o desenvolvimento que as empresas almejam (LANARI, 2005).

No Brasil, a tributação sobre o consumo de bens e serviços é composta por imposto sobre produtos industrializados, impostos sobre mercadorias e serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e o imposto sobre

serviços de qualquer natureza sendo respectivamente de competência da União, estados e municípios. Ressaltando também o imposto sobre operações financeiras, o programa de integração social e a contribuição para o financiamento da seguridade social, programa de integração social e a contribuição para o financiamento da seguridade social que podem incluir nos tributos sobre o consumo (GASSEN et al., 2013).

O não cumprimento da norma tributária gera ato ilícito administrativo tributário passível de multa pelas autoridades competentes podendo ser agravado em crime passível de processo penal além de sanções civis e administrativas, caso o pagamento do tributo não tenha sido feito qualificando-se a sonegação (GRZYBOVSKI e HAHN, 2006).

Grzybovski e Hahn (2006) dizem que os crimes contra a ordem tributária acarretam prejuízo para a administração pública, visto que as ausências dos recursos interferem de maneira negativa nas atividades do Estado.

Segundo Gassen et al. (2013) o tributo incide sobre o consumo nas diversas fases dos processos produtivos de bens e serviços e é a principal marca da matriz tributária brasileira.

A maior parte da carga tributaria nacional é sobre o consumo, seguida da tributação sobre salários na qual faz parte o imposto de renda, a contribuição previdenciária e a contribuição sindical. A tributação é embutida no preço final das mercadorias e serviços na qual a população paga, pois os impostos sobre o consumo repassam pela cadeia produtiva incorporando ao preço final dos bens e serviços onde a carga embutida não é percebida pelo consumidor (GASSEN et al., 2013).

O princípio constitucional assegura a definição das alíquotas de todos os tributos que incidem sobre o consumo obedecendo à seletividade de acordo com o contribuinte do encargo fiscal. Entretanto, da redução das alíquotas o estímulo ao consumo faz com que a produção aumente e a economia cresça de forma saudável influenciando a matriz tributaria brasileira (GASSEN et al., 2013).

Do ponto de vista organizacional, a tributação fiscal brasileira tem como predomínio a tributação indireta e a alíquota é fixada conforme o preço da mercadoria, bem ou serviço e nas micro e pequenas empresas existe o sistema integrado de pagamento de impostos e contribuintes para pagamento de IRPF, PIS, COFINS, CSLL, INSS E IPI (BRAMI-CELENTANO e CARVALHO, 2007).

A tributação torna possível a atuação estatal em diversas áreas principalmente na vida social e econômica da sociedade já que o tributo tem como objetivo reduzir desigualdades sociais (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2016).

Para Bertolucci e Nascimento (2002) a administração tributária deve ter uma política voltada a quatro enfoques, quais sejam: custos temporários de conformidade relacionados com mudanças nas legislações e custos de aprendizagem objetivando a estabilidade das regras para adequar as leis; custos rotineiros de conformidade para reduções de tributos, com poucas normas, regras claras e simplificadas e alíquotas unificadas; relações entre tributos diminuindo a quantidade de tributos com bases amplas; fronteira entre os tributos objetivando a neutralidade para não mudar o comportamento do contribuinte e por consequência seu imposto. Assim, a legislação tributária tem o dever de minimizar a evasão fiscal e haver igualdades diante dos contribuintes. Para que isso seja possível, existem diferentes espécies tributárias nacionais.

Em relação aos tributos quantitativos, as espécies tributárias de acordo com a prática jurídica são chamadas penta partida já que são elencadas em cinco tributos quais sejam: os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições sociais (OLIVEIRA et al., 2013).

As espécies tributárias que compõe o sistema tributário brasileiro são os impostos, as taxas, as contribuições de melhorias, as contribuições especiais e os empréstimos compulsórios (LUCA, 2014).

O imposto tem maior relevância para os Estados, pois os recursos arrecadados contribuem para o funcionamento dos serviços públicos. O contribuinte ao pagar as taxas recebe benefício ou vantagem como exemplo à taxa de iluminação pública o

que diferencia do imposto já que o mesmo é pago pelo contribuinte sem saber no que irá receber em troca (Idem).

A contribuição de melhoria é um tributo que custeia obras públicas que venham trazer benefícios ao contribuinte. O empréstimo compulsório é um tributo que atende despesas extraordinárias como nos casos de calamidade pública ou guerra externa. As contribuições especiais custeiam entidades paraestatais de atividades sociais como o atendimento de necessidades assistenciais e educacionais de atividades ou categorias profissionais (Idem).

Cursino et al. (2013) acrescenta que os impostos são de competência privativa ou seja, pode ser recolhido pela União, Estados ou Municípios e o fator que o distingue dos outros tributos é o fato da inexistência da contraprestação em favor da pessoa ou empresa obrigada a pagar o imposto. A taxa, por sua vez é caracterizada pela conexão de um serviço ou utilidade que o Estado oferece ao contribuinte havendo então a contraprestação.

A União pode instituir sete impostos previstos no artigo 153 da Constituição Federal Brasileira, quais sejam: o Imposto sobre Importação, o Imposto sobre Exportação, o Imposto de Renda, o Imposto sobre Produto Industrializado, o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural e o Imposto sobre Grandes Fortunas. Os Estados e o Distrito Federal podem instituir de acordo com o artigo 155 da CF os Impostos de Transmissão Causa Mortis e Doação, o Imposto sobre Circulação de Mercadoria ou Serviço de transporte, o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, e por fim os Municípios e o Distrito Federal conforme artigo 156 da CF são encarregados de instituir o Imposto Predial e Territorial Urbano, o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e o Imposto sobre Serviço de qualquer natureza (COSTA et al., 2015).

Outra variável que incrementa os tributos sofridos pela população é a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público, sendo de atuação estatal específica, cobrando apenas de quem trafega pelas vias públicas e não da coletividade (CURSINO et al., 2013).

As espécies tributárias nacionais podem ser divididas em dois ramos

classificados em quantitativo e qualitativo (OLIVEIRA et al., 2013).

Em se tratando dos tributos qualitativos, eles podem ou não ser atrelados à contraprestação estatal perante o contribuinte. O não atrelado baseia-se na contribuição independentemente da contraprestação estatal. Já os quantitativos são referentes aos impostos, taxas, contribuições de melhorias, empréstimos compulsórios e contribuições sociais (Idem).

O artigo 154 da CF/88 trata da competência residual que a União pode instituir novos impostos diante de lei complementar. Tais impostos são diferentes de todos que estão previstos na Constituição Federal e devem ter nova base de cálculo e o fato gerador diferente de todos já existentes (ARRETCHE, 2005).

O campo residual efetivo tende a restringir-se à medida que amadurece o sistema através da expansão das áreas tributárias. Além dos tributos fiscais, sejam qualitativos ou quantitativos, existem aqueles pautados pela extra fiscalidade.

Comumente, a indução do comportamento das pessoas se faz através da via econômica, especialmente na ausência de norma que proíba ou obrigue a uma conduta desejada, ou seja, é necessário que o comportamento seja lícito, com atos legais de acordo com o que está expresso na legislação (FOLLONI, 2014).

Tributos extrafiscais são concedidos com diversas finalidades de arrecadações, quais sejam: influenciar decisões dos cidadãos, direcionar comportamentos socioeconômicos, estimular ou desestimular tornando suas ações menos ou mais custosas, com o principal objetivo de induzir os contribuintes a fazerem ou não fazerem algo que afete o ambiente (Idem).

A extra fiscalidade é usada como instrumento tributário na obtenção de finalidade não arrecadatórias, mas estimulantes, indutoras ou coibidoras de comportamentos induzindo meios de prevenção à poluição, pois a extra fiscalidade é usada como instrumento eficiente em recursos para o Estado agir desestimulando condutas poluidoras e estimulando a não poluição (FREITAS e GERONIMO, 2013).

O objetivo da tributação extrafiscal é influenciar os comportamentos não

qualificados juridicamente como proibidos ou obrigatórios, ou seja, a ação mesmo que permitida não é totalmente livre (FOLLONI, 2014).

Considera-se extra fiscalidade os incentivos fiscais concedidos a produtos cultivados sem o uso de agrotóxicos ou que fazem uso de insumos recicláveis. Empresas que aderem os planos de gerenciamento de resíduos que causam alto impacto no ambiente podem deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda, pois os valores usados nestas atividades têm relação direta com a melhoria do meio ambiente, ou seja, por tratar os resíduos a organização pode lançar mão ou diminuir o valor de alguma obrigação fiscal (FREITAS e GERONIMO, 2013).

Calijuri (2009) aborda a existência do *Framework* que tem como objetivo através de uma estrutura analisar como os tributos podem afetar o desempenho da organização, ou seja, o *Framework* visa à maximização de lucro e o valor da empresa. O *Framework* prevê a influência e o comportamento dos tributos implícitos e explícitos sendo os implícitos os que influenciam nos valores dos ativos favorecidos de tributos, pagos na forma de taxas de retornos menores antes do pré-imposto, ou seja, o imposto é pago de maneira implícita através das baixas taxas de retorno antes do imposto, já os tributos explícitos são pagos diretamente na forma de taxas e impostos.

O Poder Público mantém a extra fiscalidade como a conciliação do desenvolvimento econômico junto com à defesa do meio ambiente (Idem).

Através da extra fiscalidade o estado atua impondo regras que induzem as empresas a determinados comportamentos por meio da tributação (ELALI, 2016).

A tributação e suas normas podem conceder benefícios ou não, dependendo dos comportamentos desejáveis das empresas. Nota-se que os incentivos fiscais são instrumentos eficazes para induzir comportamentos específicos e desejados das empresas (Idem).

Pode se citar a supressão ou a redução do ônus através do recolhimento de tributo, quais sejam: as subvenções que constituem um benefício de natureza

financeira; as isenções tributárias legitimadas na própria lei tributária; o deferimento que representa uma isenção condicionada; os subsídios que podem ser estímulos de natureza fiscal ou comercial; os créditos presumidos de natureza complexa, apresentando-se como subsídio, subvenção ou como mera redução de base de cálculo dos tributos (Idem).

A extra fiscalidade interfere nas condutas ilegais ao meio ambiente desestimulando condutas contaminadoras e agindo como estimulador em empresas que adotam corretas medidas socioambientais. É uma medida que evita os danos ao invés de repará-lo após o dano (MAGANHINI, 2007).

Produtos ambientalmente corretos custam menos dado que os incentivos tributários concedidos impactam no preço do produto final e empresas que seguem normas ambientais estão condicionadas a permanecerem no mercado de consumo. A extra fiscalidade é usada a favor dos empreendedores e consumidores visando à qualidade de vida da população (Idem).

A extra fiscalidade é o maior instrumento de indução na busca do desenvolvimento sustentável através de mecanismos de diminuição de alíquotas, reduções de base de cálculo, isenções e restituições de acordo com a natureza do produto ou serviço (Idem). Seus impactos permeiam a estrutura organizacional através de métodos e técnicas de trabalho da sua contabilidade ambiental.

A informação fornecida pela contabilidade ambiental abrange investimentos realizados em bens de proteção aos danos ecológicos, despesas com manutenção ou correção de efeitos ambientais e medidas fiscais (BERTOLI e RIBEIRO, 2004).

A contabilidade ambiental tem o objetivo de fornecer informações sobre eventos ambientais que modificam o patrimônio identificando, mensurando e evidenciando tais eventos (Idem).

A contabilidade aborda a tributação através da prática contábil como os relatórios financeiros, auditoria, contabilidade gerencial, administração financeira e contabilidade tributária. A pesquisa tributária pode ser utilizada na administração e

organização das funções contábeis para a interação entre informação contábil e comportamento do mercado de capitais auxiliando em tomada de decisões financeiras (CALIJURI, 2009).

O ativo ambiental são todos os bens e direitos destinados ou que provém da atividade do gerenciamento ambiental, estando no capital circulante ou capital fixo (SANTOS et al., 2001).

O capital circulante é o montante utilizado na atividade econômica da empresa que é composto por conta de disponibilidades que são valores de recebimentos oriundos de receita ambiental; ativos realizáveis a curto e a longo prazo que tem direitos originários de uma receita ambiental e os estoques, relacionado com insumos do sistema de gerenciamento ambiental (Idem).

O capital fixo tem as contas ambientais em investimentos que conta com participações societárias de empresas ecologicamente responsáveis; imobilizados que são bens relacionados à manutenção do gerenciamento ambiental como equipamentos para tratamento de resíduos; diferido são gastos em desenvolvimento em tecnologia limpa como os gastos com a implantação do Sistema de Gestão Ambiental para a certificação ISO 14001 (Idem).

O passivo ambiental são as obrigações contraídas destinadas à preservação e recuperação do meio ambiente originando um custo ambiental, multas e indenizações decorrentes de má utilização do solo, contaminação de águas e poluições do ar (Idem).

Receita ambiental pode ocorrer da prestação de serviços de gestão ambiental; venda de produtos elaborados com materiais obsoletos ou sobras de insumos do processo produtivo; participação no faturamento devido à conduta responsável com o meio ambiente (Idem).

Custos ambientais estão relacionados a processos produtivos como aquisição de insumos, tratamento de resíduos, redução de poluentes e mão de obra utilizada nas atividades de controle, preservação ou recuperação do meio ambiente e

despesas ambientais são referentes a fatores indiretos como aluguel de imóveis, salários e encargos, gastos relacionados treinamentos na área de preservação ambiental (Idem).

De acordo com Bertoli e Ribeiro (2004) o passivo ambiental são os benefícios que são realizados para a preservação, recuperação, reparação e proteção do ambiente. Para identificar o passivo ambiental das organizações pode-se utilizar duas formulas, quais sejam: o estudo do impacto ambiental é exigido no licenciamento de projetos e práticas potencialmente causadoras de significativa degradação do ambiente.

Neste sentido, os órgãos responsáveis avaliam a necessidade conforme a especificidade, o risco e o nível do empreendimento a ser exercido; relatório de impacto ao meio ambiente que tem como base a conclusão do estudo do impacto ambiental, exigindo objetivos e justificativas do projeto ou empreendimento, as opções tecnológicas e locacionais, um estudo e descrições dos impactos ambientais que podem ocorrer ao longo da atividade, caracterizar a qualidade ambiental futura, mostrar medidas mitigadas em relação aos impactos através de planejamentos e programas para acompanhamento e monitoramento dos impactos (Idem).

As penalidades legais aplicadas às empresas poluidoras que não usam medidas preventivas são: multas por infrações; obrigatoriedade de recuperação ou restauração de áreas degradadas; interdição governamental das atividades nos casos de infrações reincidentes (Idem).

As empresas usam a contingencia para representar os riscos quanto a situações futuras, ou seja, ela acarreta expectativa de despesas futuras referente a responsabilidade dos resíduos de sua atividade que causam impactos no meio ambiente, gastos com multas, reparos e restaurações ambientais, indenizações a órgãos e terceiros e atuações preventivas para evitar danos (Idem).

RESULTADOS

A Constituição Federal de 1988 tornou a tributação ambiental um assunto relevante assegurando a proteção do meio ambiente. Tal tributação é feita por três esferas governamentais, sendo: a União, os Estados e os Municípios ressaltando que somente a União tem a competência para instituir impostos. Entanto, utiliza os já existentes na questão ambiental.

O propósito da tributação ambiental é conscientizar o uso racional dos recursos naturais para que a natureza seja protegida e os danos sejam evitados de maneira que a população mude ou minimize comportamentos ofensivos. O emprego da tributação ambiental tem a finalidade de gerar recursos que auxiliam no custeio dos serviços públicos e influenciar a sociedade a preservar o ambiente.

A extração de recursos naturais em busca de desenvolvimento acarreta ônus ao ambiente através de desmatamento, poluição entre outros. Para minimizar os impactos nocivos causados ao meio ambiente pelas empresas, o Estado utiliza a extra fiscalidade através de tributos para regular as atividades. Os tributos utilizados para fins de controle e prevenção contra a degradação do ambiente são os impostos, as taxas e as contribuições de melhorias.

Conforme o artigo 154 da CF/88, o sistema tributário objetiva a autonomia financeira dos Estados e Municípios através da punição com a justiça fiscal utilizando o principio do poluidor pagador que atribui o ônus da degradação do ambiente ao poluidor. Por outro lado, as empresas que cooperam com a preservação recebem incentivos fiscais como a redução da carga tributária através de incentivos sobre Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS), Imposto predial e territorial urbano (IPTU), a Contribuição Social sobre o lucro liquido (CSLL) e o Imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) para adotar ações relacionadas a sustentabilidade e a não degradação.

As espécies tributárias brasileiras buscam controlar os índices de ações e produtos ofensivos ao ambiente através de: impostos, taxas, contribuições de melhorias, empréstimos compulsórios e as contribuições sociais sobre atividades ou recursos utilizados e incentivos nos casos de organizações que utilizam meios para preservação e até tratamentos dos resíduos produzidos.

Os impostos são tributos de maior importância pois é utilizado para punir ou conter ações degradáveis e pode variar de acordo com o tipo de degradação podendo ser através do imposto sobre circulação de mercadorias ou serviços, os impostos sobre propriedade territorial rural, o imposto sobre produto industrializado e o imposto sobre propriedade de veículos automotores.

É através dos impostos que a federação intervém de maneira coercitiva para práticas negativas e por consequência ilícitas, e por outro lado de maneira positiva com incentivos fiscais e até subsídios para atividades promissoras na questão sustentável.

A extra fiscalidade busca conter condutas poluidoras incentivando a preservação do ambiente comum a todos. Alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos são exemplos de ações amparadas pela extra fiscalidade.

A extra fiscalidade busca a utilização do instrumento fiscal e não a obtenção de receitas. É uma medida fiscal de incentivo ou desestímulo ao comportamento e as ações incentivadoras que influenciam positivamente a sociedade. No caso dos produtores, estes são estimulados a produzir de modo sustentável e a população muitas vezes percebe a diferença nos preços finais mais baratos já que os impostos destes produtos sofrem redução por se tratar de incentivo fiscal sustentável.

A gestão ambiental conta com ferramentas coercitivas e incentivadoras através da tributação fiscal e suas espécies tributárias sendo: a coercitiva para controlar e punir quando necessário às atividades que utilizam e degradam os recursos naturais e a ferramenta incentivadora através do beneficiário pagador que adota mecanismos legais com o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) buscando preservação e tratamentos de resíduos minimizando os impactos ao ambiente por

consequência recebendo incentivos fiscais.



CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi verificar quais os impactos da tributação fiscal ambiental influenciam as empresas brasileiras.

Verificou-se que a ferramenta mais eficaz contra a degradação do ambiente é a extra fiscalidade que busca estimular e induzir os agentes a preservação como o cultivo de alimentos sem agrotóxicos, reutilização de produtos obsoletos e tratamentos de resíduos ou coibir comportamentos ofensivos ao ambiente como poluição das águas e poluição do ar.

Além da tributação fiscal ambiental contra a degradação, as ações não poluidoras podem contar com incentivos através da diminuição do pagamento de obrigações fiscais através da carga tributária como o ICMS, o IPTU e CSLL.

A extra fiscalidade, no princípio do poluidor pagador responsabiliza o poluidor a correção ou recuperação dos danos causados através de indenizações. A lei complementar do artigo 154 visa à coerção para a não degradação e caso haja a degradação a indenização seja feita.

As empresas brasileiras contam com a gestão ambiental que oferece redução de custos dos seus processos e produtos, melhora sua reputação tornando-se atrativa a investidores.

A utilização do sistema de gestão ambiental auxilia na prevenção e controle dos impactos, gerenciamento de riscos e melhoria no desempenho ambiental auxiliando resultados favoráveis a incentivos fiscais através da extra fiscalidade.

Considerando as espécies tributárias nacionais que mais impactam nas empresas brasileiras, verificou-se que a tributação fiscal ambiental brasileira é de competência da União que através do principio da extra fiscalidade atribui sanções

ao poluidor pagador, podendo recorrer às ferramentas coercitivas de acordo com as ações dos agentes através de impostos, taxas, contribuições de melhorias e especiais e os empréstimos compulsórios. O imposto é a espécie de maior importância esperando-se que os recursos arrecadados sejam voltados para políticas públicas favoráveis a sustentabilidade ambiental.



REFERÊNCIAS

- ANTONIO, J. G. (2009). **TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL: DESAFIOS PARA UMA POLÍTICA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE.** Disponível em: <http://www.prpg.ufpb.br/prodema/novosite/smartgc/uploads/arquivos/juliano_gorski.pdf>. Acessado em: 09 de Abril de 2016.
- ARRETCHE, Marta. **Quem taxa e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira.** *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , n. 24, p. 69-85, June 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000100006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 25 de Abril de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000100006>.
- BARAU, Victor. (2016). **O sistema tributário nacional.** Disponível em: <<http://www.escoladegoverno.org.br/artigos/1734-o-sistema-tributario-nacional>>. Acessado em: 19 de Fevereiro de 2016.
- BARICHELO, S. E.; ARAUJO, L. E. B. (2007). **TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL: O TRIBUTO EXTRAFISCAL COMO FORMA DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.** Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/4150/3516>>. Acessado em: 02 de Abril de 2016.
- BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos e. **O princípio poluidor-pagador e a reparação do dano ambiental.** *BDJur*, Brasília, DF. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/8692>>. Acessado em: 13 Março de 2016.
- BERTOLI, Ana Lúcia; RIBEIRO, Maisa de Souza. **Passivo ambiental: estudo de caso da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás. A repercussão ambiental nas demonstrações contábeis, em consequência dos acidentes ocorridos.** *Rev. adm. contemp.*, Curitiba , v. 10, n. 2, p. 117-136, June 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552006000200007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 01 Maio de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552006000200007>.
- BERTOLUCCI, Aldo V; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Quanto custa pagar tributos?.** *Rev. contab. finanç.*, São Paulo , v. 13, n. 29, p. 55-67, Ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772002000200004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 01 Março de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772002000200004>.
- BLANCHET, L. A.; OLIVEIRA, E. L. (2013). **Tributação da Energia no Brasil: necessidade de uma preocupação constitucional extrafiscal e ambiental.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/seq/n68/08.pdf>>. Acessado em: 02 de Abril de 2016.

BRAMI-CELENTANO, Alexandrine; CARVALHO, Carlos Eduardo. A reforma tributária do governo Lula: continuísmo e injustiça fiscal. **Rev.katálysis**, Florianópolis , v. 10, n. 1, p. 44-53, Junho 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 01 Março de 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000100006>.

CALIJURI, M. S. S. (2009). **AVALIAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR**. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-18022010-155046/pt-br.php>>. Acessado em: 20 de junho de 2016.

COSTA, R. F et al. (2015). **A TRIBUTAÇÃO INDIRETA BRASILEIRA**: Um elemento de segregação social. Disponível em:

<<http://www.occ.pt/news/trabalhoscongv/pdf/79.pdf>>. Acessado em: 28 de Abril de 2016.

COSTA, R. H. (2011). **APONTAMENTOS SOBRE A TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL**. Disponível em: <

<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/lda/article/view/2142/2261> >. Acessado em: 02 de Abril de 2016.

CURSINO, G. M.; AVILA, L. A. C.; MALAQUIAS, R. F. (2013). **PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM RELAÇÃO À CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ALUNOS INGRESSANTES E CONCLUINTES**. Disponível em: <<http://revista.crcsc.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/CRCSC/article/view/1412/1352>>. Acessado em: 28 de Abril de 2016.

DURAN, Orlando; BERGAMINI PUGLIA, Vicente. **SCORECARD AMBIENTAL: MONITORAÇÃO DOS CUSTOS AMBIENTAIS ATRAVÉS DA WEB**. **Ingeniare. Rev. chil. ing., Arica** , v. 15, n. 3, p. 291-301, dic. 2007 . Disponível em:

<http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-33052007000300009&lng=es&nrm=iso>. Acessado em: 07 de Março de 2016.

ELALI, André. **INCENTIVOS FISCAIS, NEUTRALIDADE DA TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: A QUESTÃO DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS E SOCIAIS**. Disponível em:

<<http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/070807.pdf>>. Acessado em: 29 de Março de 2016.

FOLLONI, André. Isonomia na tributação extra fiscal. **Rev. direito GV**, São Paulo , v. 10, n. 1, p. 201-220, June 2014 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322014000100008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 27 Março de 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322014000100008>.

FREITAS, Y. D. G; JERÔNIMO, C. E. M. (2013). **AS POLÍTICAS PÚBLICAS, A EXTRAFISCALIDADE E O MEIO AMBIENTE: UMA BREVE ANÁLISE À LUZ DA SUSTENTABILIDADE CONSTITUCIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.** Disponível em:

<<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1010/696>>. Acessado em: 21 de Abril de 2016.

GASSEN, Valcir; D'ARAUJO, Pedro Júlio Sales; PAULINO, Sandra Regina da F.. **Tributação sobre consumo: o esforço em onerar mais quem ganha menos.** Sequência (Florianópolis), Florianópolis , n. 66, p. 213-234, Julho 2013 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552013000100009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 01 Março de 2016. <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v34n66p213>.

GIL, A. C. (2002). **Como elaborar projetos de pesquisa.** Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acessado em: 01 de maio de 2016.

GRZYBOVSKI, Denize; HAHN, Tatiana Gaertner. **Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária.** *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro , v. 40, n. 5, p. 841-864, Out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000500005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 29 Fevereiro de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122006000500005>.

HUPFFER, Haide M.; WEYERMULLER, André R.; WACLAWOVSKY, William G.. **Uma análise sistêmica do princípio do protetor-recebedor na institucionalização de programas de compensação por serviços ambientais.** *Ambient. soc.*, São Paulo , v. 14, n. 1, p. 95-114, June 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2011000100006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 13 Março de 2016.

ISO 14001:2015. **Saiba o que muda na nova versão.** Disponível em: <<http://www.iso.org/iso/home/standards/management-standards/iso14000.htm>>. Acessado em: 07 Março de 2016.

JUSTIANO, M. F. (2010). **PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS AMBIENTAIS: PROTEÇÃO DAS APP's ATRAVÉS DO ICMS ECOLÓGICO.** Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/1492/1/Dissertacao%20Maria%20A%20F%20Justiniano.pdf>>. Acessado em: 02 de Abril de 2016.

LANARI, F. V. (2005). **A tributação do comércio eletrônico.** Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=JJFho5Frsv8C&oi=fnd&pg=PA27&ots=ohMzxTIKsa&sig=is3UVZSYJDxMILZnNiY3xTRF_PA#v=onepage&q&f=true>. Acessado em 28 de Fevereiro de 2016.

LEITE, T. K. A. (2015). **ASPECTOS DA TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE DE RISCO: A TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL.**

Disponível em:

<www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2015/5/2015_05_1359_1403.pdf>. Acessado em: 02 de Abril de 2016.

LUCA, G. A. C. (2014). **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: UMA FERRAMENTA IMPRESCINDÍVEL PARA A GESTÃO EMPRESARIAL, COM EXEMPLO PRÁTICO DE CISAÇÃO SOCIETÁRIA.** Disponível em:

<<http://repositorio.unesc.net/handle/1/3319>>. Acessado em: 28 de Abril de 2016.

MAGANHINI, T. B. (2007). **EXTRAFISCALIDADE AMBIENTAL: UM INSTRUMENTO DE COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E O MEIO AMBIENTE.** Disponível em:

<<http://www.professorsabbag.com.br/arquivos/downloads/1277138365.pdf>>.

Acessado em: 02 de Abril de 2016.

OLIVEIRA, P. L. R.; CAMARGO, M. C.; MARTELLI, A. L. T. (2013). **O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E A SUA APLICAÇÃO QUANTO AS MEDIDAS PROVISÓRIAS.**

Disponível em:

<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/3468/3223>>.

Acessado em: 28 de Abril de 2016.

OLIVEIRA, Otávio José de; PINHEIRO, Camila Roberta Muniz Serra. **Implantação de sistemas de gestão ambiental ISO 14001:** uma contribuição da área de gestão de pessoas. **Gest. Prod.**, São Carlos , v. 17, n. 1, p. 51-61, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 03 Abril de 2016.

OLIVEIRA NETO, Raul; PETTER, Carlos Otávio. **A abordagem da economia ambiental no contexto da mineração. Rem: Rev. Esc. Minas**, Ouro Preto , v. 58, n. 1, p. 71-75, Mar. 2005 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0370-44672005000100012&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 13 Março de 2016.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Educação fiscal.** Disponível em:

<<https://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/direitos-e-deveres>>. Acessado em 01 Março de 2016.

RIBEIRO, M. F.; FERREIRA, J. S. A. B. N. **O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES SOBRE A TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.**

Disponível em:

<<http://periodicos.uea.edu.br/index.php/Hileia/article/viewFile/142/162>>. Acessado em: 08 de Abril de 2016.

RIVA, A. L. M.; et al (2007). **Instrumentos econômicos e financeiros para a**

conservação ambiental no Brasil. Disponível em:

<https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/10295.pdf>. Acessado em: 02 de Abril de 2016.

RODRIGUES, P. R. (2013). **Tributação ambiental:** a intervenção do Estado no domínio econômico e a livre iniciativa. Disponível em:

<http://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/6/pdf_3>. Acessado em: 02 de Abril de 2016.

SANCHES, Carmen Silvia. Gestão ambiental proativa. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 40, n. 1, p. 76-87, Mar. 2000 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902000000100009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 07 de Março de 2016.

SANTOS, Adalto de Oliveira et al . Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas Brasileiras. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo , v. 12, n. 27, p. 89-99, Dec. 2001 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772001000300007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 01 Maio de 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772001000300007>.

SOUZA, R. S. (2002). **Evolução e condicionantes da gestão ambiental nas empresas.** Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/index/search/search>>. Acessado em: 07 de Março de 2016.

SPAGOLLA, V. S. M. (2008). **TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL: PROPOSTA PARA INSTITUIÇÃO DE UM IMPOSTO AMBIENTAL NO DIREITO BRASILEIRO.**

Disponível em:

<<http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/96d04aeb1f399e794093a6a194e1832c.pdf>>. Acessado em: 02 de Abril de 2016.

TINOCO, J. E. P.; ROBLES, L. T. (2006). **A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial:** estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rap/v40n6/08.pdf>>. Acessado em: 08 de Março de 2016.



Artigos - Eixo Temático: PEDAGOGIA

**O papel da leitura no primeiro ciclo do ensino fundamental:
Um estudo sobre a formação de leitores²⁹**

Autores:

Karoline Gonçalves BERLOTTI³⁰

Isabella Vieira ROSA³¹

Viviane Nardin SILVA³²

Amanda Pamela de OLIVEIRA³³

Jaciane Silva de AQUINO³⁴

Sandro Augusto Teixeira de MENDONÇA³⁵

Data de submissão e aprovação do artigo: 30.05.2017

²⁹ - Este artigo foi escrito para cumprimento das exigências e requisito para aprovação da disciplina Metodologia da Pesquisa Científica III. A orientação da produção do artigo ficou sob-responsabilidade do Professor Dr. Sandro Augusto Teixeira de Mendonça.

³⁰ - Graduada em Ciências Contábeis (2006). Especialização em Alfabetização, Letramento e Inclusão Escolar (2017). Karoline Gonçalves Berlotti formanda do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB) de 2014-2017.

³¹ - Formanda do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB). Desde 2014-2017. Monitora de Educação Infantil no Colégio Zeta Objetivo (2017-).

³² - Formanda do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde 2014-2017.

³³ - Formanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB) (2014-2017).

³⁴ - Formanda do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB) desde 2014-2017. Monitora de Educação Infantil na Creche CEI Dona Francisca Capreste Scarço, desde 2016.

³⁵ - Possui graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (1995), graduação em Estudos Sociais pelo Centro de Ensino Superior de São Carlos (ASSER) (1991), mestrado em Conservação e Manejo de Recursos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (2000) e doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP) (2006). Atualmente é professor III (doutor) e coordenador de Ensino, de Extensão e de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB). Tem experiência interdisciplinar em Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas e Filosofia, com ênfase em Sociologia, Sociologia da Educação e Organizacional, Sociologia Rural, Gestão da Qualidade, Gestão Ambiental e Governança Corporativa, Filosofia e Filosofia da Educação, Metodologia Científica. Principais temas: Condições de vida e trabalho, políticas públicas, pesca profissional artesanal, rio São Francisco.

O papel da leitura no primeiro ciclo do ensino fundamental:
Um estudo sobre a formação de leitores

RESUMO

Considera-se a leitura o mecanismo determinante no processo de produção de conhecimento e na construção e aprimoramento de vocabulário. Com a leitura é possível acessar informações e produzir conhecimento, o que torna possível o aprimoramento da intelectualidade e da visão de mundo dos sujeitos. Porém, com o advento da Tecnologia supõe-se que a leitura passou a ser desprezada e substituída por afazeres da vida moderna que demandariam todo o tempo disponível dos sujeitos, os quais não teriam mais tempo para a leitura. O alento possível que minimizaria tal suposição é o fato dos sujeitos perceberem e entenderem a importância da leitura e sua função determinante no processo de produção de conhecimento, especialmente o processo de ensino aprendizagem. Identificou-se o papel da leitura na formação de leitores do primeiro ciclo do ensino fundamental, descrevendo as técnicas de leituras praticadas pelos professores e a importância da leitura na vida acadêmica do aluno a partir desse ciclo. Considerou-se o questionamento sobre o que a escola deve fazer para despertar o interesse dos alunos pela leitura no 1º ciclo do Ensino Fundamental e torná-los bons leitores. Através da Pesquisa Bibliográfica percebeu-se que a escola consegue formar alunos bons leitores quando traça metas para a leitura e que a mesma transcenda os livros didáticos, oferecendo textos privilegiando a diversidade textual.

Palavras-chave: 1 Interesse e motivação pela leitura; 2 importância da leitura na vida acadêmica; 3 livro didático; 4 diversidade textual; 5 técnicas de leituras.

ABSTRACT

The role of reading in the 1st cycle of elementary school:
A study on the formation of readers

Reading is considered the determining mechanism in the process of knowledge production and in the construction and improvement of vocabulary. With reading it is possible to access information and produce knowledge, which makes possible the improvement of the subjects' intellectuality and world view. However, with the advent of Technology, it is assumed that reading has been discarded and replaced by tasks of modern life that would require all the available time of the subjects, who would have no more time to read. The possible breath that would minimize such an assumption is the fact that the subjects perceive and understand the importance of reading and its determining function in the process of knowledge production, especially the process of teaching learning. The role of reading in the formation of readers of the first cycle of elementary education was described, describing the reading techniques practiced by the teachers and the importance of reading in the academic life of the student from that cycle. It was considered the questioning about what the school should do to arouse students' interest in reading in the first cycle of elementary school and make them good readers. Through the Bibliographic Research it was noticed that the school manages to train good readers students when it sets goals for the reading and that it transcends the didactic books, offering texts privileging the textual diversity.

Key words: 1 Interest and motivation for reading; 2 Importance of reading in academic life; 3 textbook; 4 Textual diversity; 5 Reading techniques.

INTRODUÇÃO

A leitura é considerada o meio mais determinante no processo de produção de conhecimento e na construção e aprimorando de vocabulário. Através dela é possível acessar informações e, por conseguinte, produzir conhecimento. Além disso, através da leitura o sujeito consegue aprimorar sua intelectualidade e sua visão de mundo. Entretanto, com o advento da Tecnologia parece que a leitura passou a ser desprezada e substituída por afazeres da vida moderna. Cada vez mais as pessoas não têm mais tempo para fazer leitura, pois o mundo virtual demanda todo o tempo disponível.

O alento possível ao que foi supra considerado é o fato das pessoas cada vez mais entenderem a importância da leitura e sua função determinante no processo de produção de conhecimento, especialmente o processo de ensino aprendizagem.

O objetivo desse artigo foi identificar o papel da leitura na formação de leitores do primeiro ciclo do ensino fundamental. Buscou-se identificar e descrever as técnicas de leituras praticadas pelos professores e a importância da leitura na vida acadêmica do aluno a partir do 1º ciclo do Ensino Fundamental.

Considerou-se o questionamento sobre o que a escola deve fazer para despertar o interesse dos alunos pela leitura no 1º ciclo do Ensino Fundamental e torna-los bons leitores. Verificou-se que para a escola formar alunos bons leitores será preciso traçar metas para a leitura e que ela transcenda os livros didáticos e sejam oferecidos textos que circulem frequentemente na sociedade, privilegiando a diversidade textual.

DESENVOLVIMENTO

A educação formal é um fenômeno observado em todas as sociedades humanas. Ela visa transmitir ao indivíduo o patrimônio cultural e sua transposição às gerações que se seguem, integrando os membros da sociedade e os grupos em que vivem (FERREIRA, 1993).

Toda a sociedade utiliza os meios que julga necessários para perpetuar seus modos culturais de ser, estar e agir e condicionar as crianças e os jovens nas maneiras de ser e pensar do grupo (OLIVEIRA, 1998).

Todo esse esforço a favor da evolução humana, isto é, todo o empenho das pessoas em transmitir de uma geração a outra seu patrimônio e modos culturais passa a se localizar na escola, através da educação e da leitura (KUHLMANN JR, 2000).

A partir do início do século XX, a leitura infantil não é valorizada pelo adulto, sendo considerado um gênero inútil e secundário. Entretanto, ao longo século XX ela perfaz um caminho tomado por percalços e deixa de ser desprestigiada e passa a ser considerada uma forma de entretenimento das crianças, e mais tarde torna-se um meio de formação de consciência da racionalidade cultural das sociedades e da sua concretude (Idem).

No Brasil, a educação é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Entretanto, “a legislação e normas atuais não admitem orientações nacionais sobre conteúdos curriculares. Para compreender o que é norma nacional e o que pode ser definido pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino ou pelas próprias escolas” deve-se observar os documentos, quais sejam: (1)

a Constituição Federal; a Lei nº 9.394/96 (LDB); a Lei nº 10.172/2001 (Plano Nacional de Educação); as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental; e os Pareceres e Resoluções do CNE e do respectivo sistema de ensino (SEB/MEC, 2017. p.4-5).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação a educação no Brasil se divide em: Educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, compondo a Educação Básica. Essa divisão também agrega o ensino técnico e superior (LEI Nº 9.394/96, 2017).

A educação infantil, educação pré-escolar ou educação pré-primária consiste na educação das crianças antes da sua entrada no ensino obrigatório. Ela acontece normalmente no período compreendido entre o zero e os seis anos de idade de uma criança, subdividido em dois segmentos: creche atendendo as crianças de 0 a 3 anos de idade e a pré-escola atendendo as crianças de 4 a 5 anos e 11 meses. Neste tipo de educação, as crianças são estimuladas - através de atividades lúdicas e brincadeiras a exercitarem as suas capacidades motoras, a fazer descobertas e a desenvolver subsídios para, em outro momento, iniciar o processo de alfabetização (Idem).

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), “as crianças devem estar plenamente alfabetizadas até o final do 2º ano do Fundamental (...) essa idade foi definida pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), em 2012” (SEMIS, 2017. não pág.).

Ensino Fundamental é uma das etapas da educação básica no Brasil. Ela tem duração de nove anos, sendo a matrícula obrigatória para todas as crianças com idade entre seis e quatorze anos. A obrigatoriedade da matrícula nessa faixa etária implica na responsabilidade conjunta dos pais ou responsáveis, pela matrícula dos filhos e do Estado pela garantia de vagas nas escolas públicas. À sociedade cabe fazer valer a própria obrigatoriedade da matrícula nas escolas públicas ou particulares (LEI Nº 9.394/96, 2017).

A regulamentação do Ensino Fundamental ocorre por meio da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, e sua origem remonta ao Ensino de Primeiro Grau que promoveu a fusão dos antigos curso primário, com quatro a cinco anos de duração e do curso ginásial, com quatro anos de duração, este último considerado ensino secundário até 1971 (Idem).

A duração obrigatória do Ensino Fundamental foi ampliada de oito para nove anos pelo Projeto de Lei nº 3.675/04, passando a abranger a Classe de Alfabetização, fase anterior à 1ª série, com matrícula obrigatória aos seis anos que, até então, não fazia parte do ciclo obrigatório, pois a alfabetização na rede pública e em parte da rede particular era realizada normalmente na 1ª série. Inclusive, a Lei 11.114/05 ainda deu prazo até 2010 para Estados e Municípios se adaptarem.

Lei Nº 11.274, de 6 de Fevereiro de 2006, altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade: O primeiro ano é a classe de alfabetização (C.A) e, depois seguem do segundo ao nono ano (LEI Nº 11.274/06, 2017).

Na prática, a organização do ensino fundamental é dividida em dois ciclos, nomenclatura assim mencionada conforme sugestão do art. 23 da LDB nº 9.394/96.

O primeiro ciclo corresponde aos primeiros cinco anos, chamados anos iniciais do ensino fundamental. Ele é desenvolvido, usualmente, em classes com único professor regente. Neste ciclo, as crianças são estimuladas através de vários processos pedagógicos e de atividades lúdicas, brincadeiras, leituras, imagens e sons, principalmente no primeiro nível a conhecerem seu mundo pessoal, familiar e social (MEC, 2005).

O segundo ciclo corresponde aos anos finais, nos quais o trabalho pedagógico é desenvolvido por uma equipe de professores especialistas em diferentes disciplinas. Nessa forma de organização do ensino fundamental os adolescentes aprofundam os conhecimentos adquiridos no ciclo anterior e iniciam os estudos das matérias que serão a base para a continuidade no ensino médio (Idem).

Considerando o primeiro ciclo, assunto integrante do objeto de estudo desse artigo, as crianças são estimuladas a conhecerem seu mundo pessoal, familiar e social através da leitura, entre outras atividades e processos pedagógicos. É sabido, inclusive, que as crianças constroem conhecimentos sobre o campo simbólico da sua sociedade através da leitura (MEC, 2005. p.21):

Pelo fato de viverem numa sociedade cuja cultura dominante é a letrada, desde que nascem as crianças constroem conhecimentos prévios sobre o sistema de representação e o significado da leitura e da escrita. Esses conhecimentos passam inclusive pela incorporação da valorização social que tem a aquisição do ler e escrever.

Desta forma, verifica-se que as crianças manifestam interesse pela leitura e, por conseguinte, pela escrita, pois elas buscam compreender seu mundo circundante e imitar os gestos dos adultos lendo e escrevendo (Idem).

A escola deve considerar a curiosidade das crianças pela leitura, buscando despertar o interesse dos alunos por ela e torna-los bons leitores. Mas como fazer isso?

Considera-se que para formar algo em alguém, seja necessário despertar o interesse para essa formação. Essa seria uma regra para tornar alguém um leitor (APOLLONI, 2017).

É consenso que existe entre os professores do Ensino Fundamental o desejo de incentivar o hábito da leitura nos alunos (Idem). Inclusive, muitos educadores têm dedicado parte significativa do tempo didático às técnicas de introdução da leitura, tais como ler em voz alta, leitura de histórias, rodas literais, entre outras. São estratégias que visam garantir aos alunos maior contato com a literatura e, conseqüentemente, desenvolvam o hábito de ler (MAZUCHELI, 2009).

O simples ato de colocar livros dispostos à criança não gera vontade de leitura. A disponibilidade de livros para a criança não gera os efeitos desejados, pois focam no entendimento de que o simples acesso aos livros tornariam a criança pretense leitor (SAYEGH, 2012).

Outro aspecto importante também a destacar é quanto à qualidade do conteúdo dos livros oferecidos e principalmente a interação que o livro deve proporcionar a criança. Sem esta interação, o interesse pelo livro e pela leitura não se sustenta, pois o que o livro oferece, uma massa de papel e palavras, não condiz com o mundo em que a criança está inserida. Portanto, a preocupação didática em apenas ampliar a diversidade textual da criança não é eficiente, inclusive, ela deveria acontecer de forma gradual (GUILHERME, 2013).

Para entusiasmar a criança com a leitura é necessário apresentar bons materiais de leitura com situações textuais que favoreçam um trabalho ativo de construção do sentido do texto no mundo daquela criança. E a escola fica obrigada a oferecer livros variados, de qualidade e relacionados as demandas da criança, para que assim se possa despertar o interesse pela leitura. Identificar-se-ia elementos que transportem a leitura ao seu universo cotidiano, criando interesse em continuar (ANTENORE et al., 2014).

O interesse pela leitura está atrelado pela necessidade do ser humano em se comunicar. A interação entre seus pares ocorreu de forma comum na emissão e recepção dos sinais, sendo o primeiro elo comunicativo foi o gestual. O segundo elo comunicativo veio a ser o verbal que passou a ser expresso ao longo do tempo, de maneira mais técnica e assim, convergindo fonemas e tempos fonéticos ao entendimento geral:

Toda a história da humanidade sobre a Terra constitui permanente esforço de Comunicação. Desde o momento em que os homens passaram a viver em sociedade, seja pela reunião de famílias, seja pela comunidade de trabalho, a Comunicação tornou-se imperativa. Isso porque, somente por meio da Comunicação, os homens conseguem trocar ideais e experiências. O nível de progresso nas sociedades humanas pode ser atribuído, com razoável margem de segurança, à maior ou menor capacidade de Comunicação entre os povos, pois o próprio conceito de nação se prende a intensidade, variedade e riquezas das Comunicações humanas (PENTEADO, 2012. não pág.).

Com o distanciamento entre tribos e sua dispersão, a política de comunicação passou a necessitar de novos meios de comunicação. Dentre eles, o principal novo meio foi a escrita. Sua aplicabilidade ampliou o intercâmbio dos povos sobremaneira, apresentando-se no tempo contemporâneo como o mais essencial modo de

comunicação entre os seres humanos:

Quando o homem primitivo caçava, com o intuito de garantir a sobrevivência, seus métodos eram baseados em respostas herdadas por seus ancestrais ou por seu próprio instinto. O comportamento adquirido através do processo comunicacional era quase nenhum, pois os grupos não sentiam falta desse tipo de comunicação. À medida que as transformações foram ocorrendo e a capacidade cerebral dos primitivos foi se desenvolvendo, tornou-se necessário que novos instrumentos auxiliares ao processo de comunicação humana fossem desenvolvidos (MONTEIRO, 2000. não pág.).

É sabido que a escrita está intimamente ligada à leitura e, por conseguinte, ela é considerada o meio de propagação de um determinado assunto que a escrita apresenta. A leitura necessita de um processo de decodificação de determinados sinais e a consequente cognição da ideia transmitida por seus signos. Sua consecução eleva à categoria de essencial o que sem ela seriam simples símbolos inócuos soltos em um meio físico qualquer (RAMOS, 2014).

Portanto, a importância da leitura para a humanidade justifica o interesse da leitura sobre a criança que se educa. O resultado desse interesse reverbera na evolução de todo conjunto humano. Com a leitura, o ser humano amplia e potencializa seu conhecimento do mundo e de si mesmo, e com isso baliza seu modo de viver em sociedade (BRAGA, 2011).

A prática da leitura junto à criança deveria se iniciar a partir da convivência familiar. Mas essa maneira não é a *práxis* em nosso meio social atual, sendo que a grande maioria dos lares é composta por famílias semialfabetizadas que perpetuam o desinteresse pela leitura. Além disso, os afazeres da vida moderna pautados pelo advento da Tecnologia supostamente geraria um desprezo pela leitura, pois todo o seu tempo estaria destinado a suprir as demandas da vida moderna em detrimento da leitura; as pessoas não teriam mais tempo e interesse para a leitura. Esse interesse fica a cargo da escola desenvolver (ERNANI, 2017).

O estímulo à leitura deve ocorrer já na infância, de maneira que este estímulo transmita prazer à criança, tornando-o capaz de interpretar de modo amplo as informações que recebe (Idem).

Embora transmitida essa obrigação ao Estado, suas equivocadas ou mal implantadas políticas educacionais, pouco resultado positivo apresentou nesse campo. Apesar dos inúmeros programas educacionais, investimento financeiro e constantes mudanças na direção destes, não há motivos para comemoração. Vários institutos que medem o nível de aprendizagem dos países colocam nosso país entre os últimos nesse quesito. São baixos os resultados obtidos por nossos estudantes em seus vários níveis de educação. Isso fica evidenciado no contraponto entre nosso potencial e o que obtemos de fato frente aos outros países:

O Brasil é um dos dez países com mais alunos com baixo rendimento escolar em matemática, leitura e ciência, segundo relatório divulgado nesta quarta-feira pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, que avaliou a situação de 64 nações. De acordo com o levantamento, 1,1 milhão de estudantes brasileiros com 15 anos não têm capacidades elementares para compreender o que leem nem conhecimentos essenciais de matemática e ciências (CPP, 2016. não pág.).

O Brasil tem potencial favorável à leitura dado as características culturais de relacionamento interpessoal que o brasileiro possui e que poderiam ser direcionadas para o interesse pela leitura. Essa característica intrínseca do brasileiro em se comunicar, seria otimizada com a leitura. E a aprendizagem que a leitura proporciona reverberaria benefícios a toda sociedade.

O ser humano é curioso e seu interesse pela novidade está impregnado na criança. O novo desperta na criança um interesse pela descoberta. O que não causa dor ou repulsa, impulsiona a criança a avançar e por consequência, aprender. Considera-se a curiosidade uma condição intrínseca do ser humano:

A curiosidade é uma característica natural e inata do ser humano. Muito importante quando se fala em exploração, investigação e aprendizado, a curiosidade pode ser considerada a grande força que arrancou o homem da idade da pedra para colocá-lo no lugar em que se encontra hoje (GUEDES, 2015, não pág.).

É sabido que a criança é curiosa, mas essa curiosidade tem sido menosprezada, o que impede o seu avanço ao descobrimento. Esse menosprezo se dá na intersecção do convívio familiar e o convívio social que a criança passará a executar no seio educacional da escola. O que ocorre nessa intersecção fica na dependência de compreensão dos estudiosos do assunto, pois nem sempre os

membros da família da criança e seus professores percebem esse menosprezo, muitas vezes criados por eles, pela leitura: “Educar vai muito além de prover os meios para a criança vir ao mundo e ser mantida nele, é um processo e, dentro desse estamos inseridos, enquanto família e escola, pois as crianças aprendem de acordo com o que vivenciam com seus modelos de identificação” (CASARIN e RAMOS, 2007. não pág.).

O que se nota das interpretações dos fatos relacionados à leitura no primeiro ciclo educacional é que falta coerência ao mundo já conhecido da criança com o novo mundo apresentado pela leitura no ambiente escolar. O vínculo entre estes mundos inexistente e acaba por afastar a criança do desejo de leitura:

Os alunos devem encarar a leitura como algo comum, que podemos fazer a qualquer hora, em qualquer lugar. Para isso, é necessário eliminar esse sentimento de estranheza em relação aos livros (GAZOLA, 2017. não pág.).

O interesse pela leitura junto às crianças do primeiro ciclo de educação pode ser alcançado de diversas formas. Mas embora existam diversas maneiras, talvez a mais importante e com mais chances de produzir feitos prontamente positivos, seja o de compactuar o mundo que a criança advém com o mundo que a criança adentra e passa a interagir, o entendimento seria mais fácil e o interesse seria conjuntamente despertado:

Até as duas primeiras décadas do século XX, as obras didáticas produzidas para a infância, apresentavam um caráter ético-didático, ou seja, o livro tinha a finalidade única de educar, apresentar modelos, moldar a criança de acordo com as expectativas dos adultos. A obra dificilmente tinha o objetivo de tornar a leitura como fonte de prazer, retratando a aventura pela aventura. Havia poucas histórias que falavam da vida de forma lúdica, ou que faziam pequenas viagens em torno do cotidiano, ou a afirmação da amizade centrada no companheirismo, no amigo da vizinhança, da escola, da vida (CASTRO, 2016. não pág.).

Existem diferentes técnicas que podem gerar o interesse da criança pela leitura. Entretanto, o que faltaria é o empenho dos educadores em transcender o conteúdo dessas técnicas a favor do atendimento das demandas das crianças: “De todo modo, tendência em educação deveria ser nunca aceitar metodologias, materiais ou modelos prontos para serem seguidos, sem possibilitar adaptações ou recriações” (GONSALES, 2016. não pág.).

É sabido que os seres humanos estão em constante formação e em formação social concomitantemente, pois lutam pelos seus interesses pessoais e coletivos. Considerando a leitura um mecanismo poderoso e determinante dessa formação, aquele que não lê ou lê pouco será prejudicado nesse processo de luta pelos interesses pessoais e coletivos.

O ser humano é notadamente sociável, sendo esta uma característica inerente a todos. Ele depende de outro da mesma espécie para existir e compor sua identidade. Mas embora esta característica seja uma verdade, sua consecução somente se realiza através da comunicação: “Somos sociais não apenas porque dependemos de outros para viver, mas porque os outros influenciam na maneira como convivemos com nós mesmos e com aquilo que fazemos” (MUSSAK, 2011. não pág.).

No decorrer da história a comunicação básica se desenvolveu entre os membros de pequenos grupos sociais. Inclusive, a interação entre eles é mitigada pela necessidade que todos tinham de sobreviver. Com relação aos conjuntos sociais mais distantes, o lapso temporal e o distanciamento tornaram a comunicação defasada, o que gerou adversidades na vida da coletividade. Surgiu então a escrita e por consequência lógica, a leitura: “O uso da escrita deu início a um tipo de comunicação que tornava possível entrar em contato com mensagens produzidas por pessoas que haviam morrido há séculos, ou distantes milhares de quilômetros” (AMARAL, 2005. não pág.).

Portanto, no passado remoto a escrita e a leitura forjaram-se através de um esforço sobremaneira do ser humano que seguia se vinculando e se comunicando com outrem, legitimando sua evolução enquanto espécie.

Na atualidade, o papel da leitura abrangendo o 1º ciclo do Ensino Fundamental, ou seja, envolvendo as crianças do 1º ao 3º ano da referida etapa escolar gera comunicação e vínculos entre as crianças.

No início dessa etapa escolar, a criança tem pouca ou às vezes nenhuma referência de leitura. Alguns advêm de lares onde são introduzidos alguns meios ou

métodos de leitura. Mas uma grande parcela do grupo dessas crianças quando chega à escola sequer teve contato com a leitura, pois derivam de famílias humildes economicamente e que muito provavelmente repassam o mesmo tipo de educação que tiveram:

Como em todas as outras áreas da vida, o exemplo dos pais também conta muito quando o assunto é literatura. Crianças cujos pais lêem bastante e se mostram apaixonados pela atividade têm muito mais chance de se interessarem por ela (SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL COR JESU, 2010. não pág.).

É sabido que a efetividade do processo de aprendizado da leitura necessita da precedência de leitura do mundo, o que no caso das crianças desse ciclo é evidente que não existe, pois são novatos na interação social e a prévia noção de leitura que poucos possuem salienta essa necessidade (MACHADO, 2017).

Por outro lado, a inexistência de vícios que uma criança ainda não possui, otimiza o processo de decodificação, um dos pilares de aprendizagem da leitura (PAIVA e COSTA, 2015).

Quando os primeiros obstáculos da leitura são transpostos e vencidos com as técnicas da decodificação e compreensão, abrangidos no ciclo escolar supracitado, o papel da leitura toma relevância no âmbito social e pessoal da criança, norteando sua integração na sociedade:

A função primordial da escola seria, para grande parte dos educadores, propiciarem aos alunos caminhos para que eles aprendam, de forma consciente e consistente, os mecanismos de apropriação de conhecimentos. Assim como a de possibilitar que os alunos atuem, criticamente em seu espaço social. Essa também é a nossa perspectiva de trabalho, pois, uma escola transformadora é a que está consciente de seu papel político na luta contra as desigualdades sociais e assumem a responsabilidade de um ensino eficiente para capacitar seus alunos na conquista da participação cultural e na reivindicação social (PÉRSIO e BERTOSO, 2017. não pág.).

Porém, embora decodificando e compreendendo a leitura, o desejo de praticá-la deixa a desejar, pois as outras etapas do processo de leitura, como a interpretação e a retenção dos eu conteúdo não foram corretamente ensinadas ao aluno. Tanto o processo de interpretação, quanto o processo de retenção do conteúdo da leitura são aplicados de modo bem abaixo do desejado. Desse modo surgem os

analfabetos funcionais, que são pessoas que decodificam a escrita e compreendem muito pouco a mesma (PRIETO, 2006).

A incorreta ou defasada aplicação do processo de compreensão da leitura, impede a ascensão aos outros métodos seguintes, que de forma direta aplaca o papel da leitura na formação social e pessoal do indivíduo. Isso tende a restringir sua inserção social e limitar seu desempenho acadêmico nos outros ciclos do Ensino Fundamental:

As habilidades cognitivas e as formas de estruturar o pensamento do indivíduo não são determinadas apenas por fatores congênitos. Estão, na verdade, relacionadas às atividades praticadas de acordo com o contexto cultural em que o indivíduo se desenvolve. Conseqüentemente, a história da sociedade na qual a criança se desenvolve e a história pessoal dessa criança são fatores cruciais que vão determinar sua forma de pensar. Neste processo de desenvolvimento cognitivo, a linguagem tem papel fundamental na determinação de como a criança vai aprender a pensar, uma vez que formas avançadas de pensamento são transmitidas à criança através de palavras (MOUSINHO et al., 2008. não pág.).

Esta lesão aos direitos do indivíduo denota a importância do papel da leitura para a plena consecução da vida em sociedade, característica primordial dos seres humanos e, principalmente no desenvolvimento da sua vida acadêmica futura.

A leitura passa a ser importante em nossas vidas desde os primeiros contatos com os signos e imagens que nos são expostos e apresentados. O sentido e a interpretação destes primeiros sinais exteriorizam nosso desejo de conhecimento (Idem).

Com isso, nosso sistema nervoso passa a se desenvolver gradativamente, lendo os estímulos do meio e tentando interpretar seus significados. Figurativamente, estes estímulos são sequenciais, mas precisam amadurecer (ARAUJO, 2011).

Se o processo neurológico é tão complexo e importante, a aplicação do aprendizado é ainda mais. O aprendizado eleva o ser humano primitivo/animal ao ser humano intelectualizado/social. E esse processo só se concretiza através da leitura. A leitura é essencial ao ser humano social, proporciona ao mesmo associar ideias, questionar temas, formular conceitos; ela é o pressuposto da sua evolução

enquanto espécie e ser social. O hábito da leitura deve ser frequente e variado com a finalidade do enriquecimento cultural (SOUZA et al.; 2011).

A leitura na vida acadêmica é o pressuposto para a concretude da vida social. Sem a leitura, sequer há de existir a escola e a vida civilizada.

A leitura é uma forma prazerosa de auxílio no crescimento emocional, que forma bons leitores e, por conseguinte, boas pessoas. A leitura aponta direções e apresenta novos caminhos para plena consecução social entre os seres. É de conhecimento geral que a falta de conhecimento torna o ser relutante, fazendo com que se proteja de forma bruta contra o que não conhece (MARICATO, 2011).

Nesse processo de envolvimento emocional entre a leitura e o leitor, de maneira agradável se desperta neste o prazer pela leitura. Essa interação entre leitura, emoção e prazer converge no incentivo ao hábito de ler. E o hábito de ler, por sua vez, abre um horizonte de caminhos no leitor que o transformam por toda a vida. E esses horizontes de caminhos transformam o ser humano em seu jeito de interpretar questões que outrora eram desconhecidas e que o embruteceia (SANTOS, 2006).

Essa transformação integra o indivíduo em uma sociedade como um ser mais autônomo, criativo e crítico, que ensinará por ideal comum e igualitário. A ignorância afasta as pessoas, e esta só existe por falta de conhecimento. O conhecimento insere plenamente o homem no contexto social e participativo:

Saber decifrar códigos não significa saber ler. Ler é ser provocado pelo mundo, pelas pessoas e buscar respostas, pensar, questionar, interagir, construir pensamentos observando o que se leu nos livros, levantando hipóteses, buscando respostas sobre questionamentos, interrogando a escrita, não reduzindo ou extrapolando significados do que se leu. Ler é adquirir a capacidade de explorar, entender o que foi lido, interpretar, desenvolver o raciocínio, desenvolvendo também o lado crítico (LEMOS, 2009. p.43).

A finalidade da leitura é a formação de pessoas capazes de terem iniciativa própria e sistematizada, selecionando e compreendendo o que se lê, capaz de identificar elementos implícitos, nos quais estabeleçam relações entre o texto lido e os fatos ao seu redor (CANUTO, 2010).

A Escola tem papel primordial na transformação do indivíduo em um bom leitor, pois é neste ambiente que são aplicadas técnicas que orientam a criança a ler e a desenvolver o gosto pela leitura. É bom lembrar que a criança não conseguira fazer isso sozinha. A plena consecução deste intuito perpassa por todos os ciclos educacionais, em especial o 1º ciclo do Ensino Fundamental e o livro didático tem papel fundamental no processo que forja o indivíduo um bom leitor (FERREIRA e DIAS, 2002).

A grande quantidade de livros didáticos das escolas não gera o interesse das crianças pela leitura. A falta de diversidade textual, entre outros mecanismos supracitados geram empecilhos na construção pelo gosto da leitura. É nítida a incongruência de nossos dirigentes no que tange o caminho a ser seguido (OLIVEIRA, 2014).

A ideia da leitura é despertar na criança o interesse pela descoberta e a consequente cognição dos sinais recebidos por esta. A interpretação dos fatos apresentados pelo transmissor dos sinais gráficos oriundos dos livros se dá pelo raciocínio que a criança perfaz sobre os fatos. Este raciocínio deveria ser natural e objetivo, mas, não imposto subliminarmente em certas leituras. (ALESSANDRA, 2015).

A leitura subliminar apresentada por certos livros didáticos procura promover o aparecimento de pessoas idiotizadas e robotizadas ante o surgimento de um ser evoluído e apto a viver em sociedade. Tal concepção foge ao objetivo civilizatório que visa à harmonia entre os seres e pode ser mantido através da leitura e a diversidade textual (RABELO JÚNIOR, 2017).

A inclusão de fato, do indivíduo como cidadão na sociedade, necessita de capacitação que somente através da escrita e principalmente da leitura, se concretize. Fica evidente que o principal veículo para essa união entre indivíduo e capacitação ocorre no ambiente escolar. A obrigação da escola é sistematizar essa união (FURLAN, 2012).

Essa sistematização deve ser pautada pela apresentação de um amplo leque

de opções de leitura para que o leitor amplie seu conhecimento e conflite as variadas ideias convergindo à sua. Denota-se com isso a real necessidade do oferecimento textual diverso no ambiente escolar (FARO, 2012).

A expansão da diversidade de gêneros textuais nas diversas práticas pedagógicas na escola oferece variadas oportunidades de explorar o texto como integração de ensino da leitura e da escrita. O aprendizado com variedade de gêneros textuais propicia ao aluno o conhecimento de textos que através de suas análises, possam sistematizar e aperfeiçoar o uso dos vários recursos expostos (Idem).

O Estado, por meio de sua pasta da Educação tem conhecimento da dimensão que a diversidade textual frente ao aluno se faz necessário. Tanto que uma das principais as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da Língua Portuguesa, para o Ensino Fundamental I é:

(...) possibilitar o acesso do educando às diversas formas textuais que circulam na sociedade, ensinando-o a produzi-las e compreendê-las. (...) ao adotar o trabalho com os diversos gêneros, a Instituição Escolar estará contribuindo para uma mudança na perspectiva da leitura e da produção textual, fugindo ao tradicionalismo (decodificar X codificar). Pois, é papel da escola, segundo Koch e Elias (2009, p.74), "possibilitar ao aluno o domínio do gênero, primeiramente, para melhor conhecê-lo ou apreciá-lo, de modo a ser capaz de compreendê-lo, produzi-lo na escola e fora dela (...)" (ANDRADE, 2011. p.28).

Mas, ressalta-se a importância dos gêneros textuais e as práticas pedagógicas a serem adotadas na implantação desta diversidade textual no ambiente escolar:

Entretanto, a partir do momento em que se começou a dar ênfase à utilização dos gêneros textuais como base do processo educativo da Língua Portuguesa, algumas reflexões merecem ser enfocadas, como por exemplo, a importância dos gêneros textuais e a prática pedagógica. Acredita-se que discussões sobre essa temática podem contribuir para que os profissionais da educação tenham mais segurança para adotar em sala de aula o trabalho com os gêneros (ANDRADE, 2011. p.65).

As técnicas que os leitores usam para adquirir a informação visando facilitar o processo de compreensão em leitura são, geralmente, formadas por estratégias subjetivas adquiridas durante a vida. A característica principal destas estratégias é a

flexibilidade para adaptar-se às diferentes situações do texto a ser lido e compreendido. Algumas técnicas de leitura são: a “predição, pensar em voz alta, a análise da estrutura do texto, representação visual do texto, resumo e questionamento” (CANTALICE, 2004. não pág.).

A técnica de predição é a antecipação cognitiva e previsão dos fatos ou conteúdos textuais, com a utilização do conhecimento já adquirido, o que teoricamente facilitaria a compreensão (PEREIRA, 2009).

Outra técnica é o pensamento em voz alta que consiste em expressar verbalmente o pensamento enquanto se faz a leitura: identificou-se melhora na “compreensão dos alunos quando eles mesmos se dedicam a esta prática durante a leitura e também quando professores usam rotineiramente esta mesma estratégia durante suas aulas” (CANTALICE, 2004. não pág.).

A análise da estrutura do texto auxilia os leitores a aprenderem a usar o conjunto visual da leitura, como um artifício para auxiliar a compreensão e retenção do conteúdo lido (MACHADO e PORTO, 2014).

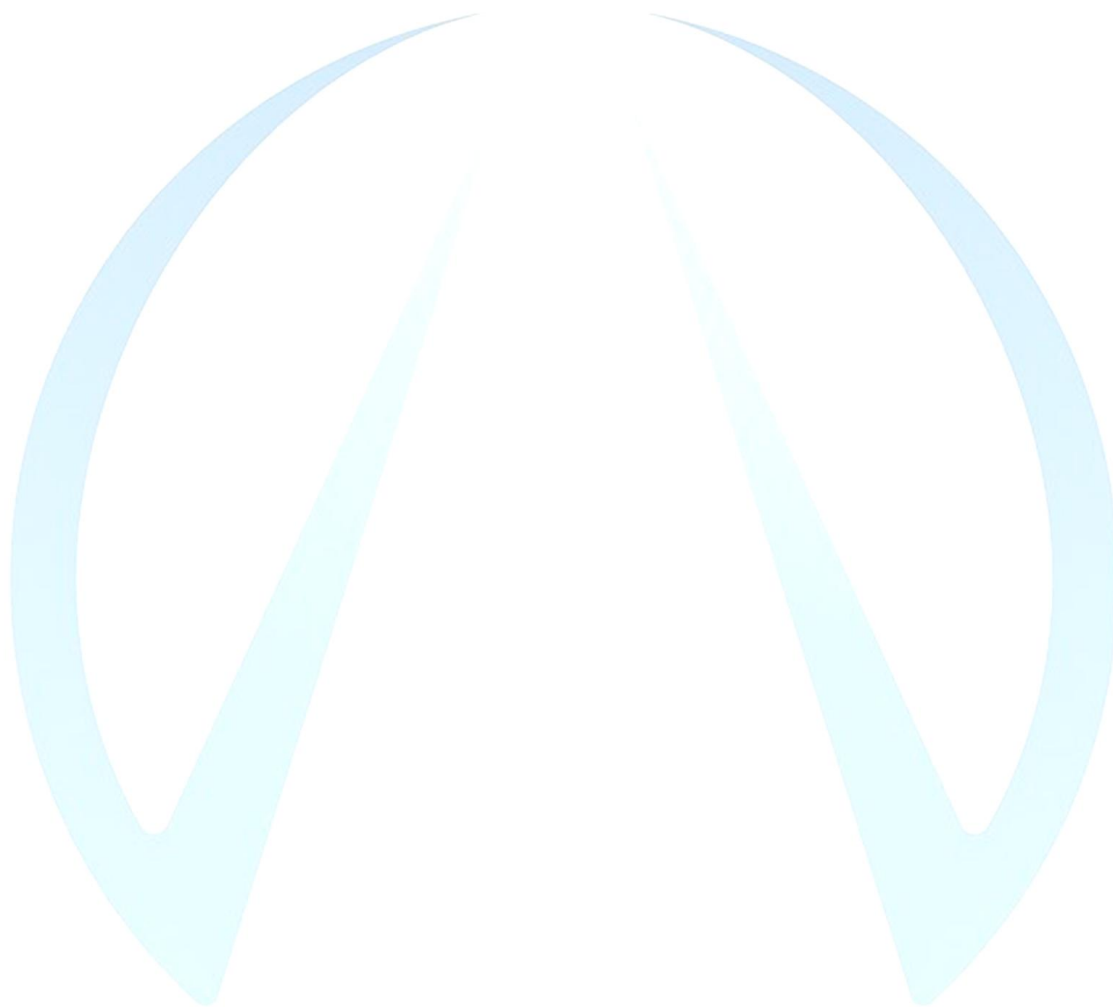
Na técnica da representação visual do texto busca a fixação dos elementos visuais por meios de certas palavras do texto e não do conjunto de imagens, formando assim uma imagem mental dos signos do conteúdo (Idem).

A técnica do resumo facilita a compreensão global do texto, pois implica na seleção e realce das informações mais proeminentes do texto. Impõe-se um questionamento íntimo ao texto e que auxilia no entendimento do conteúdo geral da leitura. Tal técnica permite reflexão subjetiva do leitor frente ao texto (ORSANO, 2012).

Outra técnica para a compreensão global da leitura consiste em elaborar questões relativas ao texto. A técnica possibilita o treinamento de respostas a questões propostas, levando o indivíduo a uma atenção quanto à confirmação ou rejeição às respostas oferecidas (MAGELA, 2017).

Portanto, considerando que a leitura é o método fundamental na produção de

conhecimento no processo de ensino-aprendizagem, as técnicas de leitura são os mecanismos que permitem e legitimam tal método.



RESULTADOS E CONCLUSÃO

Considerou-se que a escola devesse despertar o interesse dos alunos pela leitura a partir do 1º ciclo do Ensino Fundamental e torna-los bons leitores traçando metas de leitura que transcendam os livros didáticos comumente oferecidos, e privilegiasse a diversidade textual.

Ao objetivar a identificação do papel da leitura na formação de leitores do 1º ciclo do Ensino Fundamental descobriu-se que ela corrobora sobremaneira com o processo ensino-aprendizagem, especialmente quando a escola busca a prática da leitura pautada por diversidade textual em detrimento da leitura quantitativa.

Constatou-se que as técnicas de leituras praticadas pelos professores do 1º ciclo do Ensino Fundamental devesse facilitar o processo de compreensão da leitura, flexibilizando e adaptando as diferentes situações do texto a ser lido e compreendido. As técnicas comumente praticadas perpassam a predição dos conteúdos textuais, a leitura em voz alta, a análise estrutural do texto, a compreensão pela representação visual do texto, a produção de resumo e o questionamento do conteúdo do texto.

A leitura é o principal método na produção de conhecimento no processo de ensino-aprendizagem e as técnicas de leitura supracitadas são os mecanismos que permitem e legitimam tal método. Ela é considerada importante nas vidas dos seres humanos desde os primeiros contatos que eles têm com os signos e ícones expostos na sua vida circundante e que forçam a busca pelo conhecimento.

Considerando que o ser humano além de possuir habilidade de fabricar utensílios, também possui a capacidade de se comunicar pela linguagem, seu sistema simbólico básico, ela torna possível à interiorização da imagem percebida pelos sentidos e permite uma ação diante do mundo.

O símbolo é tudo o que é diferente do que há na natureza. São as formas das coisas materiais. Suas propriedades ao se combinarem entre si formam cadeias de significados. Ele designa um tipo de signo em linguagem humana e, em representação iconográfica, o ícone. Ambos são pontos de partida para a representação das coisas, ou pela palavra ou pela imagem, e de modo mais aprimorado, a intersecção disso, a leitura.

A leitura entendida como um mecanismo de construção de representação simbólica e icônica permite a definição e a transmissão de um conceito. Assim, ela constrói uma ideia ou conceito aparente das coisas do mundo, obstruindo ou manipulando a visão da realidade. É dessa maneira que o conhecimento é produzido.

Aos olhos da criança, considerando o desenvolvimento gradativo do seu sistema nervoso e seu amadurecimento, a leitura torna-se o principal estímulo no processo de interpretar os significados simbólicos e icônicos do mundo.

O aprendizado pautado pela leitura eleva o ser humano da condição primitivo à condição de civilizado que produz conhecimento de modo sistematizado. E esse processo só se concretiza através da leitura.

Portanto, o papel da leitura na formação de crianças leitoras pressupõe a utilização de técnicas de leituras que transcendam os livros didáticos a favor da diversidade textual.

REFERÊNCIAS

ALESSANDRA, Karla. **Professor critica parcialidade de livros didáticos do governo; MEC rebate**. 2015. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/484303-PROFESSOR-CRITICA-“PARCIALIDADE”-DE-LIVROS-DIDATICOS-DO-GOVERNO-MEC-REBATE.html>>. Acesso em: 27/02/2017.

AMARAL, Suely. **História da escrita: Surgimento e importância dessa linguagem**. 2005. Disponível em:

<<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/portugues/historia-da-escrita-surgimento-e-importancia-dessa-linguagem.htm>>. Acesso em: 16/03/2017.

ANDRADE, Danielly Felix de. **A importância do trabalho com os gêneros textuais em sala de aula**. 2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-trabalho-com-os-geros-textuais-em-sala-de-aula/61674/>>. Acesso em: 15/03/2017.

ANTENORE, Celeste; FARIA, Robson Ricardo; ARAÚJO, Isabela. **O incentivo à leitura em diversos níveis e formas**. 2014. Disponível em:

<http://www.fef.br/upload_arquivos/geral/arq_56f1377eb3236.pdf>. Acesso em: 01/03/2017.

APOLLONI, Wolff. **O desafio de despertar o interesse pela leitura**. Disponível em:

<<http://www.editoraopet.com.br/o-desafio-de-despertar-o-interesse-pela-leitura/>>. Acesso em: 10/03/2017.

ARAUJO, Ramilda Costa de. **A leitura como base para o desenvolvimento nas séries iniciais do ensino fundamental**. 2011. Disponível em:

<<http://www.webartigos.com/artigos/a-leitura-como-base-para-o-desenvolvimento-nas-series-iniciais-do-ensino-fundamental/69437/>>. Acesso em: 03/03/2017.

BRAGA, Marielsa Klatter. **A importância da literatura na formação do cidadão**.

2011. Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/artigos/2011/01/a-importancia-da-literatura-na-formacao-do-cidadao/>>. Acesso em: 15/03/2017.

CANUTO, Mauricio. **Leitura e os Parâmetros Curriculares Nacionais**. 2010.

Disponível em: <<http://oblogdocanuto.blogspot.com.br/2010/02/leitura-e-os-parametros-curriculares.html>>. Acesso em: 05/02/2017.

CANTALICE, Lucicleide Maria de. **Ensino de Estratégias de Leituras**. 2004.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572004000100014>. Acesso em: 15/03/2017.

CASARIN, Nelson Elinton Fonseca; RAMOS, Maria Beatriz Jacques. **Família e aprendizagem escolar**. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862007000200009>. Acesso em: 15/03/2017.

CASTRO, Eline Fernandes de. **A importância da leitura infantil para o desenvolvimento da criança**. 2016. Disponível em: <<http://www.blogdogaleno.com.br/2012/06/13/a-importancia-da-leitura-infantil-para-o-desenvolvimento-da-crianca>>. Acesso em: 15/03/2017.

CPP (2016). **Educação melhora, mas Brasil continua entre piores do mundo**. Disponível em: <<https://www.cpp.org.br/index.php/informacao/noticias/item/8959-educacao-no-brasil-melhora-mas-pais-continua-entre-os-piores-do-mundo>>. Acesso em: 15/03/2017.

ERNANI. **A importância da leitura na vida do ser humano**. Disponível em: <<https://voluntarios.institutocea.org.br/pages/6410-a-importancia-da-leitura-na-vida-do-ser-humano>>. Acesso em: 14/03/2017.

FARO, Eronice Rodrigues. **O trabalho de leitura com diversos gêneros textuais: verdade ou utopia**. 2012. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/o-trabalho-de-leitura-com-diversos-generos-textuais-verdade-ou-utopia/99222/>>. Acesso em: 15/03/2017.

FERREIRA, R. M. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1993.

FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde; DIAS, Maria da Graça Bompastor Borges. **A escola e o ensino da leitura**. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722002000100007>. Acesso em: 06/03/2017.

FURLAN, Rodrigo. **Leitura, mediação e formação de leitores**. 2012. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/letras/blog/leitura-media-o-e-forma-o-de-leitores>>. Acesso em: 06/02/2017.

GAZOLA, André. **Como despertar o gosto pela leitura – dicas para professores**. Disponível em: <<http://www.lendo.org/despertar-gosto-leitura-literatura-dicas-para-professores/>>. Acesso em: 15/03/2017.

GONSALES, Priscila. **Precisamos diferenciar modismo e tendência em educação**. 2016. Disponível em: <<https://medium.com/conexão-educadigital/precisamos-diferenciar-modismo-e-tendência-em-educação-756d06d3cf3f#.gi9c3bh43>>. Acesso em: 15/03/2017.

GUEDES, Adriana. **A curiosidade de ser humano**. 2015. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/academico/a-curiosidade-do-ser-humano/86594/>>. Acesso em: 16/03/2017.

GUILHERME, Denise. **Desafios da formação de leitores na escola**. 2013. Disponível em: <<http://ataba.com.br/desafios-da-formacao-de-leitores-na-escola-2>>. Acesso em: 01/03/2017.

KUHLMANN JR, Moysés. **Histórias da educação infantil brasileira**. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02>>. Acessado em: Fevereiro de 2017.

Lei Nº 9.394/96. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acessado em: Fevereiro de 2017.

Lei Nº 11.274/06. **Regulamentação do Ensino fundamental de nove anos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm#art3>. Acessado em: Fevereiro de 2017.

LEMOS, Eliana Murta. **Proposta de estímulo à leitura no ensino fundamental do instituto educacional conhecer, construir e viver: leitura – o que é? O prazer emocional da leitura**. 2009. 66 f. Monografia (Especialização) - Curso de Supervisão Escolar, Universidade Cândido Mendes, Joáima, 2009. Disponível em: <https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/32843.pdf>. Acesso em: 10/03/2017.

MACHADO, Dinamara; PORTO, Karoline de Moraes. **Metodologia da interpretação do texto literário**. 2014. Disponível em: <<http://www.santacruz.br/v4/download/caderno-de-resumos/2014/metodologia-da-interpretacao-do-texto-literario.pdf>>. Acesso em: 10/02/2017.

MACHADO, Laêda Bezerra. **O valor das interações sociais para a aprendizagem da leitura e da escrita**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proexc/images/publicacoes/cadernos_de_extensao/Educacao/valor.htm>. Acesso em: 12/03/2017.

MAGELA, Geraldo. **Técnicas de ensino (technical education)**. Disponível em: <<https://gmagela.wordpress.com/tecnicas-de-ensino/>>. Acesso em: 02/03/2017.

MARICATO, Adriana. **O prazer da leitura se ensina**. 2011. Disponível em: <<http://tudosobreleitura.blogspot.com.br/2011/02/o-prazer-da-leitura-se-ensina.html>>. Acesso em: 10/02/2017.

MAZUCHELI, Isabel. **Estratégias de leitura**. 2009. Disponível em: <http://educadoresemluta.blogspot.com.br/2009/12/sole-isabel-estrategias-de-leitura_11.html>. Acesso em: 15/03/2017.

MEC (2005). **Ampliação do ensino fundamental para nove anos**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/9anosgeral.pdf>>. Acessado em: Fevereiro de 2017.

MONTEIRO, Claudia Guerreiro. **O papel educativo dos meios de comunicação**. Disponível em: <http://www.ipv.pt/forumedia/3/3_fi3.htm>. Acesso em: 14/03/2017.

MOUSINHO, Renata. **Aquisição e desenvolvimento da linguagem**: dificuldades que podem surgir neste percurso. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862008000300012>. Acesso em: 16/03/2017.

MUSSAK, Eugênio. **O homem é um ser social**. 2011. Disponível em: <<http://instrutor-social.blogspot.com.br/2011/01/o-homem-e-um-ser-social.html>>. Acesso em: 15/03/2017.

OLIVEIRA, Anselmo Gomes de; SILVEIRA, Dâmaris. **A importância da leitura na vida acadêmica e cotidiana**. 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/Homer/Desktop/638-2364-1-SM.pdf>>. Acesso em: 05/03/2017.

OLIVEIRA, Joao Paulo Teixeira de. **A eficiência e/ou ineficiência do livro didático no processo de ensino-aprendizagem**. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT4/GT4_Comunicacao/JoaoPauloTeixeiradeOliveira_GT4_integral.pdf>. Acesso em: 05/02/2017.

OLIVEIRA, P. S. **Introdução à Sociologia da Educação**. São Paulo: Ática, 1998.

ORSANO, Max. **Técnicas de Leitura** – Resumo, Resenha, Fichamento. 2012. Disponível em: <<https://maxorsano.wordpress.com/2012/09/16/tecnicas-de-leitura-resumo-resenha-fichamento/>>. Acesso em: 01/03/2017.

PAIVA, Natalia Moraes Noleto de; COSTA, Johnatan da Silva. **A influência da Tecnologia na Infância: Desenvolvimento ou Ameaça?**. 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Homer/Music/A0839.pdf>>. Acesso em: 09/03/2017.

PENTEADO, J. R. Whitaker. **A Comunicação Humana**. 2012. Disponível em: <<http://culturadetravesseiro.blogspot.com.br/2015/10/a-comunicacao-humana.html>>. Acesso em: 15/03/2017.

PEREIRA, Vera Wannmacher. **Estratégia de predição**: plano semântico da língua e ensino da leitura. 2009. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/880>>. Acesso em: 21/02/2017.

PÉRSIO, Nelci Soares; BERTOSO, Eunice Barros Ferreira. **Dificuldades de Aprendizagem no Processo de Alfabetização**. Disponível em: <<http://www.profala.com/arteducesp180.htm>>. Acesso em: 16/03/2017.

PRIETO, Andréa Cristina Sória. **Analfabetismo Funcional - Uma triste realidade de nosso país.** 2006. Disponível em:

<<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=700>>. Acesso em: 08/03/2017.

RABELO JÚNIOR, Luís Augusto. **A justiça como equidade em jonh rawls.**

Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10755>. Acesso em: 16/03/2017.

RAMOS, Joice A. **A leitura e sua importância para a escrita.** 2014. Disponível em:

<<https://deolhonopaper.wordpress.com/2014/10/20/a-leitura-e-sua-importancia-para-a-escrita/>>. Acesso em: 15/03/2017.

SANTOS, Ana Paula; METH, Andreia de Oliveira; GONCALVES, Carolina

Roberta. **Diversidades de Gêneros Textuais.** 2009. Disponível em: <<http://anigatinhasantos.blogspot.com.br/2009/11/diversidades-de-generos-textuais.html>>. Acesso em: 12/03/2017.

SANTOS, Marcus Vinicius Machado dos. **A leitura como prática cotidiana e motivacional: da infância ao crescimento intelectual e discernimento crítico.**

2006. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/462/579>>. Acesso em: 10/02/2017.

SAYEGH, Simone. **Ler ajuda a criança a entender o mundo: conheça maneiras de**

incentivar seu filho. 2012. Disponível em: <<https://estilo.uol.com.br/gravidez-e-filhos/noticias/redacao/2012/09/28/ler-ajuda-a-crianca-a-entender-o-mundo-conheca-maneiras-de-incentivar-seu-filho.htm>>. Acesso em: 10/02/2017.

SEB/MEC. **Ensino fundamental de nove anos: perguntas mais frequentes e res-**

postas da secretaria de educação básica (SEB/MEC). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9_perfreq.pdf>. Acessado em: Março de 2017.

SEMIS, Laís. **MEC apresenta terceira e última versão da Base Nacional Comum**

Curricular. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/4873/mec-apresenta-terceira-e-ultima-versao-da-base-nacional-comum-curricular>>. Acessado em: 06 de Abril de 2017.

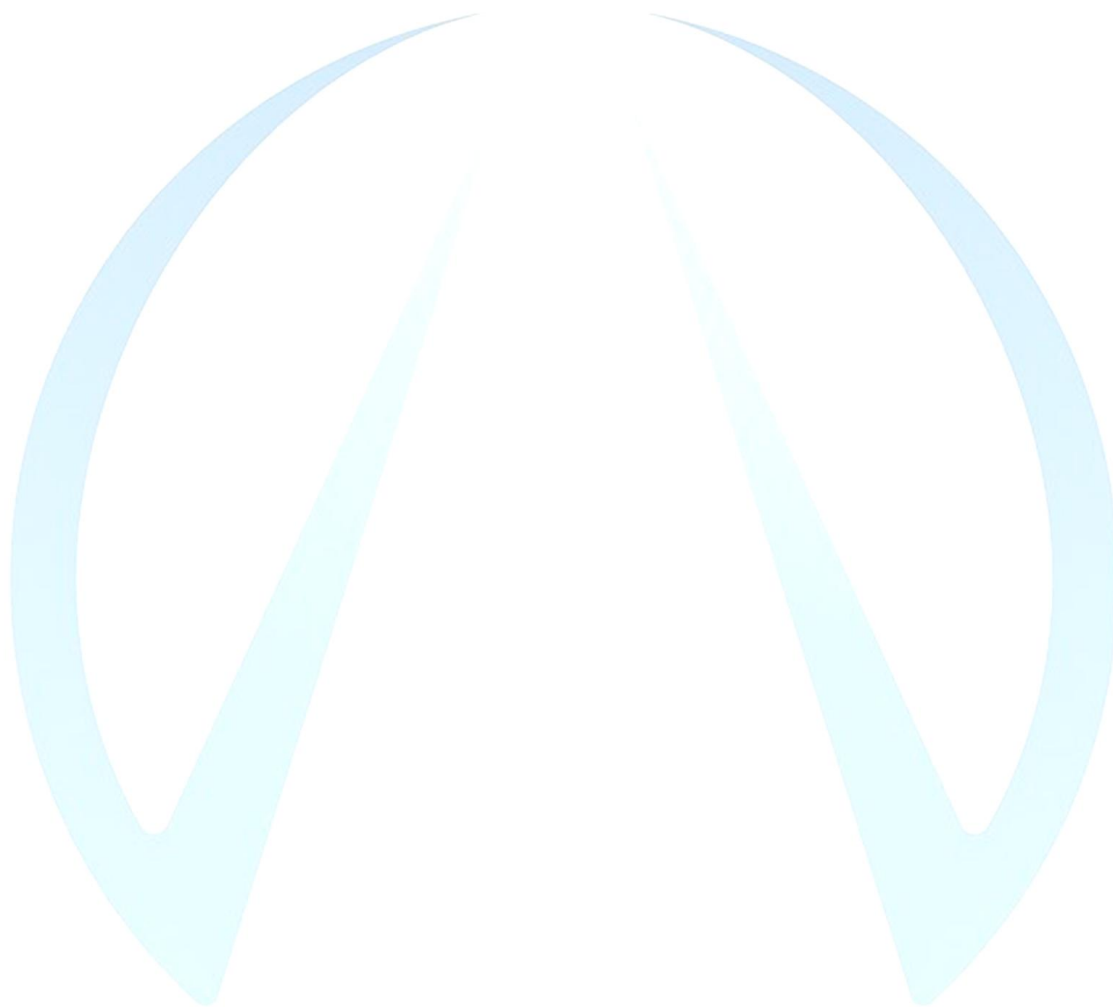
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL COR JESU (Org.). **Tudo sobre**

Leitura. 2010. Disponível em: <<http://tudosobreleitura.blogspot.com.br/2010/06/importancia-do-incentivo-leitura.html>>. Acesso em: 15/03/2017.

SOUZA, Bruna Cristina do Carmo; BARBOSA, Camila Maria de Oliveira; MIGUEL,

José Fernando. **Socialização da criança, leitura e escrita.** 2011. Disponível em:

<<http://www.webartigos.com/artigos/socializacao-da-crianca-leitura-e-escrita/77518/>>. Acesso em: 10/03/2017.



O brinquedo como recurso didático

Autoras:
Thais Aparecida LUZ³⁶
Rosalina Nogueira LOPES³⁶
Jennifer Constantino de Almeida RODRIGUES³⁶
Lucy Mary Soares VALENTIM³⁷

Data de submissão e aprovação do artigo: 06.06.2017

³⁶ - Alunas do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui; 7º semestre.

³⁷ - Professora da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui; Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

O brinquedo como recurso didático

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo esclarecer e definir a utilidade do brinquedo no desenvolvimento infantil. Para tanto, procuramos entender a brinquedoteca como recurso didático e apresentar ideias de alguns autores que atribuem aos brinquedos, brincadeiras e jogos uma dimensão de instrumentos didáticos dentro do âmbito escolar. Para a coleta de dados bibliográficos, selecionamos obras cujos pensamentos norteiam o desenvolvimento do ensino a partir do brinquedo. O estudo destas obras proporcionaram várias considerações tais como, o lúdico é a linguagem pela qual a criança inicia e compreende a sua comunicação com o mundo que a cerca e pela qual começa a aprender; a brincadeira, como atividade dominante da infância, oferece condições concretas para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e ético da criança, permitindo afirmar que é por meio dos jogos, brinquedos e brincadeiras que a criança se apropria das funções sociais e das normas de comportamento ético.

Palavras-chave: 1 Desenvolvimento infantil; 2 Brinquedoteca; 3 Brincadeiras Educativas.

ABSTRACT

The toy as a didactic resource

The research aims to clarify and define the utility of the toy in child development. Therefore, we tried to understand the toy library as a didactic resource and introduce ideas from some authors who attribute to toys, games and plays a dimension of didactic tools within the school context. For the collection of bibliographical data, we selected works whose thoughts guide the development of teaching from the toy. The study of these works provided several considerations such as: the playful is the language in which the child begins and understands their communication with the world around them and by which they begin to learn; The play, as a dominant activity of childhood, offers concrete conditions for the cognitive, affective, social and ethical development of the child, allowing to affirm that it is through the games, toys and plays that the child appropriates social functions and norms of ethical behavior .

Key words: 1 Child development; 2 Toy Library; 3 Educational Toys.

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica sobre o brincar como um recurso didático. Para fundamentar este trabalho selecionamos alguns autores que discutem largamente este assunto tais como: Vigostky (1991), Wallon (1979), Cunha (2007), Weiss (1997), Froebel apud Kishimoto (2002), Lima (2007), dentre outros.

A relevância desse tema se dá, pela necessidade de conhecer a função do brincar, do brinquedo e da brincadeira e a importância de se promover um ambiente mais rico em materiais e artifícios para cooperar no desenvolvimento infantil, tendo o lúdico como tema central.

É na junção de aprendizado com a brincadeira, que o desenvolvimento motor e cognitivo acontece de maneira saudável e natural. A pesquisa busca apresentar os benefícios da brinquedoteca nas escolas e em outros ambientes, como um ensino de forma mais descontraída e na linguagem que a criança entende.

O trabalho está voltado para os profissionais e estudantes na área da educação que queiram conhecer mais sobre a função do brincar, da brincadeira e do brincar no desenvolvimento infantil.

Partimos da hipótese de que o brinquedo pode ser utilizado como recurso didático, uma vez que o lúdico é a linguagem que a criança entende, e assim poderá ser usado como auxílio didático que contribui para a aprendizagem da criança.

Como futuras professoras, almejamos conhecer melhor o uso do lúdico como um meio de desenvolvimento cognitivo. Para tanto escolhemos conhecer o brincar, a brincadeira e o jogo no espaço da brinquedoteca como nosso objeto de estudo.

A pesquisa ainda tem como objetivo esclarecer e definir a utilidade do brinquedo no desenvolvimento infantil, definir a brinquedoteca como recurso didático e apresentar ideias de como trabalhar com brincadeiras dentro do âmbito escolar.

Como se trata de uma pesquisa bibliográfica, procuramos entender o funcionamento deste tipo de pesquisa e encontramos que, segundo Gonsalves (2011), é muito próxima da pesquisa documental. O elemento diferenciador está na natureza das fontes. Para essa autora, a pesquisa bibliográfica utiliza-se das contribuições dos diversos autores sobre um determinado assunto.

Gonsalves (2011, p.36) caracteriza a pesquisa bibliográfica “[...] pela identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos de revistas, dentre outros. Sua finalidade é colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa”. Este foi caminho percorrido para a realização desta pesquisa.

O trabalho está organizado de maneira que em primeiro lugar descrevemos a teoria dos pensadores sobre a contribuição do brinquedo, do jogo e da brincadeira para o desenvolvimento infantil, como estudamos em Wallon (1979) e Vigotsky (1991). A seguir destacamos a contribuição da brinquedoteca como parceira da educação pelo brincar, como define Cunha (2007), Wajskop (2007), e Froebel apud Kishimoto (2002). Por fim registramos o nome de algumas brincadeiras que, segundo Lima (2007), Weiss (1997) e Santos (2004), contribuem como recurso didático para a aprendizagem.

A seguir, relatamos o trabalho realizado objetivando contribuir com a nossa formação e com os leitores.

AS CONTRIBUIÇÕES DO BRINQUEDO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Para a realização desta pesquisa se fez necessário definir o que é jogo, brinquedo e brincadeira. Portanto, recorreremos primeiro ao dicionário e encontramos que:

BRINCADEIRA: sf. 1. Ato ou efeito de brincar.
 BRINQUEDO: (ê) sm. 1. Objeto para as crianças brincarem.
 JOGO: (ô) sm. 1. Atividade física ou mental fundada em sistemas de regras que definem a perda ou o ganho. 2. Passatempo. (HOLANDA, 2000, p. 109 e 408)

E, ainda procuramos definir esses termos do ponto de vista didático, para isso encontramos em Kishimoto (2001), as características para cada termo. Segundo esta autora,

JOGO: Tentar definir o jogo não é tarefa fácil. Quando se pronuncia a palavra jogo cada um pode entendê-la de modo diferente. Pode-se estar falando de jogos políticos, de adultos, crianças, animais, ou amarelinha, xadrez, adivinhas, contar estórias, brincar de “mamãe e filhinha”, futebol, dominó, quebra-cabeça, construir barquinho, brincar na areia e uma infinidade de outros. Tais jogos, embora recebam a mesma dominação, tem suas especificidades.

[...] BRINQUEDO: Diferindo do jogo, o brinquedo supõe uma relação íntima com a criança e uma indeterminação quanto ao uso, ou seja, a ausência de um sistema de regras que organizam sua utilização. [...]. Admite-se que o brinquedo represente certas realidades. Uma representação é algo presente no lugar de algo. Representar é corresponder a alguma coisa e permitir sua evocação, mesmo em sua ausência. O brinquedo coloca a criança na presença de reproduções: tudo o que existe no cotidiano, a natureza e as construções humanas. Pode – se dizer que um dos objetivos do brinquedo é dar à criança um substituto dos objetos reais, para que possa manipulá-los.

[...] BRINCADEIRA: É a ação que a criança desempenha ao concretizar as regras do jogo, ao mergulhar na ação lúdica. Pode-se dizer que é o lúdico em ação. [...] O brinquedo e a brincadeira relacionam-se diretamente com a criança e não se confundem com jogo. (KISHIMOTO, 2001, p. 13; 18 e 21)

A partir da definição destes conceitos, estudaremos as contribuições do brinquedo para o desenvolvimento da criança.

Segundo Vigotsky (1991), é por meio do brinquedo que a criança se apropria

do mundo real, domina conhecimentos, se relaciona e se integra culturalmente. Ao brincar e criar uma situação imaginária, a criança pode assumir diferentes papéis: ela pode se tornar um adulto, outra criança, um animal, ou um herói televisivo; ela pode mudar o seu comportamento e agir como se fosse mais velha do que realmente é, ao representar o papel de mãe, ela seguirá as regras de comportamento maternal, porque agora pode ser a mãe, e procura agir como uma mãe age.

É no brinquedo que a criança consegue ir além do seu comportamento habitual, atuando num nível superior ao que ela realmente se encontra. No entender de Vigotsky (1991), é no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva que depende de motivações internas.

O autor afirma que para uma criança muito pequena os objetos têm força motivadora, determinando o curso de sua ação. Já na situação de brinquedo os objetos perdem essa força motivadora e a criança, quando vê o objeto, consegue agir de forma diferente em relação ao que vê, pois ocorre uma diferenciação entre os campos do significado e da visão, e o pensamento, que antes era determinado pelos objetos do exterior, passa a ser determinado pelas ideias.

Ainda para esse autor, a criança pode, por exemplo, utilizar um palito de madeira como uma seringa, folhas de árvore como dinheiro, enfim, ela pode utilizar diversos materiais que venham a representar outra realidade. Ao observarmos uma criança em idade pré-escolar exercendo algum tipo de atividade, é fácil perceber que o brincar de faz-de-conta é constante em suas ações e atitudes.

Na concepção de Wallon (1979), o termo infantil significa lúdico, pois toda atividade da criança é lúdica quando é exercida por ela mesma. O brincar é uma forma livre e individual. Ele evidencia o caráter emocional em que os jogos se desenvolvem, demonstrando seu interesse pelas relações sociais infantis nos momentos dos jogos e seus aspectos relativos à socialização. Sobre esse aspecto, o autor comenta:

A criança concebe o grupo em função das tarefas que o grupo pode realizar, dos jogos a que pode entregar-se com suas camadas de grupo, e também

das contestações, dos conflitos que podem surgir nos jogos onde existem duas equipes antagônicas (WALLON, 1979. p. 210).

Percebe-se, portanto, o grande valor educacional das brincadeiras e jogos em grupos. Mas, por outro lado, na teoria Walloniana, a família e os educadores não permitem que a criança desenvolva todo seu potencial, e não deixam que as crianças realizem tarefas que elas são capazes, como comer sozinha, vestir-se, calçar, tomar seu banho, escovar os dentes. Com isso, o adulto, sem perceber, leva a criança à imobilidade e ao silêncio, não deixando que a ludicidade e a motricidade infantil sejam reconhecidas e respeitadas.

Para Wallon (1979), a liberdade, a ficção e fantasias mantêm grandes afinidades nas brincadeiras, como no jogo simbólico, no qual a criança recria a sua própria realidade. Assim, o jogo constitui, simultaneamente, um estado atual e uma tendência futura, no qual as atividades surgem livremente pelo lúdico.

Wallon (1979) defende que infância é a idade do possível. Utilizando a sua imaginação, a criança vai muito além do mundo real, podendo projetar sobre ela a esperança de mudança, de transformação social e renovação moral. As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de uma forma muito própria. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circundam, elas revelam o seu esforço para compreender o mundo em que vivem.

O autor afirma que por meio do brinquedo é possível a criança desenvolver a sua capacidade cognitiva, propondo um mundo imaginário, fazendo com que a mesma o incorpore, reproduzindo não apenas objetos, mas uma totalidade social, porque o brinquedo permite fotografar a realidade. O brinquedo proporciona uma relação íntima com a criança, permitindo desde a manipulação até a realização de brincadeiras e estimulando a representação do que se vê. Pode-se afirmar que no século XXI a infância é enriquecida, por meio de concepções psicológicas e pedagógicas que reconhecem o papel e a importância dos brinquedos e jogos no desenvolvimento e na construção do conhecimento infantil.

Ainda segundo Wallon (1979), a partir do brincar, a criança expande a sua imaginação, levando-a a criar fantasias imaginativas que, de certa forma compensa as pressões que sofre na realidade do cotidiano. O brincar, às vezes de maneira involuntária, também auxilia a criança no aspecto cognitivo, afetivo-social, e motor, ajudando-a a construir confiança. E a superar obstáculos da vida real, tornando-as capazes de lidar com complexas dificuldades psicológicas no dia-a-dia. É por meio dos seus brinquedos, jogos e brincadeiras que a criança tem a oportunidade de desenvolver um canal de comunicação, uma abertura para o diálogo com o mundo dos adultos. Ela estabelece o seu controle interior, a sua autoestima e desenvolve a autoconfiança e também com relação aos outros. Muitas vezes em casa não se tem a possibilidade da criança desenvolver habilidades mediante as brincadeiras e jogos, por isso a escola tem o papel fundamental de inserir a criança nesse universo. Cabe ao educador trabalhar na criação de situações didáticas para que a criança se manifeste corporalmente no brinquedo, nas brincadeiras de faz de conta e nos jogos emocionais. Aos poucos as crianças vão aprimorando as suas habilidades básicas e conseguindo lidar com os seus próprios problemas. E por meio do trabalho sistematizado do educador que a criança adquire base para o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e, particularmente, motor.

Segundo Vigotsky (1991), no brincar, a criança usa sua imaginação, assume papéis sociais que no mundo real ainda não tem condições de exercer, como ser mãe, pai, animais. Nesse contexto, é possível afirmar que por meio da brincadeira a criança reproduz os comportamentos e características de tal papel social selecionada por ela de acordo com suas vivências.

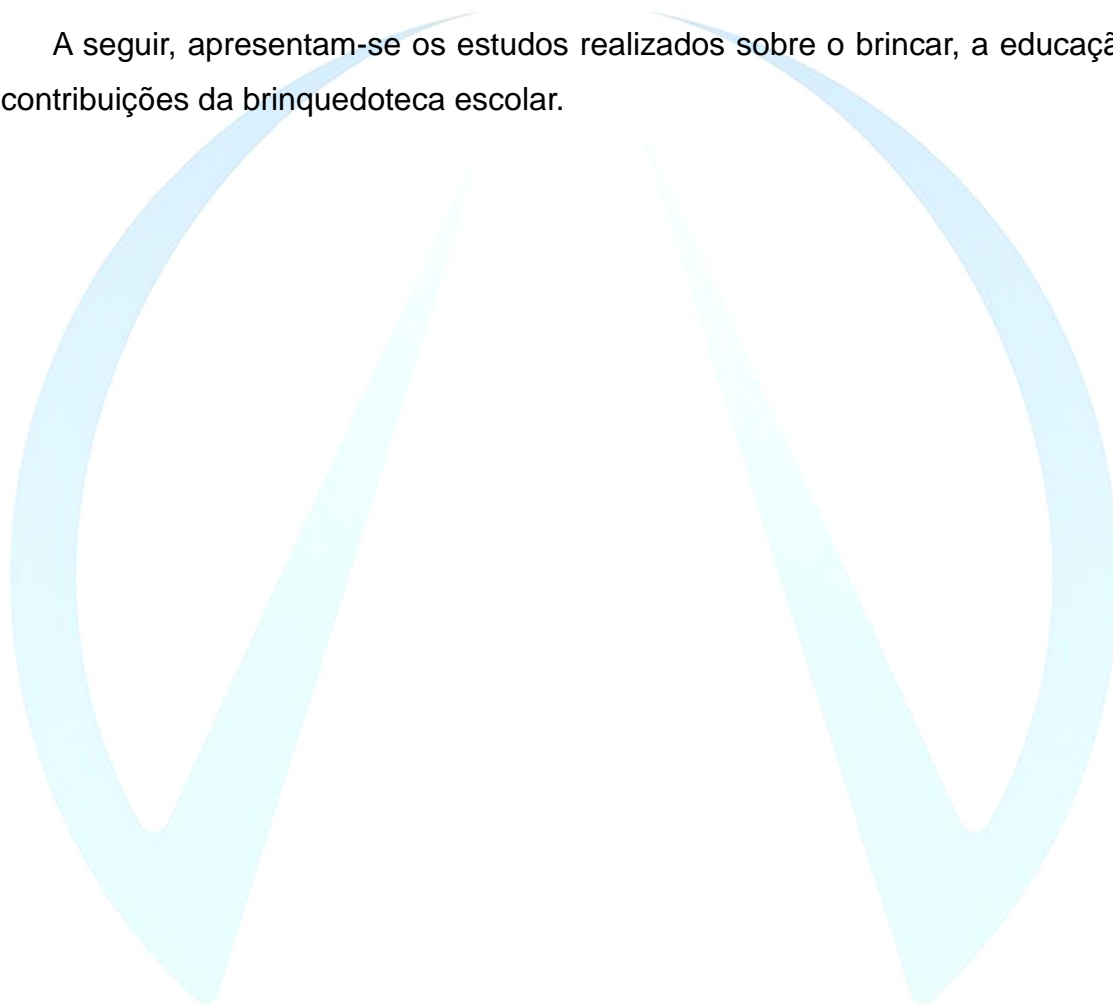
A concepção Walloniana favorece o lúdico porque considera que toda atividade da criança é lúdica quando exercida por elas mesmas, sejam as atividades em grupos ou os jogos, desenvolvem esse papel de simular e recriar a realidade infantil por meio da liberdade, ficção e da fantasia proporcionada pela brincadeira e pelo jogo.

Dewey (1959) afirma que quando um grupo compartilha experiências, troca vivências do seu dia a dia, práticas, sentimentos, o aprendizado acontece. No

âmbito escolar não é diferente, a escola precisa proporcionar práticas conjuntas e promover situações de cooperação e parcerias.

Considerando as ideias dos autores supracitados, pode-se então vislumbrar o quanto o lúdico deve ser valorizado pelos educadores e introduzido na escola e na prática da sala de aula sem medo de que as crianças estejam apenas brincando porque é aí que elas de fato estão aprendendo.

A seguir, apresentam-se os estudos realizados sobre o brincar, a educação e as contribuições da brinquedoteca escolar.



O BRINCAR, A EDUCAÇÃO E A BRINQUEDOTECA

Kishimoto (2002) afirma que Froebel foi o primeiro a colocar o valor educativo de jogos e brinquedos como parte essencial do trabalho pedagógico, porque considerou que a criança por meio de brincadeiras livres e espontâneas exalta sua liberdade e sua expressão da natureza infantil.

Para Kishimoto (2002), este filósofo e educador observou que o jogo flui em benefícios intelectuais, morais e físicos como componentes necessários no desenvolvimento integral da criança. Kishimoto (2002) citando Froebel (1912) registra que

a brincadeira é a atividade espiritual mais pura do homem neste estágio e, ao mesmo tempo, típica da vida humana enquanto um todo – da vida natural interna no homem e de todas as coisas. Ela dá alegria, liberdade, contentamento, descanso externo e interno, paz com o mundo... A criança que brinca sempre, com determinação auto ativa, perseverando, esquecendo sua fadiga física, pode certamente tornar-se um homem determinado, capaz de auto sacrifício para a promoção do seu bem e de outros... como sempre indicamos o brincar em qualquer tempo não é trivial, é altamente sério e de profunda significação. (P.68) (sic)

A autora cita ainda que Froebel afirma que brincar é uma atividade inata da criança e aponta que a brincadeira é como uma ação metafórica, livre e espontânea. Entende-se que nas brincadeiras, a criança tenta compreender seu mundo ao reproduzir situações da vida, por meio da imitação na qual o autor conclui que a imitação livre é importante para o desenvolvimento infantil como um todo, isto é, suas várias capacidades.

Sendo o foco do nosso trabalho a brinquedoteca, podemos afirmar mediante estudos realizados, que ela é um local onde se tem brinquedos e jogos que contribuem para o desenvolvimento infantil.

Cunha (2007) no texto *Brinquedoteca um mergulho no brincar*, afirma que

brinquedoteca é um espaço que proporciona, por meio da atividade lúdica, a construção e reconstrução do conhecimento socialmente produzido e historicamente acumulado. É um ambiente de compreensão da realidade como um todo, no qual as crianças trocam experiências vividas e são capazes de interagirem com o desconhecido, expondo a sua cultura e conhecendo outras culturas.

Para essa autora, a brinquedoteca,

É um espaço preparado para estimular a criança a brincar, possibilitando o acesso a uma grande variedade de brinquedos, dentro de um ambiente especialmente lúdico. É um lugar onde tudo convida a explorar, a sentir, a experimentar. Quando uma criança entra na brinquedoteca deve ser tocada pela expressividade da decoração, porque a alegria, o afeto e a magia devem ser palpáveis. Se a atmosfera não for encantadora não será uma brinquedoteca. Uma sala cheia de estantes com brinquedos pode ser fria, como são algumas bibliotecas. Sendo um ambiente para estimular a criatividade, deve ser preparado de forma criativa, com espaços que incentivem a brincadeira de "faz de conta", a dramatização, a construção, a solução de problemas, a sociabilização e a vontade de inventar: um camarim com fantasias e maquilagem, os bichinhos, jogos de montar, local para os quebra-cabeças e os jogos (CUNHA, 2007, p. 36-37).

Com base nestas informações, observamos que a brinquedoteca prepara o espaço do faz de conta para que o ambiente seja repleto de criatividade, de fantasias, manifestações de afeto e apreciação pela infância, a tal ponto que a criança se sinta acolhida.

A referida autora apresenta os tipos de brincadeiras, caracterizados como: o brincar sozinho, brincar em grupo, brincar em dupla, para que a interação com os amigos esteja assegurada. Afirma ainda que o espaço de brincar das crianças não é lugar de intervenção e direcionamento do adulto, a criança precisa se sentir à vontade para usar suas invenções e imaginações.

Ainda segundo Cunha (2007), há várias propostas de organização de brinquedoteca em diferentes locais, como em hospitais, escolas, dentre outros. A função delas tem o mesmo significado, e o resultado nesses ambientes é totalmente significativo para o desenvolvimento da criança seja em qual situação for.

Dewey (1959) trata da essência do que é o brinquedo e a vontade de brincar, o trabalho, e a distinção entre o trabalho e o brinquedo “no que se diz brinquedo, o

interesse está na atividade em si mesma; no trabalho, o interesse se dirige para o produto ou resultado em que culmina a atividade”. (DEWEY, 1959, p. 210).

Dessa forma, faz-se necessário que o educador proponha brincadeiras para que com o passar do tempo a criança vá percebendo, que dentro do contexto do faz-de-conta, da ficção, há elementos que utilizará para sua vida, como os sentimentos expressados nas diversas situações propostas de certas brincadeiras e as próprias características dos papéis sociais, brincadeiras essas que são de fundamental importância para o desenvolvimento cognitivo e motor infantil.

Para esse autor, a imaginação em si não trabalha com o irreal, o que acontece, parte da observação da criança no papel social dos adultos, e então, passam a imitar essas ações utilizando o brinquedo e a simulação dentro das suas limitações. Com base nisso, faz-se uso de boas práticas pedagógicas, para que o desenvolvimento psicossocial seja sempre muito bem desenvolvido.

Segundo Santos (2004), a ludicidade é um assunto que tem conquistado espaço no panorama nacional, principalmente na educação infantil, por ser o brinquedo a essência da infância e seu uso permitir um trabalho pedagógico que possibilita a produção do conhecimento.

A autora afirma que a função educativa do jogo oportuniza a aprendizagem do indivíduo, seu saber, seu conhecimento e sua compreensão de mundo. Independente de época, cultura e classe social, os jogos e brinquedos fazem parte da vida da criança, porque vivem num mundo de fantasia, de encantamento, de alegria, de sonhos, na qual a realidade e faz-de-conta se confundem. O jogo está na gênese do pensamento, da descoberta de si mesmo, da possibilidade de experimentar, de criar e de transformar o mundo.

Para a autora, a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilitam os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

Santos (2004) aponta que a formação lúdica se assenta em pressupostos que valorizam a criatividade, o cultivo da sensibilidade, a busca da afetividade, a nutrição da alma, proporcionando aos futuros educadores vivências lúdicas, experiências corporais, que se utilizam da ação, do pensamento e da linguagem, tendo no jogo sua fonte dinamizadora. Quanto mais o adulto vivenciar sua ludicidade, maior será a chance de este profissional trabalhar com a criança de forma prazerosa. Deve possibilitar ao futuro educador conhecer-se como pessoa, saber de suas possibilidades e limitações, desbloquear suas resistências e ter uma visão clara sobre a importância do jogo e do brinquedo para a vida da criança, do jovem e do adulto. O adulto que volta a brincar não se torna criança novamente, somente convive, revive e resgata com prazer a alegria do brincar, por isso é importante o resgate dessa ludicidade, a fim de que se possa transpor esta experiência para o campo da educação, isto é, a presença do jogo, do brinquedo e da brincadeira.

A autora ressalta que as atividades lúdicas são a essência da infância. Os jogos e brinquedos, embora sendo um elemento sempre presente na humanidade desde seu início, também não tinham a conotação que tem no século XXI. Eram vistos como fúteis e tinham como objetivo a distração e o recreio. Confirmando esta teoria basta fazer uma leitura da tela do pintor Pieter Brueghel.

Santos (2004) assegura que o aparecimento do jogo e do brinquedo como fator do desenvolvimento infantil proporcionou um campo amplo de estudos e pesquisas e hoje é questão de consenso a importância do lúdico. As atividades lúdicas possibilitam fomentar a resiliência, permitindo a formação do autoconceito positivo. Possibilitam o desenvolvimento integral da criança, já que mediante tais atividades a criança se desenvolve afetivamente, convive socialmente e opera mentalmente. Assim sendo, o brinquedo e o jogo sendo produtos de cultura, seus usos permitem a inserção da criança na sociedade.

Ainda segundo a autora, brincar é uma necessidade básica assim como a nutrição, a saúde, a habitação e a educação. Brincar ajuda a criança no seu desenvolvimento físico, afetivo, intelectual e social, porque é por intermédio das atividades lúdicas, que a criança forma conceitos, relaciona ideias, estabelece

relações lógicas, desenvolve a expressão oral e corporal, reforça habilidades sociais, reduz a agressividade, integra-se na sociedade e constrói seu próprio conhecimento, um conhecimento de si e do outro.

Outra autora que dá suporte ao nosso tema é Wajskop (2007) ao afirmar que desde os tempos da Educação Greco-Romana, com base nas ideias de Platão e Aristóteles, utilizava-se o brinquedo na educação. Associando a ideia de estudo ao prazer, Platão sugeria ser, o primeiro, ele mesmo, uma forma de brincar.

Segundo Wajskop (2007) a brincadeira era geralmente considerada como fuga ou recreação e a imagem social da infância não permitia a aceitação de um comportamento infantil, espontâneo, que pudesse significar algum valor em si. A valorização da brincadeira infantil apoia-se, portanto, no mito da criança portadora de verdade, cujo comportamento verdadeiro e natural, por excelência, é o seu brincar, desprovido de razão e desvinculado do contexto social. Para a autora,

[...] a brincadeira é uma atividade humana na qual as crianças são introduzidas constituindo-se em um modo de assimilar e recriar a experiência sociocultural dos adultos [...] Nesta perspectiva, a brincadeira encontraria um papel educativo importante na escolaridade das crianças que vão se desenvolvendo e conhecendo o mundo nesta instituição que se constrói a partir exatamente dos intercâmbios sociais que nela vão surgindo: a partir das diferentes histórias de vida das crianças, dos pais e dos professores que compõem o corpo de usuários da instituição e que nela interagem cotidianamente [...] A criança que brinca pode adentrar o mundo do trabalho pela via da representação e da experimentação; o espaço da instituição deve ser um espaço de vida e interação e os materiais fornecidos para as crianças podem ser uma das variáveis fundamentais que as auxiliam a construir e apropriar-se do conhecimento universal [...] (WAJSKOP, 2007, p. 22-28).

Para essa autora, é por meio da brincadeira infantil, organizada de forma independente do adulto, que as crianças podem exercer sua posição social, reiterativa e criadora do trabalho total da sociedade na qual estão inseridas. Ela afirma que:

A brincadeira é o resultado de relações interindividuais, portanto, de cultura. A brincadeira pressupõe uma aprendizagem social. Aprende-se a brincar [...] A brincadeira é uma forma de comportamento social, que se destaca da atividade do trabalho e do ritmo cotidiano da vida, reconstruindo-os para compreendê-los segundo uma lógica própria, circunscrito e organizado no tempo e no espaço [...] A brincadeira é partilhada pelas crianças, supondo um sistema de comunicação e interpretação da realidade que vai sendo

negociado passo a passo pelos pares, à medida que este se desenrola. Da mesma forma, implica uma atividade consciente e não evasiva, dado que cada gesto significativo, cada uso de objetos implica a (re) elaboração constante das hipóteses sobre a realidade com as quais se esta confrontando [...] A brincadeira é uma forma de atividade social infantil cuja característica imaginativa é diversa do significado cotidiano da vida fornece uma ocasião educativa única para as crianças. Na brincadeira, as crianças podem pensar e experimentar situações novas ou mesmos do seu cotidiano, isentas das pressões situacionais. (WAJSKOP, 2007, 28-31).

Wajskop (2007) declara que a garantia do espaço da brincadeira na pré-escola é a garantia de uma possibilidade de educação da criança em uma perspectiva criadora, voluntária e consciente. Como podemos observar:

É na situação de brincar que as crianças se podem colocar desafios e questões além de seu comportamento diário, levantando hipóteses na tentativa de compreender os problemas que lhes são propostos pelas pessoas pela realidade com a qual interagem. Quando brincam, ao mesmo tempo em que desenvolvem sua imaginação, as crianças podem construir relações reais entre elas e elaborar regras organização e convivência [...]

Ao brincarem, as crianças vão construindo a consciência da realidade, ao mesmo tempo em que já vivem uma possibilidade de modificá-la [...] A brincadeira infantil pode constituir-se em uma atividade em que as crianças, sozinhas ou em grupo, procuram compreender o mundo e as ações humanas nas quais se inserem cotidianamente [...] Compreendida dessa forma, a brincadeira infantil passa a ter uma importância fundamental na perspectiva do trabalho pré-escolar, tendo em vista a criança como sujeito histórico e social. Se a brincadeira é, efetivamente, uma necessidade de organização infantil ao mesmo tempo em que é o espaço da interação das crianças, quando estas podem estar pensando/imaginando/vivendo suas relações familiares, as relações de trabalho, a língua, a fala, o corpo, a escrita, para citar alguns dos temas mais importantes, então esta brincadeira se transforma em fator educativo se, no progresso pedagógico, for utilizado pela criança para sua organização e trabalho. No entanto, esta atividade não surge espontaneamente, mas sob a influência da educação, geralmente informal no início, através dos contatos com parentes (pai, mãe, irmãos, avós, tios etc.) (WAJSKOP, 2007, p. 33-38)

A partir destas leituras registramos a necessidade do brincar na escola e em particular da presença de uma brinquedoteca escolar para um melhor desenvolvimento da criança que está na escola.

A seguir, registra-se algumas brincadeiras e jogos que podem servir de instrumentos didáticos para o professor em sala de aula.

AS BRINCADEIRAS NA SALA DE AULA

Segundo Weiss (1997), nas escolas a sucata é um material de pesquisa, de colagem e de construções e faz parte de programas escolares. Para a autora, existem dois tipos de recursos extraídos da natureza de sucata. Sucata natural constitui-se de sementes, pedras, conchas, folhas, penas, galhos, pedaços de madeira, areia, terra etc. Sucatas industrializadas incluem embalagem, copos plásticos, chapas metálicas, tecidos, papéis, isopores. Os materiais reunidos exigem separações, classificações e ordenações. A construção do brinquedo de sucata passa por diversas etapas.

Weiss (1997) sugere a seguinte:

Levantamento dos mais variados materiais de sucata pelos alunos e pelo professor com a colaboração dos pais. Percepção dos diversos materiais aliados da natureza, dos objetos em uso do lixo, etc. Separação e classificação desses materiais segundo critérios de textura, superfície, cor, tamanho, cheiro, etc. Escola e adaptação dos instrumentos necessários para a manipulação das sucatas, ferramentas, tintas, colas, arames, etc. Preparação e adaptação da sala de aula que a criança se sinta à vontade no espaço de construção. Ordenação e arrumação de todo o material e da sala de aula ao final da aula com a participação ativa dos alunos. (p.47)

Para Weiss (1997) outra característica importante é o valor afetivo que a criança dá ao material com o qual trabalha associando uma forma a outra, criando novas relações entre elas. Ao falar de sucata e atividade didática, abre-se um leque enorme de possibilidades. Mas como selecioná-los? As próprias crianças podem ajudar a localizar as fontes de material, além de recolher sucata caseira, como copos de iogurte, embalagem de remédios, caixas de pastas de dente, caixas de sabonetes, botões, retalho de pano, dentre outros.

Outra autora que muito contribui para o desenvolvimento do brincar e da brincadeira na escola é Lima (2007). Para esta autora o brincar é uma necessidade própria da infância. Por meio dele a criança aprende a ouvir, esperar, negociar,

defender, rir e criar. A autora destaca que ao analisar as brincadeiras que contribuem para o desenvolvimento infantil e o desenvolvimento cultural da criança, seleciona seis destas brincadeiras na qual transcrevemos neste artigo tendo por propósito a divulgação de brincadeiras que se traduzem em práticas didáticas que vem comprovar as teorias estudadas para este trabalho.

A primeira delas é “A linda Rosa Juvenil”, que, segundo a autora, é uma brincadeira de roda com narrativa dramatizada. Ela envolve várias dimensões importantes para o desenvolvimento infantil, especialmente para crianças de três a cinco anos. A brincadeira utiliza a imitação, estratégia principal neste período; desenvolve a memória operacional, pela sequência de quadros e por ser uma brincadeira coreografada; a memória auditiva, lírica da cantiga, rima ou ritmo; e contribui para o desenvolvimento da fala. Contribui ainda para pericia do movimento da circularidade, percepção de si mesmo e do outro no espaço ligado ao desenvolvimento do pensamento espacial. Pela história contada e pela encenação, estruturadas pela música, há uma mobilização do sistema emocional, importante para a representação, formação de imagens no cérebro, e da imaginação.

Para a autora, esta brincadeira contribui para a socialização da criança, pois ela forma comportamentos de escuta, de espera, de percepção do outro, organização e participação em atividades coletivas. Também possibilita a formação, no cérebro, de redes neuronais que dão suporte à apropriação dos sistemas simbólicos, que devem ocorrer mais tarde na vida da criança como a escrita, a linguagem matemática e a escrita musical.

A segunda brincadeira analisada por Lima (2007) é a “Amarelinha”. Para jogar é necessário um pedaço de giz e um marcador para cada participante; o percurso é desenhado no chão em 10 retângulos pequenos e um maior em cada extremidade (terra-início, céu-final). Joga-se o marcador na casa onde não pode ser pisada, atravessa o resto do percurso com pulos alternados nos dois pés e em um pé. Ao final do percurso pega-se o marcador voltando sem pular na casa onde ele estava. Depois joga-se o marcador na próxima casa e assim sucessivamente. Vence aquele que completar as 10 casas primeiro.

Para Lima (2007, p. 16),

Brincar de Amarelinha atravessa tempos, culturas e espaços vários. Brincadeira aparentemente simples, a partir de um traçado no chão (feito com giz, carvão, pedaço de tijolo) ou sulcado na terra ou areia, a Amarelinha traz para a criança, na realidade, possibilidade de desenvolver esquemas complexos de movimento, com previsão e cálculo, avaliação e correção. Por envolver tantos deslocamentos e pelas regras que regulam esse deslocamento, a criança precisa “prestar muita atenção” em seu próprio corpo.

A terceira brincadeira analisada pela autora é “Ordem, em seu lugar”, falada na seguinte letra:

Ordem!
 Em seu lugar,
 Sem rir,
 Sem falar,
 Uma mão,
 A outra,
 Um pé,
 O outro.
 Bate palmas!
 Trás e frente!
 Mãos cruzadas!
 Pirueta!
 Sete quedas! (LIMA, 2007, p.19)

Segundo Lima (2007) brincar de “Ordem, em seu lugar” é uma brincadeira que se expandiu entre as crianças com o processo de urbanização. Nos últimos anos, porém, como muitas outras brincadeiras, caiu em declínio nos centros urbanos. Sua contribuição notável para o desenvolvimento infantil, justifica incluí-la no currículo no período de apropriação da leitura e da escrita.

É uma brincadeira que envolve bola, podendo ser realizada sozinha, em pares ou em pequenos grupos. Pode ser competitiva ou não, dependendo da decisão das crianças, pode ser feita sequencialmente, uma criança de cada vez, simultaneamente. É por isso uma brincadeira que envolve tomada de decisão, negociação e argumentação entre as crianças e posicionamento de fatores, desde a maneira como será feita, ou seja, uma criança após a outra.

Outra brincadeira analisada e sugerida por Lima (2007) é “Passa, passa gavião”. Segundo a autora essa brincadeira utiliza da imitação dos movimentos que

simulam várias ações da vida cotidiana mediante a identificação de seus “agentes”, ou seja, pela evocação dos adultos que exercem vários tipos de trabalho. É, portanto, uma brincadeira que se adapta facilmente ao contexto cultural em que as crianças se encontram, podendo ser “brincadas” por crianças de contextos da cultura indígena, quilombola, ribeirinhas, da zona rural, do sertão, das cidades pequenas e das cidades grandes.

“Lenço atrás”, é outra brincadeira muito apreciada pelas crianças até nossos dias. Lima (2007) trata da brincadeira do “Lenço atrás” como uma mobilização e a atenção e exige que a criança “permaneça atenta”. Esse exercício de atenção é interessante para crianças no sétimo e oitavo anos de vida, período em que há formação de estruturas de atenção mais estáveis no cérebro, resultantes de processos biológicos no cérebro, próprios da idade.

A última brincadeira analisada pela autora é “Escravos de Jó”. As crianças sentam em roda com pequenos objetos nas mãos que será passado de uma criança a outra em uma coreografia de “vai e vem” de acordo com o ritmo da música “Escravos de Jó”.

Para Lima (2007), a música “Escravos de Jó” é uma brincadeira em que a atenção voltada à ação, ao outro e à cantiga é absolutamente necessária para seu andamento. Ao brincar de “Escravos de Jó”, a criança educa sua atenção a partir de uma escuta atenta.

A brincadeira promove, assim, a educação do sentido da audição. A criança precisa focar a atenção para que a brincadeira se realize. A visão pode servir como suporte para a audição e o movimento delibera o momento de mudar o objeto de lugar. (Lima, 2007)

CONCLUSÃO

A partir dos estudos e pesquisas realizados para este trabalho, concluímos que a brincadeira está presente no desenvolvimento da criança desde seu nascimento e é indispensável no relacionamento com as pessoas que estão à sua volta.

Além da interação, a brincadeira proporciona mecanismos para desenvolver a memória, atenção, linguagem, criatividade, habilidades, percepção, entre outros. Isso porque o lúdico é uma necessidade humana em qualquer idade, principalmente na infância, e é essencial que o professor incentive e introduza jogos, brincadeiras e atividades lúdicas no cotidiano escolar.

Assim, faz-se necessário ter o lúdico como parceiro e utilizar o máximo dele para atuar no desenvolvimento integral da criança, sendo ele físico, social, cultural, afetivo e cognitivo.

Aprendemos então, que o jogo é essencial para a saúde física e mental. O jogo simbólico permite à criança vivências do mundo adulto e isto possibilita a mediação entre o real e o imaginário. Ao valorizar as atividades lúdicas, ainda a percebemos como atividade natural, espontânea e necessária a todas as crianças, tanto que o brincar é um direito da criança reconhecido em declarações, convenções e leis a nível mundial.

As contribuições do brincar para o desenvolvimento infantil, como já temos visto no decorrer desta pesquisa, é de extrema importância não só cognitivamente mais fisicamente também.

Entendemos assim que o brincar na escola proporciona um ensinamento de uma forma mais interessante. Ao brincar a criança cria seu próprio mundo usando a imaginação e/ou pela imitação da vida adulta. A brincadeira também promove a

interação entre as crianças, capacitando-as a inter-relação com o próximo.

O momento de brincar é um momento especial, pois é por meio da brincadeira que a criança experimenta o mundo, exerce sua autonomia, compreende seu lugar em grupos sociais. Por isso, é importante que o professor não prive a criança de brincar. O papel do professor é facilitar a brincadeira, estimulando a imaginação e a criatividade das crianças, despertando ideias.

Por meio da ludicidade a criança começa a expressar-se com maior facilidade, ouvir, respeitar e discordar de opiniões. O brincar é uma atividade livre e espontânea, é o momento em que a criança pode construir significados à sua visão de mundo.

Criança que brinca é criança que aprende.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Nylse Helena da Silva. **Brinquedoteca**. Um mergulho no brincar. 4ª ed.. São Paulo: Aquariana, 2007.

DEWEY, John. **Como Pensamos**. 3ª ed.. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2011.

HOLANDA, Aurélio Buarque. Minidicionário da língua portuguesa. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

KISHIMOTO, T. (org.) **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2002.

_____, (org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Elvira Souza. **Brincar para quê?** São Paulo: Inter Alia, 2007.

SANTOS, S. M. P (org.). **O lúdico na formação do educador**. 6ª ed.. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

VIGOTSKY, L.S. **A formação social a mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré - escola**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da criança**. Lisboa: Vega/Universidade, 1979.

WEISS, L. **Brinquedos e engenhocas**: atividades lúdicas com sucatas. 2ª ed.. São Paulo: Spicione, 1997.

A organização do espaço para o brincar na educação infantil numa perspectiva histórico-cultural

Autora:
Vanessa Cristiane de Freitas Fernandes SANTOS³⁸

Data de submissão e aprovação do artigo: 07.06.2017

³⁸ - Mestre em Letras pela UFMS. Professora II da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Birigui (FATEB). E-mail: essafer@gmail.com

A organização do espaço para o brincar na educação infantil numa perspectiva histórico-cultural

RESUMO

O estudo parte da ideia de que o brincar consiste em atividade imprescindível para o desenvolvimento infantil e por isso precisa fazer parte das atividades vivenciadas pelas crianças na instituição de educação infantil. Nesse sentido, o texto apresenta uma perspectiva histórico-cultural sobre o brincar embasado nas propostas de Leontiev e Vigosky que consideram a brincadeira como atividade principal da criança em período pré-escolar, constituindo um modo específico de aprendizagem das crianças. Considera, também, a organização dos espaços como fator de promoção para o brincar na educação infantil. O termo espaço abordado nesse estudo refere-se ao espaço físico propriamente dito, ou seja, a todos os locais destinados ao desenvolvimento de atividades realizadas com as crianças com todos os elementos que o constituem, tais como: objetos, materiais didáticos, mobiliário e até mesmo a decoração. Assim, o objetivo deste texto foi demonstrar que a organização do espaço pode tornar-se um elemento facilitador ou dificultador das brincadeiras das crianças, interferindo de forma significativa na aprendizagem destas. Ressalta também o papel do profissional que atua na educação infantil como elemento norteador desse processo. Através de pesquisa bibliográfica verificou-se que o ponto de partida é um breve percurso histórico sobre o brincar. Seguem algumas considerações sobre o brincar numa perspectiva histórico-cultural; a importância da organização dos espaços para o brincar na educação infantil e discorre sobre uma experiência real de organização dos espaços para o brincar por meio de cantos de aprendizagem.

Palavras-chave: 1 Brincadeiras, 2 Prática Pedagógica, 3 Primeira Infância.

ABSTRACT

The organization of space to play in children's education in a historical-cultural perspective

The study is based on the idea that play is an essential activity for children's development and therefore must be part of the activities experienced by children in the institution of early childhood education. In this sense, the text presents a historical-cultural perspective on play based on the proposals of Leontiev and Vigosky that consider play as the main activity of the child in the preschool period, constituting a specific way of learning children. It also considers the organization of spaces as a promotion factor for playing in early childhood education. The term space covered in this study refers to the physical space itself, that is, to all places destined to the development of activities carried out with children with all the elements that constitute it, such as: objects, didactic material, furniture and even even the decoration. Thus, the purpose of this text was to demonstrate that the organization of space can become a facilitator or obstacle of children's play, interfering in a significant way in the learning of these. It also highlights the role of the professional who works in early childhood education as the guiding element of this process. Through bibliographic research it was verified that the starting point is a brief historical course about playing. Here are some considerations about playing in a historical-cultural perspective; the importance of the organization of spaces to play in children's education and a real experience of organizing spaces to play with learning songs.

Key words: 1 Jokes, 2 Pedagogical Practice, 3 Early Childhood.

APRESENTAÇÃO

Atualmente tem ocorrido um aumento significativo nos estudos sobre a importância da atividade lúdica e sua utilização como recurso pedagógico nas instituições de educação infantil. Todavia, a incorporação do brincar como meio de aprendizagem e desenvolvimento das crianças não tem progredido no mesmo ritmo dos estudos no âmbito da escola.

O percurso histórico do brincar data desde os primórdios da educação greco-romana, período em que, sob influência das ideias de Platão e Aristóteles, os brinquedos eram utilizados na educação das crianças como forma de associar a ideia de estudo ao prazer.

Posteriormente, há registros de brincadeiras de crianças desde a Antiguidade, época em que elas participavam em pé de igualdade com os adultos das mesmas festas e brincadeiras, pois a participação de toda comunidade nos jogos e divertimentos era uma forma de que dispunha a sociedade para estreitar seus laços coletivos a fim de se tornar mais unida.

Contudo, nesse período, a brincadeira era considerada apenas como fator de recreação e a imagem social da infância não permitia a aceitação de um comportamento espontâneo, tipicamente infantil.

Foi apenas com o início do romantismo que a infância passou a ser associada a ideia de inocência e fragilidade, e a brincadeira, por conseguinte, teve uma tímida inserção no tempo-espço da educação das crianças pequenas.

Os trabalhos de Comenius (1593), Rousseau (1712) e Pestalozzi (1746), contribuíram para o surgimento de um novo sentimento de valorização da infância que por meio de uma concepção idealista e protetora da criança agregou o uso de brinquedos e atividades recreativas na prática pedagógica.

Ademais, os pedagogos Friedrich Fröbel (1782-1852), Maria Montessori (1870-1909) e Ovide Décroly (1871-1932), influenciados pelos pensamentos e filosofias de suas épocas, produziram pesquisas sobre as crianças, proporcionando à educação grande contribuição quanto ao desenvolvimento infantil. Ao romperem com a educação verbal tradicionalista vigente, propuseram uma educação baseada na utilização de jogos e materiais didáticos.

No contexto educacional brasileiro, a educação infantil vem se constituindo historicamente sob dois aspectos: de um lado, voltada para uma concepção assistencial, que orienta as práticas no interior da creche; e, por outro lado, a concepção escolarizante, marcada, sobretudo por uma supervalorização da dimensão intelectual, com prioridade as atividades de ler, escrever e contar. Essas práticas, no interior da instituição de educação infantil, implicam uma privação da criança ao direito de brincar.

Nesse sentido, a brincadeira passa a ter papel secundário, sendo incorporada apenas como recurso pedagógico acessório no conjunto de atividades a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula, ocasionando uma desvinculação do aspecto lúdico no desenvolvimento da criança.

Essa prática visa apenas garantir que o conteúdo didático seja transmitido, utilizando-se para tal fim o interesse das crianças pelas brincadeiras no intuito de atingir um determinado objetivo escolar.

O PAPEL DO BRINCAR NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Novas possibilidades para a compreensão do brincar são apresentadas no *corpus* das obras da teoria histórico-cultural, cujos autores como Vigotsky e Leontiev apresentam algumas contribuições que convém serem analisadas.

É preciso compreender que o processo do desenvolvimento psíquico é caracterizado por mudanças de ordem qualitativas, isto é, “mudança na qualidade da relação entre a criança e o mundo. A cada novo período do desenvolvimento infantil, muda a lógica de funcionamento do psiquismo” (PASQUALINI, 2013. p. 74).

Vigotsky constatou que o desenvolvimento do psiquismo combina processos evolutivos e revolucionários, caracterizando-se por mudanças no psiquismo da criança que

vão se acumulando no interior de determinado período do desenvolvimento e produzem um *salto qualitativo* no psiquismo, uma ruptura, uma mudança qualitativa na relação da criança com o mundo que caracteriza a transição a um novo período ou estágio (PASQUALINI, 2013. p. 74).

Ademais, o desenvolvimento do psiquismo da criança irá depender das mediações que lhe serão oportunizadas. Sendo assim, a relação da criança com a sociedade é fundamental para o desenvolvimento de seu psiquismo, pois

As condições histórico-concretas, o lugar que a criança ocupa no sistema de relações sociais, suas condições de vida e educação, são determinantes para que possamos compreender o desenvolvimento do psíquico como fenômeno historicamente situado (PASQUALINI, 2013. p.75).

Destarte, o desenvolvimento infantil mantém estreita relação com as condições objetivas de organização social, compreendendo saltos qualitativos na psique da criança que incide em mudanças significativas na relação da criança com o mundo que a rodeia.

Disso resulta que, em cada período de sua existência, a criança irá se relacionar de determinada maneira com a realidade, isso porque cada estágio do desenvolvimento psíquico é caracterizado por determinadas formas de relação que a criança estabelece com o mundo:

O que determina diretamente o desenvolvimento da psique de uma criança é sua própria vida e o desenvolvimento dos processos reais desta vida – em outras palavras: o desenvolvimento da atividade da criança, quer a atividade aparente, quer a atividade interna. Mas seu desenvolvimento, por sua vez, depende de suas condições reais de vida (LEONTIEV, 2014. p.63).

Para a compreensão do desenvolvimento psíquico da criança é necessário analisar a atividade da criança, ou seja, acompanhar o desenvolvimento e a formação de novas atividades pela criança:

Ao estudar o desenvolvimento da psique infantil, nós devemos por isso, começar analisando o desenvolvimento da atividade da criança, como ela é construída nas condições concretas de vida. Só com este modo de estudo pode-se elucidar o papel tanto das condições externas de sua vida, como das potencialidades que ela possui. Só com esse modo de estudo, baseado na análise do conteúdo da própria atividade infantil em desenvolvimento, é que podemos compreender de forma adequada o papel condutor da educação e da criação, operando precisamente em sua atividade e em sua atitude diante da realidade, e determinando, portanto, sua psique e sua consciência (LEONTIEV, 2014. p.63).

No entanto, o conjunto de atividades de uma criança não se encontra no mesmo plano hierárquico, isto é, alguns tipos de atividades ocuparão posição principal em determinado estágio, sendo relevantes para o desenvolvimento subsequente da criança, enquanto outros tipos de atividades serão menos importantes. Isso significa que em cada período do desenvolvimento, certas atividades desempenham papel principal, enquanto outras, um papel secundário e subsidiário:

Conseqüentemente, podemos dizer que cada estágio do desenvolvimento psíquico caracteriza-se por uma relação explícita entre a criança e a realidade principal naquele estágio e por um tipo preciso e dominante de atividade. O critério de transição de um estágio para outro é precisamente a mudança do tipo principal de atividade na relação dominante da criança com a realidade (LEONTIEV, 2014. p.64).

Portanto é justamente a mudança de atividade principal que irá determinar a transição para um novo período do desenvolvimento. Dessa forma, o

desenvolvimento psíquico processa-se por sucessivos períodos.

Nesse sentido, de acordo com Leontiev (2014), a criança, durante seu desenvolvimento, passa por diferentes estágios. Cada um desses estágios é caracterizado por uma atividade principal, que conduz a mudanças significativas para os processos psíquicos e para os traços psicológicos da personalidade infantil.

A transição de um estágio para o outro é marcada por uma mudança no tipo de atividade principal, a qual, por sua vez, reflete o relacionamento da criança com a realidade. Assim, é por meio do tipo de atividade principal que a criança relaciona-se com o mundo, mediante uma interação que ela estabelece com os objetos historicamente construídos pelo homem, e em cada estágio apresentam-se necessidades específicas nos processos psíquicos.

Além disso, de acordo com o autor, durante o período pré-escolar de uma criança, o brincar torna-se o principal tipo de atividade, pois ocorre um aumento significativo tanto na quantidade de objetos humanos que a criança precisa dominar quanto no conhecimento do mundo, do qual ela gradativamente vai se tornando consciente durante o percurso de seu desenvolvimento físico.

Leontiev observa que:

O mundo objetivo do qual a criança é consciente está continuamente expandindo-se. Este mundo inclui não apenas os objetos que constituem o mundo ambiental próximo da criança, dos objetos com os quais ela pode operar, mas também os objetos com os quais os adultos operam, mas a criança ainda não é capaz de operar por estarem além de sua capacidade física (LEONTIEV, 2014. p.120).

Ademais, durante o processo de desenvolvimento da consciência do mundo objetivo, a criança tenta integrar uma relação ativa tanto com as coisas diretamente acessíveis a ela quanto com o mundo mais amplo, esforçando-se, assim, para agir como um adulto.

Todavia, no transcorrer desse processo surge uma contradição que se revela, por um lado, na necessidade de a criança agir como um adulto e, por outro, na impossibilidade de executar as operações exigidas pelas ações. Este conflito é

resolvido, pela própria criança, por meio da atividade lúdica.

Daí que, para o autor, “só no brinquedo as operações exigidas podem ser substituídas por outras e as condições do objeto podem ser substituídas por outras condições do objeto, com preservação do próprio conteúdo da ação” (LEONTIEV, 2014. p.122).

Destarte, o brinquedo surge a partir da necessidade de a criança “agir em relação não apenas ao mundo dos objetos diretamente acessíveis a ela, mas também em relação ao mundo mais amplo dos adultos” (LEONTIEV, 2014. p.125)

Vigotsky (2007) afirma que a influencia do brinquedo é de suma importância para o desenvolvimento da criança, uma vez que o aumento de suas capacidades internas surge em decorrência do brinquedo. Disso resulta que

O brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal da criança. No brinquedo a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário; no brinquedo, é como se ela fosse maior do que é na realidade. Como no foco de uma lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo, ele mesmo, uma grande fonte de desenvolvimento (VIGOTSKY, 2007. p. 122).

Nesse sentido, ao tornar-se uma atividade dominante na infância, a brincadeira passa a ser uma forma de aprendizagem das crianças. Assim, segundo Vigotsky (2007), a aprendizagem resulta em desenvolvimento mental e coloca em movimento vários processos internos de desenvolvimento da criança, que se efetivam somente por meio da interação que ela estabelece com as demais pessoas. Esses processos, uma vez internalizados, tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento da criança.

Daí que, para Vigotsky, o aprendizado não consiste no desenvolvimento, antes, pelo contrário, somente quando devidamente organizado, resulta em desenvolvimento mental e movimenta vários processos, criando, assim, a zona de desenvolvimento proximal e constituindo um aspecto imprescindível para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores da criança.

Vigotsky verifica ainda que o brinquedo fornece ampla estrutura básica para mudanças da necessidade e da consciência:

A ação na esfera imaginativa, numa situação imaginária, a criação das intenções voluntárias e a formação dos planos da vida real e motivações volitivas – tudo aparece no brinquedo, que se constitui, assim, no mais alto nível de desenvolvimento pré-escolar. A criança desenvolve-se, essencialmente, através da atividade de brinquedo. Somente neste sentido o brinquedo pode ser considerado uma atividade condutora que determina o desenvolvimento da criança (VIGOTSKY, 2007. p. 122).

Para Vigotsky (2009), a brincadeira só é possível para a criança em função dos processos de imaginação e de criação. Para o autor, “o cérebro não é apenas o órgão que conserva e reproduz nossa experiência anterior, mas também o que combina e reelabora, de forma criadora, elementos da experiência anterior, erigindo novas situações e novo comportamento” (VIGOTSKY, 2009, p.14). A imaginação ou fantasia, por sua vez, constitui a base de toda atividade criadora, uma vez que “essa atividade criadora é baseada na capacidade de combinação de nosso cérebro” (VIGOTSKY, 2009. p.14).

Segundo o autor supracitado, desde a primeira infância é possível identificar nas crianças processos de criação, que se expressam por meio de suas brincadeiras.

A criança que monta um cabo de vassoura e imagina-se cavalgando um cavalo; a menina que brinca de boneca e imagina-se a mãe; a criança que, na brincadeira, transforma-se num bandido, num soldado do Exército Vermelho, num marinheiro – todas essas crianças brincantes representam exemplos da mais autêntica e verdadeira criação (VIGOTSKY, 2009. p.16-7).

Apesar das crianças reproduzirem em suas brincadeiras muito do que viram, estas constituem apenas um eco do que a criança realmente viu e ouviu do mundo dos adultos, pois os elementos da experiência anterior não se reproduzem nas brincadeiras infantis do mesmo modo como ocorreram na realidade:

A brincadeira da criança não é uma simples recordação do que vivenciou, mas uma reelaboração criativa de impressões vivenciadas. É uma combinação dessas impressões e, baseada nelas, a construção de uma realidade nova que responde às aspirações e aos anseios da criança. Assim como na brincadeira, o ímpeto da criança para criar é a imaginação em atividade (VIGOTSKY, 2009. p. 17).

Com isso, Vigotsky destacou que essa capacidade de atividade combinatória de elementos conhecidos pela criança de sua experiência anterior a novas situações criadas por ela, constitui a base da criação na infância.

Tecidas estas considerações, fica evidente que a brincadeira consiste numa atividade imprescindível para o desenvolvimento da criança, daí que sua presença como suporte pedagógico torna-se necessário no âmbito da educação infantil.

No entanto, essa atividade só pode ser introduzida no tempo-espaço da instituição de educação infantil por meio de uma ação pedagógica objetiva que envolve, dentre outros fatores, a organização do espaço para tal fim.

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PARA O BRINCAR

A organização dos espaços constitui um dos fatores preponderantes para a garantia do brincar na educação infantil. Nesse sentido, os profissionais que atuam nessa instituição devem buscar ampliar o olhar sobre o espaço, visando proporcionar às crianças um ambiente:

promotor de aventuras, descobertas, criatividade, desafios, aprendizagem e que facilite a interação criança-criança, criança-adulto e deles com o meio. O espaço lúdico infantil deve ser dinâmico, vivo, “brincável”, explorável, transformável e acessível para todos (BRASIL, 2008. p. 8).

No âmbito escolar, o espaço, quando organizado de forma adequada, consiste em uma estrutura de oportunidades que se desdobra em um contexto de aprendizagem e de significados, pois:

É uma condição externa que favorecerá ou dificultará o processo de crescimento pessoal e o desenvolvimento das atividades instrutivas. Será estimulante ou, pelo contrário, limitante, em função do nível de congruência em relação aos objetos e dinâmica geral das atividades que forem colocadas em prática ou em relação aos métodos educacionais e instrutivos que caracterizem o nosso estilo de trabalho. O ambiente de aula, enquanto contexto de aprendizagem, constitui uma rede de estruturas espaciais, de linguagens, de instrumentos e, finalmente, de possibilidades ou limitações para o desenvolvimento das atividades formadoras (ZABALZA, 1998. p.120-121).

Assim sendo, a maneira como o espaço é organizado na instituição de educação infantil é determinante para a dinâmica das aprendizagens, visto que:

O ambiente da sala de aula é muito mais do que um lugar para armazenar livros, mesas e materiais. Cuidadosamente e organizadamente disposto, acrescenta uma dimensão significativa à experiência educativa do estudante, atraindo o seu interesse, oferecendo informação, estimulando o emprego de destrezas, comunicando limites e expectativas, facilitando as atividades de aprendizagem, promovendo a própria orientação e apoiando e fortalecendo através destes efeitos o desejo de aprender (FORNEIRO, 1998. p. 237).

Nessa perspectiva, a maneira de organizar o espaço contribui para que este constitua um conteúdo de aprendizagem. Isso porque o espaço possui “um acúmulo de recursos de aprendizagem e desenvolvimento pessoal. Justamente por isso é tão importante a organização dos espaços de tal forma que constituam um ambiente rico e estimulante de aprendizagem” (FORNEIRO, 1998. p.241)

Nesse sentido, a preocupação com o ambiente físico por meio de um planejamento do espaço é de suma importância, uma vez que favorece a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças.

No entanto, não basta apenas colocar a criança em um espaço organizado, é necessário oferecer oportunidades para que ela interaja com o espaço de modo a desafiar suas competências.

E nesse processo, o meio, do qual o espaço faz parte integrante, é de suma importância, pois constitui em agente promotor de interações das crianças quer do próprio meio quer das crianças entre si ou destas com os adultos:

Isso resultará da disposição dos móveis e materiais, das cores, dos odores, dos desafios que, sendo assim, esse meio proporcionará às crianças. À medida que o adulto, nesse caso o parceiro mais experiente, alia-se a um espaço que promova descentração de sua figura e que incentive as iniciativas infantis, abrem-se grandes possibilidades de aprendizagens sem sua intermediação direta. Assim sendo, cada modo de relação com o entorno implica um determinado equilíbrio funcional que, por sua vez, é uma expressão da historicidade tanto da maturação individual como da evolução do meio humano. Logo, o espaço não é algo dado, natural, mas sim construído. Pode-se dizer que o espaço é uma construção social que tem estreita relação com as atividades desempenhadas por pessoas nas instituições (HORN, 2004. p. 16).

Ademais, a organização do espaço requer um planejamento prévio quanto ao nível de desenvolvimento das crianças, no intuito de prever as atividades a serem desenvolvidas a fim de organizar móveis e objetos que serão necessários para a aquisição de novas aprendizagens:

É importante termos consciência de que as crianças, passando por diferentes estágios de desenvolvimento, terão, por conseguinte, necessidades diversas também em relação ao meio no qual estão inseridas. Quando muito pequena, a criança age diretamente sobre o meio humano, utilizando-se das pessoas para se inserir em seu contexto social. Na medida em que conquista autonomia motora, em que adquire padrões de linguagem

mais avançados, conquista recursos cada vez mais refinados para interagir com a cultura e com o mundo que a rodeia (HORN, 2004. p. 17-18).

Nesse sentido, é essencial que haja um espaço de sala de aula organizado com objetos e materiais instigantes e desafiadores com os quais ela possa interagir, ou seja, criar, imaginar, construir e, principalmente, brincar:

Considerando-se as premissas de que o meio constitui um fator preponderante para o desenvolvimento dos indivíduos, fazendo parte constitutiva desse processo; de que as crianças, ao interagirem com o meio e com outros parceiros, aprendem pela própria interação e imitação, constatamos que a forma como organizamos o espaço interfere, de forma significativa, nas aprendizagens infantis. Isto é, quanto mais esse espaço for desafiador e promover atividades conjuntas, quanto mais permitir que as crianças se descentrem da figura do adulto, mais fortemente se constituirá como parte integrante da ação pedagógica (HORN, 2004. p.20).

Considerar desta forma a organização do espaço como fator de promoção do brincar na educação infantil implica ainda uma reflexão quanto as atitudes e práticas educativas dos profissionais desta instituição. Requer, pois, uma organização objetiva da rotina diária, das atividades a serem desenvolvidas e, principalmente, dos materiais e brinquedos a serem oferecidos às crianças.

Ademais, é necessário lembrar que o desenvolvimento não é um processo espontâneo e a aprendizagem consiste em princípio norteador do desenvolvimento psíquico da criança, pois “a criança avança a um novo período de seu desenvolvimento na medida em que os processos educativos promovem a apropriação da cultura e a complexificação de sua atividade” (PASQUALINE, 2013. p.94).

Nesse contexto, o trabalho mediador do professor é fundamental para que a criança seja capaz de avançar em seu desenvolvimento. Para tanto, torna-se necessário que esse profissional oportunize estratégias pedagógicas que promovam a superação da criança para o próximo período de desenvolvimento.

Portanto, uma educação infantil que realmente promova o desenvolvimento psíquico da criança não pode estar no bojo de um conceito meramente

assistencialista, onde prevalece apenas o cuidar em detrimento do educar.

É necessário lembrar que a criança é um sujeito histórico que irá se desenvolver nas relações e práticas do cotidiano a ela disponibilizadas. Conhecer o mundo material e social que a rodeia amplia gradativamente suas conquistas psíquicas.

Entretanto, não basta apenas colocar a criança em contato com essa diversidade de materiais, cabe ao professor criar as condições necessárias ao desenvolvimento das crianças. Para tanto, é necessário a este profissional conhecer os processos de desenvolvimento psíquico infantil, pois uma educação só se tornará eficiente se pautar suas ações neste conhecimento.

Uma vez que o professor tenha ciência do desenvolvimento psicológico infantil, torna-se necessário orientar sua prática pedagógica de forma a promover o desenvolvimento ao próximo nível a ser alcançado pela criança.

Eis o grande desafio da educação infantil: oportunizar atividades planejadas previamente que verdadeiramente contribuam para o avanço significativo das crianças.

O PROJETO FAZER EM CANTOS: CRIANDO ESPAÇOS PARA O BRINCAR

A constatação de que a organização dos espaços nas escolas de educação infantil vinculadas à Secretaria Municipal de Educação da cidade de Araçatuba, SP, não contemplava uma proposta diferenciada, privilegiando a prática docente centrada no professor em detrimento de uma prática centrada na criança, ocasionou estudos sobre essa temática realizados pela equipe de Orientação Pedagógica.

Naquele momento, buscava-se uma educação infantil de qualidade e, para tanto, era necessário percorrer novos caminhos e superar obstáculos, visando alcançar resultados mais significativos nas escolas de educação infantil.

Nesse contexto, foi implantado o Projeto Fazer em Cantos, uma proposta pedagógica de trabalho centrada na criança, embasada principalmente pelos documentos oficiais do Ministério da Educação e em referencial teórico que aborda a questão, tendo em vista uma abordagem educacional diferenciada, capaz de romper com a tradição didática até então empregada nas instituições de educação infantil.

Assim, por meio de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a equipe gestora de quatro escolas de educação infantil, vinculadas a esta Secretaria, foi implantado o Fazer em Cantos com o objetivo de repensar a concepção de criança, a organização dos espaços e as práticas pedagógicas desenvolvidas nessas unidades escolares, tendo como princípios norteadores: o desenvolvimento da autonomia e a cooperação entre as crianças, a organização do espaço educador, a formação da equipe escolar, a avaliação e a participação da comunidade escolar.

Foram, então, realizadas algumas visitas à Creche Carochinha, vinculada a USP no *campus* de Ribeirão Preto, considerada um modelo quanto ao programa pedagógico que desenvolve, principalmente no uso dos espaços. Essas visitas foram

feitas, primeiramente pela equipe gestora de cada unidade escolar, a fim de observar as práticas pedagógicas desenvolvidas na Carochinha e, em seguida, por toda a equipe escolar de cada escola, ou seja, diretor, coordenador, professores, educadores, berçaristas, cozinheiras e auxiliares de serviços gerais, enfim, todos os membros integrantes da equipe de cada unidade escolar das escolas de educação infantil selecionadas para a implantação do projeto foram conhecer o espaço da Creche Carochinha a fim de vivenciar a organização e a rotina desta instituição.

Posteriormente, foram realizadas muitas reuniões de estudos e discussões com a equipe de Orientação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e os gestores das escolas, para, a partir destas, a própria equipe gestora capacitar toda a equipe pedagógica destas unidades escolares e, somente após uma sequência de reuniões de capacitação, o projeto passou a ser implantado nas escolas selecionadas.

O início do ano letivo nestas escolas foi marcado por reuniões com os pais, a fim de informá-los quanto à finalidade do Projeto Fazer em Cantos, seus objetivos e, principalmente, quanto às mudanças que estariam por acontecer naquele ano, tanto na prática pedagógica quanto na organização e uso dos espaços.

Assim, o ano letivo inicia com grandes mudanças tanto de ordem estrutural quanto de ordem pedagógica nas escolas de educação infantil pioneiras do Projeto. Havia muitas incertezas, que geraram muitas dúvidas e angústias na equipe escolar, mas a vontade de acertar era maior.

Na prática, era preciso mudar toda a concepção pedagógica, repensar o conceito de criança como um sujeito que constrói sua própria história, então, não mais cabia uma prática centrada no professor, ao contrário, a criança passou a ser o centro de todo o processo.

Nesse contexto, a (re)organização dos espaços foi fundamental para o desenvolvimento da rotina na escola. Então, as salas de aula foram organizadas em cantos de aprendizagem, compondo diferentes ambientes no mesmo espaço separados entre si por prateleiras baixas a fim de possibilitar às crianças uma visão

geral dos diferentes ambientes que passaram a compor cada sala. Cada um destes cantos foi organizado com uma diversidade de objetos, tendo em vista oportunizar a autonomia das crianças tanto na escolha quanto na multiplicidade de interações.

Foram criados os mais diversos tipos de cantos, tais como: canto da casa, do escritório, cabeleireiro, fantasias, carros e construções, cada um com seus objetos específicos. Assim, foram colocados a disposição das crianças diversos materiais: espelhos, móveis, cortinas de contas, fotos das crianças, blocos de construção, camarim com roupas e acessórios para fantasias, livros e brinquedos apropriados a cada fase de desenvolvimento das crianças, além de objetos da vida prática, como telefone, celular, computador, calculadoras, entre outros; propiciando a linguagem do faz-de-conta e o jogo simbólico.

Também foi permitido que as crianças circulassem livremente entre os espaços dos cantos, exercendo o poder de escolha em relação tanto às atividades quanto aos parceiros. Desta forma, a elas foi dado a oportunidade de manifestar suas preferências.

As carteiras e as cadeiras foram agrupadas de maneira diferenciada a fim de dinamizar a relação das crianças com o outro, por meio de grupos heterogêneos, e com os objetos de fácil acesso colocados a disposição nos cantos, proporcionando, assim, um ambiente de cooperação e compartilhamento de ideias e materiais.

Ademais, as atividades realizadas pelas crianças passaram a ser expostas em murais e varais espalhados por toda a escola, como forma de valorizar os trabalhos delas e contribuir com a estética do ambiente da instituição.

A área externa das salas de aula também foi organizada e foram criados diversos cantos de atividades para as crianças, tais como: parede de azulejos para pintura com tinta; instalação de duchas para brincadeiras com água; criação de hortas e pomares; dentre outros.

Quanto a rotina, foi destinado um tempo para as crianças usufruírem das atividades diversificadas que os cantos proporcionam, entre trinta a cinquenta

minutos, sendo que o tempo restante foi destinado a roda de conversa, de história e música, momentos para a realização das atividades pedagógicas e das permanentes.

Concomitantemente as mudanças supracitadas, foram ocorrendo muitos estudos e pesquisas por parte da equipe escolar tendo em vista uma busca constante de conhecimento e momentos de reflexão das ações e, em muitas ocasiões, o redirecionamento do percurso metodológico sempre que assim se fez necessário.

Assim, a reflexão sobre as condições de aprendizagem oferecidas às crianças tornou-se uma ação constante da equipe escolar, a fim de ajustar a prática às reais necessidades apresentadas pelas crianças durante o processo de aprendizagem.

A avaliação passou a ser sistemática e contínua, constituindo-se em um instrumento norteador da prática educativa. Foi necessário, ao professor, redirecionar seu olhar sobre as crianças durante o desenvolvimento das atividades. Muitas vezes, essa nova forma de avaliação direcionou o professor a (re)planejar as atividades e até criar situações diversificadas a fim de gerar avanços significativos na aprendizagem das crianças.

Os professores passaram a produzir portfólios individuais e coletivos com relatórios descritivos sobre o desenvolvimento de cada criança, o que possibilitou detectar as dificuldades destas e agir por meio de uma intervenção pontual.

Ademais, o registro da participação das crianças se fez tanto por meio de atividades de desenho ou escrita, dependendo da série/idade, quanto por registro de fotos de cada aluno durante os momentos de atividades e interação entre as crianças.

Todo o processo vivenciado foi amplamente compartilhado com os demais profissionais de educação infantil da Secretaria Municipal de Educação, a fim de estender a implantação do projeto às demais escolas.

Gradativamente a Secretaria foi abrindo espaço para a participação de outras

unidades escolares e atualmente conta com a participação de onze escolas de Educação Infantil no Projeto Fazer em Cantos.

Nesse contexto, o brincar tornou-se uma atividade constante nessas instituições e a organização dos espaços em cantos de aprendizagem foi fundamental para essa prática. Ficou evidente que as instituições de educação infantil ofereçam espaços com propostas de situações de aprendizagem diversificadas para que se ampliem as possibilidades de desenvolvimento das crianças por meio de atividades lúdicas.

Também se constatou que os espaços na educação infantil precisam oferecer uma diversidade de objetos e brinquedos disponibilizados às crianças a fim de promover momentos de brincadeiras por meio das quais efetivamente promovam o aprendizado e o desenvolvimento das crianças, conforme observam Leontiev (2014) e Vigotsky (2007; 2009).

A experiência de organização dos espaços em cantos ocorrida nas escolas da Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba, SP tornou-se significativa, alcançando excelentes resultados no desenvolvimento da aprendizagem e da autonomia das crianças.

Entretanto, relatos de experiências como essa ainda são raros num país em que ainda predomina o conceito de assistencialismo e de escolarização na educação infantil. Isso evidencia que ainda há muito que se apreender das obras dos autores da teoria histórico-cultural, cujas contribuições possibilitam uma melhor compreensão sobre o brincar e sua inserção nas práticas pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eis o momento de atar as intenções ao produto, isto é, de fundamentar a hipótese que norteou este trabalho. Vamos, pois, a ele.

Este estudo desenvolveu-se sob a articulação temática da organização do espaço como fator de promoção para o brincar na instituição de educação infantil e conforme foi analisado numa perspectiva histórico-cultural a brincadeira constitui uma atividade dominante na infância, concretizando-se numa forma de aprendizagem das crianças (LEONTIEV, 2014; VIGOTSKY, 2007, 2009).

Ademais, considerando que a criança, desde seu nascimento, está inserida num determinado contexto social do qual faz parte como ser histórico, torna-se imprescindível a sua participação na organização do espaço escolar como ser atuante.

Ora, assim sendo, o espaço escolar constitui o *locus* privilegiado de interação de diferentes crianças e, conseqüentemente, confronto com seus diversos valores, uma vez que as condições concretas de vida destas crianças diferem entre si.

Para tanto, o espaço das salas de aula na educação infantil deve apresentar uma variedade de recursos e objetos de significações e conceitos para as crianças, necessitando, ainda, de um planejamento prévio para ali estarem.

Compete, pois, aos profissionais que atuam na educação infantil, em parceria com as crianças, organizar o espaço de forma a promover a interação destas quer com o meio quer com as próprias crianças e até mesmo com os adultos da instituição.

Nesse contexto, fica evidente a necessidade de se investir na formação dos professores de educação infantil a fim de que essa instituição cumpra seu papel e

efetivamente se constitua em um *locus* de transmissão de saberes culturalmente construídos pelo homem, promovendo, assim, o desenvolvimento das potencialidades das crianças.

Portanto, há que se mudar muito: a estrutura física e pedagógica da escola, a formação dos professores, a postura dos gestores, os projetos pedagógicos, a comunidade escolar; enfim, é necessário que o sistema de ensino seja reestruturado em sua totalidade para que o processo de organização do espaço escolar possa ocorrer com êxito e tornar-se um fator de promoção do brincar na instituição de educação infantil.

REFERÊNCIAS

FORNEIRO, L. I. A organização dos espaços na educação infantil. In: ZABALZA, M. A. **Qualidade na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HORN, M. da G. S. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEONTIEV, A.N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In: VIGOTSKY, L. S.; LEONTIEV, A. N.; LURIA, A. R. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 13 ed. São Paulo: Ícone, 2014.

PASQUALINI, J C. Periodização do desenvolvimento psíquico à luz da escola de Vigotski: a teoria histórico-cultural do desenvolvimento infantil e suas implicações pedagógicas. In: MARSIGLIA, A.C.G (org.). **Infância e pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2013.

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Ática, 2009.

ZABALZA, M. A. **Qualidade na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Céris Spínola, de aluna a professora: A docência na educação básica³⁹

Autores:
Bruna Nogueira THOMAZIN⁴⁰
Marcio José Rigueiro MATOS⁴¹
Áurea Esteves SERRA⁴²

Data de submissão e aprovação do artigo: 11.06.2017

³⁹ - Este artigo foi escrito para cumprimento das exigências e requisito para aprovação da disciplina METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA III, ministrada pela Professora Dra. Áurea Esteves Serra, a qual também orientou a produção do artigo.

⁴⁰ - Aluna do 7º semestre do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui.

⁴¹ - Aluno do 7º semestre do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui.

⁴² - Graduada em Pedagogia e História, com especialização em Direito Educacional e Gestão Escolar; Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília, na área de Políticas Públicas, linha de História e Filosofia da Educação Brasileira. Foi bolsista de agosto de 2007 a janeiro de 2008 pela Capes junto a Universidade de Lisboa, Portugal, doutorado sanduíche. Pós-doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Araraquara. Profissionalmente sempre atuou no magistério público municipal. Foi professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, Diretora de Escola, docente no ensino superior na Fundação Municipal de Ensino, cursos de Administração, Matemática e Pedagogia. Atualmente ocupa a função de agente político no cargo de Secretária de Educação do Município de Birigui/SP.

Céris Spínola, de aluna a professora: A docência na educação básica
RESUMO

O presente estudo teve como objetivo apresentar contribuições para a história da educação local e regional tendo como foco a história de vida e formação da professora Maria Céris Spínola Castro Marcório, uma birigüense que dedicou toda sua vida ao magistério. Trata-se de uma pesquisa de abordagem histórica que busca por meio da utilização de procedimentos, como: coleta, reunião, organização e seleção de fontes documentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Após o levantamento das fontes documentais e a leitura do referencial bibliográfico, também se fez necessário a coleta de dados e informações por meio de uma entrevista semi-estruturada com questões abertas. Assim, o texto em questão está organizado de forma a registrar a história de vida e experiências no magistério em que a referida professora atuou na cidade de Birigui/SP e região, como ela trabalhava com salas multi seriadas, suas maiores dificuldades e ainda, os obstáculos enfrentados. Os resultados obtidos com esta pesquisa confirmou a relevância de um estudo local para a compreensão da história da educação regional na qual a professora Maria Céris Spínola Castro Marcório foi protagonista na cidade de Birigui e região. Uma história que se iguala a muitas no Estado de São Paulo e Brasil.

Palavras-chave: 1 História da Educação, 2 Formação docente, 3 Profissionalização, 4 Escola Rural de Birigui.

ABSTRACT

Céris Spínola, from student to teacher: Teaching in basic education

The present study aimed to present contributions to the history of local and regional education focusing on the life history and formation of the teacher Maria Céris Spínola Castro Marcório, a birigüense who dedicated her entire life to teaching. It is a research of historical approach that seeks through the use of procedures, such as: collection, meeting, organization and selection of documentary sources for the development of this research. After collecting documentary sources and reading the bibliographic reference, it was also necessary to collect data and information through a semi-structured interview with open questions. Thus, the text in question is organized in order to record the life history and experiences in the teaching in which the said teacher worked in the city of Birigui / SP and region, as she worked with multi-series rooms, their greatest difficulties and, obstacles. The results obtained with this research confirmed the relevance of a local study to understand the history of regional education in which the teacher Maria Céris Spínola Castro Marcório was protagonist in the city of Birigui and region. A story that parallels many in the State of São Paulo and Brazil.

Key words: 1 History of Education, 2 Teacher Training, 3 Professionalization, 4 Rural School of Birigui.

APRESENTAÇÃO

O presente texto tratou particularmente da história de atuação docente de Maria Cérés Spinola Castro Marcório, professora em Birigui/SP - Brasil, na qual o propósito foi analisar o processo de formação e profissionalização da respectiva professora, hoje aos 75 anos de idade, que muito contribuiu para a educação biriguiense.

A motivação para a realização desta pesquisa advém da leitura realizada, Reis et al (2013, p.86), na qual estas afirmam que:

A professora Maria Cérés Spinola Marcório foi uma das primeiras professoras da zona rural de Birigui, segundo ela, a mesma iniciou sua carreira em 1965, na Fazenda São João na cidade Santópolis do Aguapei, onde ficou por nove meses sendo admitida como substituta ao serviço do Ensino Oficial do Estado de São Paulo e aposenta-se em 1991. Ela nasceu em Birigui e até hoje reside na mesma. Além de alfabetizar as crianças, também ensinava os alunos a cozinhar, cuidar da horta, tirar pó dos móveis, lavar louça, organizar as festas e outros afazeres diários. Maria Cérés foi Efetivada a partir de 25/07/1977 no Ensino Oficial do Estado de São Paulo (professora), entrou na Escola Normal Prof. Stélio Machado Loureiro. Ela se formou em 1973 em uma das mais importantes Faculdades do Brasil, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis. Maria Cérés morava em Birigui, vinha para Fazendo de carro. Maria Cérés se diz orgulhosa pela sua trajetória de vida, que teve importante papel na sociedade biriguiense.

Diante do exposto na citação acima, constatamos que era viável a pesquisa que propomos.

As questões referentes a sua formação e a atuação nas escolas localizadas, em especial na zona rural e seu ingresso no magistério oficial do estado de São Paulo são temas centrais neste texto. Na entrevista realizada com a professora Maria Cérés percebeu-se em seu depoimento a empolgação e o envolvimento com o magistério. Esta declara que buscava acompanhar a modernização das concepções de ensino apreendidas no curso normal e participava de vários cursos e treinamentos oferecidos pela Secretaria de Estado da Educação, como: Curso de

Atualização Pedagógica do Magistério, Curso de Museologia, Treinamento Suplência I, Treinamento para Professores do Ensino Supletivo, Curso de Capacitação a Distância de Recursos Humanos para o Ensino Supletivo, Treinamento de Pessoal Docente da Escola de Primeiro Grau, Curso de Expansão Cultural, Treinamento na Área de Ciências, Treinamento de Professores do Ensino Supletivo – Modalidade Suplência – 1º a 4º Série, entre muitos outros na qual tivemos contato com os respectivos certificados da professora ao realizar o levantamento das fontes documentais. Consideramos ao nos deparar e analisar essas fontes documentais que trata-se de uma professora que sempre buscou atualizar-se, isto confirmado nos inúmeros certificados disponibilizados a realização deste trabalho, porque a quantidade e diversidade dos documentos evidenciam que a professora Maria Céris não se limitou a ensinar a ler e escrever. Como escreveu Mignot e Cunha (2003), os profissionais da educação são produtores de sonhos e eternizam práticas.

Este trabalho regional, ainda tem por objetivo, contribuir para a compreensão da história da formação e profissionalização de professores no Brasil. Pois de acordo com os estudos de Catani (2003) citando Nóvoa este autor afirma que [...] a história da profissão docente é indissociável do lugar que seus membros ocupam mas relações de produção e do papel que desempenham na ordem social." (p.585)

Neste sentido, abordam-se no texto em questão, os principais aspectos da formação; escolas, colégios, institutos e faculdade, onde a professora Maria Céris estudou. Assim como as escolas onde a professora Maria Céris lecionou.

Por meio da utilização de procedimentos de recuperação, reunião, seleção, organização e análise de fontes documentais e bibliografia especializada relativas ao tema, foram selecionadas legislações pertinentes, certificados, diplomas e outros dados concernentes ao estudo em questão, como cartas e documentos pessoais da vida profissional da referida professora. ainda enquanto metodologia fez -se uso da história oral, porque "é para mudar, transformar, que se propõem estudos em história oral" (p. 37) como afirmou Meihy e Ribeiro (2011). Neste sentido foi necessário realizar três entrevistas com a professora Maria Céris. Na primeira estivemos

acompanhados de nossa orientadora na qual ocorreu a apresentação e uma coleta de informações necessárias análise se a pesquisa tinha consistência quanto as fontes documentais. Confirmado o grande número dessas fontes mais dois encontros foram necessários para se coletar os dados e informações necessários que contribuíssem para o desenvolvimento da pesquisa.

Com a reunião desse material, foi possível verificar que a professora Maria Cérés cursou o primeiro grau na Escola Estadual “Roberto Clark”, o ginásio no Colégio Metodista “Instituto Noroeste”, Colégio Católico “Coração de Maria” e o curso normal no Instituto de Educação “Prof. Stélio Machado Loureiro”, todos da cidade de Birigui/SP e quanto a profissionalização, constatou-se que a professora Maria Cérés iniciou sua carreira primeiramente na zona rural, Escola está localizada no município de Santópolis do Aguapei/SP, passando por outras escolas rurais e, depois, em escolas urbanas do interior do Estado de São Paulo, fixando-se em escolas da cidade de Birigui, primeiramente no Grupo Escolar Prof^a Isabel de Almeida Marin e em seguida no Ginásio Estadual “Prof. Stélio Machado Loureiro”.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1980

De acordo com os estudos de Serra (2016, p.144) pautada em Saviani (2009) esta afirma que a formação de professores no Brasil surge de forma explícita somente após a independência, quando se começa a pensar a organização da instrução popular. Segundo essa autora a questão pedagógica em articulação com as transformações que se processaram ao longo dos últimos dois séculos na sociedade brasileira quanto à história da formação de professores no Brasil podem ser distinguidas nos seguintes períodos:

1. Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.
2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo a escola-modelo.
3. Organização dos Institutos de Educação (1932- 1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.
4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).
5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).
6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006).

Confrontando os dados pessoais da professora Maria Céris com a divisão da história da formação proposta por Saviani, conclui-se que é no quarto período que acontece a formação e profissionalização da professora Maria Céris.

Serra (2016) trata em seu artigo que foi na República Populista que aconteceram os movimentos inovadores de base popular e que em 1961 o projeto Lacerda foi é aprovado como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20/12/1961). Afirma a partir de Hisdorf que foi nesse período durante a

Ditadura Militar que tivemos um “regime centralizado e coercitivo e sua política de desenvolvimento associada, isto é, a etapa da economia embasada na indústria” (HILSDORF, 2014, p.122), tendo no campo da educação as políticas de ideologia liberal, investir no capital humano. Assim acontecem em 1968 e 1971 as reformas educacionais, Leis nº 5.540/68 e nº 5.692/71 que apresentam como principal característica a linha tecnicista de educação, um modelo de formação segundo vários pesquisadores, importado dos Estados Unidos.



**PROFESSORA MARIA CÉRIS SPINOLA CASTRO MARCÓRIO:
REMINISCÊNCIAS FAMILIARES**

Filha de Graça Martins de Oliveira e Álvaro de Oliveira Castro, nasceu na cidade de Birigui, estado de São Paulo/Brasil, no dia 19 de fevereiro de 1941, tendo as irmãs Cecília e Mariza.

Integrante de família descendente de imigrantes espanhóis e migrantes baianos teve uma infância alegre e feliz, brincando com colegas da vizinhança nas ruas ainda pouco movimentadas da cidade de Birigui/SP. Sua mãe ficou viúva muito nova, aos 21 anos e foi logo após esse ocorrido que conheceu seu padrasto Jucelim Costa. Sua mãe casou com Costa que ajudou na criação das filhas ela e a irmã mais velha Cecília. Dessa nova relação veio a sua irmã Mariza.

A família residia na rua Bandeirantes, rua esta que ficava atrás do Estádio Municipal de Futebol "Roberto Clark". Seu padrasto tinha um consultório de dentista na própria residência. Ele foi um dos primeiros dentistas da cidade de Birigui/SP e o maior incentivador para que suas enteadas estudassem.

Maria Cérés (2016) relata em sua entrevista a nós concedida que: "minha família sempre me apoiou e me incentivou a estudar". Ela conta que naquela época não se tinha outra opção de curso para se fazer além da Escola Normal. Como seu padrasto era dentista, vinha de um 'mundo de estudos', queria muito que suas enteadas continuassem os estudos, as influenciando a fazer a faculdade de Pedagogia na cidade de Penápolis/SP.

Professora Maria Cérés casou-se com José Wilson Marcório Vieira, com quem teve dois filhos. Wilson Spinola Marcório o mais velho, nasceu no dia 15/12/1966 e cursou publicidade. Atualmente é publicitário na faculdade Martin, na capital, São Paulo. E o filho mais novo, Wilcer Spinola Marcório nasceu no dia 22/06/1968 e

cursou Direito no Centro Universitário Toledo de Araçatuba. Maria Cérés também conta em sua entrevista que seu marido José Wilson Marcório Vieira sempre a apoiou em sua carreira de professora, ela diz:

Ele era um espetáculo, sempre me apoiava em tudo que eu fazia, era um excelente marido. Lembro que quando decidi estudar e fazer a faculdade de Pedagogia em Penápolis/SP, ele ficava cuidando dos nossos filhos todas as noites para que eu pudesse ir tranquila.

Hoje, com 75 anos de idade, a professora e cidadã Maria Cérés Spinola Castro Marcório é amada e respeitada por todos que a conhecem, o que justifica o registro de parte de sua vida neste trabalho. Caminha diariamente pelas ruas centrais da cidade por mais de quatro km e ainda cuida do jardim de rosas da praça da Avenida Governador Pedro de Toledo que fica de frente o prédio onde reside.

PROFESSORA MARIA CÉRIS SPINOLA CASTRO MARCÓRIO: É TEMPO DE ESCOLA

A professora Maria Cérés deu início aos seus estudos cursando o primeiro ano do chamado Curso Primário no antigo Primeiro Grupo Escolar da cidade de Birigui, hoje denominado de Municipal “Roberto Clark”. Após concluir o Ensino Primário foi transferida para o Colégio Metodista “Instituto Noroeste”, onde realizou o 5º ano do Curso Ginásial, como Maria Cérés mudou-se de casa com sua família e o Colégio Instituto Noroeste era longe da sua nova casa, seus pais à transferiram para a Instituto de Educação “Prof. Stélio Machado Loureiro”. Maria Cérés conta em entrevista que quando entrou na Escola Estadual “Prof. Stélio Machado Loureiro”., teve que realizar um teste de admissão. E que este teste era obrigatório e realizado por todos os alunos que ingressavam na instituição. O mesmo ocorria do 8º ano do Curso Ginásial para o 1º ano do Curso Normal.

Com o Curso Normal Marcia Cérés já podia lecionar sem precisar ter o Curso de Licenciatura de Pedagogia, mas para Cérés ganhar cinco pontos a mais para melhorar seu currículo e aumentar seu salário, optou por fazer a faculdade de Pedagogia na cidade de Penápolis/SP.

Assim, sua formação profissional no Curso Superior de Pedagogia foi na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis, distante 30 quilômetros da cidade de Birigui/SP, onde residia. O curso teve a duração de três anos e, ao término (1973), ocorreu a formatura, cerimônia realizada no Clube da própria Instituição.

Segundo a professora Maria Cérés as três instituições que marcaram sua formação foram: o Grupo Escolar Roberto Clark, o Colégio Noroeste e a Escola Superior de Penápolis/SP.

Maria Cérés além de realizar sua formação superior na Instituição de

Penápolis/SP, também fez vários cursos voltados para a área da Educação. Alguns deles, já citados anteriormente, como; o de Comunicação Audiovisual, Curso de Atualização Pedagógica do Magistério, Curso de Museologia, entre outros que colaboraram para sua formação acadêmica.



PROFESSORA MARIA CÉRIS SPINOLA CASTRO MARCÓRIO: UMA PROFESSORA INOVADORA PARA O SEU TEMPO

A professora Maria Cérís pode ser considerada um referencial de educadora. Uma professora inovadora para o seu tempo. Os que a conhecem, e sobre ela tecem relatos, confirmam sua trajetória de lealdade aos ensinamentos considerados hoje por seus ex-alunos/professores construtivistas, como vamos ver posteriormente neste texto.

A primeira escola em que lecionou localizava-se no município de Santópolis do Aguapei/SP. Era uma escola rural mista isolada, que ficava em uma fazenda na zona rural, para onde ela se dirigia todas as manhãs, utilizando-se de um ônibus que tinha como destino Tupã/SP, mas Maria Cérís parava em uma estrada de terra deserta e seguia seu caminho em frente a pé até chegar à escola. Ela fazia este caminho todos os dias para ir e voltar ao trabalho. Também lecionou na Escola Rural do bairro Baixotes, município de Birigui/SP na qual viajava de perua Kombi junto a outras professoras que lecionavam na região rural de Birigui/SP e de Coroados/SP.

Após estas “primeiras experiências” como professora, Maria Cérís também lecionou na Escola Mista “Darcy Fontanelli”, na cidade de Araçatuba/SP, vizinha à Birigui. Na Escola Rural Mista Isolada da Fazenda da Barraca, na cidade de Auriflamma/SP, na Escola Rural Mista Isolada Bairro Itaúna, na cidade de Rinópolis/SP, na Escola Agrupada de Juritis, na cidade de Glicério/SP, na Escola Rural Isolada do Bairro Taquari, na cidade de Birigui/SP, na Escola Profª Isabel de Almeida Marin, na cidade de Birigui/SP e na Escola Estadual Dr. Carlos Rosa, também na cidade de Birigui/SP. Na data de 25/07/1977 foi efetivada por meio de concurso público estadual.

A seguir no quadro 1 abaixo apresenta-se o percurso da referida professora em escolas rurais e urbanas. O contrato de trabalho era de caráter temporário para

licenças:

Distribuição Regional das Escolas Cêris lecionou onde Maria como ACT		
NOME DAS ESCOLAS	MUNICÍPIO	PERÍODO
EE PG (Isolada) Fazenda São João	Santópolis do Aguapei	03/03/1965 a 14/12/1965
EEPG Profª Darcy Fontanelli	Araçatuba	02/06/1966
EEPG Profª Mista Bairro Moinho	Araçatuba	17/03/1970 a 24/03/1970
EEPG (Isolada) Fazenda Canellas	Duas Barras	19/08/1970 a 14/12/1970
EEPM Corrego Fundo	Birigui	08/03/1972 a 14/12/1972
EEPG (Isolada) Bairro Baixote	Birigui	01/02/1973 a 31/12/1973
EEPG (Isolada) Bairro Baixote	Birigui	01/02/1974 a 31/12/1974
EEPG (Isolada) Bairro Baixote	Birigui	01/02/1975 a 31/12/1975
EEPG (Isolada) Bairro Baixote	Birigui	01/02/1976 a 31/12/1976

Como pode se visualizar no quadro 1 enquanto professora nas escolas rurais da região de Birigui/SP, vale destacar que nesse período a grande maioria das escolas ficam na zona rural como podemos confirmar de acordo com os estudo de Serra (2007) no ano de 1973 tinha-se 43 escolas rurais e 11 escolas urbanas no município de Birigui.

A seguir no quadro 2 abaixo detalha-se o percurso da referida professora em escolas rurais e urbanas como efetiva, o município sede, assim como o período compreendido para melhor visualização.

Distribuição Regional das Escolas Cêris lecionou onde Maria como efetiva		
NOME DAS ESCOLAS	MUNICÍPIO	PERÍODO
EEPG (Isolada) Fazenda Barraca	Auriflama	14/02/1977 a 23/07/1978
E.E.P.G Isolada) Bairro Itaúna	Rinópolis	24/07/1978 a 15/08/1980
EEPG (Agrupada) De Juritis	Brejo Alegre	16/02/1980 a 21/01/1981
EEPG (Isolada) Bairro Taquari	Birigui	22/01/1981 a 29/12/1984
EEPG Profª Isabel de Almeida Marin	Birigui	30/12/1984 a 25/12/1988
EEPG Dr. Carlos Rosa	Birigui	1989

A seguir no quadro abaixo tem-se o percurso da referida professora em escolas como professora substituta eventual em escolas urbanas no período inverso ao cargo de efetiva:

Escolas da cidade de Birigui onde Maria Céris lecionou como professora eventual		
NOME DAS ESCOLAS	MUNICÍPIO	PERÍODO
Roberto Clark	Birigui	1994
Stélio Machado Loureiro	Birigui	1994

Referente a esta informação tem-se um fato curioso tratado pela professora Maria Céris em suas entrevistas. A professora relata que após se aposentar retornou a educação substituindo e fala:

Tudo era muito difícil, as crianças e a educação haviam mudado muito. Assim considerei que o melhor era encerrar minha carreira de vez para não sujar meu nome, quero dizer 'perder a cabeça' com algum aluno sem educação".

De acordo com Serra (2016) citando Sousa (2015) formar-se professor exige um processo histórico, constituído de experiências pessoais e no espaço de atuação. Esta afirmação é possível de ser comprovada mediante o estudo realizado sobre a trajetória de vida, formação e profissionalização da professora Maria Céris.

Com isso a pesquisa em questão confirma a relevância do estudo para a compreensão da valorização social do professor fornecendo contribuições para nossa formação acadêmica. Registramos aqui que depois da realização da entrevistas ficamos muito mais interessados em participar das aulas e da nossa formação. Professora Maria Céris nos causou admiração e um exemplo a imitar. Apresentou-se muito apaixonada pelo que a vida toda que foi lecionar.

O PERFIL PROFISSIONAL E PESSOAL DA PROFESSORA MARIA CÉRIS SPINOLA CASTRO MARCÓRIO

Observamos em nossas entrevistas e diálogos mantidos com a professora Maria Cérés que esta é uma pessoa digna de ser imitada, porque ao longo de sua carreira docente junto ao Magistério Estadual sempre apresentou e trabalhou por princípios pedagógicos e um ensino e aprendizagem que marcou muitos de seus alunos. Um ensino e aprendizagem atrelados à vida do aluno.

Em entrevista realizada com a professora Serra, ex-aluna da professora Maria Cérés esta relata. No ano de 1973, no 3º ano do primário, esta professora trabalhou na Escola Mista de Emergência do Bairro Baixotes em um sala multiseriada com o 1º ano, 2º ano e 3º ano. Recorda-se que a referida professora em um período de quatro horas de aula era capaz de trabalhar didaticamente e eficazmente com as três turmas e ainda sobrava tempo para outras atividades, tais como: cuidar do jardim da escola, da horta, fazer a merenda e ainda brincar muito de várias atividade físicas e esportivas embaixo da grande figueira. Aos domingos a professora Maria Cérés fazia piquenique no Ribeirão Baixotes com seus alunos, período no qual a água do rio era transparente de tão limpa.

A ex-aluna ainda se recorda que a professora almoçava cada domingo na casa de um aluno para conhecê-lo melhor e a seus familiares. Recorda-se também das intervenções da professora junto ao prefeito da época para as melhorias da infraestrutura da escola rural do bairro Baixotes.

A ex-aluna relata também que “um dos grandes e maiores feitos da professora era a festa junina, realizada embaixo da grande figueira; quadrilha, frango assado, doces, a presença do prefeito, os vestidos, os preparativos... saudades”. (SERRA, 2016)

Quanto a questão pedagógica a ex-aluna relata: “todo conteúdo didático pedagógico fez sentido na minha vida, mas o grande marco foi que ao final dos capítulos do livro de “Comunicação e Linguagem”, este trazia textos informativos sobre os grandes inventores e suas criações” que até hoje Serra recorda, sabe de memória o nome de todos e suas criações: Gra Bell – o telefone, Marconi – o rádio, Thomas Edson – a lâmpada e assim por diante. Disse também não esquecer da mitologia grega na qual o livro trazia pequenos resumos. Afirma: "penso que talvez aqui esteja um dos motivos que me levaram a ser apaixonada pela História da Educação e a me especializar nessa área". (SERRA, 2016)

Prof. Maria Cérés sempre se preocupou com seu alunos, em todos os sentidos. Desde como era sua vida em casa até sua vida na escola, ela muito emocionada compartilhou algumas histórias que ocorreram ao longo de sua carreira. Uma dessas lindas histórias foi que todo ano na semana da criança ela pedia um ônibus, o conseguia de graça, pedia a autorização dos pais e colocava todos os seus alunos e os levava para passear no zoológico da cidade de Araçatuba/SP.

Neste contexto, conta sobre uma história que aconteceu sobre um aluno em especial que a marcou muito, seu nome era segundo a professora Sérgio. Ele tinha a doença do peito de pombo. Sempre que estava na escola em alguma atividade física ou até mesmo brincadeira entre amigos ele caía no chão por falta de ar e equilíbrio nas pernas.

Conta ainda que ao ver o sofrimento do menino resolveu procurar ajuda, e como levava seus filhos em um médico de sua confiança na cidade de Araçatuba/SP resolveu um dia contar a história de Sergio e explicar a situação do menino para o médico de seus filhos. Foi então que o médico pediu para que Maria Cérés trouxesse ele para ser examinado. Após ser examinado, Sérgio teve o diagnóstico de que teria que ser operado, o doutor sabendo da situação da família, não cobrou pela cirurgia.

Diante dessa situação a professora Maria Cérés relata que foi conversar com os pais de Sérgio para saber se eles autorizavam a cirurgia que precisava ser feita. Após explicar aos pais aceitaram e disseram que seria o melhor a ser feito para seu

filho, alguns dias após a cirurgia Maria Cérés ia todos os dias até Araçatuba/SP visitá-lo. Pegava seu carro, comprava frutas e ia até o hospital para ver como estava a recuperação de Sergio. Todos os dias também quando saia do hospital passava pela estrada de terra e encontrava a mãe de Sergio, que esperava chorando por notícias do filho, mas que sabia que o mesmo estava em excelentes mãos. Ele se recuperou e logo voltou para a escola e sua rotina voltou ao normal. Ela se emociona ao contar que como gesto de gratidão ela recebeu uma carta dos pais de Sergio, agradecendo pelo carinho que sempre teve com seu filho em todo os momentos em que ele precisou.

Outro fato da história da docência da professora Maria Cérés que descrevemos aqui é que sempre teve o hábito de dar aos alunos todos os dias os toquinhos de giz que sobravam a cada dia era uma fileira por dia, e que teve um dia uma mãe de aluna foi na escola querendo conversar com ela, para saber quem tinha escrito 'Tanajura' na porteira da casa dessa aluna e que estava ofendendo a filha dela. Foi então que Maria Cérés ficou sem entender, pois na cartilha "Caminho Suave" ela ainda não tinha trabalho o R como essa criança essa criança que escreveu 'Tanajura' já sabia escrever essa palavra sozinha? Foi então que Maria Cérés pediu para que os alunos escrevessem na lousa essa palavra, e ela acabou descobrindo que uma de suas alunas já estava na letra R da cartilha "Caminho Suave", e que ela tinha chego nessa lição sozinha apenas com o auxílio das outras letras que a professora já havia ensinado. Segunda a professora para a época isso era um espanto.

A professora ainda relata que sua didática sempre foi marcada por atitudes de carinho, respeito e amor aos estudantes, a quem tratava com muita devoção, procurando ensinar o que sabia por meio de inúmeras atividades. Sabia ensinar e exigir com a mesma docilidade, o que encantava os alunos que tinham o prazer de com ela aprender. Em sua entrevista afirmou: "um professor jamais pode alterar a sua voz".

Referiu-se ao seu percurso de formação profissional que sentia se orgulhosa por ter ajudado muitos de seus alunos, tanto em sala de aula quanto fora dela. Demonstrava orgulho e satisfação ao comentar para nós muitas de suas histórias

vividas e o enorme carinho que tinha por cada um de seus alunos e o amor, a paixão pela educação em vários momentos das três entrevistas a professora Maria Céris emocionou-se muito por recordar coisas que lhe foram muito significativas junto a sua carreira no magistério público estadual.



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Esta história de vida e formação aqui registrada permitiu-nos investigar a profissão docente em Birigui/SP no século XX, especialmente entre as décadas de 1970 e 1990, apresentando os seguintes resultados.

Concluimos que estudar a história de vida, formação e profissionalização da professora Maria Céris é importante porque em bairros rurais e cidades pequenas do interior paulista, particularmente em Birigui/SP, eram muitos os alunos que necessitam de informação e formação. Consideramos que isso em pleno século XXI não mudou, o que ocorre em nossas observações em estágio curricular é que os professores de hoje não oferecem esse diferencial a escola e nem ao aluno, o que vemos com muita tristeza.

Num primeiro momento tratou-se da vida pessoal e em seguida da formação dessa professora, buscando assim conhecer o seu percurso estudantil, como já foi registrado anteriormente a professora Maria Céris estudou em escolas públicas e privadas e o curso de Graduação em Pedagogia, na cidade de Penápolis/SP, instituições estas de renome para o momento de formação desta professora.

Em seguida sua profissionalização docente aconteceu em escolas da zona rural, passando por inúmeras dificuldades, vale ressaltar que neste período a população ainda residia no campo e aí estavam a grande maioria das escolas como já informado anteriormente.

Tendo sido aprovada em concurso público e efetivada na data de 25/07/1977 no município de Birigui/SP, onde residia na época, já casada e com muitos anos de profissão, teve sua aposentadoria como docente, em 1991, no grupo escolar Dr. Carlos Carvalho Rosa. Dentre seus inúmeros depoimentos destaca-se:

Taquari e Baixote foras as escolas que mais me marcaram, tinha as festas das padroeiras, festa junina, festa para os pais, que a gente fazia. O que

mais marcava eram essas festas e o almoço nas famílias, como as crianças ficavam felizes com esses momentos, o sorriso no rostinho deles.

Maria Céris (2016) completou 76 anos no dia 19 de fevereiro de 2017, e segundo ela com tristeza ao ouvir comentários de professores atuantes do magistério municipal que dizem “dar aulas com fone de ouvido para não ouvir as crianças” e afirma: “nunca altere sua voz com os alunos, tenha regras, principalmente o respeito por eles e por vocês mesmo”.

Outro aspecto a ser destacado na narrativa da professora Maria Céris relatado na entrevista era o preparo que fazia para suas aulas. Mencionou na entrevista que seu diário era feito com muito esmero tanto na didática, quanto nos conteúdos e ainda ressalta era para três turmas.

Chegamos a conclusão que este estudo foi de extrema relevância para nossa formação e conseqüentemente para o futuro exercício da docência, uma vez que nos proporcionou muita reflexão sobre o papel do professor, sua didática e a responsabilidade junto aos alunos e educação em geral. Para Guedes-Pinto (2002), a trajetória metodológica da pesquisa mostra a importância da interação construída entre a professora entrevistada e os alunos pesquisadores.

Conclui-se que o processo de formação docente deve considerar a dinâmica da construção identitária docente, as marcas das experiências e as práticas desenvolvidas, porque segundo Céris (2016) "os alunos percebem quando são tratados pela indiferença ou quando são respeitados, respondendo assim da mesma maneira". Portanto, de acordo com Guedes-Pinto (2002), o processo interativo vivenciado durante o trabalho trouxe evidências de como é possível construir uma relação dialógica entre a universidade e os professores das redes de ensino, estejam eles na ativa ou aposentados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.4.024 de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LEX – Legislação Federal, 1962.

_____. Lei n.5.540/68 de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua**. LEX - Legislação Federal, 1969.

_____. Lei n.5.692/71 de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. LEX - Legislação Federal, 1972.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

CATANI, Denice. Estudos da história da profissão docente. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GUEDES-PINTO, Ana Lúcia. **Rememorando trajetórias da professora-alfabetizadora**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral para empresas, universidades, comunidades e famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

MIGNOT, Ana Cristina; CUNHA, Maria Teresa Santos. **Práticas de memória docente**. São Paulo: Cortez, 2003.

NÓVOA, Antônio. **Le temps des professeurs** : analyse socio-historique de la profession enseignante an portugal (XVIII-XX siècle). Lisboa: Instituto de Investigação Científica, 1987. v. 1-2.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO. **Curso de Atualização Pedagógica do Magistério**. Maria Céris Spinola Castro Marcório. Araçatuba, 30 de Agosto de 1971.

_____. **Curso de Atualização Pedagógica do Magistério**. Maria Céris Spinola Castro Marcório. Araçatuba, 31 de Agosto de 1971.

_____. **Curso de Atualização Pedagógica do Magistério**. Maria Céris Spinola Castro Marcório. Araçatuba, 22 de Novembro de 1971.

_____. **Curso de Atualização Pedagógica do Magistério**. Maria Céris Spinola Castro Marcório. Araçatuba, 28 de Março de 1972.

_____. **Curso de Atualização Pedagógica do Magistério.** Maria Céris Spinola Castro Marcório. Araçatuba, 30 de Setembro de 1972.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA CULTURA, ESPORTES E TURISMO – ESTADO DE SÃO PAULO. **Curso de Museologia.** Maria Céris Spinola Castro Marcório. São Paulo, 23 de Abril de 1970.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SÃO PAULO. **Certificado Treinamento Suplência I.** Maria Céris Spinola Castro Marcório. São Paulo, 11 de Setembro de 1985.

_____. **Certificado Treinamento para Professores do Ensino Supletivo.** Maria Céris Spinola Castro Marcório. São Paulo, 05 de Outubro de 1984.

_____. **Curso de Capacitação a Distância de Recursos Humanos para o Ensino Supletivo.** Maria Céris Spinola Castro Marcório. São Paulo, 03 de Dezembro de 1982.

_____. **Certificado Treinamento de Pessoal Docente da Escola de Primeiro Grau.** Maria Céris Spinola Castro Marcório. Araçatuba, 10 de Maio de 1977.

_____. **Curso de Expansão Cultural Treinamento Área de Ciências.** Maria Céris Spinola Castro Marcório. Araçatuba, 04 de Fevereiro de 1976.

_____. **Certificado Treinamento de Professores do Ensino Supletivo – Modalidade Suplência – 1º a 4º Série.** Maria Céris Spinola Castro Marcório. São Paulo, 28 de Novembro de 1980.

SENA, Cezar. **A relação afetiva professor e aluno revelada por seus diários.** Curitiba: Appris, 2013.

SERRA, Áurea Esteves. Yolanda Ibanez Di Lascio: **A mulher professora e escritora. A trajetória de vida de uma normalista.** VII Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica. Julho de 2016 - UFMT - Cidade de Cuiabá/MT. Eixo 6. Histórias de Vida, Gênero e Diversidades.

_____. **A formação do alfabetizador em Birigui/SP (1961-1976).** Araraquara: Junqueira & Marin; São Paulo: FAPESP, 2007.

REIS, Amanda Flávia; ANDRADE, Edna Rodrigues de; SILVA, Rosilene Estela da; ZUIN, Joana Darc Pereira. **Memórias da escola primária rural em Birigui (1918-1989).** Monografia (Graduação – Pedagogia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui, Birigui/SP, 2013.

A proletarização e precarização do trabalho docente

Autor:
Cláudio Braz de FIGUEIREDO⁴³

Data de submissão e aprovação do artigo: 29.06.2017

⁴³ - Mestrado em Educação pela Universidade Unoeste Paulista de Presidente Prudente S/P (2017). Graduação em Administração de Empresas pelo Centro Universitário Toledo (2006) e Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Alvorada Plus (2015). Pós-graduação em Gestão empresarial, Marketing e Recursos Humanos pelo Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Araçatuba-SP (2007). Pós graduação em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (2012). Atuando desde 08/2009 como professor na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB). E professor da Faculdade FATEMP de Piacatu/SP (vínculo com a prefeitura local) desde 2008. Atuou como professor na Faculdades Renascentista (UNIESP).

A proletarização e precarização do trabalho docente**RESUMO**

O artigo com o tema A Proletarização e Precarização do Trabalho Docente, aponta como problemática: como os professores são afetados pelas condições de trabalho vivenciadas na atualidade? Objetiva trazer reflexões sobre o trabalho docente. Para esta reflexão, utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Os resultados apontaram que o trabalho docente vem passando por mudanças estruturais que vieram impor a estes profissionais novas formas de lidar com o cotidiano escolar e resistência às condições de trabalho vivenciada pelos docentes, pois as condições impostas têm ocasionado mudanças pretensiosamente negativas na categoria.

Palavras-chave: 1 Gestão Educacional; 2 Profissionais da educação; 3 Políticas Públicas.

ABSTRACT**The proletarianization and precarization of teaching work**

The article with the theme Reflections on the Proletarianization and Precarization of Teaching Work, points out as problematic: how are teachers affected by the working conditions experienced today? It aims to bring reflections about the teaching work. For this reflection, bibliographic research was used. The results pointed out that the teaching work has been undergoing structural changes have imposed on these professionals new ways of dealing with school daily life and resistance to the working conditions experienced by the teachers, because the conditions imposed have caused supposedly negative changes in the category.

Key words: 1 Educational management; 2 Education professionals; 3 Public policy.

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi motivado pela discussão sobre o trabalho docente na disciplina de Políticas Públicas, ministrada, no curso Mestrado, da Universidade Unoeste Paulista de Presidente Prudente - SP.

Os desafios enfrentados pela educação em nosso país, mostra que a temática sobre a precarização do trabalho docente tem se tornado mais presente e enseja a necessidade de reflexões teóricas que leve a compreensão de como os professores são afetados pelas condições de trabalho vivenciadas.

Oliveira (2008) discute o trabalho docente e sua precarização comparando-o ao processo de trabalho ocorrido na fábrica. A autora utiliza-se dos conceitos de trabalho produtivo/improdutivo, desenvolvidos por Karl Marx, para afirmar que há um processo de proletarização da categoria docente em curso.

Este estudo teve como objetivo trazer uma reflexão acerca da temática a proletarização e a precarização do trabalho docente na atualidade, mostrando sua relação com o mundo do trabalho e como os professores são afetados nesse processo.

METODOLOGIA

Utilizou-se de pesquisa bibliográfica realizada com base em artigos, capítulos de livros e livros que retratam a temática. Para a concretização do objetivo, fez-se, inicialmente, o levantamento na base de dados do Scielo (*Scientific Eletronic Library Online*). A escolha por essa base de dados justifica-se pela qualidade do material vinculado a ela, por apresentar diversas revistas indexadas e por estar disponível aos usuários, de forma *online*, o que possibilita o acesso a textos completos.

Como critério de seleção dos trabalhos encontrados na área, optou-se por focar o levantamento de publicações científicas, produzidas nos últimos 16 anos, entre 2000 a 2016. A partir desse recorte, os descritores utilizados na base de dados *Scielo* foram: “precarização do trabalho docente”, “profissionais da educação e precarização trabalho docente”. Sendo assim, os resultados encontram-se no Quadro 1.

Descritor	Artigos disponibilizados	Artigos selecionados
Profissionais da educação e precarização; precarização do trabalho docente	20	06

QUADRO 1: Busca de artigos científicos na base Scielo

Após a leitura dos resumos dos vinte artigos, foram selecionados seis, com base no resumo, devido a aproximação com o objetivo deste estudo. Nos Quadros 2 e 3, a seguir, esses artigos estão relacionados pela classificação: autor (es)/artigo; revista/local e ano de publicação.

Nº.	Autor (es) / Artigo	Revista / Local	Ano Publicação
01	OLIVEIRA, Dalila Andrade. La cuestión docente: Brasil, las condiciones laborales de los profesores de educación básica.	Fund. Laboratório de Políticas Públicas/Buenos Aires	2008
02	VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. Educação no movimento social: a luta contra a precarização do ensino público. In: LIMA, F. C. S.; SOUZA, J. U. P.; CARDOZO, M. J. P. B.. (Org.). Democratização e educação pública.	Sendas e veredas/ São Luís	2011
03	CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação.	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Goiânia Educar em Revista / Curitiba	2007

QUADRO 2: Artigos selecionados – Descritor “Gestão democrática na escola”.

Nº.	Autor (es) / Artigo	Revista / Local	Ano Publicação
01	ESTEVE, J. M. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores.	EDUSC/ Bauru, SP	1999
02	MIRANDA, Kênia. O trabalho docente na acumulação flexível. Trabalho apresentado no GT Trabalho e Educação, 2006.	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos / Brasília	2015
03	ENGUITA, M. F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização.	Teoria & Educação	1999

QUADRO 3: Artigos selecionados – Descritor “Os profissionais da educação e a precarização do trabalho docente”.

Os artigos foram lidos na íntegra para que fosse possível identificar: as ideias principais; a sistematização das ideias encontradas por meio de fichamentos e a categorização temática para proceder na análise dos dados. O conteúdo extraído e analisado a partir do material selecionado ofereceu o embasamento teórico para este trabalho, conforme se apresenta nos tópicos a seguir.

GESTÃO DO TRABALHO NA MODERNA SOCIEDADE CAPITALISTA E GESTÃO EDUCACIONAL

A divisão do trabalho retrata a sociedade dividida em classes sociais: a classe dos proprietários dos meios de produção e a classe explorada (proletária).

As modificações ocorridas no processo de trabalho em decorrência da reestruturação produtiva, a partir da década de 1970, têm atingido com muita intensidade todos os trabalhadores, entre eles, os profissionais da educação e os professores. Para Karl Marx o trabalho na sociedade capitalista é movimento de criação de mercadorias, onde a força de trabalho é também mercadoria. Assim, o comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. O trabalhador, ao despender suas energias psicofísicas no trabalho, submete-se à exploração capitalista e constitui-se em valor de troca fundamental no processo de produção capitalista.

Muitos elementos propostos por Taylor estão bem presentes nas propostas atuais de gestão de mercado para o público, apesar de o discurso ser de modernização e democratização na gestão.

Muitos grupos ou correntes de pensamento contribuíram ao longo do tempo para compreensão e desenvolvimento de um modelo ou forma geral de gestão ou administração científica que atendesse às necessidades de cada época. Para Motta (1977) e Garay (2000), várias escolas e estudiosos contribuíram com pensamentos e apresentações de modelos de gestão, tais como:

- Escola de Administração Científica ou Escola Clássica tendo como idealizadores Frederick Winslow Taylor e Henry Fayol;
- Escola de Relações Humanas com seu idealizador Elton Mayo;
- Escola Estruturalista com seu idealizador Amiti Etzioni;
- Escola Neoclássica com seu idealizador Peter Drucker;

- Escola Comportamentalista com seu idealizador Herbert Alexander Simon;
- Escolas Sistêmicas com seu idealizador Ludwig Von Bertalanffy;
- Escolas Contingenciais com seu idealizador Jean Woodward;
- Escolas Modernas ou administração por processos com seu idealizador William Edwards Deming.

As formas de gestão ou administração não são estáticas, mas sim evolutivas, desta forma, vários estudiosos vão contribuindo com diferentes pensamentos para a construção de um modelo que atenda às necessidades das organizações em cada época. Para Hammer (1997), o gestor da atualidade não se resume mais em supervisionar e controlar, mas em orientar e projetar, e os colaboradores devem ter uma visão ampla dos processos da organização, sendo que os objetivos principais são voltados para o dinamismo e a flexibilidade da organização, com foco nas necessidades dos clientes internos e externos.

Várias organizações se apoiam nos estudos ou avanços relacionados a gestão para aprimorar seus processos. E assim como em todas as instituições, as escolas buscam no modelo de gestão industrial uma forma de organização do trabalho que garanta atingir seus objetivos, assim gestores da educação acabam empregando conhecimentos administrativos advindos de esforços dos estudiosos da administração. As decisões relacionadas a gestão, (planejar, organizar, dirigir e avaliar) e decisões quanto a recursos (instalações, espaço, tempo, dinheiro, informações e pessoas) como em qualquer instituição privada ou pública, também são claramente adotadas na gestão da educação (BERLLONI, 2001; MILL, 2002).

Segundo Libânio, Oliveira e Toschi (2009), gestão ou administração é uma atividade ligada a meios e procedimentos para atingir os objetivos de uma organização. A gestão canaliza ou direciona o trabalho conjunto de pessoas, integrando-as para atingir um objetivo comum. Este direcionamento requer pôr em prática tomadas de decisões quanto a planejamento, organização, direção e avaliação, estas práticas vão definir o modelo de gestão a ser praticado. Os autores destacam que a instituição escolar é uma organização, sendo que nela sobressai a interação entre pessoas, tendo a característica de um sistema, e para gerir este

sistema pode-se adotar modelos de gestão tais como o técnico-científica em que prevalece uma concepção burocrática e tecnicista ou sócio-crítica com uma visão democrático-participativa, autogestionária e interpretativa.

Segundo esses autores, na concepção técnico-ciêntífica, a gestão é centralizadora, as decisões são tomadas de cima para baixo e basta cumprir um plano previamente elaborado, sem a participação de professores, especialistas, alunos e funcionários, baseando-se na hierarquia de cargos e funções, nas regras e nos procedimentos administrativos. Já a concepção sociocrítica, está relacionada a forma democrática de tomadas de decisões, onde o processo de tomadas de decisões dá-se coletivamente, se desdobrando em diferentes formas de gestão, tais como:

- Autogestionária: com foco na responsabilidade coletiva, na participação direta e por igual de todos os membros da instituição;
- Democrático-participativo: com foco na relação entre a direção e os membros da equipe, buscando a importância dos objetivos comuns assumidos por todos os envolvidos.
- Interpretativa: com foco nas ações organizadoras, valorizando as interpretações, destacando o caráter humano, com valores e práticas compartilhadas.
-

Nos últimos tempos, a teoria e a prática da gestão ou administração educacional tem tomado como base a administração científica, como prática administrativa. Por não possuir ainda seu corpo teórico próprio, apresenta características das diferentes escolas da administração de empresas. Assim como relata Hora (1994, p.41).

A administração escolar como disciplina e prática administrativa, por não ter ainda construído o seu corpo teórico próprio, demonstra em seu conteúdo as características das diferentes escolas da administração de empresas. Percebe-se, assim, a aplicação dessas teorias à atividade específica da educação, havendo, portanto, uma relação estreita entre a administração escolar e a administração de empresas.

As escolas e universidade procuram através de sua gestão assegurar a realização de seus objetivos, sendo estes o atendimento ao aluno com a utilização racional de recursos disponíveis. Segundo Hora (1994, p.43), podem-se citar dois os motivos que aproximam a administração geral com a administração educacional,

sendo eles:

1. As organizações, mesmo com objetivos diferentes, são semelhantes e, portanto, suas estruturas são similares e, como tais, os princípios administrativos podem ser os mesmos, desde que sejam feitas as devidas adaptações para o alcance de suas metas— “generalidade”.
2. A organização escolar e o sistema escolar como um todo precisam adotar métodos e técnicas de administração que garantam a sua eficiência e atendam aos objetivos estabelecidos pela sociedade— “racionalidade”.

A autora esclarece que o gestor educacional, precisa entender que, a natureza do processo educativo não pode ser confundida com a natureza do processo produtivo. Assim a gestão educacional, precisa ser um processo democrático e participativo em uma concepção sociocrítica, ou correrá o risco de não ser efetiva ou eficaz. A autora deixa claro que é preciso considerar a formação humana dos alunos e todos os envolvidos nesse processo, e só assim será possível atingir aos objetivos a que a educação se propõe.

Libânio; Oliveira; Toschi (2009) dizem que a escola não é uma empresa, o aluno não é cliente da escola, mas parte dela. Os autores esclarecem que a educação de qualidade é aquela que promove o domínio de conhecimentos e desenvolvimento de capacidade cognitiva, importante para o atendimento das necessidades individuais e sociais dos alunos, e a inserção no mundo e constituição da cidadania e prezando por uma formação crítica e participativa.

Para Coiçaud (2001) a escolha da forma de gestão da instituição educacional deve ser planejada de maneira crítica, para visualizar os possíveis resultados da escolha de cada decisão, sendo do ponto de vista não só da instituição e do aluno, mas também dos profissionais envolvidos e nas condições de trabalho.

Enquanto isso, Moran (2002) salienta que para haver melhorias e mudanças na educação, é preciso gestores e coordenadores mais abertos e que tenham visão holística, isto é, de todo o processo pedagógico, e que apoiem os professores capazes de inovar e que equilibrem a gestão dos recursos tecnológicos e humanos, permitindo assim a construção de um ambiente inovador, proporcionando a comunicação integrada.

Esse autor ainda afirma que caminhamos para a adoção de modelos ou formas de gestão mais flexíveis e menos centralizadoras, com maior ênfase na participação de professores, alunos, pais e comunidade, na organização e gestão das atividades e nos rumos de cada instituição.

Fica evidente que para uma forma de gestão das instituições educacionais (escolas e universidades) que atenda aos anseios da atualidade e seus desafios, faz-se necessário a participação de todos os envolvidos, enfatizando uma gestão inovadora, flexível, democrática e participativa.

A luta pela democratização da sociedade também fez parte do processo de democratização da educação. Desta forma, a gestão democrática é um fim, e não apenas um meio, já que não é simplesmente uma mudança na concepção de gestão, que passaria da tecnocrática, vinculada aos preceitos do Fordismo e Toyotismo, para a gestão democrática. Para Cury (2007, p. 12) a concepção de gestão democrática é representada como sendo:

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (art. 37) (Brasil, 1988): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática.

OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Assim como os demais trabalhadores que vêm sofrendo transformações nas condições de trabalho, os profissionais da educação não estão alheios a este processo de mudança. Desse modo, cabe compreender as particularidades dessa categoria em sua articulação com a totalidade social e compreender sua participação no processo de construção da gestão democrática.

Segundo Saviani (1984), a análise feita por Marx não pode ser aplicada de forma plena ao trabalho na escola em virtude da natureza do fenômeno do processo educativo. A escola, em razão da natureza do seu trabalho pedagógico, do seu "produto" subjetivo e da matéria-prima com que trabalha, apresenta muita especificidade. Não é objetivo desta discussão adentrar tal polêmica existente na analogia entre fábrica e escola, mas sim contribuir na discussão do problema que assemelha a condição de trabalho docente à precarização dos demais trabalhadores. Isso ocorre porque os trabalhadores assalariados em geral estão sujeitos à alienação, no sentido de não ter domínio sobre o processo de trabalho e seu produto, e a exploração por meio da extração de mais valia, uma vez que nem toda a jornada de trabalho despendida com o fazer pedagógico é paga, ao contrário, as atividades docentes tendem a estenderem-se para além do horário e local de trabalho.

Segundo Enguita (1991) os professores no Brasil sofrem um processo de proletarização acelerado, apresentam algumas características que podem situá-los, mesmo levando-se em conta a situação ambivalente que vivem, mais um campo de constituição como classe trabalhadora do que como uma categoria de profissionais liberais. Destaca, ainda, que as condições de trabalho têm imposto uma situação extremamente precária que os distancia, em termos de renda e prestígio, do profissionalismo; e as conquistas, quando ocorrem, se dão através de lutas sindicais,

através de entidades que estão organizadas muito mais segundo os moldes dos sindicatos de trabalhadores do que de associações profissionais.

Desta forma, a organização do espaço e do sistema escolar nos dias atuais objetiva conformar e preparar a força de trabalho, mantendo os estudantes sempre ocupados, esta organização não foi fruto do desenvolvimento natural da sociedade. O papel que a escola cumpre atualmente na sociedade teve suas origens com o advento da Revolução Industrial. Em outras palavras, a escola estatal nasceu com o capitalismo ou sistema de produção capitalista. Assim, entende-se que a escola reflete a sociedade em que vivemos e o processo histórico no qual estamos inseridos, podendo relacionar escola pública e estatal como escola burguesa planejada pelos governos burgueses que estão no poder a partir do advento do capitalismo.

O PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO

Enguita (1991) define proletarização como um processo desigual onde um grupo de trabalhadores perde o controle sobre seus meios de produção, o objetivo de seu trabalho e a organização de suas atividades. O autor afirma ainda que o docente perdeu ao longo do tempo seu poder de decisão para o resultado de seu trabalho, pois este já lhe chega pronto em forma de disciplinas, horários, programas, livros didáticos, normas de avaliação, etc.

O que vemos hoje são métodos replicáveis de apostilas ou venda de sistemas de ensino ou parcerias que vendem um pacote pronto. Tudo isso provoca a diminuição da autonomia do professor que recebe o material pronto para utilizar em cada dia na sala de aula e conta com um supervisor para verificar se está tudo certo. Há ainda, a lógica da premiação por desempenho, que estabelece valores, como o da competitividade entre alunos, professores e escolas. A esse respeito, Peroni (2012) questiona e contraria a ideia de que a premiação dos mais capazes e o estabelecimento de competição entre os pares induza à qualidade.

Sobre os impactos da meritocracia, recentemente, Hout & Elliott (2011, p. 426) afirmaram que:

Os programas de incentivo baseados em testes, como concebidos e implementados nos programas que foram cuidadosamente estudados, não têm aumentado o desempenho dos estudantes o suficiente para que os Estados Unidos atinjam os níveis de realização mais altos de outros países. Quando avaliados usando testes de baixo impacto pertinentes, que são menos susceptíveis de serem inflados pelos próprios incentivos dados, os efeitos globais sobre o desempenho tendem a ser pequenos e são efetivamente zero para um certo número de programas.

Outro fator é a fragmentação da categoria docente, que começa pelas diferentes formas de contratos de trabalho em exercício numa mesma escola ou rede educacional, ou de um mesmo trabalhador em locais de trabalho diferentes, haven-

do, porém, ataques direcionados ao conjunto dos trabalhadores da educação como: a previdência que vem sendo colocada nas mãos da iniciativa privada; a substituição de planos de carreira por avaliações de desempenho e produtividade que destroem a paridade entre profissionais da ativa, também o faz aos aposentados e o total sucateamento das condições objetivas de trabalho.

A não participação dos professores faz com que o mesmo transforma-se apenas em um comunicador, seu trabalho sendo considerado meramente técnico, ou seja, qualquer pessoa pode, dentro da concepção neoliberal de educação, lecionar aulas uma vez que pode seguir o currículo que já vem pronto.

Neste sentido, quanto aos aspectos econômicos e sociais, o baixo salário é um dos maiores descontentamentos da categoria docente. Além da questão econômica, os baixos salários mostram um ponto significativo na relação atual entre professor e sociedade, em que ele é visto como um profissional fracassado que não optou por uma carreira de sucesso financeiro e com maior *status*. O “professor é visto como um pobre diabo que não foi capaz de arranjar uma ocupação mais bem remunerada” (ESTEVE, 1995, p. 105).

Em uma recente pesquisa financiada pela Unesco (2009, p. 256) intitulada Professores do Brasil –impasses e desafios, uma das conclusões mostradas é que:

Salários pouco atraentes e planos de carreira estruturados de modo a não oferecer horizontes claros, promissores e recompensadores no exercício da docência interferem nas escolhas profissionais e na representação e valorização social da profissão de professor.

Nesse aspecto, deve-se considerar importante a pesquisa realizada por Alves e Pinto (2011) que comparam a remuneração dos professores com outras categorias profissionais com o mesmo nível de formação. Em um ranking elaborado por Alves e Pinto (2011) onde analisaram o perfil socioeconômico de 32 profissões que atuavam na área das ciências e das artes (médicos, dentistas, professores universitários, engenheiros, arquitetos, biólogos, advogados, psicólogos, entre outros), os professores de educação básica, no Brasil, ocuparam a 27ª posição. Os autores constataram que em uma população de 1.909.466 professores, 13,3% tem

remuneração de até um salário mínimo, 34,1% entre 1 e 2 salários mínimos, 21,6% recebem entre 2 e 3 salários mínimos, 20,3 entre 3 e 5 salários mínimos e 10,4 % superam 5 salários mínimos. A média salarial do professor gira em torno de 2,8 salários mínimos, o que significa um montante de aproximadamente R\$ 1.741,00.

A ideologia disseminada pelos governos neoliberais tende a reproduzir a concepção de que os professores reclamam da questão salarial sem razão, pois o salário desses atores são maiores do que aqueles que a maioria da classe trabalhadora recebe. O que pretendemos enfatizar nesse item é que:

O nível de remuneração é um aspecto fundamental para qualquer profissão, principalmente numa sociedade sob a lógica capitalista, e não é diferente quando se trata da docência no contexto do sistema educacional brasileiro atual. Nesse sentido, há que ressaltar que por trás da discussão da remuneração estão fatores relevantes para a garantia de uma escola pública de qualidade. (ALVES; PINTO, 2011, p. 610)

A pesquisa desses autores apontam que os professores de educação básica têm o menor salário dentre os profissionais com formação superior, e para os salários dos professores aproximarem-se aos de outros profissionais com nível de formação equivalente seria necessário dobrar o salário médio dos docentes da rede pública.

Pode se destacar também, que a precarização se manifesta nas relações de emprego, ou seja, a desvalorização do trabalho docente pode ser verificada pelo:

[...] aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (OLIVEIRA, 2004, p. 1140)

Segundo Frigotto (2003, p. 97), “Do ponto de vista da educação, ocorre uma disputa entre o ajuste dos sistemas educacionais as demandas da nova ordem do capital e as demandas por uma efetiva democratização do acesso ao conhecimento em todos os seus níveis”.

Nesta nova configuração do trabalho docente no processo de implementação da educação nos dias de hoje se materializa em relações fragmentadas e sustentadas por políticas educacionais centralizadoras. Na perda da dimensão política de trabalho no contexto do capitalismo, não escapa a essa lógica de subordinação por meio da racionalização do trabalho, o que leva a uma perda da capacidade docente em exercer um trabalho crítico e reflexivo, baseado na dinâmica da ação-reflexão-ação (GIDDENS, 1991; TAKEUCHI; NONAKA, 2008).

Para Delors (1998), o professor é um agente de mudança, em função do seu papel decisivo na formação do caráter das novas gerações. Assim faz-se necessário mudanças significativas no trabalho docente tais como:

Para melhorar a qualidade da educação é preciso, antes de mais nada, melhorar o recrutamento, a formação, o estatuto social e as condições de trabalho dos professores, pois estes só poderão responder ao que deles se espera se possuírem os conhecimentos e as competências, as qualidades pessoais, as possibilidades profissionais e motivações requeridas (DELORS, 1998, p. 153)

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Entre as principais implicações para a precarização do trabalho docente está a diminuição da autonomia do professor, que não participa do projeto de gestão e tomada de decisão na escola e recebe material pronto para utilizar na sala de aula. Além disso, os instrumentos de controle são instaurados para averiguar o cumprimento do trabalho, como por exemplo, a existência de profissionais da educação que assumem a função de supervisionar o trabalho e a visão gerencial estratégica centrada nos gastos e na eficiência operacional. Com isso, a valorização da estrutura hierárquica dentro das instituições educacionais, o que reduz os docentes a mero executores do trabalho pedagógico, bem como sujeitam-se à intensificação da exploração.

A UNESCO, sendo um organismo internacional que dissemina diretrizes educacionais para países periféricos, reconhece os problemas relacionados à precarização do trabalho docente. A contradição que percebe-se é que exatamente as diretrizes anunciadas pelas Agências acabam promovendo essa mesma precarização do trabalho.

Continuando o perfil dos professores brasileiros, a UNESCO mostra que mesmo que a maioria dos professores esteja satisfeita com a profissão, há um número significativo desse quadro que não se encontra feliz com a sua profissão.

No que tange à satisfação dos professores em relação à sua profissão, tendo como termo de comparação o início de sua carreira, observa-se que quase metade aponta a opção *mais satisfeito(a)* agora do que no início da sua carreira (48,1%) e que 15,3% apontam *igualmente satisfeito(a)*. Os professores que assinalam a opção *menos satisfeito (a)* representam 24,3% e os que assinalam a opção *insatisfeito (a)* 12,3%, contingente representativo, visto que significa, em números absolutos, 208.904 pessoas. Entretanto, o que chama a atenção é o fato de, mesmo em condições de trabalho freqüentemente difíceis, a proporção dos que se mostram satisfeitos é de 63,4% (UNESCO, 2004, p. 137-138, grifos do autor).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontaram que o trabalho docente vem passando por mudanças estruturais que se impuseram sobre os profissionais da educação. As condições impostas têm ocasionado mudanças pretensiosamente negativas na categoria, impondo a estes profissionais, novas formas de lidar com o cotidiano escolar, com o seu trabalho e também com a resistência.

Nesse sentido, tais condições de trabalho, tem efeito negativo sobre a construção de uma gestão democrática para a melhoria do trabalho docente, pois a mesma pressupõe a participação de todos no projeto político-pedagógico, em conselhos, eleição para diretores e a autonomia financeira. São processos pedagógicos de aprendizagem da democracia para a comunidade escolar que pressupõe processos de trabalho em que docentes situem-se como sujeitos na construção do processo de trabalho, bem como ofereçam as condições materiais de trabalho necessárias para o exercício da participação e gestão democrática na escola.

REFERÊNCIAS

ALVES, T.; PINTO, J. M. R. **Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 606-639, maio/ago. 2011.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742011000200014&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 out. 2016.

BELLONI, M. L. **Educação a Distância**, 2ª ed., Campinas: Autores Associados, 2001.

COIÇAUD, S. **A colaboração Institucional na Educação a Distância.** In: LITWIN, E. *Educação a distância*. Porto Seguro: Artmed, 2001.

CURY, C. R. J. **A gestão democrática na escola e o direito à educação.** *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Goiânia, v.23, n.3, p. 483-495, set./dez.2007.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

ENQUITA, M. F. **A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização.** *Teoria & Educação*, n. 4, 1991.

ESTEVE, J. M. **Mudanças sociais e função docente.** In: NÓVOA, A. (Org.). *Profissão Professor*. Porto: Porto, 1995. p. 95-124.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **“Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional”.** In: GENTILI, Pablo (org.) *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GARAY, A. **Gestão.** In: CATTANI, A.D. (org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico.** Petrópolis: Vozes, 3ª.ed., 2000.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

HAMMER, Michael. **Além da reengenharia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

HORA, D.L. **Gestão democrática na escola: artes e ofícios de participação coletiva.** Campinas: Papyrus, 1994.

HOUT, m.; ELLIOTT, S. V. **Incentives and test-based accountability in education.**

Washington,DC: National Academy of Sciences, 2011.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: estrutura e organização**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MILL, Daniel. **Estudos sobre processos de trabalho mediada por tecnologias da informação e comunicação**. Belo Horizonte: FAE/UFMG. 2002. 193p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

MORAN, J. M. **O que é Educação**. Universidade de São Paulo 2002. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>
Acesso em: 14 de outubro de 2016.

MOTTA, F.C.P. **Teoria Geral da Administração: uma introdução**. São Paulo: Pioneira, 6^a.ed., 1977.

OLIVEIRA, D. A. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **La cuestión docente: Brasil, las condiciones laborales de los profesores de educación básica**. 1^a ed. Buenos Aires: Fund. Laboratório de Políticas Públicas, 2008.

PERONI, V. M. V. **A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado**. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012.

TAKEUCHI, Irotaka e NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam**. São Paulo: Moderna, 2004. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=14587>. Acesso em: 23 outubro. 2016.

UNESCO. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília, DF: UNESCO, 2009.

**Memórias educacionais:
Espaço formativo, memória e narrativas⁴⁴**

Autores:
 Eliane Cristina BUENO⁴⁵,
 Letícia Pereira GONÇALVES⁴⁶,
 Caroline de Souza ROSA⁴⁷,
 Áurea Esteves SERRA⁴⁸.

Data de submissão e aprovação do artigo: 29.06.2017

⁴⁴ - Este artigo foi escrito para cumprimento das exigências e requisito para aprovação da disciplina Metodologia da Pesquisa Científica III. A orientação da produção do artigo ficou sob-responsabilidade da Professora Dr^a Áurea Esteves Serra.

⁴⁵ - Possui Habilitação Específica de 2º grau para o Magistério- Habilitação Plena, (1992) na EEPSP Prof. Stélio Machado Loureiro e formanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde (2014-2017).

⁴⁶ - Formanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde (2014-2017).

⁴⁷ - Formanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB), desde (2014-2017).

⁴⁸ - Graduada em Pedagogia e História, com especialização em Direito Educacional e Gestão Escolar; Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília, na área de Políticas Públicas, linha de História e Filosofia da Educação Brasileira. Foi bolsista de agosto de 2007 a janeiro de 2008 pela Capes junto a Universidade de Lisboa, Portugal, doutorado sanduíche. Pós-doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Araraquara. Profissionalmente sempre atuou no magistério público municipal. Foi professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, Diretora de Escola, docente no ensino superior na Fundação Municipal de Ensino, cursos de Administração, Matemática e Pedagogia. Atualmente ocupa a função de agente político no cargo de Secretária de Educação do Município de Birigui/SP.

Memórias educacionais:

Espaço formativo, memória e narrativas

RESUMO

O presente artigo trata da produção de narrativas (auto)biográficas e uma narrativa biográfica produzidas pelas alunas do curso de Pedagogia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui, tendo por objetivo o registro de memórias educacionais. Geralmente, são narrativas que têm, como ponto de partida, experiências vividas pelo autor em épocas passadas, mas contadas da forma como são vistas no presente. Para o desenvolvimento do trabalho, foi utilizada a metodologia desenvolvida por um grupo internacional que trabalha com pesquisas (auto)biográficas no Brasil, representado por Ana Chrystina Mignot e Elizeu Clementino de Souza. Para o desenvolvimento da pesquisa, as alunas fizeram uso dos livros produzidos no âmbito do Grupo de Cooperação Acadêmica Internacional livros sobre memórias, artigos e fontes documentais. Dentre as fontes documentais, as fotos e os objetos são elementos importantes para promover a aproximação com o passado, mas as pessoas são a principal fonte de memória; na verdade, a mais rica delas. Trata-se de uma reflexão sobre o percurso de formação do sujeito. O autor/narrador, em primeira pessoa, é o narrador-personagem ou narrador-testemunha. No caso de memórias educacionais tem-se, geralmente, o narrador-personagem, que tem por característica se apresentar e se manifestar como “eu”, e fala a respeito daquilo que viveu. O trabalho, ora desenvolvido, pode ser considerado uma travessia dos processos formativos dos alunos de forma viva e dinâmica, uma compreensão maior da formação docente, o que permitiu um movimento de troca, de resignificação frente às urgências do cotidiano escolar e das práticas alfabetizadoras.

Palavras-chave: 1 (Auto)biografia; 2 Formação docente; 2 Vivências.

ABSTRACT

Educational memories:

Training space, memory and narratives

This article deals with the production of biographical (self) narratives and a biographical narrative produced by the Pedagogy students of the Faculty of Sciences and Technology of Birigui, with the purpose of recording educational memories. Generally, they are narratives that have, as a starting point, experiences lived by the author in the past, but counted in the way they are seen in the present. For the development of the work, the methodology was developed by an international group that works with (auto) biographical researches in Brazil, represented by Ana Chrystina Mignot and Elizeu Clementino de Souza. For the development of the research, the students made use of the books produced within the Group of International Academic Cooperation books on memoirs, articles and documentary sources. Among documentary sources, photos and objects are important elements to promote rapprochement with the past, but people are the main source of memory; in fact, the richest of them. It is a reflection on the course of formation of the subject. The author / narrator, in the first person, is the narrator-character or narrator-witness. In the case of educational memories, it is usually the narrator-character, whose characteristic is to present and express himself as "I", and talk about what he lived. The work, which has been developed, can be considered as a crossing of the formative processes of the students in a lively and dynamic way, a greater understanding of the teacher formation, which allowed a movement of exchange, of resignification in front of the urgencies of the school routine and the literacy practices.

Key words: 1 (Auto) biography; 2 Teacher training; 3 Experiences.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado do processo de formação das alunas do curso de Pedagogia, resguardado pelo projeto “Memórias Educacionais”. O projeto trata de uma experiência vivenciada na área da pesquisa de iniciação científica desenvolvida no curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui na qual buscou-se conhecer os aspectos de futuras professoras da Educação Infantil e primeiras séries do Ensino Fundamental, investigando sobre seus caminhos de vida e escola, as concepções sobre a profissão docente e ainda quanto ao futuro profissional da educação.

Sua metodologia consta de narrativas (auto)biográficas e descrição das escolas, professores, métodos de ensino.

Nas últimas décadas, percebe-se um grande avanço das pesquisas no campo das histórias de vida e formação. Trata-se da metodologia sobre narrativas (auto) biográficas e biográficas. Escrever sobre práticas de memória docente, como afirma Mignot e Cunha (2003, p.115), é "trabalhar fontes documentais que contem a história de vida de certos atores".

Esse conhecimento de si mesmo e do outro é apontado por Villas-Boas (2014, p.29) como uma conquista. Ainda segundo esse autor, o processo biográfico trata das relações do biógrafo com o biografado, como um “ato de interpretar para dar sentido a alguém”.

Quanto às pesquisas sobre a metodologia proposta, esta começou a ser desenvolvida em algumas disciplinas do curso. No terceiro semestre, na disciplina de *Currículos e Programas*, a Profª Drª Áurea Esteves Serra propôs que as alunas realizassem pesquisas sobre seus ascendentes e elaborassem a árvore genealógica. Observou-se que alguns alunos não conheciam situações ligadas à história de sua

família. Por isso, a recuperação dessa memória familiar foi muito importante para a construção do tempo histórico. Foram levantados vários aspectos importantes da vida dos alunos por meio de pesquisa com os familiares e, com esses dados, foi possível relacionar a vida do aluno à história geral: comparando-se as condições anteriores ao nascimento da criança/aluno às condições atuais, assim, foi possível detectar os fatores que levaram os avós, pais a mudarem de cidade, bairro ou país. Com isso, foi possível, também, esclarecer os deslocamentos populacionais presentes na história de uma mesma família.

Na disciplina de *Princípios e Métodos da Alfabetização*, a Prof^a Dr^a Áurea Esteves Serra sugeriu que se fizesse um levantamento dos professores que participaram do nosso processo educacional na Educação Infantil e no Ensino Fundamental para, assim, sugerir a redação de uma narrativa sobre as memórias de nossa alfabetização. Foi um trabalho de reencontro com o que foi estudado na disciplina. Refletir sobre o vivido nos aproximou da teoria.

O memorial educacional começou a ser redigido no sexto semestre do curso de Pedagogia, na disciplina de *Metodologia da Pesquisa Científica II*. Foi solicitado que as alunas realizassem esse tipo de pesquisa, o que gerou, a princípio, grande resistência para registrar suas histórias de vida. Algumas não compreendiam a importância da narrativa (auto)biográfica. Tal reação é compreensível, uma vez que, de acordo com Bosi (2003, p.19), “Como arrancar do fundo do oceano das idades um ‘fato puro’ memorizado? Quando puxarmos a rede veremos o quanto ela vem carregada de representações ideológicas”. E, neste sentido, não eram somente as ideologias, mas também as memórias vinham carregadas de emoções e construções de uma vida.

Para realizar o trabalho, estudou-se os procedimentos metodológicos da pesquisa biográfica e (auto) biográfica, na qual as fontes primárias foram de extrema importância para a construção da narrativas. Assim, foram utilizados documentos curriculares em geral, papéis, cartas, bilhetes, fotografias, cadernos e referencial teórico específico sobre o tema.

Ao narrar as experiências vividas, as alunas se inseriram no processo de formação profissional, começando a refletir sobre suas escritas e sentimentos acerca de acontecimentos marcantes nas suas histórias, nas quais as situações econômicas, políticas e sociais afetavam diretamente cada narrativa.

Para a realização desse trabalho, a Profª Drª Áurea Esteves Serra elaborou um roteiro de atividades e, a cada aula, essa proposta ganhava corpo. Foi uma excelente estratégia para que as alunas tivessem coragem e base para compor o texto. O roteiro dispõe de algumas oficinas, nas quais os conteúdos que já haviam sendo propostos, agora se problematizavam. Dentre o roteiro proposto, destaca-se:

- Oficina 1- Bibliografia sobre o tema Memórias
- Oficina 2- Memorial: normas para a apresentação escrita memorial
- Oficina 3-Diversidade Cultural - “Minha história na História”
- Oficina 4- Como escrever uma autobiografia
- Oficina 5- Escrita das memórias educacionais
- Oficina 6- Considerações finais

No sétimo semestre do curso, na disciplina de *Metodologia da Pesquisa Científica III*, as alunas iniciaram o desenvolvimento de três capítulos do trabalho, tendo como tema: Minha História na História; Memórias educacionais; e Minha formação durante o curso de Pedagogia.

Com isso, essa experiência vivenciada na área da pesquisa de iniciação científica, desenvolvida na FATEB, no âmbito do curso de Pedagogia, buscou conhecer as histórias de formação educacional e trajetória de vida das futuras profissionais da Educação. O trabalho também abordou as concepções sobre a profissão docente e, ainda, os anseios quanto ao futuro trabalho docente.

Algumas alunas optaram por realizar a narrativa biográfica. Exemplo disso é o título: “Áurea Esteves Serra: trajetórias: na vida e na educação”, tendo por orientadora a Profª Drª Lucy Mary Valentin. A narrativa biográfica em questão teve

por objetivo apresentar a vida e a trajetória escolar da pessoa pesquisada, descrevendo os caminhos que a levaram a ser uma renomada profissional na área da Educação, hoje, Secretária de Educação do município de Birigui. O resultado dessa pesquisa contribui para a apreensão de saberes e conhecimentos voltados para área educacional.

A produção de escritas (auto)biográficas coloca os atores em uma posição de autor-narrador, tornando possível uma retrospectiva e reflexões sobre os acontecimentos do memorial, ficando as explanações em momentos posteriores aos vivenciados. Representa um trabalho subjetivo, que explora a complexidade das vivências humanas, pois “do vínculo do passado se extrai a força para a formação da identidade” (BOSI, 2003, p.16).

Diante dos trabalhos desenvolvidos, ficam evidenciadas a doçura e a grandeza das narrativas (auto)biográficas, destacando sua relevância para a formação do professor que, ao escrever, vai relacionando o que lembra, como lembra, sem perder de vista quem narra. Isto aponta que a memória é seletiva, uma vez que narra tanto o social, como o individual. O conteúdo da lembrança é selecionado em função do ponto de vista cultural e ideológico, não nascendo apenas das lembranças de quem narra, mas, do grupo próximo. Com isso, o acesso às narrativas (auto)biográficas tem força de simular o transporte no tempo e a imersão nas experiências diretamente vividas. Segundo Fischer (2011, p.12), “[...] nossa mente é feita de memória, e sob a perspectiva mais ampla, somos todos constituídos a partir de histórias e reminiscências”.

Conclui-se que, ainda, há muitas controvérsias sobre o propósito da narrativa, porém, inúmeras considerações foram produzidas em torno do uso das memórias em pesquisas acadêmicas, na qual o importante é ressaltar a grande relevância da mesma como metodologia de pesquisa para formação de professores.

DESENVOLVIMENTO

A recriação do passado feito, por pessoas simples, caracteriza um tempo histórico no qual podemos observar um ritmo de percepção do outro que se torna um ritmo de vida. (BOSI, 1994).

Nas lembranças encontradas a seguir, materializa-se a sensível anuência de um grupo de alunas e futuras docentes. A esse respeito Fischer (2011, p.10) afirma: “Só os artistas podem remontar a trajetória e recompor o contorno borrado das imagens, devolvendo-nos sua nitidez.”

É neste contexto que passamos a apresentar os atores autores e suas reminiscências, lembrando a vida de estudante em tempos pretéritos, no intuito de contribuir para a melhor compreensão de contextos que envolvem o cotidiano da vida de alunos em formação docente.

Bueno (2017) considerou um grande desafio a escrita da narrativa (auto)biográfica, por ter que representar, na escrita, as particularidades de sua vida, sendo ela discreta, não estimando expor suas vivências. Apresenta a reconstituição da sua trajetória de vida, relembando os passos que a trouxeram para a faculdade e toda problemática vivida em cada etapa. Segundo a mesma, não foi fácil reconstituir o período escolar de sua infância, nascida em 30 de abril de 1971 na cidade de São Paulo (SP). Optou pelo curso de Pedagogia, abandonando a área administrativa depois de anos. Em sua trajetória, enquanto trabalho desfrutou da prática na área administrativa dentro de uma empresa de grande porte. De forma geral, aprendeu muito, mas infelizmente a empresa não resistiu à crise, impulsionando-a a buscar algo novo. Aos 43 anos, no ano de 2015, ingressa na faculdade no intuito de resgatar um sonho que ficara no passado, mais precisamente no ano de 1993, quando se formou no Magistério, abandonando os seus sonhos para viver um amor. Neste resgate da trajetória de vida escolar, faz-se uma ponte com a realidade atual,

buscando encontrar fatos que possam colaborar para o seu crescimento educacional, relatando sua vivência acadêmica e a prática docente como estagiária. Conclui-se que os conhecimentos teóricos aprendidos e o estágio, a prepararam para iniciar a carreira docente.

Comparoni (2017) relata que a experiência de lembrar momentos tornou-se gratificante, só que, ao mesmo tempo, trouxe memórias árduas porque este trabalho também teve como objetivo apresentar pontos relevantes sobre a trajetória de sua vida e o percurso de suas memórias educacionais. O registro aborda as vivências durante a sua infância e a experiência escolar até a formação acadêmica. Aponta que, analisar a sua trajetória escolar, desde o início, não foi tarefa das mais fáceis, uma vez que deparou-se com momentos marcantes durante esse período, momentos bons ou tristes, mas que permitiram aprendizagem significativas. O procedimento metodológico utilizado nesse trabalho foram pesquisas em fontes documentais, referencial teórico, relatos orais e fotografias. Ao refletir sobre suas memórias, conclui que estas lhe possibilitaram lembranças magníficas, valiosas para a reflexão dos processos de ensino e de aprendizagem. Nesse aspecto, as histórias da infância e dos processos de escolarização foram revisitados, no sentido das referências construídas por um caminho longo, mas cheio de aprendizado. Conclui-se que o registro da escrita de sua (auto)biografia contribuiu para a realização de seu sonho e que, recordar esses momentos vivenciados, proporcionou-lhe o resgate de experiências encantadoras e, principalmente, a construção de novas experiências junto à formação acadêmica.

Coelho (2017) destacou que a escrita sobre si trouxe momentos de grande impacto em seu emocional, pois, relatar suas vivências a fez regressar às lembranças de tempos bons vividos com o pai, o qual perdeu ao longo do curso de Pedagogia. A autora afirma que este trabalho teve como objetivo apresentar reflexões sobre sua trajetória, desde o seu nascimento até o presente ano de 2017, apresentando sua vida escolar, baseada em fontes documentais, fotografias, cadernos e relatos de familiares. Descreve sua vida escolar desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, apresentando os momentos de alegria e tristeza e professoras que deixaram marcas. Conclui que sua pesquisa foi muito positiva,

produtiva e inspiradora. Menciona, ainda, seu ingresso no curso superior, suas vivências e sua luta para vencer cada etapa da faculdade. Pode-se afirmar que a realização dessa pesquisa foi um trabalho enriquecedor, porque a autora em questão afirma que esta pesquisa a tornou mais humana e, principalmente, mais reflexiva sobre seus atos, e explicita: "A vida é uma página em branco que Deus concede todos os dias e cabe a cada um escrevê-la com sabedoria e criar uma linda história" (COELHO, 2017).

Debortoli (2017) contempla, em seu trabalho, uma expressão natural da linguagem, que exhibe uma aptidão significativa da escrita, tornando a narrativa uma verdadeira prosa. Denota sua (auto)biografia, revivendo sua trajetória de vida e o ingresso no curso de Pedagogia e sua viagem ao longo do curso. Relata o incentivo do seu pai aos seus estudos, na qual enfatiza sua admiração pela Língua Portuguesa e explana os motivos de somente cursar uma graduação 14 anos após sua formação no Ensino Médio. Conclui que o curso de Pedagogia, mediante os benefícios da conclusão dos estágios e dos aprendizados junto aos professores em sala de aula, sua personalidade foi sendo remanejada para o caminho do senso crítico, vivência que apresentou-lhe novos horizontes, desenrolando o emaranhado de conhecimentos do senso comum, construindo o percurso da criticidade.

Ferreira (2017) menciona a importância da auto(biografia) para seu crescimento pessoal e profissional e relata que, lembrar coisas vividas, lhe proporcionou cura. Também apresenta, por meio de relatos, em toda a sua trajetória, desde a infância até o presente momento, parte de suas recordações vividas, fatos que significou sua história. Optou pelo curso de Pedagogia porque era um sonho desde criança, então, colocou em prática seu sonho e seguiu adiante com o curso. Ingressou na faculdade com o intuito de formar-se e colocar o seu sonho em prática. Por meio de estágios, pode perceber que era isso mesmo que queria, pois ama estar no meio das crianças, desfrutando o brilho da aprendizagem no rosto de cada uma. Este trabalho apresenta fotografias e fontes documentais para melhor compreensão do que se pretende relatar. Conclui-se que a (auto)biografia contribuiu muito com novos saberes e para uma reflexão sobre tudo que viveu e proporcionou um novo modo de pensar, falar e agir.

Gonçalves (2017) relata uma intensa resistência para dar início às narrativas, entretanto, conclui que a experiência resultou em um sentimento de encantamento, percebendo a escrita de si como instrumento de construção pessoal e organização emocional, destacando a relevância do trabalho para sua formação docente. Sua narrativa autobiográfica: “Caminhos e Memórias: a trajetória escolar de uma futura pedagoga”, apresenta os caminhos que trilhou desde seu nascimento até seu ingresso no curso de Pedagogia. Descreve sobre suas lembranças, experiências e métodos educacionais empregados em sua educação básica e em sua formação pedagógica. Desenvolve a escrita narrativa apresentando sua trajetória de vida, suas experiências escolares e, pôr fim, a sua formação acadêmica, na qual a autora descreve a contribuição do curso de Pedagogia na apreensão dos conhecimentos teóricos e na construção da profissional crítica que se tornou.

Herreira (2017) descreve as narrativas com sentimento de gratidão, sendo esta uma ferramenta de reflexão e percepção dos acontecimentos que construíram sua história, auxiliando assim em um crescimento espiritual. Este trabalho apresenta a narrativa (auto)biográfica intitulada "Histórias de minha vida: uma auto reflexão para tornar-me docente", como trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia, no qual as histórias de vida, experiências vividas nos tempos escolares e a graduação no curso de Pedagogia, segundo Herreira, contribuíram para sua auto reflexão, para a construção de novos saberes e para um novo modo de ver e viver a profissão docente.

Moterani (2017) relata que, apesar de ter ocorrido uma grande perda durante a elaboração de seu trabalho, conseguiu se recuperar para terminar e dedicar seu trabalho a um ente querido. Este trabalho visa apresentar todo o processo educacional vivenciado por Moterani, por meio de uma narrativa autobiográfica onde serão expostas suas experiências pessoais, memórias e suas considerações sobre sua família e amigos, além da influência destas pessoas em seu processo de ensino, de aprendizagem e de seu crescimento pessoal. Serão apresentados, também, os motivos, influências e vivências que a levaram a optar pelo curso de Pedagogia, as amizades que construiu durante o curso e os benefícios que estes relatos e as contribuições que esse trabalho trará para a sua futura

carreira docente.

Oliveira (2017) declara que a narrativa a encaminhou para um novo nível de aprendizagem. Sua narrativa (auto)biográfica tem por objetivo relatar sua história, e recordar acontecimentos vivenciados no passado que trouxeram memórias felizes e tristes da vida. Nascida em 12 de março de 1995, na cidade de Guararapes/SP, mudou-se para Birigui/SP devida a separação de seus pais. No ano de 2014 decide ingressar na faculdade de Ciências em Tecnologia de Birigui, com o objetivo de realizar um sonho em sua vida. E que por meio da graduação, conseguiu adquirir novos conhecimentos, tanto profissionais como pessoais.

Pereira e Silva (2017) optaram pela narrativa biográfica devido ao conhecimento que tinham sobre a professora referida, ou seja, suas pesquisas na área de história, sua trajetória na carreira acadêmica e seu trabalho desenvolvido na área de educação no município de Birigui/SP. Julgaram ser mais significativo e motivador para os leitores, apresentar a história trilhada nos caminhos da educação pela professora Dr^a Áurea Esteves Serra. Constroem a narrativa biográfica a partir das trajetórias de vida e educação. Para a realização da pesquisa, utilizam os procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica, documental e a técnica de entrevista. Esta narrativa biográfica teve por propósito apresentar a história de vida e formação da professora Dr^a Áurea Esteves Serra, partindo da história, que recebeu significativa influência de seus avós europeus em sua formação pessoal, passando pelas memórias, imagens e fatos de sua vida de estudante na escola primária em um bairro rural, aos estudos na época do ginásio em tempos de ditadura militar até o doutorado em Portugal e o pós doutorado. Aborda, também, o início de sua carreira no magistério como professora de pré-escola e as experiências no ciclo básico, no ensino superior e na direção de uma escola. Concluem que as experiências e aprendizados adquiridos nessa trajetória contribuíram para sua condução ao cargo de Secretária de Educação do município de Birigui/SP. Evidenciam, ainda, que esta professora tornou-se uma renomada profissional da educação e, suas pesquisas em história, enriqueceram o patrimônio cultural do município de Birigui/SP. Além disso, suas memórias apresentadas na pesquisa em questão contribuem para a apreensão de saberes e conhecimentos voltados para a área educacional, que suscitam

exemplos às pessoas em formação.

Possetti (2017) traz à sua narrativa, poemas e trechos de músicas que a fazem regressar em suas lembranças e demonstra que sua vida é movida pela fé. Expõe, em sua narrativa (auto)bibliográfica, algumas descrições e fatos memoriais de seus antepassados por meio da árvore genealógica, além de relatar a trajetória desde seu nascimento até o ingresso da tão almejada graduação. Em meio a uma explosão de sentimentos, provocada por tais recordações, traz à tona momentos de sua vida que a fez merecedora dessa conquista. Nascida no ano de 1980, cita que com apenas uma semana de vida foi submetida a uma incubadora, em uma UTI, onde passou vários dias sem diagnóstico, e até mesmo sendo desenganada pelos médicos, visto que tinha uma perda excessiva de peso. Descreve que, por meio da indicação de uma enfermeira, seus pais a levaram a uma benzedeira, quando, movida pela fé deles, fora milagrosamente curada e, desde então, passou por uma série de dificuldades, dentre elas a perda de entes queridos. Movida pelo amor e pela fé em Deus, em uma de suas citações deixa um grande legado que deve ser mencionado: “E assim finalizo tal resumo, às vezes os problemas são sinais de que chegou a hora de o guerreiro iniciar uma nova batalha, podendo ser essa batalha na área da saúde, familiar, sentimental ou profissional, independente de qual área, devemos romper o comodismo e nos prepararmos para uma nova conquista”. E foi isso que ela fez, saiu do comodismo, foi à luta e, hoje, sente-se preparada para atuar como pedagoga no auxílio da formação e caráter de uma nova geração.

Rosa (2017) afirma que sentiu-se grata por poder contar a história de sua vida e relata que sempre foi um sonho ter um livro sobre suas vivências. Escreve que o propósito desse trabalho foi trazer as recordações vivenciadas no âmbito escolar, por meio das memórias, fotografias e documentos: desde procedimentos educacionais, até as escolhas de vida. A realização do mesmo ocorreu por auxílio de livros com narrativas memorialistas, artigos de memórias e histórias de vida de professores/professoras. Iniciou o trabalho com a árvore genealógica, para dar contexto a sua história de vida, o convívio com os entes queridos e a influência dos momentos bons e ruins para a formação do caráter do sujeito e a importância da família em sua caminhada. Progrediu com as memórias da trajetória escolar, a partir

do primeiro dia de aula, expectativa da alfabetização, adaptação ao ambiente escolar, além das lembranças de professores e seus métodos de ensino e apresenta os motivos que a levou a escolher a Pedagogia, curso que possibilitou a aquisição um novo conceito de conhecimento e aprendizagem. Expressa as dificuldades e os desafios enfrentados, o crescimento durante o curso, os sonhos de uma futura pedagoga, baseados em uma pedagogia que se preocupa com o aluno como um todo. Conclui-se que sempre teve um sonho de escrever um livro sobre sua história de vida e agora esta experiência poderá contribuir para isso virar realidade e que, por meio da narrativa, conseguiu reviver e reencontrar pessoas que há muito tempo não via.

Silva (2017) afirma que sua mais difícil e significativa barreira foi a falta de documentos escolares e a resistência da unidade escolar contatada para cedê-los e, além disso, afirma que teve muita dificuldade para colocar, no papel, todas as suas recordações. Depois desses desafios da pesquisa, a autora afirma que o fato de poder resgatar momentos de sua infância, de lembrar o convívio com entes queridos e buscar por memórias educacionais vividas por ela durante sua trajetória escolar, representaram experiências importantes que irão, com certeza, auxiliá-la em sua trajetória enquanto futura professora. Afirma, ainda, que ao ingressar no Curso Superior, vivenciou novas expectativas e experiências. Durante todo o processo de ensino e de aprendizagem pelos quais passou, fez novas amizades e pode detectar um grande crescimento, tanto na sua vida pessoal quanto profissional. Concluí que o caminho foi longo, com muitas dificuldades, muitos obstáculos, resistências, mas sempre permaneceu forte e venceu. Prova disso é que está finalizando o curso de graduação em Pedagogia.

Souza (2017), pode-se dizer, brinca com as palavras e parece escrever sua narrativa como uma paródia. Descreve suas lembranças e reflexões acerca da influência do professor na formação do aluno. Afirma que o trabalho lhe possibilitou uma análise de sua futura ação docente e focaliza que, com o presente trabalho, o processo educacional e sua vida escolar lhes trouxeram à memória experiências pessoais, suas vivências e suas considerações sobre a influência da família nos processos de ensino e de aprendizagem. Destaca, também, a importância dos

estágios no curso de Pedagogia.

Spigotti (2017) constatou que é de primordial importância lembrar o prazer das descobertas sobre si. A autora realizou a pesquisa baseada em suas memórias educacionais, desde o período em que iniciou sua vida escolar até o ensino superior. Afirma que, escrever sua (auto)biografia desde o início de sua vida escolar, não foi fácil, mas o prazer das descobertas sempre fora maior do que qualquer dificuldade que havia pelo caminho. **Expõe sua trajetória do 1º ao 4º ano na escola EMEF “Doutor Gama”, onde aprendeu a ler e a escrever, e relata que possuiu experiências e conhecimentos que jamais irá esquecer.** Descreve que, desde o Ensino Fundamental ao Médio, foi muito boa aluna, conquistando vários amigos e que teve professores que se tornaram especiais. Explicita que sempre pode contar o apoio dos seus pais, que apesar de qualquer circunstância, estavam sempre dispostos a ajudar e auxiliar no que fosse preciso. Relata, ainda, que sua escolha para o curso de Pedagogia foi a melhor coisa que poderia ter acontecido em sua vida. Sente-se realizada e honrada por ter o privilégio de ter escolhido uma profissão que lhe deu a oportunidade de ensinar crianças. Finaliza seu trabalho com orgulho de ter a oportunidade de lembrar suas memórias educacionais.

Thomazine (2017) afirma que, a princípio, considerou que a proposta de escrever uma narrativa autobiográfica seria simples e de fácil compreensão, porém, durante o processo, deparou-se com muitas dificuldades para lembrar alguns momentos de sua vida. A autora apresenta, em seu texto, os fatos que lhe foram significativos para a construção de sua história. Relata as experiências vividas na infância, histórias e brincadeiras diversas que foram fundamentais para a formação da sua identidade. Descreve cada etapa de seu período escolar e todo seu percurso acadêmico no curso de Pedagogia, narrando todas as atividades desenvolvidas e toda experiência pedagógica no processo de aprendizagem ao longo do período de formação. A escolha pelo curso de Pedagogia ocorreu muito cedo e era um sonho que sua mãe queria muito ter realizado, mas não conseguiu por vários motivos. O sonho passou e, então, foi despertado por ela, a filha. Iniciou o curso no ano de 2015, sempre com muita determinação e incentivo de sua mãe. Informa que esse trabalho está fundamentado nas fontes documentais localizadas para o

desenvolvimento desta pesquisa, a fim de melhor compreender cada momento vivido, nos quais a fotografia foi um documento importante. A autora conclui que o objetivo do Trabalho de Conclusão de Curso realizado foi propiciar o resgate de toda uma história de vida. Por meio desta proposta de estudo foi possível reviver momentos importantes e inesquecíveis, o que representou uma experiência muito significativa. A escrita de sua (auto)biografia contribuiu muito para com a construção de novos saberes, possibilitando a auto-reflexão, a autoformação e, ainda, lhe proporcionou um novo modo de ver e viver.

Yamagutti (2017) salientou um entusiasmo desde o começo do tema proposto, porque afirma que sempre se interessou em escrever diários e registros de sua história e de seu cotidiano. Com este trabalho, afirma ter realizando um aprofundamento do que já produzia e destaca que pode recordar momentos que marcaram sua vida, refletindo sobre a importância de deixar um legado na vida das pessoas. Conclui que, por meio desta proposta de TCC, foi possível reviver cenas da infância, lembranças familiares e memórias da vida escolar, fazendo uma reflexão sobre a importância da figura do professor em sua trajetória, percorrida desde o jardim de infância até a faculdade.

Ao encerrar a breve apresentação dos TCCs das alunas foi possível apreender os modos de narrar e guardar, do ponto de vista teórico-metodológico, aspectos vinculados à diversidade do trabalho biográfico e autobiográfico, relacionando-os às formas como o adulto e o jovem contam suas histórias, mobilizam memórias e projetos existenciais e de formação. Apresentam, ainda, sua inserção social e profissional na interface entre o empoderamento e a resistência.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao concluir este texto, após ter registrado o resumo das memórias educacionais dos sujeitos da pesquisa, alunas do 7º semestre do curso de Pedagogia da FATEB, deparamo-nos, de repente, com outro ensinamento, possibilitado pelas reflexões de Bergamaschi e Chraim (2010). De acordo com as autoras, este tipo de trabalho pode ser compreendido como uma oficina de escrita, uma vez que foi realizado em etapas sucessivas que possibilitaram estruturar solidamente o percurso para a obtenção de um resultado satisfatório. Confirmando o trajeto, basta recordar que a professora orientadora, no 6º semestre, iniciou as atividades com o filme “Escritores da Liberdade”, que serviu de material ilustrativo para despertar o grupo para o processo da redação. Vale ressaltar que, com este filme, constatou-se o incentivo de uma docente em fazer com que seus alunos expressassem, no papel, seus sentimentos, suas angústias e seus sonhos para construir um diário ou um memorial de vida, no qual a sensibilidade do sujeito fosse aflorada de maneira pedagógica e pessoal. E foi o que aconteceu com essa turma de alunos. Uma experiência em usar a narrativa (auto)biográfica e biográfica, que proporcionou às alunas em questão, encontrar o caminho “entre o que sou e o que gostaria de ser” (BERGAMASCHI; CHRAIM, 2010, p.214), para desvendar os caminhos que guiaram e que guiam o fazer pedagógico.

Conclui-se que todas trilharam a experiência que viveram enquanto alunas, a experiência enquanto professoras em formação para, num futuro próximo, fazerem uso desse instrumento de formação e pesquisa como um dispositivo para uma futura prática pedagógica de melhor qualidade.

Enfim, o resultado deste estudo, que envolveu muita pesquisa utilizando a metodologia das narrativas biográficas e (auto)biográficas, pode ser considerado como uma proposta inovadora, capaz de promover significativas e inesquecíveis

aprendizagens para os estudantes curso de Pedagogia.

Para encerrar este texto, busco em Manoel de Barros um trecho de sua literatura, que explica um pouco do que esta turma de Pedagogia viveu ao trabalhar com memórias educacionais:

[...] Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balança nem com barômetro etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a produza em nós. Assim um passarinho nas mãos de uma criança é mais importante para ela do que a Cordilheira dos Andes (GUEDES, 2012, p.25)

O trecho dessa poesia de Manoel de Barros explica o que foi escrever sobre si. Um encantamento!

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Rosi Isabel; CHRAIM, Albertina Celina de Mattos. **Oficina de escrita**: traços de autoria. Curitiba: Editora CRV, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BUENO, Eliane Cristina. **Memorial**: passos de lutas e glórias para uma formação acadêmica. 2017. 51 fls. Trabalho de Conclusão de Curso- Licenciatura em Pedagogia. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui- (FATEB), Birigui/SP, 2017.

COELHO, Aline Cristina de Padua. **Memorial**: lembranças e experiências: caminhos percorridos. 2017. 57 fls. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Pedagogia. Faculdade de Ciência e Tecnologia de Birigui – (FATEB), Birigui/SP, 2017

COMPARONI, Monique Pinoti. **Memorial**: lembranças: o percurso de vida aos caminhos da formação acadêmica. 2017. 70 fls. Trabalho de Conclusão de Curso- Licenciatura em Pedagogia. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui-(FATEB), Birigui, SP, 2017.

COSTA. Silvano Sulzart Oliveira. Autobiografia e formação docente. **Revista Pesquisa Pedagógica**. v.18, n.108, nov./dez. 2012. p. 28-30.

DEBORTOLI, Leisa Ferreira. **Memorial**: descrevendo a vida: minhas memórias. 2017. 26 fls. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Pedagogia. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui - (FATEB), Birigui, SP, 2017.

DIAS, Ana Regina da Silva. O tornar-se professora de língua materna: as vozes que ecoam nas narrativas de estágio. In: VICENTINI, Paula Perin; CUNHA, Jorge Luiz da; CARDOSO, Lilian Auxilidora Maciel. **Experiências formativas e práticas de iniciação à docência**. Curitiba: CRV, 2016.

FERREIRA, Débora Mesquita. **Memorial**: Memórias: reflexões sobre a vida. 2017. 57 fls: Trabalho de Conclusão de Curso- Licenciatura em Pedagogia. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB). Birigui, SP, 2017.

FERREIRA, M.; FISCHER, Beatriz Daudt T.; PERES, Lúcia Maria (Orgs.). **Memórias docentes:** abordagens teórico-metodológicas e experiências de investigação. São Leopoldo: Oikos; Brasília Liber Livro, 2009.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. (Org.). **Tempos de escola:** memórias. Vol. I. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2011.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. (Org.). **Tempos de escola:** memórias. Vol. II. São Leopoldo: Oikos: Brasília: Liber Livro, 2011.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. (Org.). **Tempos de escola:** memórias. Vol. III. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2012.

GONÇALVES, Letícia Pereira. **Memorial:** caminhos e memórias - a trajetória escolar de uma futura pedagoga. 2017. 92 fls. Trabalho de Conclusão de Curso- Licenciatura em Pedagogia. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui- (FATEB), Birigui, SP, 2017.

GUEDES. Olinda R. P. **O que traz quem levamos para a escola?- pedagogia sistêmica.** Curitiba: Appris, 2012.

HERREIRA, Aline Luana Oliveira. **Memorial:** histórias de minha vida – uma auto-reflexão para tornar-me docente. 2017. 61fls. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Pedagogia Plena. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui – (FATEB), Birigui, SP, 2017.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; CUNHA, Maria Teresa Santos (Orgs.). **Práticas de memória docente.** São Paulo: Cortez, 2003.

MOTERANI, Emellyne Dias. **A vida em formação.** 2017. Fls. Trabalho de Conclusão de Curso- Licenciatura em Pedagogia. Faculdade de Ciências e Tecnologia- (FATEB), Birigui/SP, 2017.

OLIVEIRA, Letícia Quangas. **Memorial:** caminhando pela história de minha vida e trajetória escolar e formação acadêmica em futura pedagoga 2017. 45 fls. Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura em Pedagogia. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui- (FATEB), Birigui, SP, 2017.

PESSOA, Maria Teresa Ribeiro. Percursos narrativos em formação: das estórias e episódios (auto)biográficos ao storytelling e storywriting. In: FONTOURA, Helena Amaral da; LELIS, Isabel Alice Monteiro; CHAVES, Iduina Mont'Averne (Orgs.). **Espaços formativos, memórias e narrativas.** Curitiba: CRV, 2014.

POSSETI, Andréia Silva. **Memorial:** representações em memórias: aprendendo a conhecer quem está aprendendo a ensinar. 2017. 63 fls. Trabalho de Conclusão de Curso - Licenciatura em Pedagogia. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui- (FATEB), Birigui, SP, 2017.

ROSA, Caroline de Souza. **Recordações:** a história de vida, as escolas da infância e os caminhos que trilhei. 2º17. 91fls. Trabalho de Conclusão de Curso- Licenciatura em Pedagogia. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui-(FATEB), Birigui/SP, 2017.

ROSA, Marise Marçalina de Castro Silva. A formação de professores alfabetizadores com significado e sentido: memórias e apropriações por atos de leitura triangulada. In: VICENTINI, Paula Perin; CUNHA, Jorge Luiz da; CARDOSO, Lilian Auxilidora Maciel. **Experiências formativas e práticas de iniciação à docência.** Curitiba: CRV, 2016.

SILVA, Patrícia Novais de Oliveira. **Memórias Educacionais:** relatos de vida de uma futura docente. 2017. 55 fls. Trabalho de Conclusão de Curso- Licenciatura em Pedagogia. Faculdade de Ciências e tecnologia de Birigui- (FATEB), Birigui/, SP, 2017

SOUZA, Bruna Alves de. **Revivendo memórias.** 2017. 22 fls. Trabalho de Conclusão de Curso- Licenciatura em Pedagogia. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB). Birigui, SP, 2017.

SOUZA, Elizeu Clementino de; BALASSIANO , Ana Luiza Grillo; OLIVEIRA, Anne-Marie Milon. Imagens e narrativas sobre (auto)biografias, resistência e empoderamento: diálogos iniciais. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; BALASSIANO , Ana Luiza Grillo; OLIVEIRA, Anne-Marie Milon (Orgs). **Escritas de si, resistências e empoderamento.** Curitiba: CRV, 2014.

SPIGOTTI, Thatiani Santos. **Memorial:** memórias e reflexões: um caminho de realizações. 2017. 55 fls. Trabalho de Conclusão de Curso - Licenciatura em Pedagogia. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB). Birigui, SP, 2017.

TEODORO, Claudia Cristina Teodoro de Matos; SILVA, Juliana Fernandes. **Áurea Esteves Serra:** trajetórias na vida e na educação. Birigui/SP, 2017.118 p. Monografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui, FATEB.

THOMAZINE, Diéle. **Memórias:** relatos de minha vida e formação, 2017. 56 fls. Trabalho de conclusão de curso - Licenciatura em Pedagogia. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui - (FATEB), Birigui, SP, 2017

YAMAGUTI, Rafaela Rocha. **Memorial:** recordar é viver. 2017 . 33fls . Trabalho de conclusão de curso - Licenciatura em pedagogia. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB) Birigui/SP. 2017.

VILAS-BOAS, Sérgio **Biografismo:** reflexão sobre as escritas da vida. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.